

## CAPÍTULO IV

### O PROJETO HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ E A SOCIOGÊNESE DA COALIZÃO RIOS VIVOS

*"Nada cresce de cima para baixo" (Atherton Martin)*

Conforme observamos no capítulo anterior, o projeto HPP é gestado num ambiente de profundo otimismo político e num contexto econômico bastante melancólico. Para a grande maioria dos países da América Latina e, sobretudo, ao Brasil e Argentina, a década de 80 foi, paradoxalmente, a década da democracia e do colapso econômico. O retorno da democracia política e do Estado de direito devolveu as liberdades civis e políticas elementares, assegurou a livre associação e expressão, regulamentou o pluripartidarismo e as eleições livres e, acima de tudo, oxigenou a esperança de milhares de pessoas que clamavam por melhores condições de vida e justiça social. Especialmente no Brasil, o processo de democratização e o período Constituinte fizeram a nação acreditar, novamente, no princípio da autodeterminação política, na força política da sociedade civil e na capacidade da democracia parlamentar processar as demandas e os anseios da sociedade.

A democracia política e, especialmente, a eleição de governos civis no Brasil (José Sarney) e Argentina (Raul Alfonsín) na segunda metade dos anos 80 levaram a uma revisão substantiva na política externa desses países. O ideário desenvolvimentista de orientação cepalina e as políticas de substituição de importações começam a ser substituídos por um discurso de integração econômica regional e internacional de base neoliberal. Ante às transformações na economia mundial e, sobretudo, à profunda crise que afeta as economias do Cone Sul durante a década de 80 - considerada como "década

perdida" - os governos propõem desestatização, abertura econômica e liberalização comercial. Segundo essa orientação, o desenvolvimento e/ou a "retomada do crescimento" dependeriam, substancialmente, da abertura de mercados e da conformação de acordos e/ou projetos de integração econômica regional. A partir da segunda metade dos anos 80, o caráter geral da política econômica se modificou. Promoveu-se, em síntese, políticas de liberalização, na qual o mecanismo de mercado foi o determinante do desenvolvimento econômico e, ao Estado, foi delegado o papel de regulador.

O projeto HPP é filho desse contexto político otimista e dessa "quase desesperada" tentativa de integrar as economias dos países do Cone Sul ao mercado mundial e instaurar uma dinâmica de crescimento. Desde sua primeira exposição pública em 1988, realizada durante o Primeiro Encontro Internacional para o Desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná, o projeto HPP dava indícios de se tratar de um megaprojeto, cuja implantação não apenas demandaria uma expressiva soma de recursos, como provocaria diversos e profundos impactos ambientais e sociais na região.

Com dimensões e características similares a outros megaprojetos já executados ou em via de execução no Cone Sul que envolveram altas cifras de investimento público e geraram diversos impactos ambientais e sociais - Usina Binacional de Itaipu, Angra I, Angra II, Rodovia Transamazônica, Usina de Porto-Primavera, Usina de Yacyretá, Hidrelétrica Paraná Médio, etc. - o anúncio do Projeto HPP em 1988 despertou preocupação em algumas lideranças do movimento ambientalista brasileiro, especialmente em Campo Grande, cidade onde o projeto foi publicamente apresentado. As desconfianças em relação ao projeto, no entanto, não foram imediatamente formuladas e nem geraram articulações entre as organizações da sociedade civil da região. Os desacordos e/ou dissensos em relação ao projeto HPP só ganharam publicidade e dimensão política anos depois, especialmente a partir de 1992. Os contatos, trocas e articulações entre as entidades civis de diferentes países que se gestaram a partir de 1992, criaram as condições para o surgimento de uma coalizão com cerca de 300 entidades membros, sediadas em diversos países e atuantes na área ambiental, questões indígenas e pesquisa. Em dezembro de 1994 surge, oficialmente, a Coalizão Rios Vivos.

Como é de se supor, Rios Vivos é parte - e também resultado - de um longo processo de interação entre as lideranças e as entidades civis do Cone Sul, Europa e

Estados Unidos, na qual as redes afetivas e informacionais entre os membros foram absolutamente essenciais. Tão importante quanto descrever e analisar as respostas de Rios Vivos ao projeto HPP e a qualidade desse enfrentamento, é considerar o processo de constituição desse ator civil transnacional e as experiências, discursos, estratégias e energias que foram mobilizadas ao longo dessa experiência. Aliás, esses dois "momentos" ocorreram simultaneamente. As entidades civis, localizadas em diferentes países e ocupando-se com temas locais e demandas específicas, decidiram e empenharam-se em tecer uma coalizão justamente porque percebem a necessidade de responder política e tecnicamente às ameaças de impactos ambientais e sociais implícitas no projeto da HPP.

A necessidade, no entanto, só é percebida e processada enquanto tal, quando algumas condições básicas a tornam possível. A própria coalizão só se tornou real porque alguns fatores e transformações em curso a partir da década de 80 foram criando as bases para isso. Uma recuperação histórica do período que antecede o surgimento da coalizão é importante, nesse sentido, porque permite situar, além do contexto e os principais fatores, também as etapas, os atores e os discursos que participaram da conformação dessa articulação civil transnacional. A sociogênese, portanto, deve adotar um procedimento reconstrutivo.

#### **4.1. Os Precedentes**

É preferível falar de embriões. Inúmeros fatores e iniciativas foram tornando possível a idéia de coalizão e definindo os contornos dessa experiência de articulação. O recuo histórico em busca de tais "raízes" deve estender-se pela década de 80. Durante essa década ocorreu uma singular transformação no perfil do associativismo civil no Brasil e na América Latina e, sobretudo, onde a grande maioria das entidades membros da Rios Vivos foram fundadas.

Diversas pesquisas sobre associativismo civil (BOSCHI, 1987; SANTOS 1993; AVRITZER, 1997; OXHORN, 1995) e "terceiro setor" (LANDIM, 1993; FERNANDES, 1994 e 1995; OLIVEIRA & TANDON, 1994), realizadas nos últimos anos, partilham a constatação de que a partir do final da década de 70 ocorre um exponencial crescimento do

número de associações civis no Brasil e na América Latina (<sup>1</sup>). AVRITZER (1997, p.152) vai mais além e observa que tal crescimento acabou produzindo uma mudança substantiva no próprio padrão da ação coletiva nesses países, rompendo com o padrão homogeneizador de ação coletiva - o movimento operário - predominante durante o período populista. Nas sociedades latino-americanas ocorre, a partir deste momento, "um movimento de pluralização da ação social". Novos atores, oriundos especialmente da classe média, e novos temas (direitos humanos, ecologia, gênero, raça, etc.) passam a constituir elementos centrais nas formas de ação coletiva e no motivo à constituição de novas associações civis. Segundo AVRITZER (Ibid, p.161-2) quatro fenômenos, fundamentalmente, caracterizam essa mudança no padrão da ação coletiva:

- a) Uma significativa redução da influência da vida sindical nas formas de ação coletiva.
- b) Proliferação de um conjunto de práticas de auto-ajuda, introduzidas tanto por movimentos sociais quanto por associações civis;
- c) A classe média rompe com a idéia de participação em algo que poderia ser definido como o setor popular, passa a atuar coletivamente na esfera pública e apresentar suas próprias reivindicações, levando à constituição de um conjunto de movimentos culturais, de movimentos corporativos e de associações locais;
- d) Surgimento de um conjunto de associações temáticas. Nos anos setenta, surgem os grupos de defesa dos direitos humanos; nos 80, os grupos ecológicos, gênero, raça, etc.

<sup>1</sup> - Pesquisa desenvolvida por Santos (Apud. LANDIM, 1993a, p.31-2) sobre o crescimento das associações civis nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro nas últimas décadas oferece nítidos indicadores dessa proeminência:

<b>CIDADE DE SÃO PAULO</b>							
<b>DÉCADAS</b>	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980
<b>Nº ASSOCIAÇÕES</b>	51	237	288	464	996	1.871	2.553

<b>CIDADE DO RIO DE JANEIRO</b>					
<b>DÉCADAS</b>	46/50	51/60	61/70	71/80	81/87
<b>Nº ASSOCIAÇÕES</b>	188	743	1.093	1.233	2.498

Em síntese, a diminuição da importância do movimento operário e da ação sindical nas formas de ação coletiva na América Latina veio acompanhada de um significativo aumento na formação de movimentos sociais baseados em identidades democráticas (SADER, 1988; TELLES 1984; DOIMO, 1995), de formas de ação baseados na solidariedade social (LANDIM, 1995; AVRITZER, 1996) e de ações civis plurais (LANDIM, 1993; OXHORN, 1995; BOSCHI, 1987 e SANTOS, 1993). Proliferaram as associações profissionais, comunitárias, educacionais, de saúde, etc.; as entidades recreativas, de mútua ajuda, filantrópicas, etc.; as entidades temáticas (movimento de mulheres, negros, indígenas, ecológicos, direitos humanos, pacifistas, etc.).

Mais próximas dos novos movimentos sociais e de setores da Igreja Católica - especialmente no Brasil - as entidades temáticas ou também conhecidas como "organizações não-governamentais", têm um vistoso crescimento no decorrer dos anos 80. Embora não se tenha, ainda, pesquisas quantitativas sobre essa parcela do associativismo civil em toda a América Latina, alguns indicadores obtidos em levantamentos mais circunscritos podem servir como parâmetros dessa tendência. Duas pesquisas envolvendo as ONGs no Brasil, realizadas em 1991 e 1994, chegaram a conclusões bastante similares a respeito da emergência desse setor. No item sobre o ano de fundação legal da entidade, FERNANDES & CARNEIRO (1991) chegaram aos seguintes resultados: 3,2% surgiram entre 1960-64; 6,3% entre 1965-69; 10,5% entre 1970-74; 11,6% entre 1975-79; 21,1% entre 1980-84; 38,9% entre 1985-90 e 1,1% em 1991.

A segunda pesquisa, desenvolvida em 1994 por LANDIM & COTRIM (1996) e envolvendo as afiliadas da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), chegou aos seguintes indicadores: 4,9% surgiram entre 1961-69; 16,8% entre 1970-79; 18,9% entre 1980-84; 44,1% entre 1985-89 e 15,4% entre 1990-94.

Nas duas pesquisas, a década de 80, especialmente a segunda metade, concentrou o maior índice de criação de entidades: na primeira, 60% e na segunda, 63%. A tomar por essas pesquisas e também pelos dados que obtivemos por meio de um questionário enviado às entidades membros da Coalizão Rios Vivos, a década de 80 foi palco de uma expressiva proliferação de associações civis, especialmente as organizações temáticas e, sobretudo, inauguraram uma nova fase nas lutas engendradas pelos atores da sociedade civil. Podemos afirmar, genericamente, que o retorno da democracia política recolocou a relação

estado/sociedade civil e, permitindo a livre associação, criou as bases para o processo de institucionalização das entidades civis. O confronto cede lugar à negociação e as entidades reinventam novas formas de luta. A resistência cede espaço às propostas e o Estado vai, gradativamente, deixando de ser o Leviatã para ser entendido como uma instância que precisa ser democratizada e, inclusive, tornar-se partícipe das campanhas e atividades civis (LANDIM, 1993b).

No tocante às organizações ligadas a Rios Vivos, a década de 80 foi, como podemos observar na Tabela abaixo, o berço para a maioria delas. 51,9% das entidades que compõem a amostra foram criadas entre 1982 e 1990. Os 20% do item "outros" estão distribuídos pelas décadas de 50, 60 e 70 <sup>(2)</sup>.

**TABELA 13 - Ano de Fundação das Entidades membros da Coalizão Rios Vivos**

ANO DE FUNDAÇÃO	Nº DE ENTIDADES CRIADAS	PERCENTAGEM
1982	1	2.1%
1883	2	3.9%
1984	3	5.8%
1985	4	7.6%
1986	3	5.8%
1987	4	7.6%
1988	4	7.6%
1989	3	5.8%
1990	3	5.8%
1991	5	9.6%
1992	3	5.8%
1993	3	5.8%
1994	2	3.9%
1996	1	2.0%
OUTROS	12	20%
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

A proeminência dos anos 80 fica mais evidente se tomarmos as datas de fundação das entidades civis que assumiram a tarefa de representar e coordenar as atividades da Coalizão Rios Vivos nos seus respectivos países de origem. **Na Argentina**, a entidade Taller Ecologista foi criada em **1985**. No **Brasil**, a entidade Ecologia e Ação (ECOA) surge em **1988**; o Instituto Centro de Vida (ICV), em **1991**; o Centro Brasileiro de

<sup>2</sup> - Importante salientar que os dados da tabela referem-se a apenas 53 entidades membros da Coalizão. Apesar de termos enviado o questionário para cerca de 200 organizações membros, apenas 53 responderam.

Referência e Apoio Cultural (CEBRAC), em 1986; o Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena (ITC), em 1991. Na **Bolívia**, a ONG Produtividad, Biosfera y Medio Ambiente (PROBIOMA) nasce em 1990. No **Paraguai**, a organização Sobrevivência/Amigos de la Tierra surge em 1986. No **Uruguai**, a Red de Ecologia Social/ Amigos de la Tierra (REDES) em 1988. Na **Holanda**, a BOTH ENDS é fundada em 1986. Nos **Estados Unidos**, o International Rivers Network (IRN) surge em 1985.

Especialmente a essas entidades, a década de 80 foi um período de institucionalização, marcado, especialmente, pela busca de um discurso e de práticas um pouco mais propositivas, pragmáticas e eficazes. A militância buscou instrumentalizar-se a fim de proporcionar respostas e/ou alternativas às questões-problema e aos grupos sociais com os quais trabalham. Nesse processo reside, de fato, os primeiros germes da Coalizão Rios Vivos. É o período em que as organizações se estruturam, definem suas agendas, seus interlocutores, seus campos de atuação e seus recursos.

Importante observar, ainda, que a proximidade nas datas de fundação dessas entidades coincide com o campo de atuação prioritário das mesmas: as questões socioambientais e o desenvolvimento sustentável. De um modo geral, essas organizações emergem como reação e/ou resposta da sociedade civil à crise ecológica global que, além de agudizar-se nos anos 80, também ganha universalidade e converte-se em tema prioritário nas diferentes regiões do mundo. Apesar de existirem há décadas, a poluição, o "efeito estufa", o desmatamento, o processo de desertificação, a possibilidade do aquecimento global, perda da biodiversidade, etc., são admitidos como problemas ambientais reais e sistêmicos, cujas causas e soluções precisam ser enfrentadas nos planos local, nacional e internacional. A problemática ambiental deixa de ser percebida como "luxo" de alguns ativistas e de proporções local e nacional para ser um movimento capaz de mobilizar consciências e atitudes de diferentes instituições e atores nacionais e internacionais <sup>(3)</sup>.

Em meados da década de 80, a humanidade toma consciência do risco e da degradação ambiental em escala planetária e o ambientalismo converte-se em movimento

---

<sup>3</sup> - Um aprofundamento sobre a história do movimento ambientalista, ver os trabalhos de McCORNICK, (1992); GOLDBLATT, (1997); VIOLA & LEIS, (1996); PORTER & BROWN, (1996) e WAPNER, (1996).

"global, complexo e multissetorial" <sup>4</sup>). Alavancado nos USA, Canadá e Europa Ocidental nos anos 60 e 70, o movimento expandiu-se, na década seguinte, para a América Latina, Europa Oriental, União Soviética, Sul e Leste da Ásia. Penetrou outras áreas e dinâmicas organizacionais; ultrapassou as fronteiras das agências ambientais estatais e, hoje, impregna outros movimentos sociais, ONGs, universidades, mídia, empresas, etc. Dessa transformação organizacional resultou um ambientalismo multidimensional, composto por atores e processos muito diversos, com percepções, valores e interesses relacionados à problemática ambiental nem sempre convergentes (McCORNICK, 1992 e VIOLA & LEIS, 1996).

Ainda que o ambientalismo tenha se convertido num complexo movimento e que cada um dos diferentes atores, práticas e discursos tenham dado sua contribuição, a globalização da problemática ambiental e a expansão da consciência ecológica resultam, sobretudo, da paixão e do trabalho de um sem-número de militantes e de organizações não-governamentais ambientalistas e sócio-ambientais que há décadas vêm somando esforços nessa direção (WAPNER, 1995). A expansão do ambientalismo é, portanto, causa e efeito da emergência e fortalecimento de novos atores da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que as organizações e os movimentos da sociedade civil lutam para universalizar os valores e práticas comprometidas com a preservação ambiental e o desenvolvimento ecologicamente sustentável e justo, elas também se apropriam da vasta agenda ambiental para legitimar sua existência e fortalecer seu trabalho. Aliás, com a crise do ideário socialista, o ambientalismo passou a agregar energias utópicas de diferentes procedências e/ou matrizes discursivas e oferecer materialidade a um questionamento radical sobre as relações entre homem e natureza. Especialmente a partir da publicação do Relatório Brundtland (1987) e da Eco - 92, a agenda ambiental passou a comportar uma enorme variedade de questões e propostas, que vão da crítica ao capitalismo predatório, à poluição

---

<sup>4</sup> - Em diversos trabalhos, Eduardo Viola (VIOLA & BOEIRA, 1990; VIOLA & LEIS, 1995 e 1996; VIOLA, 1996) tem utilizado o termo "ambientalismo multissetorial" para descrever a transformação organizacional ocorrida no movimento ambientalista ao longo da década de 80. Segundo ele, a progressiva preocupação pública pela deterioração ambiental teria levado o movimento a ramificar-se em diversos atores e processos. Cinco setores ganharam proeminência a partir da segunda metade da década de 80:

- a) os movimentos e as organizações não-governamentais ambientalistas;
- b) as agências estatais de meio ambiente;
- c) o socio-ambientalismo, constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação;
- d) os grupos e as instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental;



do ar e água, ao desmatamento, à erosão, etc., até as propostas de desenvolvimento sustentável, educação ambiental, preservação da bio e sociodiversidade, justiça social, etc.

O forte apelo ético presente no ambientalismo e a possibilidade de intervenção local são alguns dos principais fatores que tornaram a problemática ambiental e o sócio-ambientalismo os temas prioritários da sociedade civil na última década. Além das milhares de organizações e iniciativas civis que surgiram pelo mundo para tratar dessas questões nos últimos anos, a questão ambiental se mesclou com outras pautas como cidadania, direitos humanos, qualidade de vida, defesa da diversidade cultural, integração sociocultural, etc.(SCHERER-WARREN, 1996b). A troca de experiências entre as organizações, a formação de redes, fóruns, coalizões e, especialmente, a utilização de novas tecnologias da informação como os correios eletrônicos e a Internet, foram conectando as pautas e alargando o campo de atuação das entidades. Mesmo aquelas que, a princípio, nada tinham a ver com meio ambiente, passaram a incorporar alguns elementos ou preocupações da agenda ambiental. No interior das organizações ocorreu uma simbiose de pautas.

Resumidamente, podemos afirmar que o processo de democratização, a expansão do associativismo civil, a globalização da problemática ambiental e a crescente troca de experiências e informações entre as entidades civis são os fatores genéricos e longínquos da Coalizão Rios Vivos. Em termos cronológicos, as conexões decisivas à formação de Rios Vivos ocorreram a partir de 1990.

#### **4.2. A Fase Embrionária**

Em 1990, o governo brasileiro candidatou-se e foi aceito para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ciente da relevância desse encontro de cúpula para o debate da problemática ambiental e deliberação de políticas para seu enfrentamento e, também, atento às oportunidades que o evento abriria aos atores da sociedade civil para expressarem suas posições, um grupo de organizações não-governamentais (39 ao todo) criam nesse mesmo ano, em São Paulo, o

---

e) um reduzido setor dos gerentes e do empresariado que começam a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental.

*Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento.*

Entre outros objetivos, o Fórum surgiu com os propósitos de:

- I) analisar a situação ambiental e o modelo de desenvolvimento vigente no país e apresentar alternativas e soluções;
- II) fortalecer as organizações dos movimentos da sociedade civil;
- III) contribuir para a sensibilização e mobilização da sociedade brasileira;
- IV) influenciar as posições oficiais do governo brasileiro na Unced;
- V) facilitar a participação da sociedade civil nos eventos que se realizarão por ocasião da Unced 92;
- VI) participar ativamente da organização e realização de um encontro Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, paralelo à Eco-92;
- VII) participar ativamente da conferência oficial da Unced 92 (RELATÓRIO DO FÓRUM, 1992, p.7-8).

A aderência foi rápida e numerosa. Um ano depois, cerca de 1.200 instituições (ONGs, sindicatos, movimentos sociais, instituições acadêmicas) já haviam aderido. Cada região do Brasil sediou um Encontro Nacional do Fórum. Ao todo, foram oito. No oitavo encontro, realizado em fevereiro de 1992, em Belo Horizonte, foi aprovado o Relatório do Fórum, intitulado *Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros* (5). Esse documento sintetiza as principais análises e proposições da sociedade civil em relação ao modelo de desenvolvimento, à degradação ambiental e social e ao estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.

Essa mobilização articulou as entidades e os movimentos da sociedade civil à realização do Fórum Paralelo da Sociedade Civil que aconteceu no Rio de Janeiro nos mesmos dias do encontro intergovernamental da Eco-92. Nesse fórum participaram aproximadamente 2.500 entidades representativas da sociedade civil, originárias de cerca de 150 países. As 400 reuniões oficiais organizadas, além de centenas de outros eventos, atraíram um público aproximado de 500.000 pessoas (LEIS, 1996, p.57).

As trocas (informações, experiências, projetos...), a intersubjetividade e, sobretudo, o "espírito" das atividades organizadas pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais durante a fase preparatória e no âmbito do Encontro Paralelo foram ingredientes decisivos ao surgimento da Coalizão Rios Vivos. Conforme descreve Alcides Faria, Secretário Executivo da Coalizão Rios Vivos:

"Nós aproveitamos a Rio-92 para discutir com outras organizações, sobretudo da América Latina, a questão da Hidrovia, porque nós precisávamos ter uma articulação para discutir esse projeto; porque ele envolvia cinco países" (Relato de Entrevista concedida no dia 14/05/98, na cidade de Campo Grande - MS).

Durante a fase preparatória, as entidades civis dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso criaram, em 1991 e 1992, respectivamente, o Fórum Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (FORMAT) e o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD). O ecossistema pantaneiro e o projeto HPP foram gradativamente sendo introduzidos na agenda de discussões desses dois fóruns regionais e no âmbito do Fórum Nacional. No Relatório do Fórum (1992:90), no item Pantanal, são expressas algumas análises e interrogações sobre o modelo de desenvolvimento implantado na região e os prováveis impactos sócio-ambientais implícitos no projeto HPP.

"Atualmente está em curso, sem haver discussão com a sociedade, a construção de uma hidrovia através do rio Paraguai, projeto incorporado ao Mercosul e financiado por organismos internacionais. (...) Esta atividade terá impactos negativos nas áreas alagáveis da Bacia, além de contribuir para o assoreamento dos rios; impulsionar a valorização e conseqüente especulação nas terras marginais à hidrovia; e estimular previsíveis conflitos fundiários".

Alguns meses após a Eco-92, entre os dias 26 a 30 de outubro, na cidade de Campo Grande (MS), aconteceu o *II Encontro do Grupo Y'Guazú*. Segundo nossa pesquisa

---

<sup>5</sup> - Ao longo desse texto, denominaremos esse documento simplesmente como "Relatório do Fórum" (1992).

de reconstrução histórica, esse foi o primeiro evento destinado a analisar e denunciar os impactos sociais e ambientais implícitos no projeto HPP com a participação de diversas ONGs dos cinco países afetados pelo projeto (6). Esse encontro inaugurou o envolvimento conjunto das ONGs do Cone Sul no debate sobre os impactos da Hidrovia e abriu caminho à formação de alianças mais perenes entre as organizações civis desses países, antes jamais experimentadas.

Além de indicar uma tendência à transnacionalização das agendas das entidades, o evento publicizou os desacordos das ONGs em relação ao projeto e remeteu esses "desentendimentos" (Ranciére, 1996) à esfera pública. Na Carta de "*Conclusiones referidas al tema Hidrovia Paraguay-Paraná*" (1992), o Grupo Y'Guazú reconhece a importância dos rios como meio de transporte, comunicação e integração dos países que formam a Bacia da Prata, mas manifestam inconformidade em relação ao processo de tomada de decisões do projeto HPP. E decidem:

- solicitar às autoridades governamentais correspondentes a difusão das informações existentes com respeito ao projeto referido;
- reivindicar a necessidade imperiosa da participação das ONGs em todo o processo de discussão, elaboração e desenvolvimento do projeto;
- reivindicar a elaboração de estudos de avaliação de impacto ambiental anteriores à execução do projeto;
- assumir o compromisso de promover nos respectivos países análises e o debate sobre as questões ambientais do projeto.

Em 1993, houve uma visível ampliação no grau de envolvimento das entidades da região - e também dos USA - na temática da Hidrovia e um aumento na qualidade dessa interlocução. Em julho de 1993, o Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso elegeu o projeto HPP como uma de suas atividades prioritárias e criou o Grupo de

---

<sup>6</sup> Onze entidades participaram desse encontro: SODEPAN (Sociedade de Defesa do Pantanal – Brasil) INSTITUTO GAIA DO BRASIL, Fundação Ecotrópica (Brasil), LIDEMA (Liga de Defensa del Medio Ambiente - Bolívia), PRODENA (Asociación Boliviana Pro Defensa de la Naturaleza - Bolívia), APA – Amigos de la Preservación Ambiental - Uruguai), CACPLA – Centro Ambiental de la Cuenca del Plata - Uruguay), CIPFE - Centro de Investigación y Promoción Franciscano y Ecológico - Uruguay), IIED – International Institute for Environmental Development para América Latina - Argentina), FARN – Fundación Ambiente y Recursos Naturales - Argentina) e CONCIENCIA (Argentina).

Trabalho Hidrovia, destinado a elaborar estratégias comuns de intervenção. Nesse mesmo ano, o FORMAD e o FORMAT decidiram interconectar suas atividades com o propósito de discutir o modelo de desenvolvimento de toda a Bacia do Prata; aprofundar as análises sobre o projeto HPP; identificar os principais impactos ambientais e sociais, especialmente sobre as comunidades indígenas e tradicionais e articular as entidades civis no plano local e internacional para acompanhar os estudos de impacto ambiental (EIA). Como meio para envolver outras entidades civis do Brasil e do exterior nesta campanha, os Fóruns aprovaram e se mobilizaram para a realização de dois seminários: um de abrangência local, o seminário de Chapada dos Guimarães; o outro de abrangência internacional, o Seminário de São Paulo. A entidade ambientalista internacional, o WWF, teve um papel decisivo na preparação destes seminários.

Mais ao final do ano, entre os dias 17 de novembro e 03 de dezembro, membros de três destacadas ONGs americanas - International Rivers Network (IRN), Environmental Defense Fund (EDF) e Bank Information Center (BIC) - promoveram uma viagem de estudos e de contatos a alguns países do Cone Sul, com o propósito de conhecer melhor o projeto HPP, seus prováveis impactos e o que as entidades civis da região estavam fazendo e o que pretendiam fazer para enfrentar o projeto (<sup>7</sup>). Nas palavras de Owen LAMMERS (IRN), Deborah MOORE (EDF) e Kay TREAKLE (BIC), viajantes e autores do relatório final de estudos (1994, p.13-14) (<sup>8</sup>):

"Cada uma das nossas organizações possuía alguma interação prévia com várias organizações não-governamentais (ONGs) da região. Desejávamos encontrá-las a fim de entender melhor quais eram suas prioridades imediatas, e para conhecer os outros elementos interessados em grandes projetos de desenvolvimento nessa bacia multinacional. (...) Nossas organizações se relacionam e trabalham com outras ONGs espalhadas por todo o mundo. Algumas dessas organizações nos têm procurado buscando informações sobre projetos na Bacia do Prata e, por conseguinte, desejaríamos nos inteirar melhor sobre quem, na região, poderia também responder a essas consultas (...) Com respeito ao Projeto Hidrovia as questões que visávamos responder eram as seguintes: 1) quem são os principais atores

---

<sup>7</sup> - Parte da viagem também foi acompanhada por representantes da Damien Foundation, Charles Stewart Foundation e Rainforest Action Network.

<sup>8</sup> - Inicialmente publicado em inglês, esse relatório foi traduzido para o português em 1994 e publicado com o seguinte título: "Considerando a Hidrovia. Um informe preliminar sobre o estado atual do projeto proposto da Hidrovia Paraguai/Paraná.

envolvidos no desenvolvimento da hidrovia e quais são as suas perspectivas nessa proposta de expansão? 2) Qual é o estado atual do Projeto expandido da Hidrovia e seus respectivos estudos de planejamento e qual é o processo de tomada de decisão para sua possível implementação? 3) Qual tem sido o papel desempenhado pelas ONGs e quais funções elas pretendem desempenhar no desdobramento em relação às mesmas? 4) Qual é o nível de conhecimento do público sobre decisões concernentes à hidrovia, e qual o seu envolvimento em relação às mesmas?

Conforme está descrito no relatório, essa viagem oportunizou contatos - alguns diretos, outros indiretos - com as principais ONGs do Cone Sul que naquele momento estavam debatendo-se com os dilemas da Hidrovia, especialmente a Associação Mato-Grossense de Ecologia (AME - Mato Grosso), Ecologia e Ação (ECOIA), Ecotrópica, FORMAD, FORMAT, Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC), Fundo Mundial à Natureza (WWF), Instituto Centro e Vida (ICV), Núcleo de Direitos Indígenas, Rede de Ecologia Social (REDES- Uruguai), Sobrevivência (Paraguai), Sociedade de Defesa do Pantanal (SODEPAN) e Wetlands for the Américas (Argentina).

Na escala dos fatores que contribuíram à conformação de Rios Vivos, essa viagem revelou-se decisiva porque estreitou os laços entre algumas ONGs de um país do Norte com ONGs do Cone Sul. Em termos mais qualitativos, inaugurou canais de interação entre entidades com tradição, características e "filosofia de trabalho" muito distintas. As primeiras são herdeiras de uma tradição associativa e democrática mais antiga e consolidada, dispõem de uma estrutura organizacional mais sólida, acesso às fontes de financiamentos, localizadas no país sede do BID e do PNUD (órgãos financiadores do projeto HPP) e com certa experiência de negociação com essas instituições e de trabalho em rede com outras organizações da sociedade civil. As ONGs do Sul, por outro lado, são expressões contra-hegemônicas de uma cultura política historicamente autoritária e de sociedades civis frágeis. No geral, são mais inseridas socialmente e com trabalho local, mas menos "profissionalizadas", com dificuldades na obtenção de recursos e com pouca tradição de trabalho em parceria e/ou rede com outras entidades civis.

Essa viagem representou uma "abertura de canais", especialmente porque uma parte das ONGs listadas acima assumiram, um pouco mais tarde, um papel decisivo nos trabalhos da Coalizão. No caso específico das ONGs americanas IRN, EDF e BIC, elas não

só passaram a representar Rios Vivos nos USA, fornecendo informações à mídia e a opinião pública em geral, como também auxiliaram nas negociações com o BID e PNUD. O processo de transnacionalização da problemática da Hidrovia e das próprias entidades civis envolvidas, passou a acumular mais um conjunto de experiências importantes.

Ainda em 1993, a organização não-governamental Wetland for the Américas/Humedales para las América, com escritórios nos Estados Unidos e na Argentina, publicou um estudo científico sobre os impactos físicos, biológicos e sociais do projeto HPP, desenvolvido por renomados pesquisadores (<sup>9</sup>) das bacias dos rios Paraguai e Paraná e dos ecossistemas pantaneiros. Em relação às respostas até aquele momento dadas pelas ONGs ao projeto HPP delineado no Relatório Internave, essa iniciativa tanto introduz um conjunto novo de argumentos quanto uma outra lógica de argumentação: menos política e mais científica. A bem da verdade, essa é a primeira produção científica promovida e patrocinada pelas ONGs com o propósito de avaliar os impactos e a viabilidade econômica do megaprojeto Hidrovia. Como está claramente explicitado no Prefácio (1994), "este relatório objetiva, elevar o nível da discussão concernente à Hidrovia ao nível técnico".

O texto é bem documentado, rico em informações e muito enfático em suas conclusões (<sup>10</sup>). Embora fosse pertinente uma reconstrução detalhada de cada uma das partes deste trabalho e de seus argumentos fundamentais, preferimos citar as principais posições que o trabalho assume em relação aos temas mais candentes:

<b>1-Desenvolvimento</b>	"Nós reconhecemos a necessidade crítica de desenvolvimento que existe na América Latina e apoiamos decididamente o conceito de que a mitigação da pobreza é um requisito prévio para o desenvolvimento a longo prazo. Não obstante, se os custos a longo prazo, em termos de degradação ambiental, ultrapassam os benefícios a curto prazo de um projeto mal concebido, então não podemos dizer que estamos falando de desenvolvimento propriamente dito.
--------------------------	---

<sup>9</sup> - Dessa pesquisa participaram os seguintes especialistas: Enrique H. Bucher (Pesquisador do Centro de Zoologia Aplicada da Universidad de Córdoba, Argentina), Argentino Bonetto (Pesquisador do Museo Argentino de Ciencias Naturales da Argentina), Terence Boyle (Pesquisador do Department of Fisheries and Wildlife Biology - Colorado State University USA), Pablo Canevari (Diretor da Humedales para las Américas, Argentina), Gonzalo Castro (Diretor Executivo da Humedales para las Américas em Massachusetts, USA) Paul Huszar (Pesquisador do Department of Agricultural and Natural Resources Economics da Colorado State University - USA) e Thomas Stone (Pesquisador da Woods Hole Research Institute - USA).

<sup>10</sup> - A versão desse trabalho que estamos utilizando é aquela traduzida e publicada no Brasil pelo NUPAU - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP, 1994.

	Depois de tudo, são os habitantes da região afetada os que deveriam ser os beneficiados a longo prazo por qualquer empreendimento que nela tenha lugar" (p. 1).
<b>2- Hidrovia</b>	"Parece inevitável que a Hidrovia irá acelerar as tendências atuais de degradação ambiental e causará vários impactos novos. Os mais preocupantes são aqueles que afetarão o Alto Paraguai, incluindo as áreas úmidas do Pantanal. Muitos impactos são diretos e óbvios, enquanto outros podem ser indiretos e sutis (...) A Hidrovia não é o único meio de fazer chegar os produtos até os mercados e de importar mercadorias. Tampouco se trata do único meio de estimular o crescimento econômico regional e nacional. O fato dos meios alternativos de transporte terem reduzido o papel do transporte fluvial indica a competitividade destas alternativas (...) Para determinar a alternativa economicamente mais eficiente se faz necessária uma análise equilibrada, que inclua de modo específico os custos e benefícios ambientais de todas elas" (p. 1 e 3).
<b>3 -Impactos Diretos</b>	"Se a Hidrovia for construída, os impactos diretos incluirão: alteração do regime hídrico, deterioração da qualidade da água; perda de áreas úmidas; perda do efeito regulador do Pantanal, resultando no aumento das inundações; perda da biodiversidade local, regional e global, particularmente de peixes; declínio da produtividade biológica, especialmente da pesca; e alterações nos padrões das cadeias alimentares. O sistema também perderá complexidade a nível paisagístico" (p. 2).
<b>4 - Impactos Indiretos</b>	"Podem incluir uma maior pressão sobre os recursos naturais; deterioração dos estilos de vida locais; perda do potencial turístico e recreativo; expansão de doenças transmitidas por vetores e impactos secundários, através do desenvolvimento induzido da obra. Os impactos pelo desenvolvimento induzido seriam agravados dada a improbabilidade de que a pesquisa, o planejamento e os mecanismos de controle sejam suficientes para guiar o desenvolvimento de forma adequada e eficiente, tal como tem acontecido em outras regiões da América Latina" (p. 2).
<b>5- Pantanal</b>	"O Pantanal representa claramente a área de maior preocupação, dada sua complexidade hidrológica e sua excepcional riqueza biológica (...) Uma das funções cruciais do Pantanal é diminuir o risco de inundações catastróficas no rio Paraná por impedir a superposição de enchentes excepcionais do Paraguai e do Paraná. Se o regime global for afetado, as medidas mitigadoras e compensatórias serão muito difíceis de planejar e implementar, dadas as implicações em grande escala da alteração do regime de pulsos hidrológicos. Neste caso, a possibilidade de inundações catastróficas rio abaixo se transformará numa possibilidade real"(p. 2).
<b>6- Relatório Internave</b>	"De acordo com o Relatório da Internave, o projeto mostra uma taxa positiva de retorno líquido. Entretanto, é interessante notar que existem erros de cálculo elementares e que a taxa de retorno do projeto é superestimada. O informe da Internave também não identifica nem mede todos os benefícios e custos relevantes do projeto, particularmente os custos ambientais que devem ser agregados aos custos de transporte fluvial" (p. 3).



Com a publicação dessa pesquisa, um recurso novo e relevante é introduzido pelas ONGs na campanha de monitoramento da Hidrovia: o saber especializado. Pesquisadores de reconhecida competência em seus campos de estudo são mobilizados para produzir uma avaliação técnica do projeto HPP e, especialmente, avaliá-lo sob uma perspectiva praticamente negligenciada pelo Relatório Internave, a saber, os impactos ambientais e sociais decorrentes da execução das obras. Aliás, essa publicação obrigou as instituições proponentes do projeto (CIH, BID e PNUD) a considerarem dimensões até o momento pouco ou nada tematizadas. Até 1993, o CIH havia promovido apenas um estudo sobre a Hidrovia e, além disso, tratava-se de um estudo sobre a viabilidade econômica do projeto e não sobre os impactos ambientais.

As denúncias e os desacordos das ONGs em relação à Hidrovia, que há algum tempo vinham sendo explicitados, ganham, agora, uma outra fonte de legitimação. O procedimento científico utilizado para a avaliação do projeto e a linguagem técnico-científica empregada para publicizar os resultados eleva a qualidade e dá mais legitimidade às posições dos atores da sociedade civil. A resposta é dada na mesma linguagem utilizada pelas instituições que propuseram o projeto.

Tão logo publicado, este trabalho tornou-se referência imediata às ONGs envolvidas na campanha da Hidrovia e, em certa medida, obrigou o CIH, BID, PNUD e a opinião pública (nacionais e internacional) a considerarem seus resultados e recomendações. No Prefácio, aliás, os autores explicitam claramente suas expectativas e pressupostos éticos em relação ao trabalho: *"Esperamos que esta contribuição sirva para informar aos responsáveis pela decisão de levar ou não adiante este projeto e esperamos que eles tenham a sabedoria de tomar a decisão que verdadeiramente traga benefícios a longo prazo para os países e habitantes da bacia do Prata"* (1994, p.I). Além de referência, a pesquisa sobre os impactos ambientais e sociais do projeto HPP realizada pela Humedales para Las América pôs em movimento uma estratégia de ação que seria seguida e aprofundada pelas ONGs nos anos seguintes.

A produção de estudos científicos independentes sobre o projeto HPP, especialmente uma avaliação de sua viabilidade econômica e de seus impactos ambientais e sociais foi se tornando uma necessidade cada vez mais imperiosa às ONGs envolvidas na campanha da Hidrovia. Tanto a mobilização das entidades e fortalecimento das

articulações, quanto o poder de convencimento ou o impacto das denúncias realizadas pelas ONGs dependiam de dados científicos consistentes. Como relata Alcides Faria, uma das principais lideranças das ONGs e atual Secretário Executivo da Rios Vivos:

"Nós necessitávamos buscar suporte para ampliar o nosso conhecimento e a nossa capacidade de avaliação dos estudos que estavam sendo feitos pelos Governos. Uma parte importante da estratégia foi buscar novos atores, como os cientistas, que pudessem aportar conhecimentos científicos na avaliação do empreendimento (...) com a ampliação dos conhecimentos dos impactos ambientais, sociais e econômicos, as próprias posições das ONGs vão mudando. Elas vão se tornando mais firmes, mais duras" (Relato de entrevista concedida em 14/05/98, na cidade de Campo Grande - MS).

No segundo semestre de 1993, as ONGs brasileiras CEBRAC e ICV, com o apoio técnico e financeiro do WWF - seção brasileira - dão um segundo passo nessa direção. Dessa vez para analisar a viabilidade econômico-financeira do Relatório da Internave. Percebemos, como afirma Maurício Galinkin, um dos autores do estudo e atual Diretor Técnico do CEBRAC, que a melhor estratégia para enfrentar a questão naquele momento era:

“Produzir um documento que fosse um documento forte numa área em que, provavelmente, os governos não esperassem (...) *Fazer uma análise do projeto sob o ponto de vista econômico-financeiro para depois entrar nas questões ambientais.* Primeiro passo foi produzir um documento base para a discussão geral sob o ponto de vista econômico-financeiro do projeto e também articular a sociedade civil. Esses dois pés eram fundamentais para a campanha. Dentro dessa perspectiva, começamos a trabalhar articulando as ONGs da área ambiental, da área social, dos direitos humanos e tudo mais. (Relato de entrevista concedida em 06/05/98, na cidade de Brasília).

Em setembro de 1994 foi publicado este segundo questionamento técnico-científico ao projeto HPP com um título, por sinal, bastante sugestivo: *Hidrovia Paraguai-Paraná. Quem Paga a Conta?*. Em última análise, o estudo desenvolvido pelas ONGs buscou saber se o projeto HPP delineado no Relatório Internave era capaz de gerar

recursos suficientes para amortizar os empréstimos, remunerar o capital e pagar seus custos de operação, sem precisar que o contribuinte brasileiro arcasse com essa conta. A análise empreendida, como afirmam os autores (1994, p.11) "se dá desde o ponto de vista de um investidor - no caso o contribuinte brasileiro - que busca um retorno de 12% ao ano, no mínimo, do capital empregado na implantação e operação do projeto aprovado pelos cinco países". Depois de analisar o projeto em oito situações diferentes, o estudo chega a conclusões muito enfáticas:

- O marco de referência adotado pelos representantes dos governos dos cinco países para aprovar o *Relatório Internave refere-se a uma situação política, econômica e financeira completamente superada*, adotando premissas que incluem a utilização de recursos públicos para absorver custos que deveriam ser pagos pelo setor privado. O Projeto oficial pretende, ainda, que os governos voltem a "capitanear" a iniciativa de investimentos produtivos, dentro do "modelo" de três décadas atrás, incompatível tanto com a atual orientação política das sociedades quanto com a situação financeira dos governos (p. v - grifos acrescentados);

- O Projeto da Hidrovia exigirá somas incompatíveis com as disponibilidades de recursos dos países nele comprometidos. *A previsão de retorno do investimento é incapaz de cobrir as taxas mínimas necessárias para torná-lo viável* (p.16 - grifos acrescentados);

- O Projeto não tem potencial para dar suporte a um processo de desenvolvimento sustentável na região Centro Oeste brasileira, em especial pelas atividades (apenas produção de grãos, madeira e minérios) que se propõe a incentivar (p.16);

- Os pilares da proposta em análise estão fincados *no mesmo modelo de desenvolvimento até agora adotado no Brasil, que se caracteriza por manter grande parte de sua população em condições sub-humanas e explorar seus recursos naturais sem se importar com os impactos no meio ambiente* (p.17 - grifos acrescentados);

- O Projeto pretende encurtar o leito do rio Paraguai, através de retificações de curvas e fechamento de braços de rio na região que inclui o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e a Estação Ecológica de Taiamã. A legislação ambiental brasileira impede que neles se realize obras como as propostas pelo projeto HPP (p. 17);

- O Projeto é incapaz de tornar os valores dos fretes cobrados pela Hidrovia mais atrativos aos produtores de grãos: o frete deverá se situar em patamares iguais ou superiores aos atualmente cobrados pela Hidrovia em funcionamento, sob pena de reduzir a rentabilidade, já baixa, do empreendimento, ou de diminuir, ainda mais, o número de municípios onde o projeto afirma existir capacidade de competir com outros meios de transporte (p.18);

- O aprofundamento dos canais dos rios Paraguai e Paraná e a retificação de curvas com encurtamento de 62 Km do rio Paraguai, conforme estabelece o Relatório da Internave, provocarão diversos impactos ambientais. O Pantanal perderia, anualmente, cerca de 17 bilhões de m<sup>3</sup> de água. Essa perda representaria uma diminuição, no primeiro ano, da ordem de 26 cm de lâmina de água (p.22);

- Há outras alternativas de desenvolvimento para a região. Uma das alternativas econômicas compatíveis com os ecossistemas do Pantanal, e comparativamente muito mais rentável que a soja é o incremento racional e controlado do Turismo Ecológico, já existente na região. É uma atividade que tem condições de criar, em comparação ao plantio de grãos proposto pela CH, o dobro de postos de trabalho, com uma remuneração média, por trabalhador, três vezes superior, gerando duas e meia vezes mais renda para a região, além de dar melhor perspectiva de vida e de ascensão social para os habitantes da região (p. 23);

- O balanço dos vários aspectos desse Projeto da Hidrovia mostra que se trata de um *empreendimento inviável*, sob o ponto de vista econômico, e que terá um custo financeiro, social e ambiental extremamente alto. Se corretamente informada e consultada, a sociedade brasileira dificilmente irá concordar com a sua implantação (p.23 - grifos acrescentados).

Por meio de uma análise detalhada das principais premissas econômicas do Relatório Internave e das promessas desenvolvimentistas nele presentes, o estudo *Quem Paga a Conta?* demonstrou a inviabilidade econômica do projeto HPP e, similar ao que fez o relatório elaborado pela Humedales para Las Américas alertou para os profundos impactos ambientais que tendem a ocorrer em virtude da execução das obras de engenharia planejadas. Um conjunto novo de argumentos - de natureza mais econômica que ambiental - é inserido no debate da Hidrovia. Especialmente às ONGs envolvidas na campanha, esse

estudo qualificou ainda mais o discurso dessas entidades, demonstrando, entre outras coisas, que a "gritaria" ambientalista tinha razões objetivas de ser.

É importante salientar, ainda, que a publicação desse trabalho, além de tornar-se referência imediata às entidades da sociedade civil, foi matéria em diversos jornais brasileiros importantes (<sup>11</sup>) e, sobretudo, tornou-se fonte de informação segura e de fácil manuseio à imprensa. A linguagem e o formato da publicação, inclusive, atendem ao público que pouco conhecia o projeto HPP e seus prováveis impactos. Ainda que não tenhamos utilizado qualquer metodologia para "medir" a penetração desse material no meio jornalístico, uma leitura atenta das matérias publicadas nos jornais e nas revistas no Brasil sobre a Hidrovia dá indícios claros de que "Quem Paga a Conta?" foi amplamente utilizado como fonte de informação e avaliação qualificada do projeto HPP.

O fato do estudo ter sido elaborado pelas próprias ONGs - WWF, CEBRAC e ICV - e, especialmente, a qualidade dos resultados obtidos, deu ao "*Quem Paga a Conta?*" uma legitimidade impar. Seus resultados, no entanto, tornaram-se mais relevantes porque a publicação deste documento veio acompanhada de uma série de eventos organizados também pelas ONGs com o propósito de discutir a temática da Hidrovia e denunciar seus

---

<sup>11</sup> - Realizamos um levantamento das matérias publicadas em 1994 e 1995 na imprensa escrita brasileira sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná e encontramos nove artigos que fizeram referência direta ao estudo "Quem Paga a Conta?". Como os títulos traduzem o "espírito" das matérias, transcrevemos abaixo as manchetes e as fontes das publicações:

- 1- Hidrovias. Área inundada do Pantanal diminui com Paraguai-Paraná. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 dez. 1994. P. 07.
- 2- Estudo vai definir obras em Hidrovia. Correio do Estado, São Paulo, 31 out.1994. p. 10.
- 3- Contratada empresa para RIMA da hidrovia. Entidade ambiental WWF afirma que o projeto que corta os rios Paraguai e Paraná é inviável. Correio do Estado, Campo Grande, 15 out. 1994, p. 05.
- 4- WWF questiona hidrovia Paraguai-Paraná. Correio do Estado, Campo Grande, 17 out.1994. p. 08.
- 5- Ambientalistas tentam inviabilizar a hidrovia. Jornal A Gazeta, Cuiabá, 28 ago.1994.p. 31.
- 6- Hidrovia Paraguai-Paraná ameaça pantanal. Diário de Cuiabá, Cuiabá, 28 ago.1994. p. 13.
- 7- Hidrovia coloca Pantanal em risco. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 29 ago.1994. s/p.
- 8- Hidrovia Paraguai-Paraná ameaça Pantanal. Entidades não governamentais denunciam que o projeto exige retificação das curvas do rio Paraguai. Correio do Estado, Campo Grande, 29 ago.1994. p. 08.
- 9- Paraná-Paraguai. Relatório do BID alerta sobre os impactos da construção da hidrovia. Ambientalistas analisam o projeto. Gazeta Mercantil, São Paulo, 26 set.1994. s/p.
- 10- Ambientalistas combatem hidrovia do Mercosul. Correio Braziliense, Brasília, 22 jan. 1995. p. 20.
- 11- Estudos sobre hidrovia iniciam em fevereiro. Correio do Estado, Campo Grande, 30 jan. 1995. p. 06.
- 12- Estudado impacto ambiental em hidrovia. Correio do Estado, Campo Grande, 23 mai. 1995.p. 08.
- 13- Hidrovia é defendida pelo vice-governador. A Gazeta, Cuiabá, 19 jan. 1995. p. 05.
- 14- Hell's Highway. Plans to turn one of South America's major waterways into a grand shipping canal have provoked a storm of environmental protests. New Scientist. Nova York, 02 jun.1995. s/p.
- 15- A 2.000 Mile Highway of water for commerce. The New York Times International. Nova York, 27 mai. 1995. s/p.

impactos <sup>(12)</sup>. A produção de pesquisas e a articulação das ONGs locais foram projetadas simultaneamente a fim de que uma colaborasse com a outra no sentido de sensibilizar as sociedades locais, a opinião pública nacional e internacional e os governos a respeito da inviabilidade do projeto HPP <sup>(13)</sup>.

Nos primeiros dias (7, 8 e 9) do mês de setembro de 1994, o FORMAD e o FORMAT, com o apoio financeiro do WWF, organizaram o primeiro seminário nacional a fim de discutir a situação do Pantanal Mato-Grossense, manifestar a preocupação das entidades da sociedade civil ante os processos de degradação ambiental, social e cultural em curso e tornar pública as principais posições das ONGs em relação ao projeto Hidrovia Paraguai-Paraná. Realizado no Município de Chapada dos Guimarães (MT), o seminário contou com a presença de representantes de 45 entidades <sup>(14)</sup> (movimentos sociais, grupos

<sup>12</sup> - As entidades WWF/CEBRAC e ICV organizaram uma série de atividades para tornar público esse trabalho. No dia 26 de agosto, os resultados foram apresentados ao Instituto de Engenharia de São Paulo. Entre os dias 17 e 18 de outubro aconteceu o lançamento nacional do “Quem Paga a Conta” na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, por ocasião de um seminário sobre a Hidrovia. Cópias do estudo foram enviadas ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, à Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, ao Deputado Fábio Feldman, aos Ministérios da Integração Regional, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, IBAMA, CETESB, GEIPOT, BNDES, BASA, SUDAM e a diversos pesquisadores de Universidades brasileiras. No dia 20 de outubro, após o seminário de Corumbá, o estudo foi apresentado a jornalistas especializados em reunião no escritório da Ecopress, em São Paulo, Capital.

<sup>13</sup> - Conforme está descrito no Acordo de Cooperação Técnico-Financeira N°. CBR007-95 (mimeo, p. 7), firmado entre as entidades WWF, CEBRAC e ICV, as estratégias de ação prioritárias à campanha da Hidrovia deveriam ser:

- a) Articular as ONGs locais, buscando fortalecer uma arregimentação política que defenda a conservação do Pantanal brasileiro e atue de modo crítico em relação ao projeto Hidrovia Paraguai-Paraná;
- b) Realizar uma análise econômico-financeira do projeto existente, já que há indícios de “furos” nas argumentações e estatísticas utilizadas.

<sup>14</sup> - As seguintes entidades participaram do encontro: ABES (Associação Brasileira de Engenheiros Sanitários – MS), AEMA (Associação Ecológica e Meio Ambiente – MT), AME (Associação Matogrossense de Ecologia – MT), ARCA (Associação para Recuperação e conservação do Ambiente – MT), BIOCONEXÃO (Instituto Ecológico de Desenvolvimento - MT), CAGUATECA (MS), CEBRAC (Fundação Centro de Referência e Apoio Cultural - Brasília), CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza – MS), CMP (Central de Movimentos Populares – MS), CUT (Central Única dos Trabalhadores - MS), CRC (Consórcio Rio Cuiabá - MT), CRSS (Conselho Regional de Serviço Social – MS), CI (Conservation International – USA), CPAP (Centro de Pesquisa Aplicada do Pantanal – MS), EDF (Environmental Defense Fund - USA), ECOA (Ecologia e Ação – MS), ECOTRÓPICA (Fundação de Apoio a vida nos Trópicos – MT), FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – MT), Fundação Cultural Pe. José Scapini (MT), Fundação Ouro Verde (Alemanha), FUCONAMS (Fundação para Conservação da Natureza – MS), GAIA (Grupo de Apoio a Causa Indígena – MS), GERA (Núcleo de Estudos do Pantanal, Cerrado e Amazônia da UFMT), IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – MT), IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – MS), ICV (Instituto Centro de Vida - MT), Instituto de Biologia UFMT, IPECA (Instituto de Pesquisa Curupira Arara – MT), IRN (International Rivers Network - USA), Instituto Vitae Civilis - SP), Fundação Neotrópica (MS), Movimento Popular de Mulheres (MS), OAB - Comissão de Meio Ambiente - MT, PUC (Pontifícia Universidade Católica de MS), Projeto Grande Pantanal (UFMT), Rotary (MS), SADEPE (MT), SODEPAN (Sociedade em Defesa do Pantanal - MT), SOS MATA ATLÂNTICA (SP), TEZ (Trabalho e Estudo Zumbi – MS), UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), WWF (Fundo Mundial Para a Natureza – Alemanha), WWF

de pesquisa científica, universidades, representantes de associações profissionais, ONGs locais, nacionais e internacionais). Ao final do encontro foi redigida e aprovada uma declaração conjunta, a *Carta de Chapada dos Guimarães*, por meio da qual os participantes registram as seguintes posições.

1 - **“O Pantanal Mato-Grossense, uma das maiores áreas úmidas do Planeta, riquíssimo em biodiversidade, com exuberantes paisagens naturais e uma fantástica rede hídrica, com rios de todos os portes; é lar de uma incrível variedade de flora e fauna, habitado por populações tradicionais, índios, pescadores e fazendeiros; encontra-se hoje em acelerado processo de degradação causado pelos garimpos, desmatamentos indiscriminados, uso descontrolado de biocidas, pesca predatória, esgotos urbanos e poluição industrial;**

2 - Os resultados são a erosão, perda de solos, assoreamento de rios e baías, contaminação química de mercúrio e biocidas, a redução do pescado, a perda do rico patrimônio arqueológico, com conseqüências diretas na vida das populações locais e nas atividades econômicas tradicionais, como a pesca, o extrativismo e a pecuária;

3 - Além disso, **os grandes projetos previstos para a região podem trazer conseqüências irreversíveis para o Pantanal, sua população e toda a bacia do Rio da Prata.** O gasoduto Bolívia-Brasil, a ligação rodoviária com o Pacífico, a Ferronorte, e especialmente a Hidrovia Paraguai-Paraná, todos no contexto do Mercosul, são mega-projetos que estão sendo desenhados e devem ser profundamente estudados antes que decisões definitivas sejam tomadas;

4 - **O projeto HPP prevê um conjunto de grandes obras e alterações no leito e nas margens do rio Paraguai,** retificação de meandros e até fechamento de baías. O maior volume de obras e as maiores alterações no rio estão previstas dentro do Pantanal, **que certamente trarão conseqüências desastrosas, maiores ainda daquelas que ocorreram no Rio Mississipi e no Reno,** locais onde foram feitas Hidrovias semelhantes à que aqui se pretende construir;

5 - **As entidades presentes em Chapada não se colocam contra a navegação, nem contra o transporte hidroviário nos moldes que sempre existiu e ainda existe no Rio Paraguai. Estão extremamente preocupadas com o atual projeto da Hidrovia** que prevê navegação de barcos de grande calado vindo até Cáceres, em Mato Grosso; o que significa também grandes investimentos para a sociedade local que, com exceção dos grupos diretamente interessados, não conhece o projeto, nem suas reais conseqüências. Além disso, **é um projeto de concepção político-institucional ultrapassada, sem viabilidade econômico-financeira, que não considera alguns outros importantes modais de transportes, nem alternativas de desenvolvimento regional;**

6 - Outra preocupação é que os tratados de navegação entre os cinco países que participam do projeto são indefinidos, deixam várias lacunas que praticamente impedem a definição de responsabilidade em caso de acidentes que causem danos ambientais, que poderão ter conseqüências danosas bem ampliadas;

7 - Outra constatação é que várias obras já estão sendo realizadas por iniciativa de diferentes agentes e de forma aparentemente desarticulada, sem estudos de impactos ambientais e sociais, mas que constam do projeto, no chamado Módulo A e que podem inclusive ser reembolsadas, quando da aprovação do projeto pelo BID;

8 - Diante dessa situação e dos prejuízos sociais e ambientais que certamente virá causar, **é**

**urgente e necessário a suspensão de obras que alterem as características da navegação atual até que sejam realizados os Estudos de Impactos Ambientais. Entendem também, que a participação informada da sociedade local é fundamental para o sucesso das decisões que virão a ser tomadas;**

**9 - Assim, os Estudos de Impactos Ambientais, devem favorecer a participação das sociedades locais e nacionais ao longo dos 3.400 Km da Hidrovia, desde a sua formulação e que incorporem, além das variáveis tradicionais, os aspectos culturais e arqueológicos, bem como os impactos nas comunidades indígenas. É necessário que sejam analisadas outras alternativas econômicas e de transportes para a região. Os estudos de viabilidade econômica devem incorporar todos os custos ambientais e sociais, que deverão ser quantificados;**

**10 - É fundamental que os processos de degradação do Pantanal sejam sustados através de medidas emergenciais dos governos e que as Políticas Públicas para toda região sejam reavaliadas à luz dos benefícios e prejuízos que vêm causando para a população e para o meio ambiente. Que sejam reformuladas a partir de estudos científicos e do conhecimento tradicional e estruturadas em um Plano de Desenvolvimento Sustentável, com base em zoneamento e outros instrumentos existentes;**

**11 - As entidades reunidas em Chapada dos Guimarães, reconhecem a complexidade dos problemas ambientais e sociais que envolvem a região e o projeto HPP, e se dispõem a continuar ampliando o seu trabalho, dentro das suas possibilidades e características, para contribuir na busca de soluções e melhorias das condições de vida da população local; através da continuidade e aprofundamento dos estudos técnicos e científicos, bem como, da ampliação da articulação e do debate com diversos setores da sociedade local, nacional e internacional” (15) (Grifos Acrescentados).**

O encontro de Chapada dos Guimarães reuniu entidades de diferentes regiões do Brasil e algumas originárias dos Estados Unidos e da Alemanha. Além de ter mobilizado uma centena de organizações e ter sido um fórum de discussões sobre os problemas do Pantanal e da Hidrovia, esse seminário inseriu, definitivamente, o projeto HPP na agenda das ONGs locais e fê-las tomar ainda mais consciência da necessidade de aprofundar os estudos técnico-científicos e o processo de articulação. Esse encontro precisa ser lembrado como o germe mais importante para o surgimento da Coalizão Rios Vivos. Mobilizou as entidades para uma série de eventos ao longo do segundo semestre de 1994 e, especialmente, ao Seminário Internacional de São Paulo, realizado no mês de dezembro.

A essa altura, no entanto, a preocupação com os impactos do projeto HPP também mobilizava algumas organizações de outros países do Cone Sul, especialmente da Argentina, Paraguai e Uruguai. No mesmo dia em que inicia o Seminário de Chapada dos Guimarães, um grupo de ONGs - 16 ao todo - reúnem-se na cidade de Rosário (Argentina), também com o propósito de avaliar o Projeto HPP. Ao final do encontro redigem um

<sup>15</sup> - Uma versão completa dessa Carta, ver: ICV/ECO/IRN, Dossiê Hidrovia, N° 1, 1995.



documento conjunto exigindo do CIH um estudo completo e participativo sobre os impactos do projeto HPP, além da participação das populações afetadas, comunidades locais e organizações não-governamentais na avaliação do mesmo (<sup>16</sup>).

Embalados pelos resultados e as decisões do Seminário de Chapada, o FORMAD e o FORMAT começaram a mobilizar esforços na organização do Seminário Internacional de São Paulo. Ainda no mês de setembro (dias 17 e 18), as entidades ECOA e ICV organizam um importante seminário na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (cidade de Corumbá), para discutir os impactos da Hidrovia. Além de ONGs e professores universitários de MS e MT, participaram desse seminário um representante do CIH, Dr. Carlos Eduardo D'almeida e o presidente da Internave em exercício na ocasião, o engenheiro Fábio D'almeida.

Nesse Seminário, as ONGs e o representante do Governo brasileiro junto ao CIH, Carlos Eduardo D'almeida, divergiram profundamente. Além de divergências quanto ao conteúdo do Relatório Internave, as ONGs questionaram o fato de D'Almeida ocupar o cargo de assessor do Governo brasileiro para o tema da Hidrovia e, ao mesmo tempo, ser sócio da empresa Internave Engenharia, a mesma que executou os primeiros estudos do projeto HPP, o Relatório Internave. Uma das lideranças das ONGs presentes nesse seminário e Diretor Executivo do Instituto Centro e Vida (ICV), fez o seguinte relato sobre esse episódio:

---

<sup>16</sup> - As seguintes organizações participaram desse seminário: ALTERVIDA (Paraguai), ASOCIACIÓN AMIGOS DA VIDA (Argentina) ASOCIACIÓN SÉCULO XXI (Argentina), BIBLIOTECA ECOLÓGICA (Argentina), CENTRO ECOLÓGICO RENASCER (Argentina), CLUBE ANIMAIS FELIZES (Argentina), FUNDAÇÃO SCHWEITZER (Argentina), FUNDAÇÃO PROTEGER (Argentina), FUNDAÇÃO TRIANGULO (Argentina), GRUPO GENESIS (Argentina), GRUPO NOSSO HABITAT (Argentina), INSTITUTO DE ECOLOGIA POLÍTICA (Chile), PACTO AÇÃO ECOLÓGICA (Uruguai), SOBREVIVÊNCIA (Paraguai), TALLER DE ECOLOGIA DE FISHERTON (Argentina) e TALLER ECOLOGISTA (Rosário - Argentina). Ao final do encontro também redigiram um documento exigindo do CIH o cumprimento dos seguintes itens:

- Um verdadeiro **acesso à informação** : documentos relativos ao projeto devem ser distribuídos com suficiente antecedência para que esses recebam comentários daqueles afetados pelo projeto;
- **Transparência**: o processo de tomada de decisão deve ser claramente definido e respeitado;
- **Participação**: antes de que os estudos sejam entregues (ou suas respectivas partes), esses devem ser apresentados a audiências públicas para que se solicitem comentários sobre os estudos e obras de engenharia a serem realizadas, incluindo a fase de implantação do projeto;
- **Responsabilidade**: para se assegurar a integridade do processo, devem existir mecanismos de apelação de decisões e execução de avaliações independentes dentro de um processo participativo, estudos de viabilidade e outras decisões relacionadas ao projeto. Acreditamos que esse critério deve se reaplicado ao longo do projeto, assim como ao longo de cada parte do projeto. Com isso em mente, as autoridades dos governos e as dos municípios portuários da região têm uma responsabilidade especial". Maiores informações, ver: Dossiê Hidrovia ICV/EOA/IRN, N° 1, 1995.

"O Brasil não se importava muito. Definia as coisas orientadas pelo 'lobby'; colocava as pessoas sem uma devida triagem. O D'Almeida era uma pessoa do 'lobby' das construtoras da Hidrovia. Foi ele mesmo quem fez o Relatório Internave. Quando começou a pressão das ONGs, o Itamarati entrou em campo para acalmar as coisas. O D'Almeida acabou deixando o cargo de assessor porque não conseguia dialogar; só brigava. Não deixava você falar; ele mandava você calar a boca. Era uma pessoa arrogante. Ele dizia que nós estávamos defendendo os caminhoneiros" (Relato de Sérgio Guimarães, em entrevista concedida no dia 23/10/98, na cidade de Colônia - Uruguai).

Maurício Galinkin, Diretor Técnico da Fundação CEBRAC, não foi menos direto: "Durante os trabalhos do seminário, em especial nas apresentações que levantavam dúvidas sobre a proposta da Hidrovia, o representante do CIH desdenhou argumentos, demonstrando uma formação autoritária e tecnocrática, o que certamente dá o tom da linha de conduta da entidade a que hoje está ligado" (17). Em relação ao Relatório Internave, D'Almeida afirmou que o único objetivo do Relatório era conseguir recursos para a realização de estudos posteriores. Sugeriu que ele fosse esquecido e desqualificou qualquer tentativa de crítica às obras de engenharia do projeto HPP, dizendo que elas nem sequer foram projetadas. Nesse seminário, aconteceu o lançamento nacional do estudo "*Quem paga a Conta?*".

No mês de outubro, representantes do FORMAD e do FORMAT viajaram à Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai com o propósito de conhecer as ONGs envolvidas e interessadas no Projeto HPP, suas percepções e expectativas em relação à Hidrovia e convidá-las para o Seminário de São Paulo (18). Em Brasília, entre os dias 12 e 13, o CEBRAC, com o apoio do ICV e suporte financeiro do WWF organizou um "workshop" científico, envolvendo cerca de 20 cientistas e técnicos das mais variadas áreas de conhecimento do Brasil, Paraguai e Estados Unidos a fim de discutir os resultados do

<sup>17</sup> - Afirmação expressa em: Acordo de Cooperação Técnico-financeira WWF/CEBRAC/ICV, N. 2, Brasília, 1994 (mimeo).

<sup>18</sup> - Nos dias 24 e 25 de outubro, realizaram-se três reuniões envolvendo ONGs do Uruguai: a primeira e a segunda ocorreram na sede do IDRC (International Development Research Center), na qual participaram representantes das entidades Red de Ecología Social (REDES), Amigos de la Tierra, Imágenes e técnicos da Divisão do Meio Ambiente do IDRC. A terceira reunião ocorreu na sede da Redes. Entre os dias 26 e 27, em Buenos Aires, foi realizada uma reunião com as ONGs E-LAW e a Fundación Kattan, uma entrevista no programa "Periscópio" da Rádio Cultura e duas pequenas visitas a Wetlands for the America e ao BID. A visita às ONGs do Paraguai ocorreu entre os dias 28 e 29. A ONG paraguaia Sobrevivência organizou uma reunião em sua sede envolvendo outras organizações locais. Essas informações foram extraídas do relatório de viagens em Alternex Ambiente Pantanal. Tópico 38. Dia 11/11/1994.

estudo “Quem Paga a Conta?” e avaliar os principais impactos sócio-ambientais da Hidrovia <sup>(19)</sup>. Atestam, novamente, a completa inviabilidade do projeto HPP e diagnosticam os principais impactos que as obras trarão sobre os ecossistemas da Bacia e sobre as populações afetadas:

- a alteração dos controles geomorfológicos da vazão do rio Paraguai provocaria uma série de alterações na flora e na fauna das áreas úmidas do Pantanal e Chaco;
- o clima regional também seria alterado, com uma tendência a desertificação no longo prazo;
- a destruição de afloramentos rochosos e fechamento de braços secundários dos rios, irá aumentar a velocidade de escoamento das águas e diminuir o volume de água retido na região;
- o secamento das áreas úmidas onde peixes se reproduzem, causado pelo fechamento de tributários e aumento da vazão do rio Paraguai teria um impacto prejudicial sobre a existência de peixes;
- populações ribeirinhas seriam prejudicadas severamente já que seus saberes tradicionais do hábitat natural das áreas úmidas não mais seriam úteis para o seu sustento;
- métodos tradicionais de pesca não mais seriam viáveis;
- a pecuária seria afetada devido ao desaparecimento de pastagens naturais

---

<sup>19</sup> Participaram os seguintes cientistas e técnicos: Aziz Ab’Saber (USP/SBPC), Victor Miguel Ponce (Universidade de San Diego/USA), Antonio Carlos Diegues (NUPAUB/USP), José Bueno Cont (USP), Carolina Joana da Silva (UFMT), Roberto Cavalcanti (UNB), Eduardo Mendes da Silva (UFBa), Cátia Nunes da Cunha (UFMT), Joana Fernandes Silva (UFMT), Ieda Maria Bortolotto (UFMS), Theodoro Irigaray (UFMT/ICV), Maria de Fátima Costa (UFMT), Maria Gabriela Ocariz (Universidad Católica/Paraguai), Sérgio Guimarães (UFMT/FORMAD), Alcides Faria (ECOAFORMAT) Shirley Palmeira (EMBRAPA/NEOTRÓPICA), Eduardo Martins (WWF) Benedita C. Fonzar (UNB), Maria Helena Maroulli (CEBRAC), Maurício Galinkin (Coordenador do Workshop/CEBRAC).

- o processo de especulação da terra e projetos de colonização, projetos econômicos e abertura de estradas aumentariam o valor da terra, conduzindo a expulsão de pequenos sítiantes, comunidades negras e povos indígenas;
- conflitos sociais na região se intensificariam na medida em que a nova fronteira econômica atrairia migrantes pobres de outras regiões, muitos dos quais terminariam nas periferias das cidades da região;
- os efeitos sociais e econômicos do projeto seriam inevitáveis, destruindo antigos saberes e sistemas de vidas tradicionais;
- sítios arqueológicos ao longo do rio Paraguai, em número estimado de até 2000, poderiam ser destruídos (Dossiê Hidrovia, 1995, N°1).

Ao final de 1994, as ONGs envolvidas na campanha da Hidrovia já haviam estreitado seus laços, produzido um conjunto razoável de estudos e avaliações técnico-científicas, consensuado sobre a insustentabilidade do projeto HPP e, também, percebiam a necessidade de prosseguir trabalhando a fim de impedir que os governos implementassem tal projeto. Essa base foi decisiva para que o FORMAD e o FORMAT dessem um novo passo, introduzindo uma outra estratégia de ação: pressionar as instituições promotoras do projeto, especialmente o BID, que se apresentava como o principal financiador. Como descreve Glenn Switkes, Diretor do Programa Latino-americano da entidade americana Internacional Rivers Network (IRN) e membro da Coordenação de Rios Vivos:

" Infelizmente, muitas decisões que afetam a Bacia do Prata não são tomadas dentro da região. São tomadas pelo BID, Banco Mundial, FMI e governo norte-americano. Esta é uma triste realidade (...) Então, para nós, é muito importante construir estratégias e reforçar as estratégias. Há uma maneira de enfrentar estas instituições internacionais. A gente fala que tem que gerar uma trilha de papel. Se nos reunimos com eles, logo depois da reunião, você bate uma carta a eles e com cópias a tal, tal, tal, dizendo que foi bom conversar com o senhor e, só para confirmar, o senhor se comprometeu a fazer isso e isso. Nós vamos esperar até que tal dia seja cumprido. Isso vira conhecimento de todo mundo e vira uma coisa oficial. (...) As ONGs estão em cima da questão e não são 'babacas', as quais se pode falar qualquer coisa, prometer qualquer coisa" (Relato de

entrevista concedida em 29/05/98, na cidade de Colônia - Uruguai).

No dia 28 de outubro é enviada, então, uma carta endereçada ao Presidente do BID, Sr. Enrique Iglesias; ao Administrador do PNUD, Sr. Gustave Speth e ao Sr. Jesus Gonzalez, Secretário Executivo do CIH. Nela, os Fóruns relatam o processo de articulação das ONGs, suas preocupações em relação ao projeto HPP e recomendam atenção a sete pontos básicos e solicitam respostas a outras dez interrogações (<sup>20</sup>). Seleccionamos, abaixo, alguns trechos dessa carta:

"Os Fóruns de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (...) vêm manifestar sua extrema preocupação com a possibilidade de financiamento do BID do Projeto HPP, da forma como está previsto para ser implantado, especialmente na região do Pantanal Mato-grossense. Como todos sabemos, inclusive o Senhor e sua equipe, tal projeto provocará mudanças em grande escala na calha do rio Paraguai e nos padrões de uso da terra na Bacia, o que pode resultar em fortíssimos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos em toda a região, prejuízos que serão, na prática, irreversíveis. Além disso, o projeto reforça uma forma de desenvolvimento insustentável, socialmente perversa e ultrapassada (...) Portanto, sabemos que os Estudos de Impactos Ambientais (...) são extremamente importantes e devem preceder quaisquer decisão de investimento na hidrovia ou em outros projetos de desenvolvimento na região. Para que tenham êxito, é fundamental a participação informada da sociedade local durante todo o processo (...) O processo de tomada de decisões precisa ser transparente, claramente explicitado e documentado (...) Consideramos fundamental tornar públicas todas as informações referentes aos Termos de Referência, estudos preliminares, relatórios, decisões e compromissos financeiros assumidos pelos Governos, a fim de que possam ser analisadas e comentadas pelas populações locais interessadas".

#### **4.3- O Seminário Internacional de São Paulo e o Nascimento da Coalizão**

Realizado entre os dias 08, 09 e 10 de dezembro de 1994, nas dependências do Parlamento Latino Americano, em São Paulo, esse seminário foi concebido durante o

---

<sup>20</sup> - Uma cópia completa da carta pode ser encontrada em: ICV/ECO/IRN. Dossiê Hidrovia, Nº 1, 1995.

encontro de Chapada dos Guimarães para ser um fórum internacional de discussão sobre a problemática da Hidrovia e, sobretudo, uma instância de articulação das ONGs dos países da Bacia da Prata e dessas com outras entidades da Europa e Estados Unidos. Especificamente, esse evento propôs-se a:

- I) ampliar as análises sobre o Projeto HPP, especialmente seus impactos sócio-ambientais;
- II) discutir o modelo de desenvolvimento proposto pelos governos para a Bacia do Prata;
- III) propor alternativas de desenvolvimento em bases ecológicas;
- IV) articular estratégias de acompanhamento e monitoramento do IEA (Estudos de Impacto Ambiental) do Projeto HPP;
- V) exigir do BID, PNUD e CIH a transparência e acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica e de impactos sociais e ambientais.

Com o Seminário de São Paulo, a articulação das ONGs envolvidas na campanha da Hidrovia entra em nova fase. A bem da verdade, todas as atividades desenvolvidas pelas ONGs desde o II Encontro do Grupo Y'Guazú em 1992 tiveram efeitos cumulativos. A cada encontro, seminário, publicação, denúncia, etc., havia um aumento quantitativo e qualitativo do engajamento das entidades. Por isso, o encontro realizado em dezembro não pode ser tomado isoladamente. É parte de um longo processo. Como descreve Sérgio Guimarães, presidente do Instituto Centro de Vida e membro da Coordenação de Rios Vivos:

"A gente veio amadurecendo essa idéia desde 1992, 1993, porque nós percebemos que por meio de uma ação local ou nacional não era possível enfrentar a problemática da Hidrovia. Então surgiu a idéia de criarmos uma ação conjunta. Sempre tivemos a idéia de montar uma estratégia comum de ação que envolvesse as ONGs locais, as entidades dos países do Cone Sul e também as ONGs internacionais. Que nossas ações fossem articuladas. Era um desafio porque as ONGs têm uma tradição de muita independência. Conversamos com as pessoas durante quase um ano" (Relato de entrevista concedida em 23/10/98, na cidade de Cuiabá - MT).

Apesar e, sobretudo, devido a isso, esse seminário marcou uma passagem: a mobilização deixa de ser circunscrita regional e nacionalmente para agregar pessoas, expectativas, demandas e entidades de vários países e ligadas a diferentes campos de atuação. A campanha internacionaliza-se ainda mais, as entidades ampliam sua agenda e decidem criar uma permanente articulação transnacional.

Cerca de setenta entidades da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos, Canadá e Holanda <sup>(21)</sup> participaram desse seminário, representantes do movimento ambientalista, populações indígenas, comunidades tradicionais, direitos humanos, movimentos sociais e Universidades. O BID e o PNUD também foram convidados e estiveram presentes <sup>(22)</sup>. O CIH não enviou representantes. A imprensa nacional dispensou uma considerável cobertura a esse evento <sup>(23)</sup>.

As conclusões do seminário foram sintetizadas numa carta que ficou conhecida como *Carta de São Paulo* <sup>(24)</sup>. Nela, as entidades subscreveram as principais decisões

<sup>21</sup> - Embora essa listagem não esteja completa, segue a relação das entidades presentes nesse seminário:

**BRASIL:** ECOA, UFMS, OAB / MT, USP, VITAE CIVILIS, Associação Índios Kaguateca, CUT, Marinha Mercante, FORMAD, UFMT, Associação Ecológica e Meio Ambientalista, FUNAI, Fundação Água Viva, FORMAT, APOENA, Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena, Fundação S.O.S. Mata Atlântica, Instituto Sócio Ambiental, Instituto Centro e Vida, FUCONAMS, IBASE, Consórcio Intermunicipal do rio Cuibá, AME MATO GROSSO, Fundação Francisco, TEZ - Movimento Negro, UNEMAT, ABES/MS, Fundação CEBRAC, Programa LEAD, CESP, WWF Brasil e Conselho Indigenista de Guarapuava;

**BOLÍVIA:** Asociación Ecologica del Oriente (ASEO), Central de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano (CIDOB);

**PARAGUAI:** ALTERVIDA, Pueblo de la Cuenca del Rio Pilcomayo, SOBREVIVÊNCIA, Red de ONGs Ambientalistas del Paraguai;

**URUGUAI:** IDRC, Sociedad Ecologica San Gabriel, Imagenes;

**ARGENTINA:** Wetlands of the Americas, Taller Ecologista, PNUD, Fundación Kattan, Sociedad Rural Argentina;

**ESTADOS UNIDOS:** C. S. Mott Foundation, Alton Jones Foundation, International Rivers Network, Bank Information Center, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Environmental Defense Fund;

**CANADÁ:** WWF;

**HOLANDA:** BOTH ENDS.

<sup>22</sup> Representando o BID estava Marco Ehrlich e do PNUD participou Jesper Andersen de Buenos Aires. Eles formalmente requisitaram uma proposta de participação pública para a Hidrovia, elaborada pela coordenação (Carta Internacional Rivers Network – Carta de 15 de junho de 1995)

<sup>23</sup> - Diversos jornais de grande circulação publicaram matérias sobre o Seminário. Ver, especialmente:

a) Ambientalistas protestam contra hidrovia. *Folha de S. Paulo* São Paulo, 9 dez.1994. p. 3;  
 b) Criada comissão para fiscalizar projeto. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 13 dez.1994. p. 12;  
 c) Hidrovia Paraguai-Paraná causa polêmica. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 09 dez/12 1994. p. 9-B;  
 d) ONGs discutem impacto de hidrovia sobre Pantanal. *Diário Popular*. São Paulo, 09 dez.1994. p. 03;  
 e) Ecologistas contra a Hidrovia. Discussão no Parlatino. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 10 dez.1994. p. 16;  
 f) Hidrovias. Área inundada do Pantanal diminui com Paraguai-Paraná. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez.1994. p. 07.

<sup>24</sup> - A íntegra da Carta de São Paulo pode ser encontrado em: ICV/ECO/IRN Dossiê Hidrovia, Nº 1, 1995.

expressas na Carta de Chapada dos Guimarães e tornaram pública a criação de *"uma rede internacional de contatos permanentes sobre o tema, entre entidades ecologistas, do movimento social, povos indígenas, comunidades tradicionais e cientistas. Ficou estabelecida, também, uma coordenação integrada por delegados dos países afetados diretamente, comunidade internacional de ONGs e povos indígenas, para o acompanhamento, análise e fiscalização do projeto"* (Item 6).

Decide-se criar uma coalizão internacional. Neste momento, as posições das ONGs em relação à Hidrovia estavam bem mais claras e fundamentadas, assim como havia um consenso a respeito da necessidade de prosseguir e aprofundar as atividades de monitoramento, denúncia e pressão. A decisão de criar uma coalizão, conforme descreve Maurício Galinkin, Diretor Técnico da Fundação CEBRAC e uma liderança decisiva das ONGs na campanha da Hidrovia, foi bastante tranqüila, dando a impressão de algo lógico e espontâneo:

"Eu creio que era uma idéia que já estava amadurecida dentro do movimento ambientalista aqui da América do Sul e entre as ONGs ambientalistas do Hemisfério Norte. (...) Já havia algum acúmulo de experiências de como se trabalhar juntos, mantendo a sua própria identidade em termos de organização e se conhecia experiências que não haviam funcionado, criando hierarquias, estatutos rígidos ou quase pessoas jurídicas. Então já haviam experiências consideradas fracassadas, devido principalmente à forma de organização, que não tinham funcionado. É o caso de tantas redes. Com isso, as pessoas do movimento ambientalista mais experientes (...) tenderam a criar uma coalizão, em que cada instituição mantém a sua identidade, em que não há representação política. Isso foi básico porque senão teríamos que discutir as orientações políticas de cada uma das entidades para se chegar a pontos comuns e divergências que não fossem relevantes. Isso seria um processo longo, doloroso e geralmente acaba inviabilizando a atuação conjunta de um grande número de entidades porque se entra no cerne da orientação de cada uma das instituições que participam. E aí é muito difícil você chegar a um consenso ou a uma base mínima de trabalho. Na Coalizão Rios Vivos, desde o seu início, nunca se entrou em discussão sobre a orientação de cada uma e nem se procurou impor uma agenda política. Isso foi fundamental para o funcionamento. Porque cada instituição mantém sua identidade. (Relato de entrevista concedida em 27/11/98, na cidade de Brasília).



O processo preparatório ao Seminário de São Paulo foi decisivo ao surgimento da coalizão e à definição de alguns contornos básicos. O essencial, no entanto, foi sendo definido nos anos seguintes, inclusive o nome. Uma decisão importante referente ao funcionamento da coalizão, tomada durante o seminário, foi a eleição de uma Equipe de Coordenação. Cada país afetado pelo projeto HPP indicou, ao menos, uma entidade. Para representar e aprofundar os trabalhos da coalizão na Argentina foi escolhida a Fundación Kattan; no Paraguai, a ONG Sobrevivência; no Uruguai, a REDES (Red de Ecologia Social); na Bolívia a Asociación Ecológica del Oriente (ASEO) e a Central de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano (CIDOB); no Brasil, o Fórum Permanente do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (FORMAT) e o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) e dois grupos indígenas a serem escolhidos. Tendo em vista que a principal instituição financiadora do projeto HPP está sediado nos USA - o BID - foi considerada importante a participação da entidade americana International Rivers Network como membro da Coordenação. A ONG holandesa BOTH ENDS foi indicada como representante do continente europeu dada sua importância à captação de recursos e capacidade de mobilização de outras organizações e da opinião pública daquele continente.

Logo após a escolha da equipe de coordenação, seus membros presentes no Seminário de São Paulo reuniram-se pela primeira vez. Como se tratava de uma metodologia de trabalho inteiramente nova à maioria das entidades envolvidas e uma experiência praticamente inédita entre as entidades civis do Cone Sul, tudo precisava ser definido, inclusive o nome da coalizão, objetivos, modo de funcionamento, estratégias de ação, etc. Nessa reunião, poucas decisões referentes a isso foram tomadas. Seis meses depois, durante a II Reunião de Coordenação, realizada na cidade de Assunção, a coalizão é nomeada e sua identidade começa a ser definida.

#### **4.4- Perfil Institucional e “Modus Operandi” da Coalizão**

Em julho de 1995, os consórcios - TGCC e HLBE - contratados para a realização dos estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental já haviam iniciado os estudos, os governos davam mostras de sua convicta vontade política de realizar o projeto HPP, as polêmicas referentes à hidrovía já haviam atingido a opinião pública e a recém criada

coalizão carecia de uma estrutura mínima de funcionamento e de uma proposta de intervenção mais definida. Além disso, a problemática da hidrovía já havia despertado interesse em outras tantas ONGs, Universidades e pesquisadores, de várias partes do mundo, que procuravam informações e, algumas, filiação. Na ocasião em que foi realizada a IIª Reunião de Coordenação, a lista de entidades ligadas à coalizão, já passava de trezentas (25). Era preciso dar respostas a essas demandas e desafios.

<sup>25</sup> - O número de filiados é pouco preciso. No Seminário de São Paulo participaram cerca de 70 entidades. Seis meses depois, o número já havia saltado para 378. Na última listagem a que tivemos acesso (agosto de 1998) totalizavam 263. Apresentamos abaixo o nome das entidades filiadas, classificadas conforme seus países de origem:

#### **BRASIL:**

A Montanha – Associação Feminina de Montanhismo (Curitiba), Associação de Educação Católica de Mato Grosso do Sul (MS), Associação Kaguataka (Campo Grande), Associação dos Índios Guató Canoeiros do Pantanal (Corumbá – MS), Associação dos Feirantes Indígenas (Campo Grande), Associação dos Geógrafos do Brasil (Campo Grande), Associação Indígena de Aldeia de Dourados (Campo Grande), ABES- Associação Brasileira de Engenheiros Ambientais (Campo Grande), ABIPAN – Associação Binacional de Preservação do Pantanal e Meio Ambiente (Campo Grande), Associação Brasileira de Reforma Agrária/MS (Dourados), ADFG – Associação de Defesa Florestal Gaúcha (Porto Alegre), ADIMA – A . S. Ibituruna e Meio Ambiente – (Governador Valadares), AEAMS - Associação dos Engenheiros Agrônomos de MS (Campo Grande), AEC/MT - Associação de Educação Católica (Cuiabá), AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção Ambiente Natural (Porto Alegre), AMEC – Assoc. Ecológica Melgacense, APOENA – Assoc. em Defesa do Rio Paraná e Afluentes (Presidente Epitácio – SP), Aprema Verde (Campo Grande), APREMAVI – Assoc. de Preserv. Meio Ambiente Alto Vale (Brusque – SC), ASEF - Associação dos Engenheiros Florestais (Campo Grande), ASPADAMA – A . P. A. A . D. do Meio Ambiente (Campo Grande), Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico (Campo Grande), BIOCONEXÃO – Instituto Ecológico de Desenvolvimento – (Chapada dos Guimarães), Centro Social de Cultura Nativa (Campo Grande), CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza (Campo Grande), CEBRAC – Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Brasília), CEDAMPO - C. Doc Mov. Populares (Campo Grande), CEDEA – Centro de Est. D. Ed. Ambiental (Curitiba), Central de Movimentos Populares (Campo Grande), Centro Ambiental do Pantanal (Corumbá), Centro Ambiental para la Cuenca del Plata (Curitiba), Comissão dos Direitos Humanos de Corumbá (Corumbá), Comitê Regional Defesa Popular de Dourados (Dourados), Fase – MT (Cáceres), FUCONAMS – Fundação de Conservação da Natureza de MS (Campo Grande), Fundação Francisco (Brasília), Fundação Neotropical do Brasil (Campo Grande), Fundação Água Viva (Florianópolis), Fund. Cult. Pe. José Scampini (Campo Grande), Fundação SOS Mata Atlântica (São Paulo), Instituto GAIA Brasil (Curitiba), Instituto Vitae Civilis (São Paulo), International Rivers Network – Brasil (Cuiabá), IPECA – Inst. De Pesq. Cur. Araras (Chapada dos Guimarães) ITC – Comitê Intertribal Memória Ciência Indígena (Campo Grande), Liga Ambiental (Curitiba) M. A.B. – Matas e Águas Brasileiras (Rio das Pedras – SP), Mater Natura – (Curitiba), GAIN- Grupo Apoio C. Indígena (Campo Grande), IAB – Instituto dos Arq. Brasil/MS (Campo Grande), IBISS – Inst. Bras. Inov. Saúde Social ( Campo Grande), Instituto Centro e Vida (Cuiabá), In Natura (Campo Grande), SALMINUB - Inst. Salm. Dir. Ambiental (Dourados), SEAN – Sect. E. Amb. Nordeste (Natal), SEAPAM - Sociedade Amigos do Pantanal (Corumbá), SPVS - Soc. Educ. Ambiental (Curitiba), SVA – Sociedade Vale do Araguaia – (Nova Xavantina), Movimento dos Artistas pela Natureza (Brasília), Movimento Moradia (Campo Grande), Mov. Popular de Mulheres (Campo Grande), OAB/MS (Campo Grande), Pangea/ Agir Azul (Porto Alegre), Piracema (Bonito - MS), Conservation International (Campo Grande), Comissão Pastoral da Terra (Campo Grande), CRESS – Conselho de Serviço Social (Campo Grande), Central Única dos Trabalhadores (Campo Grande), ECOTRÓPICA (Cuiabá), Ecologia e Ação (Campo Grande), TEZ – Trabalho e Estudo Zumbi (Campo Grande), União das N. Ind. Do C. Oeste/MS (Campo Grande) -74 entidades

#### **BOLÍVIA**

ACEMA (La Paz), AIPE – A . de Inst. Prom. Educacion (La Paz), ASEO – Asoc. Ecol. Del Oriente Bolivia (Santa Cruz de la Sierra), Asociacion Hombre y Naturaleza (Santa Cruz de la Sierra), CEEDI – C. Est. Ecol. D. Integrado (La Paz), CERDET- Centro de Est. De Regionales de Tarija (Tarija), CIDOB – Centro dos

Pueblos Indigenas Oriente Boliviano (Santa Cruz de la Sierra), FOBOMADE – (La Paz), LIDEMA- Liga D. M. Ambiente (La Paz), Natura Bolivia (Santa Cruz de la Sierra), Cruz Verde de Bolivia (Santa Cruz de la Sierra), Ecosistemas del Sur (Asuncion). PROBIOMA (Santa Cruz de la Sierra), Prodena – A . Bolivia Naturaleza (La Paz)

#### **COSTA RICA**

AECO - Asociación Ecologica Costaricense (San Jose)

#### **ESPAÑA**

AGADEN – Asociación Gadiana para Defensa y Estudio de la Natureza (Cadiz), AMERINDIA – (Madrid), Amigos de la Tierra (Madrid), ITACA Amigos de la Tierra (Malaja), Sociedad Biosfera -Amigos de la Tierra (Sevilla)

#### **PARAGUAI**

CERI- Centro de Estudios Rurales Interdisciplinar (Asunción), Sobrevivencia/Amigos de la Tierra (Asunción) Coord. P. Cuenca Rio Pilcomayo (Asunción)

#### **DINAMARCA**

IWGIA – The W. Group Indigenous Affairs (Copenhagen)

#### **URUGUAI**

AUDA – Asociacion Uruguaya Derecho Ambiental (Montevideo), CEUTA – Centro de Estudios U. Tecnol. Apropriadas (Montevideo), CIEDUR - Centro Interd. Est. Sobre Desarrollo (Montevideo), CLAES – Centro Latinoamericano de Ecologia Social (Montevideo), Comité Def. M. Ambiente y R. F. Nueva Palmira (Nueva Palmira), Instituto Lalo Sangalo (Dolores), Linea Verde (Montevideo), GEA - Grupo Educación Ambiental (Montevideo), IMAGENES (Montevideo), Instituto Del Tercer Mundo (Montevideo), Red.J. Latinoamericano D. Sustentable (Montevideo), Red Uruguaya ONGs Ambientalistas (Montevideo), Red Bancos (Red ONGs Bancos Multilaterais de Desarrollo) (Montevideo), REDES/Amigos de la Tierra (Montevideo), ECO – Tacuarembó (Tacuarembó)

#### **ARGENTINA**

Amigos de la Tierra (Buenos Aires), Anaconda (Entre Rios), Centro de Estudios Sociales Rafael Baret Centro Ecologista Renacer (Argentina), CEETAR- Centro d eTecnología Apropriadas de la Argentina (Buenos Aires), CLADES – Centro Latinoamericano de Estudios Socioeconomicos (Buenos Aires), Comision Pro Defensa de La Paz (La Paz), Comunidad de la Cuenca del Nahuel Huapi (Bariloche), Foro Ecologista Parana (Parana), Fundacion Alberto Kattan (Buenos Aires), Fundación Ecológica Buenos Aires (Buenos Aires), Fundacion Proteger (Santa Fe), Grupo Ecologico Cabayu Cuatia (La Paz), INARDES – Inst. Arg. Del Desarrollo Sust. Y Derecho Ambiental (Buenos Aires), ECOVI – Asociacion Ambiental Encuentro com la vida (Parana), Taller Ecologista (Rosario)

#### **COLOMBIA**

Fundacion Gaia (Bogota), Inst. Latinoamericano Serv. Legales Alternativos (Bogota)

#### **ESTADOS UNIDOS**

Arctic to Amazonia Alliance (Vermont), BIC - Bank Information Center (Washington), Coal Sup Amazon T. Environmental (Washington), Friends of the Earth /USA (Washington), Institute for Agriculture and Trade Policy (Minneapolis), International Child Recourse Institute (Berkeley), Sacred Earth Network, Sierra Club (Washington), Pacific Energy and R. Center (San Francisco), Rainforest Action Network (San Francisco), Env. Action Coalition (New York), EDF – Environmental Defense Fund (Washington), World Wise (Sacramento)

#### **HOLANDA**

BOTH ENDS (Amsterdam), Friends of the Earth International (Amsterdam), HIVOS (Deen Haag), CEBEMO (Oegstgeet). NCIV – C. Holands P. Indigenas (Amsterdam), NOVIB, Dutch C. for Indigenous People (Amsterdam), Vereniging Milleudefensie (Amsterdam)

#### **SUÉCIA**

Eco Travel

#### **ALEMANHA**

ARA (Bonn), KOOBRA Cooperação Brasil (78 organizações) , IAO Network (Berlin), Solidaridad (Utrecht), Oro Verde (Frankfurt), Pro Regenwald (Mnchen), Tropenwald e. V. Urgewald (Koln), WEED-Weltwl. Ocol. & Entwicklung e. V. (Bonn).

#### **BÉLGICA**

KWIA- Support G. Ind. People, EEB Oficina Europea Meio Ambiente (Bruxelas), European Alliance with Ind. People (Bruxelas)

#### **FRANÇA**

Alsace Nature (Strasbourg), Nature Center (St Jean de Brays), Environmental Sans Frontire (Paris)

#### **INGLATERRA**

A reunião de Assunção procurou dar uma resposta às questões mais prementes. O primeiro passo foi atribuir um nome à coalizão e definir seus grandes objetivos. Segundo os relatos que seguem abaixo, pronunciados por dois participantes dessa reunião, o nome "Rios Vivos" surgiu após uma ampla discussão e, sobretudo, depois de haverem consensuado que a coalizão não deveria se limitar ao acompanhamento e denúncia do projeto HPP. A hidrovia era a principal preocupação no momento, mas não deveria ser sua única vocação.

### **Relato 1:**

“Em Assunção havia um nome que estava circulando, que era **Hidrovida**. Isso estava quase definido quando se observou que o nome não estava bem, porque (...) ele passava a idéia que nós somos um grupo meramente de oposição à Hidrovia. Era preciso um nome mais amplo, que desse a idéia do que nós queremos. Partindo do pressuposto que a água é a base de todos os ecossistemas, se chegou ao nome Rios Vivos. O nome consegue traduzir: nós não somos um grupo meramente construído para ser contra a hidrovia. Tanto é que hoje a gente trata de megaprojetos no conjunto, a gente trata de temas como a soja, estamos entrando na questão do comércio (Mercosul, Alca, União Européia). E também tratamos da questão dos projetos de desenvolvimento (Relato de Alcides Faria, em entrevista realizada em 14/05/98, cidade de Campo Grande - MS)”.

### **Relato 2:**

"Nós lutamos pela vida e alguém sugeriu hidrovida. Alguns concordavam, outros não. Colocamos em votação e ganhou **Hidrovida**. Esse nome durou uma hora. Na sequência da reunião, alguém falou que esse nome não estava bom. Foi sugerido Rios Vivos. O que nós queremos? Qual é nosso objetivo? Nosso objetivo é que os rios fiquem vivos. Não é só hidrovia (...) Todo mundo percebeu, até as pessoas que tinham

---

Christian Aid – (London), Fundação Francisco/Inglaterra (London), Gaia Foundation (London), Survival International, The Ecologist

#### **SUIÇA**

Berne Declaration (Zurique), Swiss Coal. Of Dev. Organisations (Berna)

#### **NORUEGA**

Fivas (Oslo)

#### **EL SALVADOR**

Prog. Sal. Invet. El D. y M. Ambiente

#### **TAILANDIA**

Project for Ecological Recovery (Bangkok), Towards Ecol. Recovery and Reg Alliance (Bankok)

votado em hidrovida se deram conta que Rios Vivos era melhor. Só quem não gostou muito do nome na hora foi um cacique indígena do Paraguai. Ele falou que não podia aceitar aquele nome porque os índios estavam morrendo. Então como ele podia aceitar o nome de Rios Vivos se os rios estavam mortos. E eu fui a pessoa que falei com ele; foi um momento muito emocionante. Eu me lembro que até chorei na hora. Ele falou aquilo com muita emoção e eu falei que Rios Vivos era um objetivo nosso, que os rios estavam mortos naquele lugar, mas que a alma do rio estava viva e, na medida que existisse um espírito dos rios vivos, a gente iria lutar nessa direção. Foi uma coisa bonita e forte no Paraguai" (Relato de Sérgio Guimarães, em entrevista no dia 23/10/98, cidade de Colônia - Uruguai)".

A coalizão criada em São Paulo passou a se chamar "Coalizão Internacional Rios Vivos: Paraguai-Paraná-Prata". E duas grandes preocupações e/ou objetivos se tornaram prioritários:

- I) La búsqueda de alternativas a grandes megaproyectos de infraestructura, como el de la hidrovía Paraguay-Paraná, que los miembros de Ríos Vivos juzgan social y ambientalmente destructivos;
- II) La segunda inquietud es más amplia y general: ¿cómo encarar al futuro. ? Que hacer con el hambre, la desocupación, la falta de horizontes para nuestros jóvenes. En fin, todo lo que concierne a la dramática situación social y económica que viven las poblaciones ribereñas de la Cuenca del Plata" (Boletim Rios Vivos N. 3, 1997, p.3).

Com esses objetivos e com as demandas e desafios que se avolumavam, algumas decisões organizacionais eram necessárias e urgentes. A Coalizão ainda carecia de uma estrutura organizacional mínima que a permitisse funcionar enquanto coalizão internacional, descentralizada e com um número expressivo de entidades filiadas. Durante a reunião de Assunção, definiram-se papéis e competências aos membros da Coordenação e a outras instâncias criadas (<sup>26</sup>).

<sup>26</sup> - Um relatório detalhado das principais decisões tomadas na reunião de Assunção está em: Brief report of the meeting of the coordination of Rios Vivos. Dossiê N. 3 da Secretaria Executiva. Reunião de Rosário, 1996.

#### 4.4.1. A Coordenação Geral

A Equipe de Coordenação é a principal instância decisória da Coalizão Rios Vivos. Ela delibera sobre as principais diretrizes a serem assumidas e, também, quanto às estratégias a serem adotadas. As entidades que participam da Coordenação funcionam como representantes da Coalizão em seus países de origem, cabendo a elas socializar as informações, organizar campanha envolvendo outros atores da sociedade civil e consolidar o trabalho da Rios Vivos em seu próprio país. Justamente por ser uma coalizão, Rios Vivos não tem sede (física) própria. Sua estrutura funcional está distribuída entre as entidades que fazem parte da Coordenação. A Secretaria Executiva funciona junto à sede da entidade Ecologia e Ação, na cidade de Campo Grande. As Comissões Técnicas também estão distribuídas entre os membros da Coordenação.

A coordenação geral eleita durante o Seminário de São Paulo era composta por nove entidades, representando sete países (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos e Holanda). A essas entidades se somou uma representante dos povos indígenas do Brasil, o ITC (Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena). Entre 1995-1997, a coordenação sofreu poucas alterações. Na Argentina, a Fundacion Kattan cedeu lugar à Taller Ecologista e, na Bolívia, a Asociacion Ecologica del Oriente foi substituída pelo CERDET (Centro de Estudios Regionales de Tarija) e o CIDOB foi substituída pelo PROBIOMA (Productividad, Biosfera y Medio Ambiente).

Em Assunção ficou acertado, ainda, que os membros da Coordenação deveriam se reunir duas vezes ao ano. Apenas em 1996 essa orientação foi efetivamente cumprida. Em 1995 aconteceu apenas uma, realizada na cidade de Assunção, entre os dias 29 e 30 de junho e 01 de julho. Em 96, a equipe se reuniu na cidade de Rosário (Argentina), entre os dias 08 a 12 de março e em Corumbá (Brasil), entre os dias 27, 28 e 29 de outubro. Em 1997, o encontro ocorreu na cidade brasileira de Foz do Iguaçu, entre os dias 22 a 25 de maio. Em 1998, na cidade de Colônia (Uruguai), entre os dias 28 a 30 de maio. E, em 1999, na cidade de Nazaré Paulista (São Paulo) entre os dias 14 a 16 de agosto.

No decorrer de nossa pesquisa de campo buscamos saber os motivos que dificultaram ou impediram a realização dos dois encontros anuais. O fato dos membros se encontrarem em outros seminários ou eventos ao longo do ano, a dificuldade na obtenção

dos recursos e as facilidades de comunicação proporcionadas pelo correio eletrônico foram as três razões mais destacadas. Como observa um dos membros da Coordenação:

"Na verdade, nós temos uma reunião permanente porque o correio eletrônico facilita a troca de idéias. É o tempo todo. Não tem dia em que não tenha alguém enviando mensagens. Tem, no mínimo, dez a quinze e-mail por dia sobre as coisas que estão acontecendo" (Relato de Alcides Faria, em entrevista realizada no dia 14/05/98, na cidade Campo Grande - MS).

#### **4.4.2. A Secretaria Executiva e as Comissões Técnicas**

No mesmo encontro de Assunção, foi deliberada a criação de uma Secretaria Executiva da Coalizão Rios Vivos. A entidade Ecologia e Ação (ECO), sediada na cidade de Campo Grande, foi escolhida para ser a sede da secretaria. Conforme está detalhado no Relatório da II Reunião de Rios Vivos, à Secretaria competem as seguintes tarefas: **a)** Constituição de um banco de dados mínimo sobre o projeto para instrumentalizar a Coalizão; **b)** Recepção e circulação imediata de informações; **c)** Convocatórias; **d)** Logística para reuniões; **e)** Administração de fundos; **f)** Receber e distribuir relatórios de trabalho; **g)** Ponto de contato com organismos oficiais e públicos.

Além da secretaria, foram criadas cinco Comissões Técnicas:

- I- Comissão de Monitoramento e Difusão, sob a coordenação da entidade uruguaia REDES;
- II- Comissão Técnica, sob a responsabilidade da ONG brasileira, Fundação CEBRAC;
- III- Comissão Sócio-Cultural, sob a coordenação da entidade paraguaia Sobrevivência;
- IV- Comissão de Administração, a cargo da Secretaria Executiva ( ECOA);
- V- Grupo de Trabalho Jurídico, sob a responsabilidade da ONG brasileira ICV e da Fundacion Kattan, da Argentina.

No âmbito da Comissão de Monitoramento e Difusão, sugeriu-se a edição de um boletim quadrimestral de comunicação. Entre 1995-1997, foram publicados cinco Boletins Rios Vivos. O primeiro, em maio de 1996; o segundo, em agosto de 1996; o terceiro, em janeiro de 1997; o quarto, em agosto de 1997 e o quinto, em dezembro de 1997.

Do ponto de vista institucional, Rios Vivos é uma articulação transnacional de entidades civis, formada por cerca de 300 organizações não-governamentais ambientalistas, movimentos sociais, organizações indígenas e populações tradicionais da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos, Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Holanda, Tailândia, Suíça, Suécia, Costa Rica, Dinamarca, Colômbia, Canadá, Bélgica, Noruega e El Salvador. Resulta da soma de experiências de intercâmbio e busca conjunta de alternativas ecologicamente sustentáveis e socialmente justas à região da Bacia do Prata. Embora nossa pesquisa limite-se a investigar a Coalizão Rios Vivos na sua relação com o projeto HPP, é fundamental salientar que os propósitos e as atividades de Rios Vivos não se restringem à Hidrovia. A partir de 1995, novas questões foram incorporadas. Além da Hidrovia e da busca de alternativas sustentáveis à região, Rios Vivos monitora o Gasoduto Brasil-Bolívia, as represas de Yacyretá (Paraguai/Argentina), Porto Primavera (Brasil) e Paraná Médio (Argentina).

Rios Vivos, portanto, é uma coalizão e não uma instituição formal. Ela não possui nenhum registro civil nacional ou internacional. É uma articulação que envolve pessoas e entidades de diferentes lugares e de diferentes campos de atuação, que trocam experiências, informações, sentimentos, preocupações e propostas.



## CAPÍTULO V

### ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E OPORTUNIDADES DE PODER DA COALIZÃO RIOS VIVOS ANTE O PROJETO HPP

*"O que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento" (Jacques Rancière).*

A decisão tomada durante o Seminário de São Paulo de criar uma coalizão internacional e instituir uma equipe de coordenação distribuída nos diversos países do Cone Sul, Europa e Estados Unidos, inaugura uma nova fase na campanha das ONGs em relação à Hidrovia. Menos uma ruptura e mais uma garantia de continuidade, a coalizão surge vocacionada a aglutinar, fortalecer e coordenar os esforços de diferentes organizações civis que, a um certo tempo, vinham analisando - e algumas denunciando - o projeto HPP. Tão importante quanto "somar esforços", era incorporar na campanha as inúmeras e plurais experiências acumuladas tanto pelas pequenas organizações com trabalho local, quanto pelas entidades mais estruturadas e experientes em pesquisa, mobilização da opinião pública, "lobby" e negociação com governos e agências financiadoras.

Esses grandes objetivos internos e as atribuições delegadas aos membros da Coordenação e às entidades participantes da Coalizão, descritas no capítulo anterior, são partes de um outro grande propósito: converter a recém criada Coalizão Rios Vivos num ator civil

transnacional, legítimo e competente para questionar o megaprojeto da Hidrovia e propor outras alternativas de desenvolvimento à Bacia do Prata. Importante salientar que essa finalidade política de Rios Vivos enobrece-se de atualidade logo após o surgimento da coalizão.

Em fevereiro de 1995, os consórcios HLBE e TGCC assinam os contratos com o CIH para a realização de novos estudos do projeto HPP, dessa vez para avaliar tanto a viabilidade econômica do projeto, quanto a viabilidade técnica e os impactos ambientais. Depois de passados quase cinco anos da publicação do primeiro esboço do projeto - o Relatório Internave - e acumulado tantas críticas, os governos e as agências financiadoras alocam recursos e iniciam a elaboração de um novo projeto HPP. Novo, justamente porque os resultados desses estudos e as recomendações feitas pelos consórcios pouco ou nada têm a ver com o primeiro. Rios Vivos, portanto, nasce e desenvolve-se no mesmo espaço cronológico da elaboração do segundo projeto HPP.

Este capítulo, conforme sugere seu título, pretende reconstruir e analisar esses dois processos no período entre 1995 e 1998.

### **5.1. Uma Proposta de Participação Pública**

Para as entidades da sociedade civil envolvidas na campanha da Hidrovia sempre esteve muito claro que o sucesso de suas mobilizações dependeria, em grande medida, da capacidade de influenciar as principais instituições responsáveis pelas decisões, especialmente a principal agência financiadora do projeto, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em outubro de 1994, o FORMAD e o FORMAT enviam uma **carta** ao BID, PNUD e CIH e, com ela, manifestam a firme intenção de influir no processo decisório e solicitam a essas instituições que criem canais de negociação com os diferentes atores da sociedade civil (<sup>1</sup>). Em dezembro, por ocasião do Seminário Internacional de São Paulo, essas agências são convidadas a discutir com as ONGs e demais entidades presentes, os impactos do projeto HPP.

---

<sup>1</sup> A íntegra da carta pode ser encontrada em: ICV/ECO/IRN. Dossiê Hidrovia, N. 1, 1995.

No conjunto da programação do Seminário, a manhã do dia 09 foi destinada ao CIH, BID e PNUD para que apresentassem a "visão oficial" do projeto. O PNUD foi representado por Jasper Andersen e o BID, por Marco Ehrlich. O CIH não enviou qualquer representante.

A tomar pelas declarações de Marco Ehrlich reproduzidas nos jornais, as posições do BID nesse seminário foram bastante cautelosas. O Banco, afirmou Ehrlich, "não reconhece os estudos preliminares sobre a hidrovia feitos pela Internave e, por enquanto, não tem nenhum compromisso em financiar a obra" <sup>(2)</sup>. Ante à solicitação das ONGs por acesso às informações, transparência e participação nos processos decisórios, os representantes do BID e PNUD solicitaram à Equipe de Coordenação recém instituída que redigisse uma *proposta de participação pública*.

Em janeiro de 1995, a proposta <sup>(3)</sup> foi enviada ao BID, PNUD e CIH. No item II, Letra A, as ONGs sintetizam os "Princípios Gerais" que, segundo elas, precisam ser devidamente considerados ao longo do processo decisório:

- *É necessário especificar os mecanismos de maneira clara e aberta para que as ONGs e o público obtenham dados, informes, etc., assim como um lugar bem definido onde se possa obter os documentos;*
- *Os documentos-chave e informações mais importantes devem estar disponíveis nos idiomas da região, ou seja, em espanhol e em português;*
- *Deve haver convocação pública às reuniões, audiências públicas, assim como prazos para revisão e comentários e datas das decisões. Na maioria dos casos, a convocação deve ser feita com pelo menos seis semanas de antecedência;*
- *Os acordos feitos pelo BID, PNUD, CIH e funcionários governamentais durante as audiências públicas, as consultorias e as reuniões devem ser registrados e distribuídas. Os mecanismos para se responder às apresentações orais e escritas devem ser definidos com clareza;*

---

<sup>2</sup> - Trecho de entrevista publicado em: Área inundada do Pantanal diminui com Paraguai-Paraná. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 14 dez. 1994. p. 07.

<sup>3</sup> - Uma versão completa da Proposta de Participação Pública pode ser encontrada em: ICV/ECOIA, IRN. Dossiê Hidrovia., N. 1, 1995.

- *O papel das ONGs, do público e dos setores afetados em diferentes procedimentos devem ser definidos com clareza;*
- *Serviços de interpretação e facilitação devem estar disponíveis e serem utilizados nas audiências e consultas públicas;*
- *Os recursos adequados devem estar disponíveis para se executar o plano de participação do público;*
- *Deve ser dada a devida consideração aos meios necessários para a consulta dos grupos que possam ser afetados pelo projeto proposto, os quais apresentam características sociais, culturais e linguísticas diversas.*

Essa proposta de participação pública foi discutida com o BID e o PNUD nos meses seguintes. No dia 21 de fevereiro, o então responsável pelo Departamento Ambiental do BID, Marco Ehrlich, reuniu-se em Washington com representantes de três ONGs americanas membros da Coalizão Rios Vivos - EDF, IRN, BIC - para discutir a proposta. Em abril, alguns representantes da Coalizão Rios Vivos do Brasil, Paraguai e Uruguai também discutiram a proposta, em Nova York, com Emma Torres e Marco Borsotti, ambos funcionários do PNUD. Em 22 de junho, na cidade de São Francisco (USA), o então administrador do PNUD, Sr. James Gustave Speth, foi novamente pressionado pelos membros do International Rivers Network, Environmental Defense Fund e Pacific Environmental and Resources Center a responder concretamente às demandas formuladas na proposta.

No final de junho, outra tentativa de negociação e uma nova recusa. Por ocasião de sua II Reunião de Coordenação realizada na cidade de Assunção, entre os dias 29 e 30 de junho e 01 de julho, a Coalizão Rios Vivos voltou a convidar o BID, PNUD e o CIH para discutir mecanismos de participação da sociedade civil. O BID e o PNUD enviaram representantes, mas o CIH novamente ignorou o convite. Interpretada como evidência de desinteresse, essa nova ausência do CIH leva as ONGs presentes (<sup>4</sup>) a redigirem a *Carta de*

---

<sup>4</sup> - Dessa reunião participaram as seguintes entidades:

**Brasil:** ECOA, ICV, ITC; CEBRAC

**Argentina:** FUNDACIÓN KATTAN

**Uruguai:** REDES - AMIGOS DE LA TIERRA

**Paraguai:** SOBREVIVÊNCIA - AMIGOS DE LA TIERRA E COORDENADORA DE LOS PUEBLOS INDIGENAS DE LA CUENCA DEL RIO PILCOMAYO

**Bolívia:** ASEO, CIDOB E LIDEMA

*Asunción* <sup>(5)</sup>, um manifesto no qual denunciam a incoerente e insensível postura das instituições responsáveis pelo projeto em relação às demandas formuladas pelas organizações da sociedade civil e pedem a imediata **suspensão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e de impacto ambiental** que vinham sendo desenvolvidos pelos consórcios HLBE e TGCC. Transcrevemos abaixo os principais trechos desta Carta:

“ ... Es notorio que hasta ahora todos los esfuerzos hacia un diálogo abierto entre los actores oficiales y la sociedad civil han sido iniciativa únicamente de las ONGs, en buena fe, con la expectativa de las promesas del PNUD y el BID de iniciar un proceso efectivo. Es evidente para todos la gran incoherencia que existe entre las diferentes agencias involucradas en el proyecto. En efecto, ha sido siempre incierto para nosotros quiénes son los últimos responsables para tomar las decisiones acerca de la participación. Hasta el momento no hemos recibido ninguna respuesta oficial a nuestras preocupaciones y pedidos de información. Es preocupante que la poca información hasta ahora recibida por nosotros, que debía ser directamente accesible en cada uno de los países signatarios del proyecto, ha sido obtenida de manera informal y casual. Esto, definitivamente, no es lo que nosotros entendemos por participación y transparencia, conceptos cuya definición hemos establecido en todas nuestras cartas y propuestas anteriores. Los términos de referencia para los estudios de impacto ambiental incluyen provisiones inadecuadas para la participación pública; sin embargo, el Plan de Trabajo de los estudios ambientales, a pesar de todas las informaciones de los oficiales del BID y del PNUD, no incluyen ni siquiera las más básicas provisiones para la participación de la Sociedad Civil (...) Es claro que los estudios en curso no tendrán ninguna utilidad en la identificación de los impactos ambientales y mucho menos podrán ser utilizados en la definición del proyecto. Por todo lo arriba expresado, es urgente que los estudios sean suspendidos hasta que las siguientes condiciones sean satisfechas:

- Se discutan y definan de común acuerdo, mecanismos de participación pública significativa en el proceso de los estudios;
- Se hagan inmediatamente disponibles todos los documentos relativos a los estudios ambientales, de ingeniería y

---

USA: IRN, BIC

Holanda: BOTH ENDS

Alemanha: WWF

<sup>5</sup> - Cópias dessa carta foram enviadas aos Sr.'s Marko Ehrlich (BID), Marco Borsotti (PNUD) e Jesus Gonzalez (CIH). A íntegra da Carta de Asunción pode ser encontrada em Dossiê N. 3. Secretaria Executiva. Reunião de Rosário, 1996.

económicos, incluyendo planes de trabajo, propuestas, informes de avance, informes de campo, etc;

- Se establezcan centros de información nacionales y regionales para asegurar el libre acceso del público a estos documentos, oficialmente traducidos a todas las lenguas de los pueblos de la región;

- El BID, el PNUD y el CIH aseguren que todas las informaciones y materiales recolectados y producidos por los consultores, sean de dominio público y estén disponibles en los centros de información nacionales y regionales;

- Se garantice la participación de las ONGs en todas las reuniones del Comité Intergubernamental de la Hidrovía y sus comisiones técnicas, en calidad de observadores;

- Que los gobiernos se comprometan a no emprender obra alguna de ingeniería, directa o indirectamente relacionada con la Hidrovía hasta que los estudios de impacto ambiental sean concluidos, discutidos y públicamente aprobados;

Por último, reiteramos que (...) es imperativo que el PNUD, el BID y los gobiernos de la región aseguren que la sociedad civil pueda influenciar significativamente el diseño y evaluar alternativas a este emprendimiento. Solamente así nos estaremos dirigiendo hacia un desarrollo social y ecológicamente sostenible.”

Comparada com as cartas anteriores endereçadas ao BID, PNUD e CIH, essa apresenta um ingrediente novo. Seu conteúdo e "tom" transparecem um certo grau de indignação. Apesar de todas as tentativas, até aquele momento nada de substantivo as ONGs haviam conseguido. Nem acesso aos documentos e estudos e, tampouco ainda, a garantia de participação no processo decisório. Como está descrito na principal revista da Coalizão Rios Vivos (Boletim Rios Vivos, N.º. 1, 1996, p.10), em todos os contatos com o BID e PNUD "foi nos dada segurança que se abriria imediatamente um mecanismo de participação significativa da sociedade civil no processo dos estudos ao projeto, mas isso, até hoje, não se concretizou".

O reduzido sucesso nas negociações com as instituições promotoras do projeto HPP, foi o fator decisivo à feitura da *Carta de Asunción* e, com ela, o pedido de suspensão dos estudos. É mister salientar, no entanto, que desde o segundo semestre de 94, as posições das ONGs em relação à Hidrovía vinham se tornando cada vez mais claras e fundamentadas. A indignação que estamos nos referido já não se limitava ao caráter pouco transparente e

democrático do projeto; era, também, com o próprio projeto HPP. Os seminários e os estudos técnico-científicos promovidos pelas ONGs vinham oferecendo subsídios às posições de recusa.

Em abril, durante a II Reunião Especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na cidade de Cuiabá (MT), o projeto HPP foi o pilar das discussões. O então Presidente da SBPC e renomado pesquisador do Pantanal, Aziz Ab'Saber, mobilizou uma sólida argumentação durante todo o encontro para demonstrar a inconsistência do projeto HPP. Em entrevista ao *Jornal A Gazeta* <sup>(6)</sup> Ab'Saber resumiu suas posições e criticou os ardorosos defensores do projeto ao dizer que:

"Há necessidade de muitos estudos para previsão de impactos físicos, ecológicos e sociais e também dos impactos sobre a rentabilidade desta estrada frente aquilo que já existe (...) Ela [a hidrovia] tem problemas, em que pese a opinião das pessoas que, com muita emotividade, atribuem à Hidrovia Paraguai-Paraná a salvação de Mato Grosso. Não sei, talvez seja até a salvação de empreiteiras se ela for feita. E não é essa a preocupação dos cientistas brasileiros".

As posições de Ab'Saber sobre a hidrovia já eram bastante conhecidas pelas ONGs, inclusive porque esse cientista já havia participado do Workshop Científico em Brasília e proferido uma conferência durante o Seminário Internacional de São Paulo. Para algumas lideranças políticas de Mato Grosso e parte da mídia local que aclamavam a Hidrovia como uma espécie de redenção à região Centro-Oeste brasileira e alternativa de desenvolvimento econômico e geração de empregos, essas afirmações caíram como um raio. Na solenidade de abertura da reunião da SBPC, o então Governador do Estado e um dos principais defensores da Hidrovia, Dante de Oliveira, ouviu de Ab'Saber que "Mato Grosso caminha no sentido contrário à história se adotar essa hidrovia como prioridade" <sup>(7)</sup>. Na mesma solenidade, Dante de Oliveira voltou a enfatizar a importância estratégica da Hidrovia à economia de Mato Grosso e sua inserção no mercado do Cone Sul, mas acrescentou que seu governo é inteiramente contra o projeto HPP, esboçado pelo Relatório Internave. Na mesa-redonda

---

<sup>6</sup> - Ver: SBPC é contrária à Hidrovia Paraguai-Paraná. *Jornal A Gazeta*. Cuiabá, 23 abr. 1995.s/p.

"Hidrovia Paraguai-Paraná: Análise Crítica", o então Vice-governador, Márcio Lacerda, reiterou as afirmações de Oliveira sobre o Relatório Internave, qualificando-o de "loucura absoluta", mas rebateu as críticas dos cientistas e das ONGs à Hidrovia, dizendo que estão polemizando sobre algo que não existe: "Acho que há muita desinformação a respeito da Hidrovia Paraguai-Paraná. O projeto nem sequer está pronto. Só foi recentemente contratado pelo Comitê Intergovernamental dos cinco países" (<sup>8</sup>).

A reação mais veemente às posições de Ab'Saber veio da cidade de Cáceres, de seu então Prefeito e do Presidente da Câmara de Vereadores. Ambos foram unânimes ao afirmar a existência de um "lobby" internacional contra o projeto HPP. O Prefeito Municipal, Antonio Fontes, qualificou de absurdos os argumentos contrários à hidrovia: "Dizer que a implantação da hidrovia irá afetar o mundo físico, ecológico e aquático do Pantanal é um dos maiores absurdos que podemos ouvir". O vereador Masato Nakahara não foi menos enfático: "Existem interesses de grupos internacionais dispostos a derrubar Cáceres" (<sup>9</sup>).

Uma análise das matérias publicadas nos jornais de Cuiabá durante a SBPC (<sup>10</sup>) deixa claro que esse evento gerou polêmica e intrigou a muitos, especialmente os que defendiam apaixonadamente o projeto HPP sob o pressuposto de ser uma alavanca ao desenvolvimento econômico de Mato Grosso e da região. As posições contrárias à construção da Hidrovia, defendidas por uma instituição científica brasileira com alta credibilidade irritou o grupo favorável ao projeto, mas essa não foi a única razão. As afirmações de Aziz Ab'Saber eram praticamente idênticas àquelas que, há muito tempo, vinham sendo feitas pelas ONGs da região Centro-Oeste brasileira e de outras regiões. Com a aderência ou sintonia da SBPC, já não era mais possível continuar ignorando as denúncias feitas pelas entidades da sociedade civil. Ao invés de um complô de interesses contra a Hidrovia e contra Cáceres, havia, sim, um trabalho de colaboração e/ou parceria entre pesquisadores e ONGs. O evento reuniu cerca de 6.000 pessoas e as entidades ligadas à Coalizão Rios Vivos (algumas) não só estavam presentes, como também viram mais uma vez confirmadas suas posições.

---

<sup>7</sup> - Ver: SBPC. Polêmica. *Jornal A Gazeta*. Cuiabá, 24 abr. 1995.

<sup>8</sup> - Ver uma série de reportagens sobre a SBPC publicadas nos jornais de Mato Grosso, compilados no *Clipping SBPC - Cuiabá*. Hidrovia Paraguai-Paraná. Instituto Centro de Vida, 1995.

<sup>9</sup> - Idem.

<sup>10</sup> - Ibidem.



Os seminários, de fato, vinham fortalecendo a articulação entre as ONGs e consolidando suas posições. Poucos dias (19 e 20 de abril) antes da realização do encontro da SBPC no Brasil, as entidades WWF (seção boliviana), Humedales para Las Américas e Comité Boliviano de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN) haviam promovido na cidade de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) o Seminário Internacional "*Impactos Ambientales de la Hidrovia Paraguay-Paraná, en el marco del desarrollo sostenible en Bolivia*". Além de inúmeras ONGs da Bolívia e de outros países do Cone Sul, desse evento também participaram representantes do PNUD e do governo boliviano (<sup>11</sup>).

## 5.2. Uma Denúncia Internacional Midiatizada

Em agosto de 1995, um novo e importante recurso é introduzido na campanha de monitoramento da Hidrovia pela sociedade civil. A entidade ambientalista internacional WWF, com a colaboração da Fundação CEBRAC e ICV, mobilizou sua privilegiada estrutura organizacional, sua experiência em campanhas de mobilização da opinião pública e consciência ecológica por meio da mídia eletrônica e sua imagem, para produzir um vídeo-denúncia sobre os danos ambientais que o projeto HPP poderia provocar no Pantanal. Editado em inglês, com cerca de 5 minutos de duração e exibindo belíssimas imagens da fauna, flora e do povo pantaneiro, o vídeo foi projetado para servir como material jornalístico à televisão.

No título, uma síntese do conteúdo e das principais posições que o WWF vinha defendendo desde a publicação do estudo *Quem Paga a Conta?: Pantanal: Draining a World Treasure*. No Brasil, uma denominação mais direta e afirmativa: *O Pantanal vai virar sertão*. Na sucessão das imagens, sintéticos comentários sobre o Pantanal, as ameaças que o projeto HPP representa e depoimentos de três destacados ambientalistas, naquele momento envolvidos na campanha Hidrovia. Tomamos uma tradução em português elaborada pelo próprio WWF

---

<sup>11</sup> - Cinco grandes recomendações emergiram desse Seminário: (1) Garantizar una participación activa en el proceso, desde el punto de vista boliviano; (2) Fortalecer aspectos legislativos e institucionales; (3) Evaluar los impactos económicos del proyecto y los impactos ambientales directos, indirectos y acumulativos; (4) Garantizar transparencia en el proceso a todo nivel y participación de la sociedad civil en la toma de decisiones, en particular de aquellas poblaciones que se verán más afectadas por la Hidrovia; (5) Seguir y acompañar en forma responsable por los diferentes actores sociales, el proceso de desarrollo del proyecto. Maiores informações ver: Recomendaciones Finales del Taller sobre la Hidrovia Paraguay-Paraná, 1995. (mimeo).

na ocasião do lançamento desse vídeo em Brasília e reproduzimos abaixo os trechos mais importantes e os depoimentos de Eduardo Martins (WWF), Sérgio Guimarães (ICV) e Gonzalo Castro (WWF):

" ... A organização conservacionista WWF alerta que se o projeto HPP for implementado como planejado, poderá causar danos catastróficos e irreversíveis ao Pantanal".

**Depoimento 1: Eduardo Martins** - "A Hidrovia é um projeto absurdo porque vai drenar a água do Pantanal para os rios apenas para que cargas sejam transportadas".

**Depoimento 2: Sérgio Guimarães** - "Estudos revelam que o projeto não é economicamente viável. Trata-se de um projeto muito caro e um tipo de intervenção desacreditada, em que os governos precisam mobilizar recursos na cifra de US\$ 1.9 bilhões"

**Depoimento 3: Gonzalo Castro** - "O WWF considera que o projeto da Hidrovia precisa ser cuidadosamente analisado. Nenhuma obra deveria ser iniciada no Pantanal sem que os estudos de impacto ambiental sejam concluídos".

"(...) O WWF afirma que existem alternativas para o projeto da Hidrovia que são mais baratas, com menor impacto ambiental e também capazes de promover o desenvolvimento da região".

No dia 07 de agosto, o WWF reuniu a imprensa em sua sede brasileira, na cidade de Brasília, e anunciou o lançamento mundial da campanha. No mesmo dia, cerca de 300 emissoras de televisão do mundo começaram a receber cópias do vídeo ou imagens dele transmitidas, de Londres, por satélites. No Brasil, as imagens circularam nos principais telejornais da noite do dia 07, inclusive no Jornal Nacional, da TV Globo. Ulisses Lacava, então Coordenador de Comunicação do WWF (seção brasileira), comenta abaixo o papel desempenhado pelo WWF naquela ocasião e analisa a repercussão do vídeo:

"Os vídeos 'new release' são instrumentos que a gente utiliza para levantar determinados assuntos, colocá-los em discussão e pressionar as autoridades (...) A gente calcula que umas trezentas emissoras em todo o mundo receberam este material por satélite ou por fita mesmo (...) E esse vídeo causou uma grande repercussão. Neste dia, ele foi para os principais telejornais da noite, como uma denúncia que o WWF fazia sobre o Projeto HPP. Até então, o projeto era desconhecido do grande público. Causou uma reação imediata do Governo brasileiro, que emitiu uma nota oficial criticando o WWF, dizendo que a entidade estava tendo uma

atitude leviana. Mas quinze dias depois, no dia 22 de agosto, o governo convidava o WWF para participar de uma reunião do CIH, representando as entidades envolvidas e aí ficou acertado que as organizações da sociedade civil iam ser informadas do processo. Diante da pressão feita, o próprio governo passou a reavaliar o projeto. (...) A principal contribuição que o WWF deu nesse caso, foi a sua estrutura de rede que permitiu que a pressão ultrapassasse as fronteiras locais. Por ser um projeto internacional, que envolve todo o Mercosul, isso foi importante. Nós estamos presentes na Argentina, temos contato com entidades no Uruguai, Bolívia e, naturalmente, a própria pressão feita em Washington, pelo WWF-USA. Quer dizer, a gente aciona a rede e atua como rede" (Relato de entrevista realizada em 07 de maio de 1998, na cidade de Brasília).

Além da televisão, o vídeo foi noticiado pela imprensa no Brasil <sup>(12)</sup> e em outros tantos países. Embora seja impossível indicar com precisão quais foram as reais repercussões desse vídeo, a correlação entre alguns fatos posteriores ao lançamento nos permitem algumas deduções. Como descreve Lacava na entrevista acima, o Governo brasileiro imediatamente emitiu uma nota qualificando de leviana a atitude do WWF. Marcelo A. Moraes Jardim, então Ministro da Divisão da América Meridional do Itamaraty, definiu o vídeo de "inteiramente infundado" <sup>(13)</sup>.

No dia 11 de agosto, durante V Congresso de Ornitologia Neotropical, na cidade de Assunção e na presença de representantes do PNUD, CIH e de algumas organizações da sociedade civil (WWF, CEBRAC, Humedales para las Américas...) o enviado do BID, Marc Dourojeanni, fez afirmações muito enfáticas. Mais que o conteúdo, a ênfase revela algo novo. No mínimo, uma posição clara do BID. Dourojeanni considerou os estudos de impacto ambiental como prioritários para qualquer financiamento. Afirmou, ainda, que:

"Hay mucho pan todavía por rebanar antes de que los bancos, y nuestro Banco, en particular, inviertan en el proyecto. Nosotros vamos a hacerlo solo cuando estemos **absolutamente seguros** de

---

<sup>12</sup> - Ver, especialmente:

1- Hidrovia pode secar a região pantaneira. *Correio do Estado*, Campo Grande, 08 mai. 1995. s/p.;

2- Vídeo-Denúncia. ONG diz que hidrovia vai destruir Pantanal. *O Globo*. Rio de Janeiro, 08 ago. 1995. p. 15;

3- Até ecologistas dizem não a hidrovia. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 14 ago. 1995. p. 13;

<sup>13</sup> - Afirmação expressa em: "Vídeo-Denúncia. ONG diz que hidrovia vai destruir Pantanal". *O Globo*, 08 ago.1995. p. 15;

que económica, social y ambientalmente esa (la hidrovia) es la mejor opción para la región" (<sup>14</sup>) (Grifos Acrescentados).

Antecipou, também, que o projeto HPP seria incluído na "Categoria 4", que agrupa as propostas de financiamento com altíssimo risco ecológico e que precisam de estudos mais severos (<sup>15</sup>).

Pequenas, mas substantivas mudanças de posição estavam em curso no âmbito do BID e do CIH. Em julho, em sua XIX<sup>a</sup> Reunião, realizada em São Paulo, o CIH decidiu dar maior prioridade às questões ambientais e criou o Grupo Assessor Ambiental. No inciso V da Ata Final registraram a decisão:

"Tendo em conta a importância do Tema Ambiental, houve consenso sobre a necessidade de hierarquizar o Grupo Técnico Ambiental, elevando-a à categoria de Grupo Assessor Ambiental e solicitar aos países membros que, para a composição do mesmo, designem funcionários de alto nível com representatividade e conhecimento da política ambiental de seus respectivos Governos".

Agendaram, ainda, uma Reunião Extraordinária dos Chefes de Delegação do CIH para o dia 22 de agosto na cidade de Buenos Aires, com o propósito de discutir mais pontualmente as questões ambientais do projeto HPP.

Nos dias que antecederam a reunião de Buenos Aires, uma decisão um tanto surpreendente. O então Presidente de Turno do CIH, Ministro Marcelo A. Moraes Jardim convidou algumas ONGs a participarem do encontro e exporem suas posições e demandas. Era, de fato, a primeira vez que o CIH se propunha a ouvir as entidades da sociedade civil. Apenas quatro representantes das ONGs participaram: Gonzalo Castro, do WWF-USA; Maurício Galinkin, representando o WWF-Brasil e também integrante da Coalizão Rios

<sup>14</sup> - Ver: El BID no respaldaría proyecto de la hidrovia. Jornal HOY, Asunción, 12 ago.1995.

<sup>15</sup> - Maiores informações, ver as seguintes matérias:

- 1- Ecologistas destacan coherencia del DIB sobre Hidrovía Paraguay-Paraná. Jornal EL DEBER, Santa Cruz de la Sierra, 12 ago.1995;
- 2- Impacto ambiental es relevante para proyecto Hidrovía. Jornal HOY, Asunción, 11 ago. 1995. p .10;
- 3- El BID no respaldaría proyecto de la hidrovia. Jornal HOY, Asunción, 12 ago. 1995.

Vivos; Pablo Canevari, da entidade Humedales para Las Américas e Silvia Ribeiro, representando a Coalizão Rios Vivos. Conforme descreveu Maurício Galinkin, um dos participantes da reunião,

"... Não houve discussões mais pontuais com as ONGs. Apenas duas exposições do WWF, uma da Humedales para Las Américas e outra de Rios Vivos. Mas foi um primeiro reconhecimento. Nessa reunião se acertou o convite para uma participação mais efetiva e para uma discussão mais direta. O encontro de Buenos Aires foi assistir à reunião do CIH e falar, expresando nossos pontos de vista. Nenhum acordo foi firmado nessa reunião" (Relato de entrevista realizada em 06/05/1998, na cidade de Brasília).

No Informe Final de La Reunión Extraordinaria de Jefes de Delegacion del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná, o CIH registrou o encontro com as ONGs, sintetizou em três itens os principais pontos acordados (Inciso VI) e compromete-se a reunir, entre os dias 27 e 29 de setembro, o recém criado Grupo Assessor Ambiental para avaliar as posições das ONGs (Inciso VIII).

No dia 30 de agosto, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, através de sua Secretaria de Imprensa, divulgou um Comunicado (<sup>16</sup>) à imprensa tornando público quatro itens, que segundo o próprio Comunicado, teriam resultado de um "acordo" firmado em Buenos Aires entre o CIH e as ONGs.

Segundo esse "acordo", a elaboração dos estudos para o projeto HPP deveria considerar:

*I - A natureza diferenciada dos diversos ecossistemas existentes na região banhada pelos rios Paraguai e Paraná e a necessidade de que a proteção desses diversos ecossistemas seja levada em consideração na elaboração dos estudos para o referido projeto;*

*II - A necessidade de tratamento diferenciado para a região do Pantanal, onde as intervenções para tornar visível a hidrovia terão por base a sinalização, o balizamento, a*

---

<sup>16</sup> - Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Secretaria de Imprensa. Comunicado à Imprensa. INFOCRED, N. 417, 30 ago. 1995.

*melhoria das comunicações e medidas de segurança à navegação, preservando as características naturais do ecossistema;*

*III - Que os estudos de avaliação dos impactos ambientais sejam abertos ao conhecimento público e que haja participação efetiva por parte de todos os setores interessados pelo projeto, por intermédio de sugestões sobre os pontos mais significativos e de relevância para a área de influência da Hidrovia Paraná-Paraguai;*

*IV - Que o processo de elaboração dos referidos estudos tenha alta visibilidade e reflita os interesses dos setores sobre os quais possam incidir, devendo estar disponíveis para eventuais consultas por parte dos referidos setores.*

A tomar pelos termos do Comunicado, as ONGs haviam obtido uma exuberante vitória em Buenos Aires. Afinal de contas, os principais princípios e demandas que elas vinham levantando desde a Carta de Chapada dos Guimarães estavam contemplados. No dia seguinte à publicação do Comunicado, o então Presidente de Turno do CIH, Ministro Marcelo de Moraes Jardim, recebeu membros da Coalizão Rios Vivos <sup>(17)</sup> em Brasília para uma conversa que, apesar de ter sido agendada semanas antes, era a **primeira reunião** entre um representante do Governo brasileiro - e, naquele momento, Presidente do CIH - com as ONGs brasileiras ligadas a Rios Vivos.

Em Brasília, o Ministro assegurou às ONGs que o Relatório Internave estava inteiramente descartado; que entre Corumbá e Cáceres não seriam feitas intervenções com o propósito de permitir o tráfego de grandes comboios e, inclusive, que havia uma proposta de limitar a Hidrovia ao porto de Descalvado, a 150 Km abaixo de Cáceres. Os membros de Rios Vivos, por sua vez, apresentaram um sumário de sua história, objetivos e principais pontos de vista sobre a Hidrovia. Além disso, solicitaram acesso às informações, especialmente o primeiro informe bimestral dos estudos dos consórcios HLBE e TGCC <sup>(18)</sup>.

A essa altura, o projeto HPP já havia transposto os limites geopolíticos nacionais e regionais. Preocupava e mobilizava pessoas, ONGs, pesquisadores, mídia, etc., de diferentes

---

<sup>17</sup> - Dessa reunião participaram os seguintes membros da Coalizão Rios Vivos: Sérgio Guimarães (ICV), Marcos Terena (ITC), Alcides Faria (ECO) e Maurício Galinkin (CEBRAC).

<sup>18</sup> - Obtivemos essas informações por intermédio das diferentes entrevistas que realizamos.

partes do mundo. Havia se convertido, de fato, num problema globalizado. O vídeo publicado pelo WWF em agosto teve uma importância decisiva nesse processo. Levou ao conhecimento do grande público, especialmente ao dos países do Norte, o esboço de um megaprojeto de Hidrovia que, além de consumir uma alta cifra de recursos, geraria profundos impactos ambientais na região do Pantanal. As imagens e as denúncias despertaram a consciência ecológica das pessoas e introduziram o tema na opinião pública internacional.

O vídeo e as demais estratégias de ação e esforços que vinham sendo mobilizados pelas ONGs há vários meses foram obrigando os Governos e as demais instituições financiadoras do projeto a explicar suas intenções, publicizar os documentos, rever os estudos e o próprio projeto HPP. Especialmente ao Governo brasileiro, a Hidrovia havia se convertido num enorme problema político interno e externo. As pressões e pedidos de explicação vinham de todos os lados. Afinal de contas, em território brasileiro se encontra o Pantanal, o principal ecossistema ameaçado pela Hidrovia.

Nos primeiros dias de setembro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu em Brasília um grupo de deputados da União Européia que, entre outras coisas, vieram manifestar a preocupação do Parlamento Europeu com os impactos ambientais da Hidrovia sobre o Pantanal. No dia seguinte, 05 de setembro, o Presidente enviou uma correspondência ao Parlamento da Comunidade Econômica Européia, afirmando que o Governo brasileiro partilhava das mesmas preocupações e informava, também, que no dia 22 de agosto havia ocorrido uma reunião em Buenos Aires entre o CIH e um grupo de ONGs ambientalistas, da qual havia resultado um acordo sobre os critérios básicos a serem considerados para a elaboração dos estudos técnicos do projeto HPP:

"... Je peux vous assurer que la préoccupation exprimée dans cette lettre est également la préoccupation du Gouvernement brésilien. Récemment, à la fin du mois d'août, une réunion de travail a eu lieu entre le Comité Intergouvernemental du Canal et un groupe d'organisations non gouvernementales tournées vers les questions de l'environnement. Un consensus a résulté de cette réunion pour que dans l'élaboration des études techniques relatives au projet, les paramètres suivants soient observés:

- i) **prendre en compte la nature variée des écosystèmes dans la région que le Canal traversera;**
- ii) **un traitement différencié pour la région du Pantanal, cherchant à préserver ses caractéristiques naturelles;**
- iii) **porter à la connaissance du public les études d'impact environnemental et encourager la participation de tous les secteurs intéressés dans le projet;**
- iv) **donner un haute visibilité aux études susmentionnées, que devront refléter les intérêts des secteurs sur lesquel elles exerceront un impact..."** <sup>(19)</sup>  
(Grifos Acrescentados).

Em sua viagem à Europa em setembro, um outro esclarecimento. Em sua estada na cidade de Bruxelas no dia 14, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, solicitou um encontro com as ONGs da Europa. A representante da entidade holandesa Both Ends e membro da Coordenação de Rios Vivos, Tamara Mohr, presente à reunião, sintetiza: "Nós escolhemos os temas que queríamos discutir (...) Decidimos falar sobre três temas: Hidrovia, Amazônia e Mata Atlântica" (Relato de entrevista concedida no dia 14/08/1999, na cidade de Nazaré Paulista - SP).

### **5. 3- Um Estudo Hidrológico e de Impacto Ambiental da Hidrovia**

Para os Governos, especialmente o brasileiro, a reunião com as ONGs em Buenos Aires trouxe dividendos políticos muito positivos e, dada a conjuntura, necessários. As pressões se avolumavam. Era preciso manifestar vontade política de resolver o problema e responder numa linguagem política - e não técnica - convincente. Deliberadamente, o Governo brasileiro não queria ser identificado pela opinião pública internacional como ecologicamente irresponsável. Tanto isso é verdade, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso diversas vezes respondeu às solicitações de esclarecimento do projeto HPP, evocando a reunião de Buenos Aires e os "acordos" com as ONGs nela firmados.

---

<sup>19</sup> - A íntegra dessa carta pode ser encontrada em: Dossiê Rios Vivos, N. 3. Secretaria Executiva de Rios Vivos, 1996.



A hidrovia já era uma grande polêmica. E as ONGs prosseguiram mobilizadas, participando de reuniões, fazendo campanhas, socializando informações, pressionando o BID, PNUD, CIH e, a partir de setembro, enviando cartas diretamente aos Chefes de Estados, a fim de informá-los sobre o andamento das negociações. O WWF francês, em carta do dia 27 de setembro (<sup>20</sup>), relata ao então Primeiro Ministro da França, Alain Juppe, os contornos gerais do projeto HPP e solicita:

" ... Les populations indigènes et les ONG locales, regroupées au sein de la coordination RIOS VIVOS dont le WWF fait partie, s'inquiètent des conséquences de la réalisation d'un tel équipement sur l'environnement et notamment sur le Pantanal (...) Les ONG dénoncent par ailleurs la façon dont le dossier est instruit: absence d'information et de participation du public, absence d'étude d'impact. Favorables à l'utilisation de la voie d'eau, à condition que celle-ci n'induisse pas d'aménagements destructeurs et ne se fasse pas au détriment des populations locales, nous permettons d'intervenir auprès de vous afin que vous fassiez le nécessaire pour qu'aucune aide technique ou financière ne soit apportée par la France à ce projet et pour que la CEE n'y participe pas, tant que l'étude d'impact n'aura pas été réalisée, que ses conclusions n'auront pas été approuvées par l'ensemble des acteurs concernés, et tant que toutes les solutions alternatives n'auront pas été étudiées".

Nos primeiros dias de outubro, a Coalizão Rios Vivos enviou uma correspondência ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, recordando-o de suas declarações favoráveis à transparência e acesso às informações, feitas às ONGs em Bruxelas e informando-o dos empecilhos mais recentes que o CIH vinha colocando às entidades ligadas a Rios Vivos. Em Bruxelas:

"... Vossa Excelência afirmou que o assunto foi equacionado a partir do comunicado emitido após a reunião de Buenos Aires entre o CIH e as ONGs. Ocorre, no entanto, que até este momento, passados mais de 40 dias, não houve qualquer mudança efetiva por parte dos responsáveis pelo projeto. Sequer tivemos acesso a documentos sobre os Estudos de Impacto Ambiental e de Engenharia (e deveriam ser públicos), apesar de os termos

---

<sup>20</sup> - A íntegra da carta pode ser encontrada em: Dossiê Rios Vivos. N. 3. Secretaria Executiva, 1996.

solicitados oficialmente em reunião no dia primeiro de setembro e o Presidente de Turno do CIH, Ministro Marcelo A. de Moraes Jardim ter-nos comunicado, por fax, sua concordância. Entendemos que este é o passo mínimo que se espera para que se inicie qualquer processo de diálogo construtivo. A falta de transparência e acesso às informações assumiu, entretanto, sua verdadeira dimensão e realidade, quando a Secretaria Executiva do CIH não emitiu permissão para que um representante da Coalizão Rios Vivos (Sobreviência - Amigos de la Tierra - Assunção), na qualidade de observador, se fizesse oficialmente presente na reunião do Grupo Assessor Ambiental, realizada em Asunción, no dia 27 de setembro (...) Reafirmamos nosso desejo de transparência e participação (...) Rios vivos considera que se faz necessária a mudança da posição brasileira sobre o assunto, conforme indicado em inúmeras ocasiões" (21).

Em outubro, os estudos de impacto ambiental da Hidrovia ainda não haviam sido concluídos pelos consórcios HLBE e TGCC. A Coalizão Rios Vivos, por sua vez, acabava de receber um outro conjunto de dados científicos sobre os prováveis impactos ambientais do projeto HPP que dava razão às suas denúncias. Desde a publicação do primeiro estudo de impacto ambiental, em 1993, elaborado pela Humedales para Las Américas, sabia-se que a remoção de rochas e o aprofundamento do leito dos rios aumentaria a vazão das águas e isso reduziria expressivamente o tamanho do Pantanal, mas a esta afirmação ainda faltava uma argumentação científica mais rigorosa. O renomado engenheiro ambiental da Universidade de San Diego (USA), Professor Victor Miguel Ponce, acabava de publicar um estudo sobre a hidrologia do Pantanal e, nas conclusões, demonstra que qualquer modificação no leito do rio Paraguai provocaria impactos substantivos no regime hídrico do Pantanal. Sob o título, *Impacto Hidrológico e Ambiental da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal Matogrossense. Um estudo de Referência* (1995), a investigação aporta um conjunto novo de dados científicos e conclusões sobre o Pantanal e a Hidrovia, pouco conhecidos até então e essenciais à compreensão do funcionamento hidrológico da Bacia do rio Paraguai. É importante salientar que, embora a pesquisa do Professor Ponce não tenha sido encomendada pelas ONGs, ele vinha, desde 1994, acompanhando o caso da hidrovia e participando de algumas atividades promovidas pelas ONGs.

---

<sup>21</sup> - Uma cópia dessa correspondência pode ser encontrada em: Dossiê ECOA/RIOS VIVOS. Campo Grande, s/d.

Entre as tantas conclusões de PONCCE (1995, p.66-8), cinco delas nos parecem essenciais:

*I- Os melhoramentos propostos para a navegação (retificação de canal, dragagem e remoção de soleiras rochosas) terão um impacto substancial no regime de cheias no Alto Paraguai;*

*II- O Alto Paraguai à montante de Porto São Francisco (localizado a 146 Km à montante de Corumbá) é incapaz, sem extensos aprofundamentos artificiais de seu canal, de acomodar embarcações oceânicas (com um requerimento de 3 m de calado) ao longo do ano;*

*III- A remoção de soleiras rochosas como meio de aprofundar o canal de navegação irá causar um impacto irreversível na hidrologia da Alto Paraguai. Essa é a mais significativa intervenção planejada; se levada a cabo certamente modificará o Pantanal para sempre;*

*IV- É esperado que as modificações do canal irão desestabilizar o regime de escoamento de base e irão demandar futuras intervenções adicionais no rio para continuar a manutenção do calado mínimo requerido, isto é, irá colocar em movimento um círculo vicioso de intervenções no canal;*

*V- O Pantanal existe devido ao fato de que seus cenários climáticos/geológico/geomorfológico o condicionam a reter água, sedimentos e nutrientes. Modificações no pulso de cheia anual irão causar mudanças bióticas e abióticas no Pantanal. Aumentos na magnitude das cheias irão resultar em perdas crescentes de sedimentos e nutrientes. A inundação anual de extensas áreas do Pantanal serve ao propósito duplo de efetivamente controlar o esgotamento das pastagens e repor nutrientes frescos para o solo. Mudanças no regime hidrológico resultando em cheias e secas exacerbadas irão comprometer a reposição de nutrientes e provocar reduções na produtividade biótica.*

No último parágrafo do estudo, uma recomendação: "(...) o curso prudente de ação é o de preservar o status proeminente do Pantanal como o maior e biologicamente mais diversificado alagadiço das Américas e do mundo". E nisso, uma concordância "ipsis litteris" com o que as ONGs vinham sustentando. A hidrovia será um desastre ao Pantanal. O estudo de Ponce veio fortalecer ainda mais as posições de Rios Vivos.

Na avaliação das ONGs, era fundamental divulgar, ao máximo, os resultados dessa pesquisa. No dia 07 de outubro, com o apoio logístico do ICV e Fundação CEBRAC, entidades membros da Rios Vivos, o Professor Ponce concedeu entrevista coletiva à imprensa nacional <sup>(22)</sup> e internacional em São Paulo. À tarde, apresentou seu trabalho a outros cientistas, professores e alunos de pós-graduação no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

#### 5.4. A Mobilização das Comunidades Indígenas

A região sob a qual o projeto HPP incide diretamente comporta uma população estimada em 17 milhões de pessoas. Dessas, 150.000 são indígenas, pertencentes a 24 diferentes etnias, a maioria sediada no Paraguai. Conforme descrição apresentada no **capítulo 3** deste trabalho, a sobrevivência física da quase totalidade dessas etnias continua dependendo da pesca, da caça e da agricultura, especialmente o cultivo do milho, feijão, arroz e mandioca. Os recursos naturais extraídos das floresta, rios e do manuseio do solo ainda são essenciais para a reprodução material dessas comunidades.

Esse, no entanto, não é o único vínculo de dependência com a natureza. Já é de notório saber que as relações que os indígenas estabelecem com a natureza são tão intensas e idênticas que delas emanam a cultura, a arte, a religião, etc. A existência simbólica depende desses vínculos. Há uma relação de pertencimento. A integração/desintegração social e

---

<sup>22</sup> - Ver, sobretudo:

- 1) Hidrovia Paraguai-Paraná discutida na USP. Correio do Estado, Campo Grande, 07 nov. 1995. S/p.;
- 2) Hidrovia. Segundo professor, sistema de navegação ameaça a vida no Pantanal de Mato Grosso. Jornal da Tarde, 08 nov. 1995. p. 8B.

cultural das tribos produz-se a partir dessas relações. Especialmente por isso, a perda das terras implica, quase sempre, em êxodo, desintegração cultural, suicídio, alcoolismo, etc.

O projeto HPP passou a preocupar as comunidades indígenas no momento em que outras organizações da sociedade civil começaram a diagnosticar os prováveis impactos ambientais da Hidrovia sobre o Pantanal. Para os indígenas, no entanto, eram impactos sobre eles, tão profundos e irreversíveis que representavam ameaças reais à existência de um sem número de comunidades. Como relata Enir Terena, presidente do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena (ITC) e membro da Coordenação de Rios Vivos:

"A articulação indígena surge a partir do momento em que as comunidades indígenas percebem os impactos da hidrovia sobre elas. (...) Essa questão provocou um choque muito grande nas comunidades indígenas porque elas tiveram a preocupação de como seria a sobrevivência delas com a realização dessas obras (...) A gente começa a questionar. Como é que se fala em desenvolvimento, em projetos que venham de encontro com a sociedade brasileira sem se preocupar com a primeira nação, que são os povos indígenas. Acho que as principais vítimas de todo o processo da construção da hidrovia serão as comunidades indígenas. Quer dizer, iria atingir a questão social, a questão da saúde, a questão da terra e a sua própria sobrevivência. Então, houve um momento que os índios diziam: é o fim da história indígena, dos índios que ainda estão sobrevivendo dos rios (...) A partir desse momento, começamos a procurar parceiros. Foi onde a gente compôs a Coalizão Rios Vivos. A gente vem acompanhando a questão desde 1994. A Coalizão Rios Vivos foi uma forma que a gente encontrou para que os índios pudessem mostrar que estavam descontentes com a realização das obras do governo. Dessa data para cá, temos levado uma luta bastante acirrada em parceria com a Rios Vivos, fazendo encontros, seminários (...) Por necessidade a gente buscou, nós buscamos essas parcerias que vem dando certo. Essa soma de experiência. Esse contato com outras organizações. A Rios Vivos tem ajudado muito os índios". (Relato de entrevista concedida em 15/05/1998, na cidade de Campo Grande - MS).

A alteração no regime hídrico dos rios Paraguai e Paraná, a conseqüente redução do tamanho do Pantanal e os impactos sobre a fauna e a flora da região também teriam efeitos negativos sobre as populações indígenas. Mas, tão ameaçador quanto isso, seria o provável

aumento das cidades portuárias e a disputa imobiliária pelas terras dessas regiões. Na avaliação das lideranças indígenas, a hidrovia seria mais um capítulo da longa história de extermínio.

Embora menos avaliados e discutidos - tanto no período anterior à criação da Rios Vivos, quanto no posterior - os impactos sociais do projeto HPP eram evidentes e não menos profundos que os ambientais. As organizações da sociedade civil que participaram da conformação da Rios Vivos tinham ciência disso e, no momento de eleger a equipe de coordenação, asseguraram a participação de entidades representativas das comunidades indígenas do Brasil, Bolívia e Paraguai. Mais que preservacionista, a coalizão nasceu vocacionada a mesclar três grandes agendas: preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e questões indígenas.

Na carta de conclusão do Seminário de São Paulo, as entidades presentes manifestaram preocupação com os impactos sociais da Hidrovia, especialmente sobre os povos indígenas e as populações tradicionais, porém - e isso é fundamental observar - até aquele momento a problemática indígena não havia recebido qualquer tratamento mais sistemático. A própria programação do seminário negligenciou o tema. Nenhuma conferência foi organizada para discutir os impactos da Hidrovia sobre as comunidades indígenas.

Apesar disso, a temática indígena foi incorporada à agenda de Rios Vivos. Mais um desafio à recém criada coalizão. As reais dimensões desse desafio e a definição de objetivos e procedimentos para enfrentá-lo só foram discutidos seis meses depois, durante a II Reunião de Coordenação de Rios Vivos, realizada na cidade de Assunção. Com a presença de representantes das comunidades indígenas do Brasil, Bolívia e Paraguai, definiram-se as principais metas de curto e médio prazo a serem perseguidas pela coalizão junto às populações indígenas: **a)** desenvolver pesquisas científicas com o propósito de diagnosticar as condições de vida dessas populações e suas principais necessidades; **b)** contribuir ao fortalecimento das próprias organizações indígenas e as articulações entre elas; **c)** organizar seminários regionais

para discutir o projeto HPP e, dessa forma, preparar as lideranças indígenas para um seminário internacional <sup>(23)</sup>.

Ao término da reunião, as três principais lideranças das comunidades indígenas <sup>(24)</sup> redigiram uma carta-manifesto <sup>(25)</sup> com o propósito de denunciar os reais beneficiados com a construção da hidrovia. Afirmam:

"Nosotros, los Pueblos Indígenas de la región del Mercosur Y Bolivia, alertamos a los pueblos que se llaman civilizados (...) Está en proceso de implantación un gran proyecto que quiere cambiar los caminos de las aguas en nuestra región (...) És la vuelta del desarrollo que enriquece a algunos pocos, empobreciendo a la gran mayoría, además de matar la naturaleza, sus riquezas como proveedora de medicinas y alimentos, amenazando nuestra cultura e nuestra sociedad (...) Los grandes proyectos económicos miran tan sólo efectos que generan, sean cambios climáticos, alteración de las vidas animales o la destrucción de la biodiversidad. Nosotros los indígenas tampoco podemos pagar outro gran costo social por eso (...) Nosotros vivimos aquí, pero cuando nuestras aguas, nuestras terras estén enfermas, muertas, será nuestro fin, pero también, el fin de la naturaleza y una incertidumbre sobre nuestro futuro comun..."

Os encontros regionais com as populações indígenas, conforme haviam sido planejados pela Coordenação de Rios Vivos, começam a acontecer no mês de outubro. Entre os dias 25 e 26, ocorre o I Encontro Indígena da Bacia do Rio Paraguai, com a presença de 13 etnias <sup>(26)</sup>. Também redigem uma carta e nela expressam seus desacordos em relação à Hidrovia e ao modo como o projeto estava sendo conduzido. Transcrevemos aqui alguns trechos das principais conclusões deste encontro <sup>(27)</sup>:

<sup>23</sup> - Informações extraídas do Brief Report of the Second Meeting of the Coordination of Rios Vivos. Coalición Paraguay-Paraná-Plata. In: Dossiê Rios Vivos N. 3. Secretaria Executiva, 1996.

<sup>24</sup> - Emílio Giménez (Coordinación de los Pueblos Nativos de la Cuenca de Río Pilcomayo - Paraguay), Marcos Terena (Comité Intertribal Ciência e Memória Indígena -Brasil) e Valentin Muiba Guaji (Coordinación Indígena del Oriente Boliviano - Bolívia).

<sup>25</sup> - A íntegra dessa carta pode ser encontrada em: Boletín de Comunicación Rios Vivos, N. 1, febrero 1996, Montevideo, pag. 16.

<sup>26</sup> - Representantes das principais etnias afetadas pela hidrovia estavam presentes: Angaité, Guana de Vallemi, Enhlet, Guarani Nandeva, Guarani Ocidental, Chamacoco, Maka, Terena, Guató, Kaiowá, Nivakle Ayoreo e Manjui.

<sup>27</sup> - Uma versão completa da carta pode ser encontrada em: Dossiê Rios Vivos N. 2. Secretaria Executiva, 1995.

"... El proyecto de la Hidrovía es como un gran monstruo que amenaza a los pueblos indígenas de la región (...) Este proyecto está dirigido hacia el beneficio de pequeños grupos de grandes empresarios que obtendrán ganancias con la exportación y el transporte de granos, carne y minerales (...) Nadie de lo que este proyecto propone es de conveniencia para los pueblos indígenas (...) Los territorios indígenas de toda la región sufriran presiones aún más fuertes que las que ya sufren ahora, por la especulación sobre el valor de la tierra, por asentamiento de empresas ganaderas y agrícolas. El resultado será más desplazamiento forzado, comenzando con las poblaciones ribereñas (...) Nosotros estamos extremadamente preocupados con la falta de información y transparencia desde las instituciones gubernamentales encargadas de llevar adelante el proyecto HPP y ante la probabilidad de que la ejecución de este proyecto tenga efectos desastrosos sobre nuestras vidas, ya muy perjudicadas por las múltiples acciones que las sociedades y los gobiernos de los países han impuesto sobre nuestros territorios y nuestras comunidades (...) No creemos en las soluciones unilaterales, que vienen de arriba, sino en el esfuerzo compartido y solidario de todas nuestras comunidades".

No Brasil, na cidade Aquidauana (MS), os índios do Pantanal reuniram-se em janeiro de 1996 - entre os dias 25 e 27 - com o objetivo de avaliar o projeto HPP e manifestar suas discordâncias:

"Nós, os Guató, Terena, Kaiwa, Bororo, Umotina, Pareci e Kinikinao, somos os povos tradicionais que o grande Criador escolheu para habitar e proteger essa região do mundo (...) Nós, povos indígenas, nunca fomos considerados no projeto Hidrovia. Nunca fomos consultados, mas recomendamos que este tipo de ambição deve ser freado para o bem da humanidade. Esse dinheiro não pode ofender e destruir a morada do nosso povo e do grande Criador (...) No Iº Encontro Indígena do Pantanal, a voz indígena pergunta: porque querem destruir a hidrovia natural? Quem serão os beneficiados? Quem lucrará com isso? Até que ponto o BID tem consciência dessa ameaça de destruição e empobrecimento? (...) Nós apelamos que o Banco seja claro e transparente em suas propostas, pois nossas aldeias estão preocupadas. Faremos parte como vítimas ou podemos sonhar com um futuro melhor" (28).

<sup>28</sup> - Uma versão completa dessa Carta pode ser encontrada em: Boletín de Comunicación Rios Vivos, N. 1, febrero 1996, Montevideo, pag. 17.



### 5.5- Maldonado e a Primeira Reunião de Participação Pública

No final de novembro e nos primeiros dias de dezembro de 1995, dois importantes eventos e/ou atividades promovidos por duas destacadas ONGs internacionais ligadas à Coalizão Rios Vivos contribuíram, cada um a seu modo, à divulgação da campanha da Hidrovia e ao fortalecimento político da Coalizão. Importantes, não apenas porque davam seqüência e aprofundavam aquilo que já vinha sendo feito, mas porque ocorreram alguns dias antes da primeira reunião de participação pública entre ONGs, CIH, BID e PNUD, realizada na cidade de Maldonado, no Uruguai.

O primeiro apoio veio da ONG ambientalista internacional Friends of the Earth, entidade com representação em 56 países. Após discutir a problemática da hidrovia e o modelo de desenvolvimento em curso nos países do Cone Sul durante sua Assembléia Geral, realizada na cidade de Nangbeto (Togo – África), entre os dias 23 e 28 de novembro, a organização decidiu enviar uma correspondência <sup>(29)</sup> a todos os Presidentes das Repúblicas promotoras da hidrovia, ao CIH, BID e PNUD, a fim de manifestar apoio à Rios Vivos e solicitar soluções imediatas à falta de:

*I) Acceso público a los documentos relacionados con los estudios sobre el proyecto que se están llevando a cabo actualmente, y a los documentos relativos al proyecto mismo a pesar de los compromisos contraídos publicamente en ese sentido;*

*II) Oportunidades para una participación pública significativa;*

*III) Estudios dirigidos al desarrollo de alternativas para un futuro social y ecológicamente sostenible para, entre otros, las naciones indígenas, los campesinos, los pescadores artesanales y sus comunidades.*

A segunda contribuição foi dada pela Conservation International (CI), uma entidade ambientalista norte-americana com escritório na cidade de Campo Grande. De posse de uma considerável experiência em produção de vídeos ambientais e percebendo a carência de um material didático sobre o Pantanal e a hidrovia, narrado em português, a CI mobilizou recursos

---

<sup>29</sup> - Uma cópia completa dessa carta encontra-se em: Dossiê Rios Vivos, N. 3. Secretaria Executiva, 1996.

e produziu um vídeo de 18 minutos, intitulado *Pantanal de Viva Voz: A novela da Hidrovia*. Um pouco distinto daquele lançado pelo WWF sob o título *O Pantanal vai virar sertão*, este destina-se ao público brasileiro, especialmente estudantes, professores, ONGs e mídia local.

Também por essa razão, ele foi lançado nas capitais dos dois Estados brasileiros que abrigam o Pantanal nos quais havia um ardoroso e declarado interesse pela construção da Hidrovia. Seu lançamento em Campo Grande e Cuiabá, nos dias 04 e 07 de dezembro, respectivamente, foi acompanhado pela distribuição de cerca de 200 cópias do vídeo e por debates envolvendo as autoridades governamentais presentes, lideranças de ONGs e mídia. Como pretendiam seus organizadores, o vídeo teve uma considerável repercussão na imprensa local e foi noticiado nos telejornais das emissoras locais (<sup>30</sup>).

No vídeo, a reprodução de diversas "vozes" do Pantanal: ecologistas, pesquisadores, indígenas e empresários. E uma "voz" do então Presidente de Turno do CIH, Ministro Marcelo de Moraes Jardim. Um depoimento, por sinal, enfático e revelador. A tomar pela declaração, o Governo brasileiro realmente havia mudado suas posições em relação à Hidrovia. O Pantanal seria eximido das obras de aprofundamento do leito e retificação das curvas:

"Quanto à questão do Pantanal, é fundamental que seja repetido, porque nunca é demais, que não haverá obra, que não haverá retificação de curso do rio, que não haverá corte de curva de rio, que será mantida a sinuosidade, que será mantido o rio tal como ele é hoje e que tem sido sempre, e que serão apenas feitas as instalações daqueles instrumentos básicos de balisamento e de sinalização".

A bem da verdade, o Governo brasileiro e, em certa medida, o CIH, demonstraram publicamente uma pequena mudança de postura em relação à hidrovia e às ONGs ainda em agosto, durante a reunião de Buenos Aires.

---

<sup>30</sup> - Uma avaliação mais detalhada da repercussão desse vídeo e também uma cópia dos principais artigos publicados pelos jornais sobre o lançamento, ver: *Pantanal de Viva Voz. A novela da Hidrovia. Report on Hydrovia Information Campaign Pantanal. Brazil, Conservation International, 1995.*

A Coalizão Rios Vivos, além de prosseguir com suas atividades e procedimentos que vinha adotando há meses, decidiu denunciar com mais veemência a falta de transparência e acesso às informações, ambas prometidas na reunião de Buenos Aires. Além da mídia, as denúncias e cobranças também passaram a ser feitas diretamente aos Presidentes das Repúblicas dos países do Cone Sul. Em novembro, o Ministro Marcelo de Moraes Jardim, na condição de Presidente de Turno do CIH, convida as ONGs para a primeira reunião de participação pública na cidade de Maldonado, no Uruguai. Dessa vez, para um encontro mais extenso e envolvendo, além das ONGs e o CIH, também representantes do BID, PNUD e dos consórcios TGCC e HLBE.

A reunião teve duas partes. A primeira realizou-se no dia 05 de dezembro e prestou-se a esclarecimentos. Os representantes dos consórcios responsáveis pelos estudos apresentaram seus cronogramas de trabalho e de entrega dos relatórios finais. As ONGs presentes apresentaram novamente suas preocupações e fizeram inúmeras perguntas, tanto aos engenheiros, quanto ao CIH e ao BID. Duas afirmações feitas na ocasião, uma do Ministro Marcelo Jardim e, a outra por um representante do BID, davam mostras de que o projeto HPP continuava perdendo respaldo. A defesa do projeto, quando ocorria, se dava por meio de argumentos mais brandos. Jardim afirmou que "a hidrovía trata-se mais de melhoramentos que de obras" <sup>(31)</sup>. Perguntados sobre o envolvimento do BID no projeto, seus representantes responderam que "el proyecto de la Hidrovía no existe, ni siquiera en el pipeline del Banco" <sup>(32)</sup>.

No dia 06, ocorreu a segunda parte da reunião, mais restrita e destinada a discutir um plano de participação pública entre CIH e entidades da sociedade civil. Receosos de que a reunião de Maldonado se limitasse a jogo de retórica e chegasse a termo sem qualquer compromisso efetivo do CIH para com as demandas das entidades da sociedade civil, os representantes da Coalizão Rios Vivos foram à reunião com propostas bem definidas e previamente discutidas entre os membros da rede. Mas, mais que apresentar propostas, o

---

<sup>31</sup> - Essa afirmação está citada no Relatório Preliminar. Conferência Amb. Rios Vivos. Alternex. Tópico 24.

<sup>32</sup> - Afirmação também foi citada em e-mail da Coalizão Rios Vivos. Conferência Amb. Rios Vivos. Alternex. Dia 14/12/95.

conteúdo e a clareza do documento apresentado fazem dele uma espécie de auto-descrição da identidade de Rios Vivos. A Coalizão se define por meio desse conjunto de propostas.

Na introdução, um novo destaque às principais preocupações da Coalizão em relação ao projeto HPP (impactos ambientais, a exclusão das populações indígenas e tradicionais da região e a perda da diversidade cultural) e uma crítica à falta de interesse do CIH e dos governos a responderam às demandas da sociedade civil. Em seguida, o detalhamento dos seis itens que Rios Vivos considera condição "sine qua non" para o sucesso de qualquer processo de participação da sociedade civil <sup>(33)</sup>:

**1- Acesso às informações:** os documentos relevantes da hidrovia devem estar disponíveis em cada um dos países da região (em português e espanhol) e em lugares permanentes de acesso público (ONGs, organizações indígenas, Universidades e bibliotecas públicas);

**2- Nome de responsáveis e técnicos:** organograma funcional do projeto HPP e lista de nomes dos profissionais que estão participando dos estudos de impactos ambientais e viabilidade técnica;

**3- Cronograma oficial de produção de documentos e tomada de decisões:** divulgar os cronogramas previstos, inclusas as datas e os lugares onde serão feitas as reuniões de consulta e de participação pública;

**4- Processo de participação pública:** uma condição essencial é ter acesso à documentação com antecedência em linguagem apropriada. Além disso, participação deve ser entendida como um processo que permite às comunidades participar da tomada de decisões e buscar outras alternativas de desenvolvimento sustentável à região;

**5- Audiências públicas qualificadas:** é necessário realizar audiências públicas ao longo e ao final do processo de elaboração dos estudos em diferentes lugares e envolvendo os setores realmente afetados pelo projeto. As reuniões não podem ser mero exercício formal;

**6- Documentação das reuniões públicas:** as discussões e as decisões tomadas nas reuniões de consulta e audiências devem ser documentadas e divulgadas.

---

<sup>33</sup> - Uma descrição completa das propostas apresentadas pela Rios Vivos, ver: Boletín de Comunicación Rios Vivos, N. 1, febrero 1996, Montevideo, p. 19.

Surpresa ou não, as propostas da Rios Vivos foram aceitas praticamente na íntegra pela Secretaria Executiva do CIH. O CIH e ONGs firmaram outro Comunicado Conjunto (<sup>34</sup>), um pouco mais extenso e ainda mais afinado aos princípios e demandas da Rios Vivos. Na parte final do Comunicado, afirmam:

“... En la reunión se discutió la estructuración de un proceso constructivo y transparente de diálogo con los sectores interesados de la sociedad civil, a los efectos de expresar inquietudes, formular propuestas, contribuir a una visión democrática plural en el manejo de la Cuenca del Plata y asegurar su calidad ambiental. Este encuentro que se desarrolló en un marco fluido de intercambio de opiniones, permitió realizar avances importantes en el tratamiento de dos distintos puntos considerados.

**Como resultado del evento se acordaron las modalidades y metas principales del proceso de participación a llevar a cabo, el cual incluirá la realización en diferentes regiones de la Hidrovía, incluyendo seminarios, talleres temáticos, consultas y audiencias públicas. A este fin habrá previo y amplio acceso a la información y documentación pertinente, según los principios presentados en la reunión por la Coalición Internacional Rios Vivos, que incluyen entre otros puntos, principios para el proceso de participación pública y audiencias calificadas.**

Se espera que al llevar a cabo este rico, constructivo y complejo proceso e interacción entre los gobiernos de los países de la Cuenca del Plata y la sociedad civil, con la participación efectiva de las ONGs y poblaciones locales, se logre un paso sustancial hacia el protagonismo efectivo de los pueblos y culturas de esta vasta región el la definición de proyectos que inciden significativamente en su calidad de vida” (Grifos Acrescentados).

Tomando como referência a história das negociações entre CIH e as ONGs como critério-base para avaliar o significado do encontro de Maldonado, o novo Comunicado Conjunto firmado nessa reunião não só indica uma mudança de postura política do CIH, como também reconhece a relevância das demandas formuladas pelas ONGs e a legitimidade da Coalizão Rios Vivos enquanto porta voz dos ideários ambientalistas e das populações afetadas, especialmente as comunidades indígenas. Os próprios membros da Rios Vivos

---

<sup>34</sup> - Uma cópia completa desse Comunicado Conjunto, ver: Dossiê Rios Vivos. N. 3. Secretaria Executiva, 1996.

presentes no encontro destacam as conquistas obtidas: "Em Maldonado, nós demos um passo importante. Conseguimos abrir o CIH" <sup>(35)</sup>; (...) "Em dezembro em Maldonado, Rios Vivos é reconhecido como um ator relevante" <sup>(36)</sup>.

Como em todo acordo, a tarefa imediata aos acordantes é cumprir o conteúdo firmado. Para Rios Vivos, uma tarefa a mais e qualitativamente distinta: fiscalizar o cumprimento do Comunicado Conjunto e denunciar toda vez que houvesse negligência. Às ONGs, o Comunicado passou a servir, então, como uma grande "medida" ou um critério que o CIH deveria considerar toda vez que tomasse decisões relativas à hidrovia e ao modo de relacionar-se com os atores da sociedade civil.

Tarefa, aliás, que a Coalizão Rios Vivos começou a exercer poucos dias após haver firmado o acordo com o CIH. Em 08 de dezembro, apenas dois dias após o encontro de Maldonado, algumas matérias de jornais de Montevidéo <sup>(37)</sup> e Buenos Aires <sup>(38)</sup> noticiavam afirmações do então Presidente da República do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, de que as obras fundamentais do projeto HPP teriam início em janeiro de 1996, antes mesmo dos estudos de impacto ambiental e viabilidade técnica haverem sido concluídos e aprovados. Surpresa para as ONGs e interpretada como primeiro ato de descumprimento do acordo, essa afirmação estava em plena sintonia com a declaração sobre a hidrovia assinada pelos Presidentes dos Países da Bacia do Prata durante a Xª Cúpula do Mercosul, reunidos em Punta del Leste (Uruguai) entre os dias 07 e 08 de dezembro <sup>(39)</sup>.

No dia 12 de dezembro de 1995, a Coordenação de Rios Vivos decidiu denunciar esse gesto à imprensa e manifestar seu desacordo ao então Presidente de Turno do CIH, Sr. Jorge Sanguinetti. Por meio de uma carta - também enviada ao Presidente Fernando Henrique

<sup>35</sup> - Depoimento de Alcides Faria, Secretário Executivo da Rios Vivos em entrevista no dia 14/05/98, realizada na cidade de Campo Grande.

<sup>36</sup> - Afirmação de Mauricio Galinkin, em entrevista concedida no dia 06/05/98, na cidade de Brasília.

<sup>37</sup> - Ver: Concluyó la X Cumbre del Mercosur. Presidentes definieron las estrategias hasta el 2000. Jornal El País. Montevidéo, 08 dez.1995. p. 10;

<sup>38</sup> - Ver: Subrayan importancia de la Hidrovia en la integración. Jornal La Nacion, Buenos Aires, 08 dez.1995 p. 7.

<sup>39</sup> - Em reunião realizada no dia 07 de dezembro entre o CIH e os Presidentes dos Países da Bacia do Prata, o projeto HPP voltou a ser considerado decisivo para "el proceso creciente de integración y desarrollo económico y social en el ámbito de la Cuenca del Plata". Ver: Inciso VI do Informe Final de la XX Reunion del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Punta del Leste, 08/12/1995.

Cardoso, Ministro Marcelo de Moraes Jardim, James Speth (PNUD), Marko Erlich (BID) Enrique Bucher (UNOPS), Marco Borsotti (PNUD) e Jesus Gonzalez (CIH) - registram:

" Rios Vivos considera que tais declarações, uma vez confirmadas, indicam desprezo para com o esforço desenvolvido por diferentes setores e grupos sociais da Bacia da Prata para se lograr um efetivo, democrático e transparente processo de participação pública que signifique uma real avaliação social e ambiental do projeto, antes de sua implementação. A pergunta que todos fazem neste momento é a seguinte: de que valem os estudos de impacto ambiental e engenharia se a decisão política já está tomada e se as obras serão iniciadas antes que os referidos estudos estejam finalizados e, principalmente, amplamente discutidos, inclusive a partir do levantamento de alternativas? (...) Esperamos que os governos, através do CIH, não mantenham a decisão de iniciar as obras e tomem o construtivo caminho do diálogo, elemento efetivo e inseparável de todo o processo da HPP" (40).

Segundo nossa pesquisa documental, as objeções da Rios Vivos expressas nessa carta não receberam qualquer resposta. Localizamos, sim, uma nota (41) do então Secretário Executivo do CIH, Jesus Gonzalez, endereçada ao representante do PNUD na Argentina, informando que "frente a la preocupación de las ONGs ambientalistas sobre el llamado para las obras de mejoramiento de la navegabilidad en el Tramo Santa Fe-Confluencia, cumple en poner en su conocimiento que *dichas obras se efectuarán una vez concluidos y aprobados los estudios encomendados por el CIH* (...) En el entendimiento de que com esta información se superarán las preocupaciones de diversas ONGs ambientalistas, quedando a su disposición lo saluda atentamente".

---

<sup>40</sup> - Uma cópia completa dessa carta pode ser encontrada em: Dossiê Rios Vivos. N. 3. Secretaria Executiva, 1996.

<sup>41</sup> - Essa nota foi enviada ao Dr. Eduardo Rodriguez Vergez, representante do PNUD, no dia 16/02/1996. Uma versão completa, ver: Jefatura de Gabinete de Ministros. Comisión de Coordinación Interjurisdiccional del Programa Hidrovia Paraguay-Paraná. Buenos Aires. NOTA CCIPHPP N. 006/97.

## 5.6- A Carta de Rosário e o Primeiro Acesso aos Estudos Preliminares de Impacto Ambiental

Nos primeiros meses de 1996, os consórcios HLBE e TGCC começaram a entregar ao CIH os resultados preliminares dos estudos de impacto ambiental e viabilidade técnica. De acordo com o cronograma de atividades do CIH, a entrega seria imediatamente sucedida pela análise e aprovação dos relatórios e a abertura de licitação para contratar as empresas executoras das obras. Uma fase decisiva ao projeto HPP estava sendo inaugurada e isso preocupava as ONGs sobremaneira. Além disso, as declarações de Sanguinetti logo após a reunião de Maldonado e outras matérias publicadas em jornais (<sup>42</sup>) davam indícios do firme propósito dos Governos de iniciarem mais brevemente possível a construção da Hidrovia, antes mesmo da aprovação dos estudos de impacto ambiental.

Às ONGs, tão preocupante quanto a cronologia do CIH e as declarações nos jornais, era o fato de se estar no mês de março e o CIH não haver repassado à Rios Vivos qualquer relatório de impacto ambiental da Hidrovia. Na avaliação das ONGs, mais um claro descumprimento dos acordos firmados em Maldonado (<sup>43</sup>). Em termos políticos, não só era preciso prosseguir com a campanha e fortalecê-la, como mobilizar outras organizações da sociedade civil, especialmente em países onde a articulação encontrava-se mais frágil.

A decisão, então, foi organizar uma reunião de coordenação e um conjunto de outras atividades na primeira quinzena de março na Argentina, o país sede do CIH e onde a Coalizão Rios Vivos precisava fortalecer seu trabalho. Nos dias 06 e 07, reuniões em Buenos Aires com o CIH, BID e PNUD; novo pedido de acesso aos documentos e relatórios e a garantia de que no dia 12 a Coalizão receberia os primeiros disquetes. Na cidade de Rosário, no dia 09, um encontro com cerca de 50 ONGs e uma troca de informações sobre a campanha Hidrovia e as

---

<sup>42</sup> - Ver os seguintes artigos:

- a) Argentina licita 1722 Km del Alto Paraná y del Río Paraguay. *Semanario Búsqueda*. Montivideo, 28 dez.1995;
- b) Grupo Privado construirá porto em Mato Grosso. *Jornal A Gazeta*, Cuibá, 11 fev.1996. s/p;
- c) En junio, trabajos en la hidrovia terán inicio. *Jornal ABC Color*, Asunción, 25 jan. 1996. S/p;

<sup>43</sup> - Ver: Rios Vivos Coalition Paraguay-Paraná-Prata. Anual Report, 1996. Item 4.



propostas da Rios Vivos. Por fim, a redação de uma nova carta, a *Carta de Rosário* (<sup>44</sup>), com o propósito de informar e requerer ao BID e PNUD os seguintes documentos e/ou condições:

- *Que urgentemente garanticen la disponibilidad de los documentos a un círculo mucho más amplio de la sociedad civil;*
- *Contrato com los dos consorcios de consultores que están realizando los estudios relativos a módulo A, módulo B1 e B2;*
- *Términos de referencia para las consultoras noruegas que se encargarían de facilitar el proceso de participación pública sobre el proyecto;*
- *Información sobre cuál há sido la consultora seleccionada y el contrato com ésta cuando se firme;*
- *Las propuestas de diseño de ingeniería para el Módulo A y los estudios de impacto ambiental de éstos;*
- *El plan de participación pública para realizar la evaluación de estas propuestas y estudios.*

Finalmente e, de acordo com o que havia sido acordado, no dia 12 de março, o CIH entrega à Coalizão Rios Vivos uma parte do diagnóstico ambiental desenvolvido pelos consórcios. Depois de quase dois anos solicitando acesso aos documentos e estudos, essa foi, de fato, a primeira vez que o CIH atendeu oficialmente essa demanda formulada pelas ONGs.

Tomado isoladamente, o acesso aos relatórios pode parecer uma grande vitória das ONGs. Devidamente contextualizada, a atitude do CIH não refletia qualquer mudança de orientação política e nem mudança na lógica do processo decisório. Tratava-se de mais uma decisão estratégica; mais interessada em contornar as pressões que permitir uma efetiva participação dos atores da sociedade civil no processo decisório.

Um conjunto de fatos evidenciam essa interpretação. Em primeiro lugar, o acesso aos documentos e relatórios dos consórcios era uma demanda das ONGs de longa data e nunca

---

<sup>44</sup> - Importante salientar que essa carta foi também enviada para diversas autoridades do BID, PNUD e CIH. Uma versão completa pode ser encontrada em: Dossier Taller Ecologista/Coalición Ríos Vivos N.2, Rosário, Mayo

respondida pelo CIH. Além disso, tratava-se de estudos de impacto ambiental preliminares e incompletos. Em terceiro, a maioria das entidades da coordenação de Rios Vivos estavam com viagens <sup>(45)</sup> confirmadas à Europa e Estados Unidos e não restava qualquer tempo para uma avaliação detalhada antes da reunião do CIH em abril. Por último, os relatórios foram entregues praticamente um mês antes da XXI Reunião do CIH, ocasião em que os estudos foram analisados e o Módulo A do projeto HPP, aprovado <sup>(46)</sup>.

De fato, nos dias 11 e 12 de abril, em reunião na cidade de Assunção, o CIH aprovou a primeira fase do projeto HPP. O Módulo A, conforme estabelece os Termos de Referência, compreende intervenções de curto prazo (dragagem, retirada de rochas e modificações menores no canal de navegação) no trecho entre Santa Fé (Argentina) e Corumbá (Brasil) e no Canal Tamengo (Bolívia). O consórcio HLBE apresentou ao CIH algumas alternativas e nessa reunião foi decidido adotar o seguinte desenho:

**TABELA 14 - Desenho Adotado para o Trecho Santa Fé - Assunção e Assunção- Corumba**

TRECHO	TIPO DE COMBOIO	LARGURA DO CANAL	CALADO	PROFUNDIDADE
SANTA FÉ -ASSUNÇÃO	4 X 5	100 metros	3,0 metros	3,6 metros
ASSUNÇÃO - CORUMBÁ	4 X 4	90 metros	2,6 metros	3,2 metros

1996.

<sup>45</sup>- As viagens que os membros da Coordenação de Rios Vivos fizeram para vários países da Europa e Estados Unidos merecem um rápido comentário. Embora com destinos diferentes, elas visavam, em última análise, os mesmos objetivos. Como o projeto HPP estava entrando numa fase decisiva, era fundamental mobilizar pessoas, ONGs, mídia, instituições governamentais, agências de financiamento, etc., de outros países e, especialmente, daqueles que tinham condições efetivas de pressionar o CIH e os Governos da região do Cone Sul, responsáveis pelo destino do projeto HPP. Informar a opinião pública internacional sobre a Hidrovia, seus impactos sociais e ambientais e conseguir novos apoios às posições da Coalizão eram elementos essenciais naquele momento. Entre os dias 16 e 29 de março, visitas a diversos países da Europa (Bélgica, Holanda, Alemanha, Espanha e Dinamarca); participação num seminário organizado pelo European Environmental Bureau (BEE) sobre União Européia, Mercosul e Meio Ambiente; inúmeras reuniões com ONGs, parlamentares, pesquisadores, etc. e socialização de informações junto à mídia. Nos primeiros dias de abril (entre 1 a 6) viagem aos Estados Unidos e reuniões com o BID, PNUD, ONGs, agências de financiamento etc. Uma descrição mais detalhada dessas viagens, ver: Rios Vivos Coalition Paraguay-Paraná-Prata. Anual Report, 1996. Itens 8 e 10.

<sup>46</sup> - Ver: Informe Final de la XXI Reunião do Comitê Intergovernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Asunción, abril de 1996.

Para esse trecho (Santa Fé-Corumbá), o consórcio HLBE estimou dragagem em 92 pontos, com remoção estimada em 19 milhões de m<sup>3</sup> de material. Além disso, retificação em 12 curvas críticas e remoção de rochas em oito dos 23 passos com fundos rochosos, inclusive o Remanso Castillo. O custo estimado ao Módulo A seria de US\$ 79 milhões para dragagem inicial e remoção de rochas; US\$ 6 milhões para solucionar outros problemas de navegação e US\$ 16 milhões por ano para manter o canal.

A aprovação desse desenho ao Módulo A causou imediata reação das ONGs, que passaram a denunciar as incoerências dessa decisão. Segundo as entidades ligadas à Rios Vivos, o CIH, mais uma vez, recusou-se a considerar os acordos firmados em Maldonado, especialmente o de não aprovar obras antes do término dos estudos de impacto ambiental e de haver discutido tais impactos com as populações afetadas e as ONGs. Além desses equívocos procedimentais e tão incongruentes quanto, eram: **I)** a aprovação de obras de remoção de rochas e retificação de curvas com evidentes impactos sobre o regime hídrico do rio Paraguai e no Pantanal; **II)** eleger a profundidade de 3,2 metros para o trecho Assunção - Corumbá, exatos 20 cm a mais do que sugeria o Relatório Internave elaborado 1990 e considerado pelos próprios Governos como superado; **III)** não especificar onde seriam depositados os cerca de 19 milhões de m<sup>3</sup> de material dragado; **IV)** aprovar obras na região do Pantanal, sobretudo porque o Governo brasileiro vinha afirmando, desde o segundo semestre de 1995, que o Pantanal estava isento de qualquer intervenção<sup>(47)</sup>. Sobretudo surpreendente porque, além das declarações públicas de representantes do Governo brasileiro, o próprio CIH, em Reunião Extraordinária realizada no dia 29 de fevereiro de 1996, havia ratificado a posição da delegação brasileira de não realizar obras na região do Pantanal. No inciso VII do Informe Final dessa reunião, os Chefes das Delegações do CIH presentes, assim se referem:

"Sobre la definición del Tramo Cáceres-Corumbá la Delegación de Brasil manifestó su posición según la cual el estudio en ejecución en el marco del Módulo B1 del Proyecto (...) deberá considerar prioritariamente las características excepcionales existentes en el tramo del río Paraguay, entre Corumbá y Cáceres, en la región del Pantanal Matogrosense - Patrimonio Ecológico de la Humanidad.

---

<sup>47</sup> - Essas críticas da Coalizão Rios Vivos às decisões do CIH foram apresentadas em uma nota à imprensa no dia 14/05/96. Uma cópia dessa nota, ver: Dossier Taller Ecologista/Coalición Ríos Vivos N.2, Rosário, Mayo 1996.

*Por esa razón, dicho estudio deberá objetivar la utilización del río para la navegación, teniendo en cuenta prioritariamente que sean evitados daños o agresiones contra el Medio Ambiente y en especial evitándose todo tipo de obras de derrocamientos de rectificación de curso o mismo de dragados estructurales que puedan representar un impacto negativo sobre el ecosistema de dicha región. El proyecto deberá adaptarse a las condiciones especiales del desarrollo sostenible" (Grifos Acrescentados).*

### 5.7. Um Seminário Internacional das Populações Indígenas

Conforme salientamos no item **5.4 deste capítulo**, a problemática indígena da Bacia do Prata é uma das razões constitutivas da Coalizão e desde sua criação, algumas organizações indígenas do Brasil, Bolívia e Paraguai fazem parte da equipe de coordenação. Entre as prioridades da Rios Vivos para com as comunidades indígenas, estava a promoção de seminários regionais, propostos a avaliar a realidade de cada etnia, fortalecer as próprias organizações indígenas e preparar as lideranças para um seminário internacional. Em outubro de 1995, aconteceu o primeiro encontro das populações indígenas da Bacia do rio Paraguai; em janeiro, o encontro dos índios do Pantanal brasileiro e, em abril, o seminário "Pueblos Indígenas, Hidrovia e Mersocur" na Bolívia.

Sob a coordenação da Confederación Indígena del Oriente Boliviano (CIDOB) e da Asociación Ecológica del Oriente (ASEO), representantes de diversas comunidades indígenas da Bolívia, reuniram-se na cidade de Santa Cruz de la Sierra - entre os dias 25 e 26 de abril - para debater e posicionar-se em relação ao projeto HPP e eleger os delegados para o seminário internacional (<sup>48</sup>).

---

<sup>48</sup> - Como de praxe, as principais conclusões do encontro foram sintetizadas em sete itens. Para efeito de síntese, decidimos citar apenas os mais importantes:

**PRIMEIRO:** No permitir el arranque del proyecto Hidrovia, mientras no se tenga un estudio profundo sobre el impacto ambiental, que tome en cuenta a los pueblos o comunidades involucradas directamente y que además, dicho estudio determine las áreas afectadas por dicho proyecto;

**QUINTO:** El proyecto HPP atenta contra el sistema socioeconómico y cultural de los pueblos indígenas, porque impone un sistema de desarrollo ajeno al manejo adecuado de los recursos naturales;

**SEXTO:** Declarar 1996 como año de movilización del proyecto Hidrovia-Pantanal, en coordinación con la Coalición RIOS VIVOS. A íntegra das conclusões pode ser encontrada em: ASEO & CIDOB. Memórias de Talleres. Pueblos Indígenas, Hidrovia y Mercosur. Santa Cruz de la Sierra, mayo de 1996.

Nos primeiros dias de maio (03 a 05), na cidade de Campo Grande, foi realizado um seminário com a presença de 72 lideranças indígenas, representando 23 etnias da Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai (<sup>49</sup>). Uma iniciativa inédita no âmbito dos trabalhos de Rios Vivos e, também, na história das populações indígenas da Bacia da Prata. Na agenda, uma análise do projeto HPP e a tomada de posições conjuntas.

Por considerar relevante, os organizadores do evento convidaram representantes do CIH, Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), BID, PNUD e a Taylor Engeneering. Na programação do dia 04, um debate com os principais propositores do projeto HPP sobre os impactos sociais da hidrovia, especialmente sobre as populações indígenas da região. O Secretário Executivo do CIH, Jesus Gonzalez, ouviu e respondeu às perguntas das lideranças indígenas em tom conciliador, otimista e propositivo. Diversas vezes enfatizou os "compromissos éticos" dos Governos e os dele, pessoalmente: respeito ao ser humano, à diversidade cultural e à natureza; abertura ao diálogo e à participação da sociedade civil no processo decisório; participação solidária na busca de soluções aos problemas indígenas:

"... Eu vim em nome do CIH para que juntos marchemos e vejamos o que podemos fazer; e aquilo que não devemos fazer, não faremos" (...) Dêem-me a possibilidade de caminhar em conjunto para resolver os problemas em conjunto. Isto é o que venho fazer aqui. Pedir-lhes que nos dêem as mãos, para que juntos evitemos mais danos, além daqueles já causados na gente que são vocês (...) Não há outro projeto no mundo que tenha tanta participação pública, que tenha sido estudado tanto como a Hidrovia em todos os seus aspectos e com o compromisso formal de que, aquilo que não é válido para a comunidade em seu conjunto, não deverá ser feito. Este é o compromisso formal que assumiram os governos e seus próprios Presidentes (...) Em definitivo, a obrigação dos Governos é buscar e melhorar a qualidade de vida dos povos e neste objetivo está centrado o projeto HPP (...) Outro compromisso é a participação na reunião de 20 de junho em Assunção para a análise do Diagnóstico Ambiental e que seja garantido um Fórum com

---

<sup>49</sup> - Participaram os seguintes povos:

ARGENTINA : Kolla;

BRASIL: Terena, Bororo, Guato, Guarani-Kaiowá e Pareci;

BOLÍVIA: Chiquitano, Moxos, Ayoreo Jnupedagosode e Guarani Ocidental;

PARAGUAI: Ayreo Garaigosode, Ybytosos Chamacoco, Tomaraho Chamacoco, Makoy, Nivaklé, Guarani Nandeva, Enhle, Toba qom, Avá Guarani, Mbya Guarani, Guaná, Kinikinau, e Mojeño.

poder de veto. Se isso não for assim, então não estarei mais à frente da Secretaria Executiva do CIH" (<sup>50</sup>).

O convite à reunião de participação pública em Assunção feito por Gonzalez foi aceito. Na Resolução 3 do Encontro, confirmam a presença, porém acrescentam: "*... Nossa presença não significa que estejamos de acordo com o atual processo de discussão pública. É preciso que os governos divulguem, em linguagem apropriada, todas as informações existentes*". Nas demais Resoluções Gerais, especialmente na 1 e 2, mantêm-se o espírito de denúncia e cobrança de responsabilidade dos governos, sobretudo porque, passados 500 anos, continuam estimulando projetos que representam a destruição do que resta dos povos indígenas:

#### **Resolução 1:**

"... Nos permitimos o direito de não acreditar, como povos indígenas da Bacia da Prata, ante a indiferença com que os governos têm nos tratado, com relação às grandes propostas, porque sempre foram apresentadas como boas e nunca deram resultados (...) Somos nós, os indígenas, que temos demonstrado ao longo da história que temos nos preocupado com a conservação dos bosques, dos rios, fauna e a conservação da qualidade da vida humana. Segundo entendemos, este projeto não é para os indígenas; é para os ricos (...) Este projeto é uma nova forma de destruir o que resta dos povos indígenas..."

#### **Resolução 2:**

" Nós já vimos o projeto e sabemos que o rio vai ser aprofundado e ficamos preocupados de que isso venha trazer a seca para a nossa terra. Estão querendo nos enrolar como fizeram com esses grandes desmatamentos no Brasil. Queremos pedir no papel que o rio não vai ser mudado e também o que os governos vão fazer para melhorar nossa vida. Nós zelamos pela natureza; nós somos a natureza e queremos ser respeitados, porque nós somos os verdadeiros donos desta terra..."

---

<sup>50</sup>- Esses pequenos trechos da fala de Jesus Gonzalez foram extraídos do Relatório do Encontro Internacional dos Povos Indígenas da Bacia da Prata, elaborado pela entidade Ecologia e Ação e apresentado à Swedish Society for Nature Conservation, julho de 1996.

As Resoluções desse Encontro (<sup>51</sup>), ainda que enfáticas, pouco acrescentavam às declarações firmadas nos encontros regionais das populações indígenas. A principal novidade desse seminário - e nisso reside também sua grande virtude - é ter conseguido reunir etnias de diferentes países, que há muito tempo não se encontravam e, sobretudo, que nunca haviam participado de um mesmo encontro para deliberar matérias sobre seu futuro. Os inúmeros depoimentos das próprias lideranças indígenas, feitos ao longo dos debates, expressam a importância sentimental, religiosa, cultural e política desse seminário. Em relação à campanha da Hidrovia, o encontro dos índios da Bacia da Prata foi decisivo para "politizar" os chamados impactos sociais do projeto HPP. Antes de soar as "vozes" dos índios, os impactos sobre as comunidades indígenas, embora sabidos, eram inteiramente negligenciados pelo CIH e pouco discutidos no interior das próprias organizações ligadas à Rios Vivos. Um conjunto novo de atores e questões acabavam de ser introduzidos na esfera pública e na agenda de discussões entre CIH e Rios Vivos. Além do meio ambiente, as questões indígenas ganham relevância. Na insistência do Secretário Executivo do CIH para que as comunidades indígenas participassem da reunião de participação pública em Assunção, além de uma dose de retórica e oportunismo político, havia o reconhecimento da força política das organizações indígenas.

O momento era tão promissor que uma das deliberações do encontro foi o estabelecimento de uma comissão destinada a encaminhar a criação de uma Aliança dos Povos Indígenas da Bacia do Rio da Prata, a ser formada após o fortalecimento das organizações indígenas e discussões com as comunidades em cada país.

### **5.8. Assunção e a Segunda Reunião de Participação Pública**

Em resposta à insistente solicitação das ONGs por um processo de participação pública e acesso às informações, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, nos primeiros meses de 1996, concedeu ao CIH a cifra de US\$ 145.000 dólares para fins de "assistência técnica não reembolsável à difusão de informações e consulta sobre o projeto HPP". Em

---

<sup>51</sup> - O conjunto das Resoluções do Encontro Internacional dos Povos Indígenas da Bacia da Prata pode ser encontrado em: Dossier Taller Ecologista/Coalición Ríos Vivos N.2, Rosário, Mayo 1996.

março, o CIH enviou à Rios Vivos parte dos estudos de impacto ambiental. Um mês depois, outra remessa de disquetes. Em sua XXI Reunião, realizada entre os dias 11 e 12 de abril, o CIH decidiu utilizar os recursos repassados pelo BID para viabilizar uma reunião de participação pública no dia 20 de junho na cidade de Assunção e contratar uma empresa para gerir essa e outras audiências públicas (<sup>52</sup>).

Meses depois, a empresa norueguesa Norplan A. S. foi contratada para executar o contrato e a Secretaria Executiva enviava os primeiros convites às ONGs. Na nota SEHPP/AR N.176/96, do dia 28 de junho, enviada ao Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena (ITC) - organização indígena brasileira, membro da coordenação de Rios Vivos - o então Secretário Executivo do CIH, Jesus Gonzalez, afirmava estar efetivando seu compromisso com as populações indígenas, assumido durante o Seminário Internacional, e convidava o ITC para participar da reunião de participação pública no dia 22 de julho e não mais em 20 de junho como havia sido anunciado. A Coalizão Rios Vivos, três dias após, respondia ao Secretário Executivo do CIH afirmando que a condição essencial para qualquer processo de participação pública não estava sendo devidamente cumprida. Apesar do repasse dos disquetes, o acesso às informações ainda não havia sido possível devido a danos nos arquivos e à utilização de programas pouco disponíveis. Na parte final da carta, uma nova solicitação: "... A sociedade civil continua sem informações e impossibilitada de conhecer realmente o projeto e seus impactos. Reafirmamos a necessidade de que sejam fornecidas cópias completas, em papel, dos documentos e distribuídas pelas regiões de modo a permitir o acesso efetivo da população" (<sup>53</sup>).

Finalmente, em 24 de julho, a segunda reunião de participação pública é levada a termo. Depois de uma apresentação geral dos primeiros resultados dos estudos dos consórcios TGCC e HLBE, ocorrida pela parte da manhã, seguiu-se um painel de discussões. Nele, o CIH passou a receber e responder aos comentários, perguntas e recomendações dos presentes, especialmente das ONGs. Conforme descreve o comunicado "A Puertas Abiertas" - uma espécie de síntese do encontro, elaborada pela Norplan - a fim de "facilitar el tratamiento y

---

<sup>52</sup> - Ver: Informe Final de la XXIª Reunion del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Asunción, abril de 1996.



garantizar una respuesta adecuada a las preguntas presentadas por los participantes (...) se insto a los interesados en **presentar por escrito** sus comentarios, preguntas y recomendaciones" (<sup>54</sup>).

A metodologia utilizada no painel irritou as lideranças das ONGs presentes. A entidade ambientalista WWF considerou a reunião "deficiente e desordenada" (<sup>55</sup>). Mas essa não foi a única razão. Um grupo de ONGs ambientalistas do Paraguai realizou um protesto em frente ao local onde estava acontecendo a reunião para denunciar a falta de informação. Algélica Delgado, da entidade paraguaia Altervida e membro da Rios Vivos, deu várias entrevistas à imprensa denunciando o mero formalismo da reunião:

"Este es un proyecto de gran envergadura y que segun estudios técnicos ya realizados, tendría impactos graves en el medioambiente y las formas de vida de las poblaciones ribereñas. La población y las ONGs tienen el derecho a tener toda la información y saber que se juega en el proyecto. En esta reunión se pretende que en solo media hora de información sobre un informe de más de 4.000 páginas, las ONGs y las poblaciones hagan preguntas por escrito, que ellos deciden si contestan, y a esto llaman participación" (<sup>56</sup>).

Apenas oito ONGs participaram da reunião; nenhuma do Brasil. A organização indígena brasileira, o ITC, publicou uma nota à imprensa no mesmo dia afirmando não ser possível considerar democrática essa reunião, dado que o CIH não respondeu às demandas apresentadas pelas organizações indígenas e, sobretudo, não enviou as passagens ao deslocamento de suas lideranças, prometidas durante o Encontro Internacional dos Povos Indígenas da Bacia do Prata (<sup>57</sup>). Além disso, a organização indígena paraguaia encarregada de organizar a participação dos índios à reunião de participação pública, a Coordinadora de Pueblos Nativos de la Cuenca de Río Pilcomayo, nem se quer foi convidada pelo CIH.

---

<sup>53</sup> - Uma versão completa dessa carta, ver: Dossiê Rios Vivos. Reunião de Coordenação de Rios Vivos em Corumbá, 1996.

<sup>54</sup> - A íntegra do comunicado "A Puertas Abiertas" pode se encontrado em: Dossiê Rios Vivos. Reunião de Coordenação de Corumbá, 1996.

<sup>55</sup> - Ver: Boletín de Comunicación Rios Vivos. Montevideo, N. 2, agosto de 1996, p.17.

<sup>56</sup> - Trecho de entrevista publicado no Jornal La Juventud. Montevideo, 31 jun. 1996. p . 10. Ver ainda: Hidrovia em debate. Questão ambiental é prioridade. Folha do Estado, Cuibá, 24 jun.1996. s/p.

Uma outra razão foi decisiva à veemente reação crítica das ONGs. A data da reunião de Assunção foi transferida diversas vezes e, propositadamente ou não, coincidiu com a realização de um Seminário Itinerante sobre o rio Paraguai (<sup>58</sup>), organizado por uma entidade membro da Rios Vivos, a ONG Sobrevivência / Amigos de la Tierra, do Paraguai. Entre os dias 17 e 27 de julho, cerca de 70 representantes de organizações ligadas à Rios Vivos participaram desse seminário flutuante, entre as cidades de Corumbá e Assunção, numa extensão aproximada de 1.200 Km. Entre os tantos propósitos, o principal deles foi levar informações às comunidades localizadas às margens do rio Paraguai e discutir com elas as consequências da implementação da Hidrovia em suas vidas. Como descreve Oscar Rivas, da entidade Sobrevivência e um dos organizadores do Seminário:

" ... Nós preparamos este seminário ao longo de dois anos. Tivemos um processo prévio de preparação com as comunidades e as lideranças. Nós tínhamos um itinerário bem definido. Eram três barcos. Fizemos cerca de 30 paradas nas comunidades de pescadores, comunidades indígenas, portos, nas pequenas cidades, visitando e falando com as pessoas. Foi uma experiência única, impressionante. Levamos um grupo de teatro também. A primeira coisa que fazíamos era apresentar o grupo na praça, nas cidades e sempre numa linguagem lúdica e muito acessível. Quando era necessário, tínhamos uma reunião de avaliação da peça, perguntas e respostas sobre o projeto. (...) A maioria não, ninguém conhecia o projeto HPP. Os estudos naquela época já estavam feitos. Todos. Já estavam prontos os relatórios de pesquisa de campo, com as entrevistas das pessoas. Nunca encontramos alguém que tenha sido entrevistado pela equipe dos consórcios" (Relato de entrevista concedida em 14/08/1999, na cidade de Nazaré Paulista - SP).

Na véspera da audiência pública em Assunção, no dia 23, os participantes do Seminário Itinerante redigiram uma declaração, conhecida como *Declaração do Alto Paraguai* (<sup>59</sup>), com o propósito de denunciar o descumprimento do acordo de Maldonado por parte do CIH e informar a mídia e a opinião pública em geral porque a Coalizão Rios Vivos

---

<sup>57</sup> - Uma versão completa dessa nota está em: Boletín de Comunicación Rios Vivos. Montevideo, N. 2, agosto de 1996, p. 21.

<sup>58</sup> - Maiores informações sobre esse seminário, ver: Boletín de Comunicación Rios Vivos. Montevideo, N. 2, agosto de 1996, p. 24 - 5 e Rios Vivos Coalition Paraguay-Paraná-Prata. Annual Report, 1996. Item 21.

<sup>59</sup> - Ver: Hidrovia Campaign. Dossier 4. International Rivers Network/Rios vivos, september, 1996.

não considerava aquele encontro uma autêntica reunião de participação pública. Essa declaração, além de ser divulgada à imprensa, foi lida durante o Painel de Discussão e entregue ao CIH. Na Declaração, afirmam:

*I- The public not been adequately advised, neither regarding the meeting itself and much less with reference to Hidrovia project documents which should be discussed beforehand and not merely presented at the meeting. We also feel that the proposed methodology for the meeting in no way permits people to easily express their numerous questions and justified concerns;*

*II- The CIH has not made sufficient resources available for a true public participation process, which should have begun at this Asunción meeting;*

*III- Since the meeting at Maldonado, the communication between the Rios Vivos coalition and the CIH has been deficient, due to the lack of response by the Committee to the letters sent by the Coalition;*

*IV- The computer diskettes received from the CIH have been deficient and to a large extent impossible to read and to interpret. The information on the diskettes has been presented in only a single written copy for the more than 300 member organizations from throughout the La Plata basin who make up the coalition, a fact of which the CIH is fully aware;*

*V- During the passage of the Floating Seminar on the Paraguay River, which is currently taking place, in communities which we visited, it was clear that there is a total absence of information, not only among organizations of civil society but also among local authorities, as regards the project and this meeting in Asunción;*

*VI- We do not believe in this type of meeting by which the CIH seeks only to legitimize itself with financial institutions and the communications media. These*

*meeting do not seek the effective protagonism of populations affected by the project as is required in the constitutions of all the countries taking part in the project;*

VII- *We continue to hope that the CIH will comply with the Maldonado agreement and will implement a true public participation process, such as that which we have been proposing for some time now.*

Convicta dessas posições, a Coalizão Rios Vivos mobilizou novamente sua estrutura de rede, a Internet, os jornais, a televisão, etc., para deslegitimar a reunião de Assunção - qualificando-a de mero formalismo - e o próprio CIH, apontado-o como incoerente em relação aos acordos firmados com as ONGs em Maldonado. Diversas matérias de jornais <sup>(60)</sup> fizeram referências às denúncias das ONGs naquela ocasião e às polêmicas entre o CIH e as organizações da sociedade civil.

No fervor das denúncias e polêmicas, Jesus Gonzalez, então Secretário Executivo do CIH, respondeu às ONGs, afirmando que elas estavam a serviço das grandes potências, especialmente os Estados Unidos. Segundo ele, os USA - como grande exportador de grãos, especialmente a soja - estava apoiando as ONGs com o propósito de impedir que a hidrovia fosse construída e, na sequência, que a soja dos países do Cone Sul chegasse ao mercado internacional a preços mais competitivos <sup>(61)</sup>. Entre uma e outra tentativa de deslegitimação, levadas a cabo tanto pelo CIH quanto pelas ONGs, o que restou foi um evidente fracasso daquela que, em tese, deveria ter sido a "segunda reunião de participação pública".

Nos meses seguintes do ano e em virtude da entrega dos relatórios finais dos consórcios HLBE e TGCC, as "disputas argumentativas" entre o CIH e as ONGs concentraram-se na avaliação dos impactos sócio-ambientais da Hidrovia.

---

<sup>60</sup> - Ver, especialmente:

1- Ambientalistas denuncian confuso manejo en la información del proyecto de Hidrovia. Jornal La Juventud. Montevideo, 31 jul.1996 p. 10.  
 2- ONGs prometem barulho na reunião pública. Jornal Folha do Estado. Cuibá, 24 jul.1996. s/p.  
 3- Apenas 8 ONGs participaram. Previsão confirmada. Jornal Folha do Estado. Cuibá, 25 jul. 1996.

<sup>61</sup> - Informação publicada em: Apenas 8 ONGs participaram. Previsão confirmada. Folha do Estado. Cuibá, 25 jul.1996.

O CIH, por sua vez, passou a considerar os **impactos sociais** do projeto HPP, especialmente sobre as populações indígenas, somente a partir do Seminário Internacional dos Povos Indígenas da Bacia do Prata. No comunicado "A Puertas Abiertas", redigido no término da audiência pública de Assunção, o CIH reconhece explicitamente a necessidade de considerar os impactos sobre as populações indígenas, sobretudo porque tais comunidades, além de terem uma série de direitos já positivados nas Constituições de seus respectivos países, possuem direitos reconhecidos internacionalmente (<sup>62</sup>). A desatenção aos aspectos jurídicos, aliada à pressão das organizações indígenas ligadas à Rios Vivos poderiam suspender qualquer obra que implicasse comprovado impacto sobre essas populações. Nesse mesmo comunicado, o CIH reafirma seu interesse em abrir canais de participação com as comunidades indígenas.

No dia 15 de agosto, em Buenos Aires, realizou-se uma reunião entre o CIH, PNUD, Consórcio TGCC, Norplan AS. e duas organizações indígenas membros de Rios Vivos, o ITC (Brasil) e o CIDOB (Bolívia). Na agenda da reunião, dois propósitos: **I)** preparar conjuntamente um futuro seminário com as populações indígenas para debater a Hidrovia e **II)** discutir a estruturação e institucionalização de um Grupo Assessor Indígena. Na Ata Final, uma declaração conjunta e, devido a seu conteúdo, a causante de uma profunda divergência política entre as organizações indígenas ligadas à Rios Vivos:

" ... Los representantes de las comunidades indígenas resaltaron su satisfacción por el trato recibido y manifestaron que sus comunidades no quieren ser consideradas como obstáculos para las oportunidades de desarrollo de sus países sino ser parte del mismo, sintiéndose a través de un tratamiento digno de sus propios valores económicos, sociales y culturales" (<sup>63</sup>).

No ITC, especialmente, houve uma reação imediata. Um grupo expressivo dessa organização indígena considerou essa declaração um ato de abandono de princípios por parte

---

<sup>62</sup> - O comunicado cita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, já ratificada pela Argentina, Paraguai e Bolívia, como um desses instrumentos jurídicos internacionais. Pela Convenção, os povos indígenas têm o direito sobre suas terras e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

<sup>63</sup> - Uma versão dessa Ata encontra-se em: Dossiê Reunião de Coordenação da Rios Vivos em Corumbá, 1996.

de seu líder, Marcos Terena, e uma deliberada tentativa do CIH de "cooptar lideranças" <sup>(64)</sup> e enfraquecer a mobilização indígena. Esse fato provocou a substituição do presidente do ITC. As demais entidades membros da coordenação de Rios Vivos também interpretaram esse episódio como uma estratégia equivocada de algumas lideranças indígenas.

Em relação aos **impactos ambientais** da Hidrovia, o CIH promoveu um seminário - o Seminário Hidrológico - em novembro, deste mesmo ano com o propósito de avaliar os resultados dos estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental do Módulo A do projeto HPP. Para tal empreendimento, o CIH contratou cinco renomados hidrólogos internacionais <sup>(65)</sup>. Nos comentários e recomendações elaborados pelos hidrólogos e entregues ao CIH, BID e PNUD em dezembro, a cientificidade dos estudos dos consórcios é questionada. Os hidrólogos sugerem novos e mais detalhados estudos antes de qualquer obra <sup>(66)</sup>.

A Coalizão Rios Vivos, por outro lado, intensificou suas atividades na Bolívia ao longo do segundo semestre <sup>(67)</sup>, promoveu e participou de seminários e reuniões <sup>(68)</sup> e

<sup>64</sup> - Afirmação feita por Enir Terena, em entrevista realizada no dia 15/05/1998.

<sup>65</sup> - Importante frisar que a Coalizão Rios Vivos também foi convidada para esse seminário. Ver: NOTA SEHPP/326/96. Secretaria Executiva do CIH, Buenos Aires, 8/11/96.

<sup>66</sup> - Transcrevemos aqui, pequenos trechos das principais conclusões dos hidrólogos:

- 1- (...) Mientras los impactos en los niveles de agua aparentan ser mínimos, los impactos potenciales a largo plazo en los ecosistemas de los valles aluviales no fueron adecuadamente considerados;
- 2- En la presentación de los Consultores los detalles sobre la modelación fueron escasos...;
- 3- El Panel considera que la presentación de los Consultores fue deficiente con respecto a la exploración geofísica llevada adelante para determinar la ubicación y extensión de material duro como roca en el lecho del río...;
- 4- (...) Sin embargo, vemos poca evidencia que una evaluación ambiental completa fue realizada...;
- 5- (...) La evidencia disponible sugiere que esta parte de la evaluación no fue hecha por los Consultores...;
- 6- El impacto ecológico clave de un proyecto de esta naturaleza es la transformación a largo plazo de los habitats de su planicie de inundación y no necesariamente el posible incremento de la turbiedad debido al dragado. El Panel no se há encontrado con análisis de cambios en la inundación de la planicie;
- 7- (...) El Panel expresa serias reservas respecto a la aplicabilidad de los modelos SWAT e UNET en la cuenca de los ríos Paraguay-Paraná, particularmente en el Pantanal;
- 8- (...) La información presentada no provee una clara prueba de que los impactos serán realmente poco significativos, como los Consultores han afirmado. Los miembros del Panel desean expresar su convencimiento de que se requiere un análisis técnico, económico y de impacto ambiental más profundo, y programas de monitoreo de los ecosistemas, si se quiere desarrollar el proyecto Hidrovia entre Corumbá y Asunción sin daños al ecosistema muy riesgosos".

Uma versão completa das Recomendações pode ser encontrada em: Dossier Proyecto HPP N.3. Taller Ecologista/Coalición Ríos Vivos, 1997

<sup>67</sup> - As ONGs bolivianas ASEO e FOBOMADE, ligadas à Rios Vivos, organizaram um seminário na cidade de Santa Cruz de la Sierra no final do mês de julho para discutir o projeto HPP com as populações indígenas e demais ONGs daquele país. No dia 30 de outubro, a ASEO promoveu outro seminário na cidade de Porto Suarez também com o objetivo de informar a população local sobre o projeto Hidrovia. No dia seguinte, o Secretário Executivo da Rios Vivos reuniu-se com as ONGs na cidade de Santa Cruz de la Sierra para discutir estratégias

prosseguiu pressionando o CIH, BID e PNUD. Na véspera da III Reunião de Participação Pública, Rios Vivos voltou a escrever ao CIH, solicitando, novamente, "acesso aos estudos e documentos oficiais que servem de base ao CIH na condução do Projeto Hidrovia". Em carta do dia 16 de outubro, enviada a Jesus Gonzalez, então Secretário Executivo do CIH, a Coalizão reclamou de não ter tido acesso ainda aos estudos do Módulo B1 e outros estudos já concluídos a um ano e que, inexplicavelmente, são "mantidos em segredo". Reafirma, ainda, que o sucesso dessa nova audiência pública dependerá do cumprimento, por parte do CIH, de algumas condições básicas, como:

*I- Disponibilizar às organizações da sociedade civil o diagnóstico ambiental completo; os estudos e projeto que compõem os Módulos A e B1; os estudos de viabilidade econômica e alternativas de transporte e os estudos de impacto ambiental do Módulo B2;*

*II- Estabelecer um cronograma para divulgação dos estudos e do processo de tomada de decisões sobre o projeto HPP;*

*III- O CIH precisa cumprir sua promessa de viabilizar os recursos para as passagens e estadia dos representantes das populações indígenas durante as reuniões de participação pública;*

*IV - As reuniões de participação pública devem ser divulgadas na mídia com certa antecedência; a participação deve estar aberta a intervenções e perguntas orais e o debate deve ser documentado, registrando-se todas as posições, a fim de serem posteriormente publicadas.*

---

para o fortalecimento da Coalizão na Bolívia. Em dezembro, a Rios Vivos organizou uma mobilização contra o início da construção da Hidrovia em Puerto Quijarro. Maiores informações, ver: Rios Vivos Coalition Paraguay-Paraná-Prata. Annual Report, 1996.

<sup>68</sup> - Uma sintética descrição dessas atividades, pode ser encontrada em: Rios Vivos Coalition Paraguay-Paraná-Prata. Annual Report, 1996. Particular importância teve o Seminário sobre o Modelo de Desenvolvimento da

Em virtude do CIH não haver respondido a essa correspondência e nem atendido às demandas nela expressas, Rios Vivos decidiu enviar novas <sup>(69)</sup> cartas ao CIH e cópias delas ao BID e ao PNUD. Em todas, havia a manifestação de desacordo em relação ao modo como o CIH estava relacionando-se com as organizações da sociedade civil. Depois de dois anos de negociações, o clima político entre o CIH e as ONGs continuava conflitivo.

### 5.9. Campo Grande e a Terceira Reunião de Participação Pública

Logo no início da reunião, ONGs e CIH divergiram quanto à metodologia a ser adotada na audiência. Por fim, o CIH concordou em franquear a palavra a todos os presentes que desejassem fazer comentários ou perguntas sobre os estudos e concedeu 90 minutos para as ONGs apresentarem suas posições. Cerca de 180 pessoas estavam presentes, a maioria representantes de ONGs <sup>(70)</sup> e comunidades indígenas <sup>(71)</sup>. Decisivamente, a maior e, segundo a própria avaliação das ONGs, uma autêntica reunião de participação pública. Embora as ONGs não tivessem tido acesso a todos os relatórios dos consórcios, a preparação da reunião cumpriu outras exigências das ONGs como, por exemplo, ser anunciada pela mídia local com certa antecedência.

A reunião aconteceu no dia 30 de novembro e foi iniciada com a apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental elaborados pelos consórcios HLBE e TGCC. O engenheiro Jorge Abramian, representante de uma das empresas que participou dos estudos do Módulo 2 - a Taylor Engineering - relatou o conjunto dos resultados obtidos e fez algumas recomendações, sugerindo novos estudos e cautela no processo decisório. Entre outras coisas, afirmou que: **a)** devido à construção da Ferronorte, o trecho Corumbá-Cáceres não será viável

---

Bacia do Prata, Mercosul e Hidrovia Paraguai-Paraná, realizado na cidade de Corumbá entre os dias 24 e 26 de outubro.

<sup>69</sup> - No mês de novembro, Rios Vivos envia duas cartas (dias 11 e 19) ao CIH, BID e PNUD. Uma versão dessas cartas pode ser encontrada em: Hidrovia Campaign. Dossier 5. International Rivers Network/Rios Vivos, may, 1996.

<sup>70</sup> - Participaram representantes das seguintes ONGs: REDES (Uruguai), WWF (Canadá), IRN e Conservation International (USA), CEBRAC, ICV, ECOA (Brasil), Sobrevivência e Altervida (Paraguai) e algumas outras ONGs da cidade de Campo Grande.



economicamente por muito tempo; **b)** os benefícios da Hidrovia terão um alcance muito limitado porque, além de gerar apenas 2.513 empregos, concentrar-se-ão nas empresas agrícolas e nas companhias de navegação; **c)** o Canal Tamengo é o aspecto mais crítico do projeto e novos estudos são absolutamente necessários, inclusive para medir o nível de contaminação da água potável nas cidades de Puerto Suarez e Corumbá (<sup>72</sup>).

Embora vindas de alguém ligado a Taylor e, indiretamente, ao CIH, as observações de Abramian foram bem recebidas pelas ONGs, sobretudo porque eram "opiniões de dentro" que corroboravam com algumas das posições que a Coalizão vinha defendendo desde o início.

Com a palavra, as lideranças das ONGs e das comunidades indígenas expandiram e aprofundaram os questionamentos. Algumas indagações eram antigas; outras, mais recentes e advinham dos seminários organizados pelas próprias ONGs para analisar os estudos de impacto ambiental elaborados pelos consórcios e, por fim, aquelas formuladas por Stephen Hamilton, um hidrólogo norte-americano que desenvolveu uma avaliação hidrológica do projeto HPP a pedido da Coalizão Rios Vivos. Na argumentação das ONGs, o detalhamento de uma sucessiva de falhas nos estudos de impacto ambiental (<sup>73</sup>). Os estudos:

- I - No mencionan los impactos indirectos sobre las reservas ecológicas y áreas protegidas;*
- II - Tratan el Pantanal como una región homogénea;*
- III - Las investigaciones de campo sobre la fauna y la flora fueron inadecuados;*
- IV - En los modelos hidrológicos usados en los estudios faltó información básica sobre la hidrología del río;*
- V - Son incompletos e inconsistentes en los aspectos hidrológicos e hidráulicos;*
- VI - Minimizan las importantes presiones sobre los pueblos indígenas causadas por la especulación con la tierra, y no toman en cuenta que la mayor parte de las comunidades indígenas carece de derechos o tiene derechos muy limitados sobre los*

---

<sup>71</sup> - Representando as populações indígenas, estavam: CIDOB (Bolívia) Coordinadora dos Pueblos Indígenas del Río Pilcomayo (Paraguai) e ITC (Brasil).

<sup>72</sup> - Ver Item 63 do Annual Report Rios Vivos Coalition, 1996.

<sup>73</sup> -Algumas falhas levantadas pelas ONGs. Uma descrição completa encontra-se em: Boletín de Comunicación Rios Vivos, N. 3. Montevideo, enero de 1997, p.10-12.

*territorios en los que viven. Ignoran aún, los derechos garantizados por tratados internacionales;*

*VII - Subrayan el hecho de que se perderán más puestos de trabajo de los que se crearán;*

*VIII - Ignoran la descomposición cultural que causará la integración de los indígenas al mercado de trabajo;*

*IX - No consideran otras alternativas de transporte para la región;*

*X - No evaluaron los impactos sobre la industria turística que las obras podrían causar;*

*XI - Los consultores no cumplieron los requisitos de los Términos de Referencia de poner a disposición de los interesados un número suficiente de copias de los estudios. Ni siquiera el gobierno brasileño recibió una copia impresa. En Bolivia no había, hasta diciembre de 1996, copias impresas disponibles. Hasta diciembre de 1996 no había copias impresas a disposición del público en ninguno de los países de la región;*

*XII - Las poblaciones locales afectadas por el proyecto no han recibido información adecuada que les permita comprender el proyecto y jugar un rol en el proceso de toma de decisiones.*

A tomar pelas matérias publicadas nos jornais, as organizações da sociedade civil monopolizaram as discussões. Além da força política decorrente de sua expressiva presença à reunião, as ONGs apresentaram-se novamente munidas de argumentos técnico-científicos. Os estudos de impacto ambiental (EIA) do consórcio TGCC há alguns meses vinham sendo analisados pelas ONGs e, naqueles dias, acabava de ser concluída uma análise hidrológica dos EIA, elaborado por Stephen Hamilton, um antigo pesquisador do Pantanal e professor na Universidade de Michigan (USA). Solicitado pela Rios Vivos e "sem receber um dólar por isso" (<sup>74</sup>) Hamilton analisou detalhadamente os relatórios da TGCC e demonstrou a existência de falhas na metodologia utilizada e, em decorrência, a subestimação dos impactos das obras sugeridas sobre o sistema hidrológico do rio Paraguai e do Pantanal. Em sintonia com os resultados do trabalho de Ponce (1995) e com os pareceres elaborados por especialistas

---

<sup>74</sup> - Afirmação de Alcides Faria, Secretário Executivo da Rios Vivos em entrevista no dia 27/10/98.

convocados pelo CIH ao Seminário Hidrológico, Hamilton previu, neste trabalho, o secamento de regiões inteiras do Pantanal caso as obras de engenharia propostas fossem executadas.

Segundo HAMILTON, qualquer modificação no sistema hidrológico dos rios Paraguai e Paraná afetaria diretamente o Pantanal. No Quadro 4, HAMILTON (1996) traça algumas projeções que evidenciam a relação direta entre o volume de águas do rio Paraguai e a extensão geográfica do Pantanal. No período em que as águas do rio Paraguai **estão baixas** - normalmente entre os meses de abril e setembro - Hamilton projeta os seguintes cenários:

**QUADRO 5 - Relação entre o volume de águas do rio Paraguai e a extensão geográfica do Pantanal (no período das secas).**

CENÁRIO I	CENÁRIO II	CENÁRIO III
Uma redução de <b>10 cm</b> no volume das águas do rio Paraguai provoca uma retração de <b>9%</b> da área inundada do Pantanal	Uma redução de <b>25 cm</b> no volume das águas do rio Paraguai provoca uma retração de <b>22%</b> da área inundada do Pantanal	Uma redução de <b>50 cm</b> no volume das águas do rio Paraguai provoca uma retração de <b>45%</b> da área inundada do Pantanal

**FONTE:** Dados extraídos da Tabela 2 do trabalho de Hamilton, intitulado *Aspectos Hidrológicos del Estudio de Impacto Ambiental para la Hidrovia Paraguai-Paraná. Una crítica con énfasis en la región del Pantanal* (1996).

No **período das cheias**, a relação de causa e efeito é menos intensa, mas nem por isso ausente:

**QUADRO 6 - Relação entre o volume de águas do rio Paraguai e a extensão geográfica do Pantanal (no período das cheias).**

CENÁRIO I	CENÁRIO II	CENÁRIO III
Uma redução de <b>10 cm</b> no volume das águas do rio Paraguai provoca uma retração de <b>2.2%</b> da área inundada do Pantanal	Uma redução de <b>25 cm</b> no volume das águas do rio Paraguai provoca uma retração de <b>5.5%</b> da área inundada do Pantanal	Uma redução de <b>50 cm</b> no volume das águas do rio Paraguai provoca uma retração de <b>11%</b> da área inundada do Pantanal

**FONTE:** Dados extraídos da Tabela 3 do trabalho de Hamilton, intitulado *Aspectos Hidrológicos del Estudio de Impacto Ambiental para la Hidrovia Paraguai-Paraná. Una crítica con énfasis en la región del Pantanal* (1996).

Nas conclusões, Hamilton apresenta uma série de razões que tornam os EIA do consórcio TGCC repleto de falhas:

"Insuficiente información básica sobre la hidrología fluvial; escasa comprensión de los intercambios de agua entre el río y la planicie inundable, y incapacidad para identificar y tener en cuenta los posibles puntos de control geomorfológicos a lo largo del curso del río; convierten los resultados del modelo de tránsito de crecidas (flow-routing) en altamente dudosos. Dado que las predicciones del modelo son probablemente erróneas, sería muy instructivo considerar que podría ocurrir si la disminución del nivel del río fuera superior a la prevista. Los escenarios para importantes disminuciones del nivel del agua que he planteado aquí, demuestran que es posible que ocurran grandes pérdidas de áreas inundables a partir de disminuciones aparentemente pequeñas en los niveles del río, particularmente durante la estación seca, y que algunas subregiones se secarían completamente. El área máxima sujeta a inundación también se reduciría a causa de una disminución general de los niveles del río".

As críticas de Hamilton, como salientamos acima, não estavam solitárias. As deficiências dos estudos vinham sendo apontadas por diferentes pesquisadores e organizações. O próprio engenheiro da Taylor Engineering admitiu algumas limitações e apontou a necessidade de novos estudos em alguns trechos. Depois de consumirem cerca de US\$ 7.5 milhões, os resultados revelevam-se incompletos e deficientes.

Às ONGs, era fundamental cercar-se de competência técnica e de pesquisadores renomados para proceder uma análise detalhada dos relatórios. Em virtude da firme decisão do BID de não financiar qualquer obra que acarretasse impactos ao meio ambiente, a denúncia de falhas nos estudos dos consórcios era uma forma legítima e relevante de ratardar a liberação dos fundos e, até mesmo, afastar definitivamente qualquer possibilidade de financiamento. Em grande medida, o futuro do projeto HPP dependia desses pareceres técnicos e da capacidade de mobilização da opinião pública.

O CIH também sabia disso e pautava-se dentro dessa lógica. Os relatórios estavam tomados pelas disputas políticas. Aos Governos, era essencial defender os estudos e

argumentar a inexistência de outros impactos ambientais, além daqueles diagnosticados. A crítica aos estudos traria, inevitavelmente, atraso no início das obras, um novo questionamento do projeto HPP, o fortalecimento das posições das ONGs e um novo desgaste político ao CIH.

Na reunião de Campo Grande, esse desgaste foi inevitável. Um desgaste que, a bem da verdade, vinha de longa data. Em meados de 1996, no âmbito do CIH, foi discutida a proposta de transformar as funções do CIH: de comitê da Hidrovia a uma espécie de órgão gestor da Bacia do Prata. A própria tentativa de aproximação do CIH às populações indígenas pode ser interpretada nessa chave. O projeto HPP havia se convertido em uma polêmica internacional e o CIH, devido às suas posturas, passado a imagem de uma instância autoritária e insensível em relação às questões ambientais e para com as comunidades indígenas.

Diante das críticas apresentadas pelas organizações da sociedade civil em Campo Grande aos estudos e ao próprio projeto HPP, o então Secretário Executivo do CIH, Jesus Gonzalez, obrigou-se a reafirmar o compromisso de não promover obras antes que novos estudos de impacto ambiental estivessem concluídos e devidamente avaliados pelas ONGs. Além disso, divulgou um comunicado à imprensa ratificando a decisão do Governo brasileiro de não promover qualquer obra de engenharia pesada no trecho entre Corumbá e Cáceres:

"The Executive Secretariat of the CIH wishes to ratify that Brazil has made the **sovereign decision of not allowing major changes in the reach of the Paraguay river between Cáceres and Corumbá**, including structural dredging, river straightening and rock blasting (...) The studies produced by the consortium Hidroservice-Lois Berger (EIH (Module B1) were developed in accordance with their Terms of Reference dating from 1990, which defined the Hidrovia from Cáceres (Brazil) to Nueva Palmira (Uruguay). Due to contractual requirements, the consulting firms were requested to proceed in accordance, including the reach between Cáceres and Corumbá that flows through the Pantanal Matogrossense. However, the studies and projects involving this reach will not be used by the Committee, and **to not imply changes in the decision taken by Brazil. Accordingly, navigation within de Corumbá-Cáceres reach will have to adapt to the river's natural configuration and water level,**

**avoiding aggression or damage to the natural environment..."** <sup>(75)</sup>  
(Grifos Acrescentados).

Apesar das tantas críticas acumuladas desde sua proposição, o projeto HPP continuava vivo. Enquanto o Secretário Executivo do CIH prometia não realizar obras antes de que novos EIA fossem realizados, uma draga argentina estava em plena operação na parte boliviana do Canal Tamengo. A novela da Hidrovia realmente não havia terminado.

### **5.10. Canal Tamengo e a "Inauguração Política" da Hidrovia**

Na própria reunião de Campo Grande, as ONGs iniciam as denúncias. De fato, o governo boliviano havia iniciado obras de dragagem no canal antes dos EIA do consórcio TGCC estarem devidamente concluídos e aprovados. Além de estar em contradição com os acordos firmados entre o CIH e as ONGs, o início das obras era sobremaneira preocupante porque estava ocorrendo em uma das áreas com alta probabilidade de impactos ambientais, inclusive sobre uma população estimada em 130 mil pessoas. O próprio engenheiro do consórcio TGCC, durante a reunião de participação pública em Campo Grande, havia alertado para a necessidade de EIA mais detalhados. Já era conhecida a existência de materiais pesados no fundo do canal - especialmente chumbo e mercúrio - e com a dragagem, esses metais poderiam contaminar as fontes de abastecimento de água potável das cidades de Corumbá, Puerto Soares, Arroyo Concepción e Puerto Quijarro <sup>(76)</sup>.

Nos primeiros dias de dezembro, as ONGs ambientalistas ligadas à Rios Vivos mobilizaram uma série de estratégias para impedir que a draga prosseguisse dragando o leito do Canal Tamengo. Promoveram diversos seminários na região próxima ao canal, alertando a população; enviaram correspondência ao BID e ao PNUD, comunicando o fato; denunciaram junto à mídia local e internacional; redigiram e enviaram um relatório ao Presidente Fernando

---

<sup>75</sup> - A íntegra desse comunicado pode ser encontrada em: Hidrovia Campaign. Dossier N. 5. IRN/Rios Vivos, may 1997. P. 37

<sup>76</sup> - Ver:

1- ONG denuncia obra boliviana. Diário da Serra. Campo Grande, 24 dez.1996. s/p;

2- Obra de hidrovia pode contaminar água. Correio do Estado. Campo Grande, 17 mar.1997. P. 06.

Henrique Cardoso, solicitando imediata suspensão das atividades da draga em território brasileiro e, por fim, acionaram a Procuradoria de Justiça de Meio Ambiente de Corumbá (<sup>77</sup>).

As denúncias mobilizaram o PNUD que, logo no dia 05, enviou carta ao CIH, solicitando esclarecimentos. No Brasil, o fato despertou reação imediata em diferentes instâncias do Estado brasileiro e na grande imprensa. No dia 07 de março, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, publicou nota à imprensa afirmando que havia bloqueado as obras de dragagem na área brasileira do Canal Tamengo. A então gerente do Departamento de Gestão Ambiental do Ministério do Meio Ambiente em Brasília, Cleuza Moraes Gomes, informou que o Governo brasileiro não podia autorizar obras no local sem que antes os EIA estivessem devidamente elaborados (<sup>78</sup>). Dias depois, Eduardo Martins, então Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), voltou a reafirmar a posição do Brasil: "No trecho brasileiro da Hidrovia não vamos permitir obras que prejudiquem o Pantanal". Comentou também que, apesar de não ter ainda recebido oficialmente os estudos dos consórcios HLBE e TGCC, o projeto HPP era incompatível com a legislação ambiental brasileira e pouco adequado para resolver os problemas de transporte da região (<sup>79</sup>).

No Brasil, as vozes contrárias à construção da Hidrovia se avolumavam e já não estavam mais circunscritas ao universo das ONGs. Os históricos defensores do projeto, como Dante de Oliveira e Márcio Lacerda - então Governador e Vice-Governador do Estado de Mato Grosso, respectivamente - prosseguiram suas campanhas, mas dessa vez, novos e influentes opositores entraram em cena. Alguns Jornais e Revistas de grande tiragem do Brasil, envolveram-se na campanha e passaram a denunciar a insustentabilidade do projeto HPP. Dantes, as matérias, além de serem curtas, limitavam-se a noticiar as polêmicas entre as

---

<sup>77</sup> - Sobre as iniciativas tomadas pelas ONGs, ver: Annual Report Rios Vivos, 1996. Item 36

<sup>78</sup> - Em matéria publicado no dia 07 de março pelo Jornal Correio do Estado, intitulado "Marinha barra superdraga boliviana", Cleuza Moraes Gomes justifica a decisão: " O EIA - RIMA que exigimos é bem mais completo do que esse que está para ficar pronto (do consórcio TGCC). Nós não vamos autorizar nada, sem ter absoluta segurança do que acontecerá no meio ambiente. Dessa forma, sem o estudo de impacto ambiental, não haverá dragagem do canal ou mesmo trechos do Rio Paraguai. Seremos enérgicos, principalmente em se tratando de um ecossistema delicado como é o Pantanal".

<sup>79</sup> - Essas informações foram publicadas em: Hidrovia Paraguai-Paraná. Governo não admitirá obra que afete o Pantanal. Diário de Cuibá. Cuibá, 22 mar. 1997.

ONGs e CIH. Nenhuma delas havia sido extensa e, tampouco, manifestado sua veemente oposição ao projeto HPP.

No dia 16 de fevereiro, o *Jornal Correio Braziliense* publicou uma extensa e detalhada matéria sobre o projeto HPP e seus principais impactos sobre a região do Pantanal. O título (**Ambiente em estado de sítio**) e os principais subtítulos (**Passaporte para a destruição; Um projeto na contramão; e Pantanal, imensidão abandonada**) sintetizam o enfoque da reportagem. Mais ao final de fevereiro, no dia 26, a *Revista Veja* dedicou uma página ao assunto e abriu a matéria com um título em tom de denúncia: **"Paraíso Ameaçado. A construção de uma hidrovía para transportar soja coloca em risco o Pantanal"**. Em abril, na edição do dia 23, a *Revista Veja* voltou ao tema e, dessa vez, com um extenso trabalho jornalístico, totalizando 12 páginas. Intitulado **"Santuário Ameaçado. Uma hidrovía põe em perigo riquezas e maravilhas do Pantanal"**, o artigo apresenta uma rica descrição do Pantanal e alerta para sua iminente destruição, caso a Hidrovía seja construída. O *Jornal Folha de S. Paulo* também dispensou atenção ao tema, publicando, no dia 14 de março, uma matéria intitulada: **"A controversa Hidrovía Paraguai-Paraná"**. Com enfoque mais favorável ao projeto, o *Jornal O Estado de S. Paulo* publicou, no dia 06 de abril, uma extensa reportagem sobre o projeto HPP, apontando os prós e os contra de tal empreendimento.

Mas, se a Hidrovía era cada vez mais questionada no Brasil, o Secretário Executivo do CIH e os Presidentes Carlos Menen (Argentina), Juan Carlos Wasmosy (Paraguai) e Julio Maria Sanguinetti (Uruguai) acabavam de inaugurar, em Buenos Aires, o primeiro trecho da Hidrovía Paraguai-Paraná. Inauguravam a dragagem e balizamento entre a Província de Santa Fé e o Oceano Atlântico, com uma extensão de 1.722 Km e orçado em cerca de US\$ 1 bilhão de dólares. O evento aconteceu no dia 11 de fevereiro e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, alegando compromissos de agenda já contraídos, enviou o embaixador Luiz Augusto de Castro Neves<sup>(80)</sup>. Embora não seja possível afirmar com precisão, a ausência de FHC pode ser entendida como uma decisão estratégica do Governo brasileiro de evitar o descumprimento do acordo firmado com as ONGs em Campo Grande - de não iniciar obras antes dos EIA

---

<sup>80</sup> - Ver especialmente:

1- Argentina começa dragagem da hidrovía Paraguai-Paraná. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 fev.1997. p. B7;



estarem concluídos - e, inclusive, demonstrar que o projeto HPP já não mais figurava entre as prioridades do Brasil.

De qualquer maneira, esse fato gerou uma nova onda de protestos por parte das ONGs. Além das denúncias pela imprensa, televisão e por meio das cartas, dois eventos merecem um sintético comentário. No dia 16 de abril, por ocasião da estada do então Ministro do Meio Ambiente do Brasil, Gustavo Krause, à cidade de Paris, ONGs da Europa promoveram manifestações diante da Embaixada do Brasil na capital francesa e em outras capitais européias<sup>(81)</sup>. Àquela altura, como relata Tamara Mohr, da BOTH ENDS - entidade membro da coordenação de Rios Vivos na Holanda - o "projeto Hidrovia era muito controverso. Na Europa e dentro do BID ninguém queria ouvir falar do projeto HPP". Essa recusa ao projeto, segundo ela, devia-se, essencialmente, ao trabalho das ONGs:

"Nossa principal tarefa sempre foi distribuir para toda a Europa a informação chave sobre a Hidrovia. Estabelecemos toda uma rede de organizações na Europa e, em 1997, nosso trabalho estava bem consolidado. Em quase todos os países tínhamos uma organização que estava distribuindo informações para outras ONGs, imprensa, Governos, BID (...) Fomos mais um ponto de referência para a Rios Vivos (...) Muitos estudantes e pessoas dos governos vinham nos procurar. Eles próprios diziam que nada conheciam da Hidrovia e gostariam de conhecer mais" (Relato de entrevista concedida no dia 14/08/1999, na cidade de Nazaré Paulista - SP).

O segundo evento tem uma relação apenas indireta com as ONGs ligadas à Rios Vivos. Durante uma visita de trabalho do então Presidente do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, aos Estados Unidos, iniciada no dia 17 de abril, o Departamento de Estado dos USA decidiu, pela primeira vez, marcar posição sobre o projeto HPP. Nicholas Burns, porta-voz desse Departamento, afirmou que:

"The United States government shares the concerns of many environmentalists that the project could cause serious

---

2- Hidrovia do Paraná terá US\$ 1 bilhão. *Correio Braziliense*, Brasília, 12 fev.1997. p. 10.

<sup>81</sup> - Ver: ONGs convocam manifestação diante de embaixada em Paris. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16 abr.1997. p. A - 15.

environmental damage to the Pantanal (...) and we hope that this visit will give President Wasmosy a firsthand look at how he might, working with other Latin leaders, be able to control and limit the environmental damage that this proposal will certainly lead to" (<sup>82</sup>).

O Presidente Wasmosy foi levado a visitar duas regiões americanas semelhantes ao Pantanal Matogrossense - o delta do Mississipi e o Everglades na Flórida - que sofreram pesadas obras de engenharia para adaptar-se ao transporte hidroviário e que, mais adiante, revelaram-se profundamente impactante ao meio ambiente e ainda continuam demandando bilhões de dólares em projetos de mitigação (<sup>83</sup>). A finalidade imediata do Governo americano era sensibilizar o Presidente Wasmosy - por sinal, um dos mais ardorosos defensores do projeto HPP - sobre os impactos ambientais que decorrem de projetos com essa envergadura e levá-lo a desistir de tal empreendimento. Mas, conforme noticiou tanto o Jornal *A Gazeta Mercantil* (<sup>84</sup>), quanto *O Estado de S. Paulo* (<sup>85</sup>), o Departamento de Estado americano adotou tal postura devido às pressões que vinha insistentemente recebendo das ONGs ligadas à Rios Vivos naquele país, especialmente a Environmental Defense Fund e o International Rivers Network. Similar ao que ocorria na Europa, essas entidades lideravam o processo de negociação das ONGs com o BID e buscavam informar a opinião pública a respeito do projeto Hidrovia e seus principais impactos.

### 5.11- A XXIV Reunião do CIH e uma Defesa Branda da Hidrovia

No Brasil, as polêmicas sobre a Hidrovia não paravam de crescer, ganhavam cada vez mais espaço na opinião pública e dividiam lideranças políticas e soterres importantes do Estado Brasileiro. Sobretudo entre os defensores do projeto HPP, uma clara mudança de posição

<sup>82</sup> - Depoimento publicado no Jornal *The Washington Post*, em matéria intitulada: Paraguay's Head Hears Ecology Message on Tour. 22 abr. 1997. p. A - 15,

<sup>83</sup> - Em relação ao Everglades, a sociedade americana decidiu desfazer o que havia feito e, para isso, vai gastar mais de US\$ 5 bilhões de dólares. Ver artigo: GALINKIN, Maurício. Uma Hidrovia desnecessária. *Correio Braziliense*, 11 jun.1997. p. 12.

<sup>84</sup> - Ver: Meio Ambiente é prioridade para EUA. *A Gazeta Mercantil*. São Paulo, 23 abr.1997. p. A-6

<sup>85</sup> - In: Hidrovia Paraná-Paraguai preocupa EUA. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1997. p. A - 24.

estava em curso. Uma análise de discurso de algumas entrevistas publicadas pelos jornais por ocasião da XXIV Reunião do CIH, realizada em Cuiabá (MT), entre os dias 03 e 04 de julho, torna evidente o exercício retórico por parte de alguns tomadores de decisões do Governo brasileiro de reinventar um "outro" projeto HPP. Como é plenamente observável nos trechos de entrevistas transcritos abaixo, ninguém propõe obras de engenharia pesada no leito do rio Paraguai e os estudos elaborados pelos consórcios não mais servem como referência. O meio ambiente é largamente admitido como uma preocupação relevante e critério indispensável a ser considerado nesse "novo" projeto de Hidrovia.

A bem da verdade, essa mudança de "discurso" sobre a Hidrovia vinha se evidenciando desde o início de 1997. É a partir de junho, no entanto, em que ela fica mais explícita. Durante o Primeiro Workshop com a Mídia, realizado na primeira quinzena, o então Ministro do Meio Ambiente do Brasil, Gustavo Krause, fez a seguinte declaração sobre o projeto HPP: "Nada será feito para alterar o regime hídrico do Pantanal. A hidrovia, em tese, será algo sustentável e economicamente viável, se não alterar o curso da água" <sup>(86)</sup>. No dia 28 de junho, em Seminário promovido pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, na cidade de Corumbá, Márcio Oliveira Dornelles - representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - afirmou que as obras de engenharia propostas pelos consórcios HLBE e TGCC estavam inteiramente fora de cogitação:

"Essa proposta de mega-projeto já foi banida. A hidrovia é navegável, está sendo utilizada, e o que o Brasil busca é um princípio básico: adaptar os meios de transporte ao rio e não o contrário (...) O Ministério dos Transportes, a quem cabe analisar estas recomendações, deseja executar, de forma modesta, obras que facilitem a navegação tendo em vista as condições hidrológicas atuais e a demanda atual (...) Agora, o que se busca é uma ação coordenada para otimizar o potencial da hidrovia e melhorar a segurança da navegação com reduzido impacto ambiental" <sup>(87)</sup>.

---

<sup>86</sup> - Depoimento publicado em: Rios do Pantanal não vão sofrer alterações. Correio do Estado, Campo Grande, 16 jun. 1997. p. 05.

<sup>87</sup> - Ver: Hidrovia não tem mega-projeto. Folha do Estado, Cuiabá, 30 jun.1997. s/p.

Uma pequena mudança no discurso, inclusive do principal defensor da Hidrovia na região Centro-Oeste brasileira. Em artigo de sua autoria, publicado pelo Jornal *Folha de S. Paulo*, um dia antes do início da reunião do CIH em Cuibá, Dante de Oliveira - então Governador do Estado de Mato Grosso - rechaçou qualquer intervenção no rio Paraguai e apresentou um projeto de Hidrovia mais modesto:

"... Não estamos, com isso, defendendo intransigentemente a Hidrovia Paraguai-Paraná. O que se chama Hidrovia, na verdade, é uma centenária via navegável natural. (...) Não somos irresponsáveis. Não vamos cometer os mesmos erros que cometeram os países onde estão sediadas as ONGs, que destruíram rios como o Mississipi e o Tennessee, os Everglades e a Lagoa de Minamata. Soa-nos como manifestação de complexo de culpa querer impor o preservacionismo das ONGs internacionais ao Pantanal. A proposta matogrossense de aproveitamento da via navegável é clara (...) Ao invés de Cáceres, o terminal portuário seria transferido para a localidade de Morrinhos (...) A defesa do Estado é para que entre Cáceres e Corumbá (MS) trafeguem apenas chatas de até 500 toneladas (...) Retilinações ou intervenções no leito do Paraguai nos limites dos territórios matogrossense serão de pronto rechaçadas" <sup>(88)</sup>.

Durante a reunião do CIH, coincidência em afirmações de dois representantes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). A primeira proferida pelo Chefe do Departamento das Américas do MRE, Embaixador Augusto de Castro Neves e, a segunda, pela Chefe da Delegação Brasileira do MRE junto ao CIH, Ministra Maria Luiza Viotti:

**(I):** "Na realidade, a Hidrovia já vem cumprindo o seu papel de promover a integração da América Latina e, com a retomada do sistema, alcançaremos resultados práticos mais eficientes para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos nossos povos e para a preservação do meio ambiente".

**(II):** "Todos os estudos têm por objetivo compatibilizar os meios de transporte à necessidade de preservação ambiental (...) Os pequenos

---

<sup>88</sup> - Ver: Dêem chance à sustentabilidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jul.1997. p. 13.

melhoramentos na estrutura do rio serão acompanhados por um sistema de monitoramento de controle muito forte para evitar a agressões ao ecossistema" (<sup>89</sup>).

Passados pouco mais de seis meses de sua conclusão, os relatórios de estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental elaborados pelos consórcios HBLE e TGCC, encontravam-se bastante desacreditados, inclusive no interior do CIH e dos Governos, especialmente o brasileiro. Com esses relatórios, estava ocorrendo algo muito similar ao que havia acontecido com o Relatório Internave. Os defensores prosseguiam defendendo a Hidrovia, mas a maioria não sabia ao certo de que projeto estava se referindo. Depois de uma década, promovendo reuniões, estudos, debates e firmando acordos de todos os tipos, o CIH estava, novamente, diante da iminente necessidade de "inventar" um novo projeto de Hidrovia e legitimá-lo política, econômica, social e ambientalmente. O desgaste era evidente. A essa altura, o Governo brasileiro já havia desistido de realizar obras de engenharia em seu território e a Hidrovia que propunha era simplesmente melhoramentos no sistema de navegação já existente.

Em relação às organizações da sociedade civil, algumas novidades. Durante a XXIII Reunião do CIH, realizada na cidade de Corrientes (Argentina) entre os dias 03 e 04 de abril, finalmente aconteceu o Primeiro Seminário com as Populações Indígenas. Na reunião de Cuibá, o Governo Estadual tomou a iniciativa de promover um "encontro paralelo" com as ONGs e "encaminhar o debate, transcrito e documentado ao CIH" (<sup>90</sup>). Por fim, o Embaixador Augusto de Castro Neves apresentou aos membros do CIH reunidos em Cuibá, a proposta de criar "*um fórum consultivo para assegurar a participação da sociedade civil no desenvolvimento da Hidrovia*" (<sup>91</sup>).

---

<sup>89</sup> - Trechos de depoimentos publicados em: Comitê descarta impacto ao meio ambiente. Jornal A Gazeta, Cuibá, 04 jul.1997. p. 18.

<sup>90</sup> - Ver: Cuibá vai discutir rumos da hidrovia. Folha do Estado, 01 jul. 1997. p. 10.

## 5.12 - Um Novo Questionamento das ONGs à Hidrovia

Um questionamento com base técnico-científica. O quarto desde o momento em que as ONGs passaram a monitorar o projeto HPP. Uma repetição da estratégia, motivada, sobretudo, pelos bons resultados obtidos nas anteriores. A parceria entre as ONGs e os cientistas vinha dando cada vez mais consistência às posições da Coalizão e qualificando politicamente esse ator social. Durante a Reunião de Coordenação de Rios Vivos em Rosário, em outubro de 1996, a decisão de adotar o mesmo procedimento eleito em relação ao Relatório Internave, com uma diferença apenas: dessa vez seria um Painel envolvendo especialistas procedentes de diversas áreas do conhecimento e disvinculados da Rios Vivos. As entidades Environmental Defense Fund (USA) e o Centro Brasileiro de Apoio e Referência Cultural (Brasil), ambas ligadas à Coalizão, foram escolhidas para viabilizar tal iniciativa.

O propósito básico do Painel de Especialistas era avaliar a cientificidade dos estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental desenvolvidos pelos consórcios HLBE e TGCC. Depois de seis meses gastos na localização e consulta a diversos cientistas e Universidades, foram contratados 11 pesquisadores: **Thomas Dunne** (Hidrólogo da University of California - USA); **John Melack** (Ecologista da University of California - USA); **Bartolomeu Meliá** (Antropólogo da Universidad Católica - Paraguai); **Juan Paggi** (Limnólogo do Instituto Nacional de Limnologia - Argentina); **Susana José de Paggi** (Limnóloga do Instituto Nacional de Limnologia - Argentina); **Thoedore Panayotou** (Economista Ambiental da Harvard Institute for International Development - USA); **Henrique Rattner** (Economista da Universidade de São Paulo - USP); **Eneas Salati** (Hidrólogo da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - Brasil); **Israel Klabin** (Engenheiro da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - Brasil); **Thayer Scudder** (Antropólogo da California Institute of Technology - USA) e **Michael Clemmes** (Economista da Johns Hopkins University - USA).

As ONGs EDF e CEBRAC disponibilizaram o material sobre o projeto HPP aos pesquisadores que, em janeiro de 1997, entregaram os primeiros esboços de análise. Esse

---

<sup>91</sup> - Ver: Inciso XVI da Ata Final da XXIV Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Cuiabá, julho de 1997.

material circulou entre eles até fevereiro quando foi organizado, na sede do EDF em Washington, um seminário para discutir esses resultados. Os resultados finais foram publicados, em agosto, no Brasil e nos Estados Unidos, simultaneamente. A publicação brasileira, intitulada, *O Projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Relatório de uma Análise Independente*, foi lançada na Câmara dos Deputados, em sessão realizada no dia 19 de agosto em Brasília, um dia anterior à Audiência Pública sobre o projeto HPP, ambas promovidas pela Comissão de Defesa do Consumidor, Minorias e Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

Na audiência, além de Deputados, ambientalistas, lideranças indígenas e jornalistas, a presença do então Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha e da Ministra Chefe da Divisão da América Meridional do MRE, Maria Luiza Viotti. Padilha, assim como o fez em artigo publicado no *Jornal Folha de S. Paulo* <sup>(92)</sup> semanas depois, considerou a Hidrovia uma pedra angular do plano de metas do Presidente FHC, porém salientou que o Ministério dos Transportes quer que as embarcações se adaptem aos rios, e não o contrário: "Quem quiser transportar mercadorias em nosso território terá que fazer embarcações que se adaptem ao leito do rio. Não serão interesses de armadores que nos farão pôr em risco o ecossistema do Pantanal Mato-grossense". A respeito dos estudos elaborados pelos consórcios HLBE e TGCC, a Ministra Viotti relativizou: "Esses estudos serão usados apenas como parâmetros para um futuro projeto". <sup>(93)</sup>

Como salientamos acima, os estudos dos consórcios encontravam-se bastante desmoralizados. A publicação dos resultados do Painel de Especialistas contribuiu ainda mais para isso. Os cientistas convidados enumeraram uma série de deficiências nos estudos. Em virtude da extensão e complexidade das análises de cada um dos autores que compõem o livro (226 páginas), reproduziremos abaixo apenas as principais conclusões do Painel <sup>(94)</sup>:

---

<sup>92</sup> - Ver: O Brasil redescobre suas hidrovias. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 set.1997. p. 1-3.

<sup>93</sup> - Tanto a afirmação do Ministro Padilha quanto da Ministra Viotti foram reproduzida em: Interesses de armadores não porão em risco o Pantanal, diz Ministro. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 22 ago.1997. p. B-1.

<sup>94</sup> - Os itens que seguem abaixo foram extraídos de uma síntese dos resultados apresentada entre as páginas 3 e 8 do Relatório. Os grifos são nossos.

- a) O projeto HPP apóia-se num **modelo de desenvolvimento** já implementado na Bacia do Prata que vem revelando-se ecologicamente insustentável e socialmente injusto. Os benefícios do projeto da Hidrovia estarão concentrados em poucos indivíduos e empresas, o que é uma estratégia ineficiente e de desenvolvimento sem equidade social. Os principais beneficiários do projeto serão as indústrias de construção pesada, os armadores e o "agro-business", ao invés da maioria da população de baixa renda (Grifos Acrescentados).
- b) Os estudos de engenharia, viabilidade econômica e de impacto ambiental são tanto **inadequados, quanto de baixa qualidade**. O painel constatou que os estudos não são compatíveis com a profundidade da análise que esse projeto necessita e que os *consultores* procuram dar ares de cientificidade e seriedade às suas conclusões que não correspondem efetivamente àquelas que poderiam resultar de suas descrições, modelagem e análise (Grifos Acrescentados).
- c) A análise dos impactos hidrológicos é **sofrível**. A análise estatística foi arbitrariamente limitada a um período de 25 anos, de águas altas, o que pode significar que seus resultados relativos à necessidade de dragagem e respectivos custos econômicos e impactos ambientais, ficam subestimados no caso de ocorrer um período de seca prolongada (Grifos Acrescentados).
- d) Métodos científicos básicos deixaram de ser adotados e interações múltiplas, não lineares, são ignoradas, especialmente no que se refere aos impactos do incremento de tráfego e mudanças no nível da água nas áreas pesqueiras da dragagem. Também é menosprezado o sério problema da ressuspensão de sedimentos contaminados com mercúrio e do incremento de vazamento de produtos químicos perigosos como resultado do aumento do tráfego de barcaças. Não foi realizada a análise dos impactos da dragagem e contaminação das fontes de água potável.
- e) **Os estudos são completamente falhos em suas conclusões sobre os impactos do projeto na população pobre e nas comunidades indígenas**. Não existe um



estudo referencial acerca da pobreza na região, que poderia funcionar como marco para aferição dos impactos do projeto (Grifos Acrescentados).

- f) **Os benefícios projetados para a Hidrovia são superestimados e os custos de infra-estrutura necessária ao projeto, o monitoramento e mitigação ambiental, o esgarçamento das relações sociais e suas medidas compensatórias, são subestimadas.** A análise econômica é pobre e não dá as informações necessárias para uma correta tomada de decisões de investimento em um projeto dessa dimensão, amplitude e custo. A ampliação das exportações de soja e minério de ferro são dois dos benefícios atribuídos ao projeto, mas tanto as projeções das safras de soja quanto os preços do minério de ferro estão superestimadas (Grifos Acrescentados).
- g) **Os estudos oficiais foram definidos de forma muito restrita e ignoram sérios impactos indiretos e cumulativos.** Esses estudos não consideram – de forma adequada ou competente – investimentos em outras alternativas de transporte, os impactos induzidos pelo projeto de desenvolvimento da região, ou os efeitos cumulativos do projeto de navegação como a migração, entre outros (Grifos Acrescentados).
- h) Existem alternativas que não foram pesquisadas pelos consultores, tanto para a questão de transporte quanto para o desenvolvimento regional, como solicitado nos termos de referência originais.
- i) **Foi débil o processo de condução dos estudos, implementação de significativa participação pública e integração e de resposta às questões levantadas pela sociedade civil, sendo a participação pública basicamente excluída.** Ocorreram poucas ocasiões que permitissem participação pública e ainda assim sem necessidade, da parte dos consultores e governos, de resposta, incorporação ou atenção às preocupações do público interessado. Em particular,

ocorreu uma consulta tardia – após a elaboração do projeto e estudos – e muito superficial com as comunidades indígenas da região (Grifos Acrescentados).

Além de apontar as limitações dos estudos, *o Relatório de Uma Análise Independente* também procurou demonstrar sua dimensão propositiva. No Item III (1997, p. 6-8), são apresentadas diversas recomendações, agrupadas em três grupos:

#### **A - Sugestões para melhorar o processo de análise e avaliação**

- 1- O objetivo final de estudos e avaliações como as conduzidas pelos consórcios HLBE e TGCC deve ser avaliar os impactos cumulativos e indiretos no longo prazo.
- 2- No curto prazo, deve-se realizar maior utilização de painéis de especialistas independentes como forma de incentivar consulta, objetividade, rigorosa revisão por especialistas e correspondência entre custo e qualidade do resultado final.
- 3- Um novo sistema de análise de projetos deve ser criado no longo prazo, fortalecendo-se a capacidade regional de escolher e monitorar estatísticas básicas nas áreas ambiental, social e econômica, e de avaliação dos impactos diretos, indiretos e cumulativos do desenvolvimento.
- 4- As informações coletadas pelos consultores devem ser inteiramente disponibilizados aos governos e ao público.

#### **B - Sugestões para estratégias Alternativas de Desenvolvimento**

- 1- Os governos da região devem elaborar um plano de desenvolvimento humano sustentável regional e estabelecer prioridades em conjunto com as comunidades locais, ONGs e a sociedade civil como um todo.
- 2- Existem alternativas de transporte para a região que devem ser melhor exploradas.

- 3- Estratégias econômicas tiveram sucesso tanto na América Latina quanto em outras regiões ao estimular economias locais e a melhoria da qualidade de vida, com eco-turismo comunitário, produção agrícola e coleta de produtos silvestres de alto valor.

### **C - Sugestões para criar um processo de planejamento e decisões de investimento participativo e transparente**

- 1- Governos e instituições de desenvolvimento devem criar e implementar mecanismos e processos de consulta com comunidades locais, tradicionais e indígenas, ONGs, centros de pesquisa e a sociedade a fim de identificar prioridades e projetos para a região. As informações devem estar acessíveis ao público, em linguagem comum e na língua local.
- 2- Devem ser criados mecanismos e processos para permanente e culturalmente adequada consulta às comunidades indígenas da região.
- 3- Os governos da região necessitam regularizar os direitos e demarcar as terras das comunidades indígenas e da população tradicional de baixa renda.

A publicação do Relatório teve uma expressiva repercussão na imprensa brasileira <sup>(95)</sup> e em outros países, especialmente nos Estados Unidos. Além disso, coincidiu com o lançamento do vídeo *Pantanal: Águas da Vida*, produzido pela ONG uruguaia Imagenes,

---

<sup>95</sup> - Ver, especialmente:

- 1- Hidrovia. Audiência Pública será polêmica. *Folha do Estado*, Cuibá, 20 ago.1997. p. 23;
- 2- Grupo de cientistas condena hidrovia. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 ago.1997. p. 17;
- 3- Hidrovia pode secar áreas do Pantanal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago.1997. p. 3-7;
- 4- Paraguai-Paraná. Hidrovia pode ser desgraça para o Pantanal, alerta estudo técnico. *Diário de Cuibá*, Cuibá, 21 ago.1997. p. B1;
- 5- Interesses de armadores não porão em risco o Pantanal, diz Ministro. *Diário de Cuibá*, Cuibá, 22 ago.1997. p. B1;
- 6- Painel de Especialistas "joga no lixo" estudo sobre Paraguai-Paraná. *Diário de Cuibá*, Cuibá, 24 ago.1997. p. B1;
- 7- Números Fajutos. Cientistas dizem que empresas manipulam estudos sobre riscos da hidrovia do Pantanal. *Revista Veja*, 27 ago. 1997. p. 44;

Coalizão Rios Vivos e International Rivers Network. Com belíssimas imagens do Pantanal e com diversos relatos e entrevistas denunciando os impactos sociais e ambientais do projeto HPP sobre toda a Bacia do Prata, esse vídeo foi exibido em vários canais de televisão na Europa, especialmente na Inglaterra e Holanda. Ganhou o Festival Latino Americano de Vídeo de Rosário (Argentina) e, no Brasil, foi exibido pela TV Cultura durante o mês de setembro.

Em novembro, a polêmica da Hidrovia chegou aos Tribunais da Justiça Brasileira. Em base no artigo 231, Parágrafo 3º da Constituição Federativa do Brasil (<sup>96</sup>), a Procuradoria da República de Mato Grosso entrou com uma Ação Civil Pública na Justiça Federal pedindo a paralização dos estudos e obras do projeto HPP e a imediata proibição do repasse de recursos para tal empreendimento. Como razões para o pedido de embargo, os Procuradores citam **(I)** a denúncia feita pelos próprios índios Guatós durante a Audiência Pública em Brasília - cuja reserva de 10.900 hectares encontra-se às margens do rio Paraguai - de que não haviam sido consultados sobre a Hidrovia e, **(II)** que o Congresso Nacional não havia autorizado a realização das obras (<sup>97</sup>).

Em janeiro de 1998, essa Ação foi julgada pela Justiça Federal. No dia 19, o Juiz Jeferson Schneider concedeu liminar impedindo à União realizar qualquer estudo ou obra de implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná e fixou o descumprimento a uma multa diária de R\$ 100 mil reais. A execução de qualquer obra no leito do rio Paraguai ficou atrelada à realização dos EIA-RIMA e a uma consulta à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sobre os impactos da Hidrovia sobre a população guató, residente na ilha Ínsua (<sup>98</sup>).

---

8- Uma Hidrovia com muitos problemas. Ainda no papel, Hidrovia Paraguai-Paraná gera polêmica. Gazeta Mercantil Latino-Americana, São Paulo, 25 a 31 ago.1997. p. 3,5 e 7.

<sup>96</sup> - Segundo esse artigo, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

<sup>97</sup> - Ver: Procuradoria pede embargo da hidrovia. A Gazeta, Cuiabá, 06 nov.1997. p. 1C.

<sup>98</sup> - Ainda que não tenha sido a Decisão do Mérito - apenas uma liminar - a decisão do Juiz teve uma repercussão favorável entre as organizações da sociedade civil e atraiu severas críticas da Companhia Docas de São Paulo (CODESP), empresa responsável pela manutenção da hidrovia ente Cáceres e Corumbá e, irritou os armadores. No dia 22, Michel Chaim, o diretor de um dos grupos de armadores mais fortes da região - CINCO/BACIA - enviou carta aberta aos Governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, solicitando rápidas providências para minimizar os elevados prejuízos. Ver as seguintes matérias:

1- Justiça Federal concede liminar suspendendo hidrovia do Mercosul. Diário de Cuiabá, Cuiabá, 20 jan.1998. p. B1;

2- Justiça embarga obras da Hidrovia Paraná-Paraguai. Correio do Estado, Campo Grande, 23 jan.1998. s/p.;

As críticas e os entraves ao projeto HPP se avolumavam, especialmente no Brasil. O apoio do Governo brasileiro ao projeto era cada vez mais diplomático que substantivo. E mesmo assim, custava pesado desgaste político interno e dava margem a críticas e denúncias no plano internacional. Ao Brasil, as perdas com a implementação da Hidrovia - tal como ela havia sido projetado pelos consórcios - revelavam-se maiores que os ganhos.

Em março de 1999, a delegação brasileira junto ao CIH liderou uma mudança radical no projeto HPP. Durante a XXVI Reunião do CIH, realizada entre os dias 05 e 06 na cidade de Assunção, nasceu um novo esboço da Hidrovia do Mercosul. Muito distinto daquele projetado pelo Relatório Internave e, também, pelo consórcio HLBE. Mais modesto técnica e economicamente e com impactos sócio-ambientais muito menores. Uma vitória deliberada do meio ambiente, das populações indígenas e, no plano político, das organizações da sociedade civil. O "slogan" cunhado pela Coalizão Rios Vivos desde o início da campanha da Hidrovia - **"adaptar as embarcações aos rios e não os rios às embarcações"** - é, finalmente, compreendido. Mais que isso. É convertido em grande princípio do novo projeto de Hidrovia. Ou, simplesmente, a melhoria do sistema de navegação já existente nesses rios desde séculos.

Tudo isso se reflete no Comunicado à Imprensa, aprovado pelo CIH nessa reunião e publicado pelos jornais nos dias seguintes:

"En dicha reunión se tomó conocimiento de distintas publicaciones que no transmiten la realidad de la existencia histórica de la vía navegable en los ríos Paraguay y Paraná, por lo que a los fines de informar adecuadamente se consideró conveniente hacer las siguientes puntualizaciones:

#### **Vía Navegable Natural**

"La Hidrovía Paraguay-Paraná es una vía **navegable natural** que viene siendo tradicionalmente utilizada por los cinco países de la Cuenca del Plata y **de ninguna manera se trata de un nuevo emprendimiento o programa que pretenda crear una vía fluvial artificial**. Los trabajos desarrollados por el Comité tienen por objeto promover la utilización racional y ordenada de la

3- Carta aberta aos Governadores. Correio do Estado. Campo Grande, 24 jan. 1998. S/p.;

4- Hidrovia parada gera grandes prejuízos. Jornal Correio do Estado. Dia 28/01/1998. S/p;

5- Codesp quer derrubar a liminar da hidrovia. Correio do Estado, Campo Grande, 02 fev.1998. s/p.

navegación fluvial en provecho de los cinco países y del proceso de integración en que se encuentran empeñados.

### **Programa de Mejoramiento**

En tal sentido, **se trata de mejorar las condiciones de seguridad y confiabilidad para la navegación de embarcaciones de características similares a las ya existentes**, de una manera coordinada entre los cinco países. A respecto, el Comité constituyó una Comisión de Coordinación Técnica (CCT), conformada por ingenieros y especialistas ambientales de los países, que está elaborando un Programa de Mejoramiento a partir de las propuestas de acción en las áreas de infraestructura y de medio ambiente.

### **Condiciones Naturales**

Dicho Programa se compondrá de tareas de dragado en los pasos críticos existentes - tal como se viene realizando desde hace muchos años - como así también de señalización y balizamiento, **que buscan aprovechar las condiciones naturales del río con mínimas acciones en determinados puntos del actual curso navegable**. Las acciones se realizarán con diseños adecuados para asegurar al mantenimiento del régimen hidrológico de los ríos y de ese modo garantizar el equilibrio ambiental existente, en particular en el ecosistema del Pantanal y serán implementadas conforme las demandas económicas, sociales y de sostenibilidad ambiental.

### **Foro Consultivo**

Con el objetivo de mantener permanente diálogo con todos los actores de la sociedad interesada en este proceso y a instancias del CIH, los señores Cancilleres de la Cuenca del Plata crearon un Foro Consultivo cuya regulamentación para su funcionamiento ha sido considerada en esta reunión. En el seno del mismo se recibirán las manifestaciones y sugerencias de las comunidades interesadas". <sup>(99)</sup>  
(Grifos Acrescentados)

---

<sup>99</sup>- Esse Comunicado encontra-se no Anexo VIII<sup>o</sup> do Informe Final de la XXVI<sup>a</sup> Reunión del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Asunción, marzo de 1998.

## CAPÍTULO VI

### A COALIZÃO RIOS VIVOS ENQUANTO ATOR DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

*"Nem Príncipe, nem mercador: Cidadão" (Marc Nerfin).*

O Comunicado à Imprensa transcrito na última página não expressa a desistência dos Governos em construir o projeto HPP e nem põe fim ao conflito entre ONGs e o CIH. Ele reflete, sim, mais uma mudança de posição do CIH em relação à Hidrovia. Como o próprio Comunicado sugere "... de ninguna manera se trata de un nuevo emprendimiento o programa que pretenda crear una via fluvial artificial (...) se trata de mejorar las condiciones de seguridad y confiabilidad para la navegación de embarcaciones de características similares a las ya existentes". O Projeto HPP proposto nesse documento é inteiramente distinto daquele sugerido pelo Relatório Internave e pelos Consórcios HLBE e TGCC. A bem da verdade, trata-se de um novo projeto de Hidrovia, bem mais modesto tecnicamente e mais consciente dos possíveis impactos decorrentes das obras.

Essa nova mudança de posição do CIH é a matéria-prima deste capítulo e, por conseguinte, das respostas que daremos às perguntas-problema sugeridas na introdução desta tese. Além do conteúdo, há um outro fato que torna essa nota à Imprensa absolutamente importante às análises que desenvolveremos adiante. Um olhar retrospectivo sobre toda a história do conflito da Hidrovia nos permite afirmar que esse Comunicado e, particularmente, a mudança de postura que ele reflete, não é um fato isolado. Embora de forma gradativa e num movimento de "idas" e "vindas", o CIH veio, desde agosto de 1995, modificando suas

posições em relação à Hidrovia e, também, em relação ao modo de relacionar-se com os atores da sociedade civil.

Ainda que pequenas e sempre envoltas por um clima de oscilação e de retrocesso - quando tudo indicava que os Governos haviam concordado negociar com os atores da sociedade civil e aceito suas propostas, um conjunto novo de atitudes revelavam o contrário: a inexistência de qualquer mudança de comportamento e a reduzida predisposição para o diálogo - as mudanças ocorreram, foram substantivas e, o que é mais importante, uma parte delas foi provocada pela pressão dos atores da sociedade civil. A Coalizão Rios Vivos conseguiu provocar algumas mudanças importantes no comportamento e nas posições do CIH. O conflito em torno do projeto HPP revela o poder de pressão e influência que as ONGs exercem na atualidade. A mobilização das ONGs na campanha da Hidrovia teve um grau considerável de eficácia política. As ONGs obtiveram algumas conquistas fundamentais:

- I- Conseguiram modificar a posição dos Governos em relação ao projeto HPP, especialmente a do Governo brasileiro que se comprometeu em não promover obras na região do Pantanal.
- II- Construíram uma normatividade política alternativa e distinta daquela que vinha sendo proposta e implementada pelos Governos, pelo BID e pelas empresas interessadas no empreendimento. Foram criadas situações de "desentendimento" e, como tão bem salienta Jacques RANCIÈRE (1996), é o desentendimento e não o consenso quem funda a política (<sup>1</sup>). Tão importante quanto construir essa normatividade política, é explicitá-la e fortalecê-la politicamente. As ONGs obrigaram os demais atores envolvidos no conflito a considerarem suas razões, divergências e propostas. Elas introduziram política

---

<sup>1</sup> - O desentendimento, afirma RANCIÈRE, "não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (...) Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras. Há todas as espécies de razão para que um X entenda e não entenda ao mesmo tempo um Y; porque, embora entenda claramente o que o outro diz, ele não vê o objeto do qual o outro lhe fala; ou então porque ele entende e deve entender, vê e quer fazer ver um objeto diferente sob a mesma palavra, uma razão diferente ao mesmo argumento (...) *O que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento*" (1996, p. 11,12 e 14).



num assunto que, a princípio, estava sendo proposto e avaliado apenas sob o ponto de vista da rentabilidade econômica. As ONGs introduziram uma outra ordem de perguntas.

- III- Conseguiram ser reconhecidas como atores relevantes e uma voz da sociedade civil.
- IV- Instalaram o debate sobre os impactos ambientais e sociais do projeto HPP e despertaram o interesse da imprensa e da opinião pública internacional sobre o tema.
- V- Denunciaram a falta de transparência, participação e consulta da sociedade civil sobre o projeto.
- VI- Demonstraram o pouco rigor científico dos estudos oficiais e conseguiram desqualificar o projeto em muitos fóruns nacionais e internacionais.

A Coalizão Rios Vivos exemplifica a emergente sociedade civil global e atesta o crescente poder político que os atores da sociedade civil vêm exercendo na política mundial. A experiência das ONGs na campanha da Hidrovia nos permite responder afirmativamente a uma das perguntas levantadas na introdução deste trabalho, a saber: se as iniciativas civis transnacionais podem incidir sobre os processos concomitantes à globalização, superando o "déficit" democrático, no qual os Estados e os agentes do mercado tomam decisões sem a participação e o controle de amplos setores do planeta.

Apesar das inúmeras limitações que cercaram os trabalhos da Coalizão Rios Vivos - algumas já conhecidas e, outras, que demonstraremos ao longo do texto - as ONGs demonstraram ter um considerável poder de pressão e de influência sobre o CIH e a opinião pública em geral. O propósito deste capítulo é detalhar melhor esses aspectos e, principalmente, entender como esse poder foi se gestando e sendo exercido. Interessa responder a estas duas questões: *Quais foram os recursos de poder que as ONGs incorporaram para enfrentar a "guerra de posição" e dotar a sua normatividade política de capacidade de convencimento?* Em outras palavras, *quais foram as fontes que deram poder e legitimidade à Coalizão?*

Antes de iniciar, um breve comentário. Até o presente momento, os Governos não desistiram do projeto na sua totalidade e as ONGs continuam monitorando. Especialmente por essa razão é prematuro procurar os "vencedores" e os "vencidos". A análise que desenvolveremos a seguir não se centrará nos resultados finais. O conflito ainda não se exauriu por inteiro. Por isso, a matéria-prima será o processo. E, no processo, as 'vitórias' e as 'derrotas', os 'acertos' e os 'erros', os 'progressos' e os 'retrocessos' se misturam. Os atores envolvidos no conflito transformaram e foram transformados. O poder que cada um deles exerceu ou sobre eles foi exercido é difuso e raramente concentrado num único pólo. A teoria da "soma zero" é, de fato, incapaz de reconhecer os diversos mecanismos que produzem o poder e as diferentes formas por meio das quais ele é exercido. A idéia de rede é, certamente, a que melhor exprime essa funcionalidade. A Coalizão Rios Vivos é um caso típico de uma experiência na qual o poder foi gerado e exercido integralmente em forma de rede. E, como tão bem destaca GUÉHENNO (1994, p.108), num contexto em que o poder é relacional e exercido em forma de rede, "não existe mais qualquer ponto de tomada de decisão, mas sim uma série de etapas, durante a qual a decisão se forma progressivamente". Por essa razão, é fundamental centrar a análise sobre a genética do poder.

### **6.1 - A Politização dos Riscos**

A primeira das *fontes* foi tornar público os riscos ambientais e sócio-ambientais implícitos no Projeto HPP. Os riscos foram abertos à dúvida e ao debate público. Devido à campanha mobilizada pelas ONGs, houve uma percepção pública dos riscos. Não apenas a opinião pública tomou consciência dos prováveis impactos; também os Governos da região e as instituições financiadoras, especialmente o BID, foram forçados a admiti-los e a responder publicamente por eles. De preocupação marginal, os riscos passaram a ser o centro de todos os debates, disputas políticas e científicas travadas entre ONGs e as demais instituições. A mobilização das ONGs foi dando centralidade política aos impactos. Em última análise, a espinha dorsal ou o miolo de toda a disputa política em torno da Hidrovia foi a temática dos riscos. A história desse conflito pode ser reconstruída a partir dessa chave. A partir da descrição do enredo apresentada nos capítulos anteriores, é possível afirmar, ainda, que a

progressiva importância que a problemática dos impactos foi ganhando no interior do conflito corresponde, em termos cronológicos, ao processo de globalização da temática ambiental. De alguma maneira, uma parte da história do movimento ambientalista pode ser descrita a partir desse campo de conflito. Tanto os Governos, quanto as agências financiadoras e as organizações da sociedade civil foram introduzindo as preocupações ambientais em suas agendas.

Esse processo, obviamente, não foi automático e nem pacífico. É resultado de um conjunto muito vasto de fatores, interesses e disputas. No caso específico do projeto HPP, é inegável o papel que as ONGs tiveram na introdução da temática ambiental e sócio-ambiental na agenda decisória do projeto. Em 1988, no primeiro esboço da Hidrovia apresentado pelo Ministério dos Transportes do Brasil, a preocupação ambiental era praticamente inexistente. No Relatório Internave, concluído em 1990, o diagnóstico dos possíveis impactos ambientais e sócio-ambientais também é marginal. A empresa Internave Engenharia limitou-se a mostrar que o projeto HPP era viável econômica e tecnicamente e que as modificações nos leitos dos rios trariam evidentes retornos econômicos: estimularia a produção agrícola da região, aumentaria o volume de carga transportada e permitiria uma maior inserção da economia do Cone Sul ao mercado mundial. Em outras palavras, promoveria desenvolvimento econômico.

Tão logo as ONGs passaram a monitorar o projeto HPP, elas submeteram o Relatório Internave a uma "prova de fogo". Imediatamente perguntaram: "Quais são os custos desse desenvolvimento?" e, "Desenvolvimento para quem?". Com a publicação do estudo *Quem Paga a Conta?*, elaborado pelas ONGs e publicado em 1994, a promessa desenvolvimentista começou a ser severamente criticada. Ancoradas numa concepção não estritamente econômica, mais ampla e mais ética de desenvolvimento - a de "desenvolvimento sustentável" - as ONGs mostraram que o Relatório Internave carecia de rigor científico, prometia um retorno financeiro aos investimentos no Projeto bastante questionável e negligenciava, quase por inteiro, os impactos sobre a natureza física e as comunidades indígenas. Com esse estudo, as ONGs introduziram outras "medidas" para avaliar a viabilidade econômica, técnica e ambiental de tal empreendimento. Os riscos ambientais começam a ser tirados do ostracismo e colocados no centro das discussões. A partir daí e em ritmo cada vez mais progressivo, a preocupação com os riscos passa a ser o tema, por excelência, a partir do qual todos os atores

envolvidos no conflito precisavam responder publicamente, com argumentos legítimos e com capacidade de convencimento.

Com a pressão das ONGs, as instituições proponentes do Projeto foram forçadas a admitir a existência dos riscos e a mobilizar recursos a fim de aferir suas dimensões. O questionamento ao projeto era tão amplo que ficou impossível aos Governos e ao BID continuar propondo obras de magnitude sem justificar e/ou esclarecer publicamente os riscos. Utilizando uma expressão de Gramsci, armou-se uma verdadeira "guerra de posição" em torno dos riscos. Tanto os proponentes, como os opositores ao projeto HPP passaram a mobilizar os mais variados recursos, estratégias e argumentos para produzir "hegemonia" ou consensos públicos a favor de suas posições.

Em outubro de 1993, a UNOPS - Oficina das Nações Unidas para Serviços de Projetos - órgão executivo responsável pela coordenação e controle dos estudos dos Módulos A, B1 e B2, abriu o processo de licitação para contratar as empresas executoras dos estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental. Em fevereiro de 1995, os contratos com os consórcios HLBE e TGCC foram assinados. Em julho, durante sua XIX Reunião, o CIH decidiu dar maior prioridade às questões ambientais. Para isso, criou o Grupo Assessor Ambiental. No mês seguinte e ciente de que não era mais possível ignorar a pressão da sociedade civil, o CIH convidou, pela primeira vez, um grupo de ONGs para participar de uma reunião de trabalho na cidade de Buenos Aires.

Como já salientamos acima, um efeito - e por que não dizer, uma conquista - do empenho das ONGs em monitorar o projeto HPP foi ter conseguido introduzir a temática ambiental e, em particular, a preocupação com os impactos na agenda política dos Governos e do BID. As ONGs foram induzindo e/ou obrigando as instituições proponentes do projeto a terem autoconsciência dos riscos. Como destacou Juan Manuel Farina, funcionário do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Washington:

"As ONGs tiveram um papel positivo. Algumas mais radicais, outras menos, a verdade é que elas ajudaram a abrir os olhos do BID e dos Governos. Fizeram perceber coisas que alguém estando longe não conseguiria. Nós achávamos que a Hidrovia não traria

qualquer problema para as populações tradicionais. Rios Vivos teve um papel importantíssimo. O CIH foi obrigado a mudar de posição" (Relato de entrevista concedida no dia 07/12/1998).

Embora seja difícil dizer o que teria ocorrido com o projeto HPP, caso os atores da sociedade civil não tivessem se mobilizado, um conjunto bastante amplo de evidências permite afirmar que, na ausência de tal mobilização, os estudos de impacto ambiental não teriam sido feitos e as obras de retificação das curvas e de aprofundamento do leitos dos rios, especialmente na região do Pantanal, também teriam sido implementadas. Como salientam, respectivamente, Oscar Rivas, da entidade Sobrevivência/Amigos de la Tierra (Assunção-Paraguai) e Sérgio Guimarães, do Instituto Centro e Vida (Cuibá-Brasil):

"Tenho absoluta certeza que o projeto HPP teria sido executado. Ele ia ser decidido dentro de quatro paredes. Sem a pressão dos grupos da sociedade civil, ninguém iria opor-se. O projeto prometia progresso" (Relato de entrevista concedida no dia 14/08/1999, na cidade de Nazaré Paulista - SP).

"Se não fosse o nosso trabalho, esse projeto teria sido implementado tranquilamente. Os interesses econômicos e a promessa de desenvolvimento para a região iam prevalecer" (Relato de entrevista concedida em 28/05/1998, na cidade de Colônia - Uruguai).

Diferentemente do que ocorreu com tantos megaprojetos executados no Brasil e em tantos lugares no mundo que se revelaram impactantes do ponto de vista ambiental e social, o que as ONGs fizeram, nesse caso, foi denunciar os riscos "ante-factum" e não "post-factum". A sociedade civil se antecipou e inverteu a lógica historicamente preponderante. Ao invés de procurar os responsáveis pelos danos já produzidos ou tratar as vítimas, as ONGs exigiram que os Governos provassem que seus empreendimentos não resultariam em danos à natureza e impactos sobre as populações. A Coalizão Rios Vivos operou, sobretudo, como um sistema de "accountability" global; um sistema de vigilância civil preocupado em alertar sobre os riscos e impedir que eles ocorressem.

É importante salientar que a publicização dos riscos foi o aspecto decisivo no processo de legitimação política da Coalizão. A credibilidade que as ONGs conquistaram diante da opinião pública nessa campanha e o conseqüente fortalecimento da Rios Vivos enquanto ator político transnacional, originaram-se dessa habilidade de denunciar os riscos e demonstrar cientificamente sua veracidade. À medida em que as disputas entre o CIH e as ONGs se ampliavam, o conflito também ia perdendo sua delimitação geográfica originária. As ONGs conseguiram globalizar a percepção dos riscos. Devido, sobretudo, à intensa socialização de informações e imagens, a Coalizão converteu o projeto HPP num problema político internacional. Os riscos passaram a ser percebidos como riscos globais. Os impactos deixaram de preocupar exclusivamente as ONGs locais e as populações afetadas; transformaram-se em motivo de preocupação para pessoas e instituições de diferentes partes do mundo. A cobrança sobre os Governos proponentes do projeto passaram a vir de todos os lugares, inclusive da Comunidade Econômica Européia. O poder de pressão e de denúncia das ONGs cresceu sensivelmente a partir do momento em que elas conseguiram globalizar o conflito e suas posições.

Em última instância, a Coalizão Rios Vivos demonstrou à opinião pública internacional que a intenção dos Governos de construir a Hidrovia implicaria, imediatamente, na destruição de dois importantes "patrimônios comuns da humanidade"<sup>(2)</sup>: o Pantanal e as comunidades indígenas que vivem na região. Implicitamente, dois complexos de direitos (difusos) foram evocados. As ONGs propõem uma forma de governança dos recursos naturais e culturais que, dada sua importância à sustentabilidade e qualidade da vida sobre a terra, devem ser considerados como propriedade global e gerida no interesse da humanidade como um todo, tanto presente quanto futura. Elas sugerem e pressionam para que se institua um novo contrato

---

<sup>2</sup> - O termo "patrimônio comum da humanidade" é um conceito importante do direito internacional que, apesar de ser antigo, começou a ser discutido mais amplamente a partir da segunda metade deste século. Ele rompe com o direito internacional tradicional na medida em que tira do sistema de Estado-nação o monopólio da regulação dos temas transnacionais. O conceito reivindica a existência de um conjunto de direitos que estão acima da jurisdição dos Estados. São direitos que pertencem à humanidade como um todo. Os objetos desses direitos não podem ser monopolizados por este ou aquele Estado e, nem tampouco, por qualquer grupo econômico. Os fundos marinhos, a Antártida, a Lua, os recursos naturais e a biodiversidade, etc., são alguns dos campos onde há uma forte pressão para que sejam considerados patrimônios comuns da humanidade. Embora as ONGs não tenham capacidade de legislar, elas levantam esses temas e pressionam as instâncias decisórias para que positivem esses direitos comuns. Para uma discussão mais detalhada sobre esse tema, ver: SOUSA SANTOS (1995, cap. 4); FALK (1993) e (1995).

social com a terra, a natureza e as futuras gerações. Contra o expansionismo capitalista, é proposto o desenvolvimento sustentável; contra a propriedade privada, a idéia de administração racional dos recursos e o compromisso ético com as gerações futuras; contra a soberania absoluta dos Estados-nação, as ONGs reivindicam participação e democracia nos processos decisórios. Os direitos comuns globais são proclamados em nome da continuidade sustentável da vida humana e dos ecossistemas. O princípio básico é a sustentabilidade e não o desenvolvimento e a expansão capitalista. As duas lógicas e/ou racionalidades prevalentes ao longo da modernidade são questionadas. O sistema de Estados-nação, por ter monopolizado o destino de seus cidadãos, militarizado o espaço e promovido programas de exploração de florestas, recursos hídricos, etc. O mercado, por ter incorporado despoticamente a natureza à sua própria lógica. As ONGs procuram subverter essas lógicas e provocar uma mudança paradigmática.

Ainda que a reação da opinião pública diante das denúncias dos impactos sobre as populações indígenas tenha sido mais tímida que em relação aos prováveis danos ambientais sobre o Pantanal, o que é importante destacar é que a iminência dos riscos despertou o que, genericamente, podemos chamar de consciência cosmopolita. A percepção pública e global dos riscos, levou os indivíduos e inúmeras instituições civis e governamentais a expressar suas opiniões e a reclamar explicações dos Governos e do BID. São expressões de uma emergente cidadania mundial.

Tomando como referência as reflexões de Ulrich BECK (<sup>3</sup>), é possível dizer que os atores da sociedade civil fizeram mais que denunciar os riscos implícitos no projeto HPP ou fazer uma dramaturgia dos riscos; revelaram que somos parte de uma sociedade de risco mundial e que não é mais possível continuar negligenciando essa condição. A sociedade de risco, como destaca BECK (1997:16):

"não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de

---

<sup>3</sup> - Embora não tenhamos apresentado uma síntese de seu pensamento e limitado bastante as citações diretas, a reflexão do sociólogo alemão Ulrich Beck sobre sociedade de risco, reflexividade e modernização reflexiva foi tomada como referência teórica para toda a análise que desenvolvemos nesse item sobre as ONGs e a politização dos riscos. Para um contato mais detalhado com as idéias desse autor, ver: BECK (1992), (1997) e (1998).

modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças. De maneira cumulativa e latente, estes últimos produzem ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade industrial".

Além de forçar as instituições proponentes do projeto HPP a avaliar as conseqüências econômicas, sociais e ambientais antes de qualquer decisão chave, as ONGs insistiram num outro argumento: os processos de modernização não podem continuar sendo cegos ou negando seus próprios efeitos. A modernização precisa ser reflexiva e a sociedade suficientemente bem preparada para exercer constantemente a autocrítica.

## **6 . 2- O Poder da Informação**

A denúncia dos riscos foi o modo privilegiado a partir do qual as ONGs armaram os "desentendimentos" em relação ao Projeto e procuraram conquistar a aderência da opinião pública. Mas, como é de notório saber, a denúncia nem sempre resulta em ganhos políticos para quem as formula. Os estudos sobre movimentos sociais e outras tantas formas de mobilizações civis deixam isso muito evidente. Por esse motivo, uma compreensão apropriada do crescente poder político que a Coalizão adquiriu e exerceu ao longo da campanha precisa considerar outros aspectos.

Uma dimensão decisiva e, segundo nossa avaliação, a mais importante delas, foi a capacidade das ONGs de fundamentar cientificamente suas posições e fazer com que a Coalizão funcionasse como uma rede de produção e socialização de informações. Caso devêssemos procurar uma essência da Coalizão, ela seria justamente essa. À medida em que o conflito se expandia, a informação tornou-se o "capital" mais precioso a todos os atores envolvidos e, sobretudo, às ONGs. A sobrevivência política de cada grupo de atores no interior do conflito e o poder de convencimento público de suas respectivas posições passou a depender da capacidade de gerar informações relevantes e com credibilidade. Política e informação se mesclaram.



A Coalizão Rios Vivos é um movimento com base na ciência. Não propaga uma utopia científicista - a de que o desenvolvimento científico e tecnológico são suficientemente capazes de resolver a crise ecológica global - mas introduz o saber científico como purificador e/ ou vigilante da própria ciência. Há, de fato, um posicionamento ambíguo. De um lado, as ONGs denunciam a instrumentalização e a incorporação da ciência à lógica predatória do mercado, do industrialismo e da tecnocracia. Por outro, depositam confiança na coleta, análise, interpretação e divulgação das informações científicas. Valem-se da ciência para fazer frente à esta em nome do meio ambiente e de alguns princípios éticos. No caso particular das ONGs ligadas à Coalizão, houve o empenho de conectar a ciência à ética ecológica e à prática política de cada uma das entidades envolvidas na campanha.

Como adiante detalharemos melhor, a informação tornou-se ainda mais central a partir do momento em que a mídia interessou-se pelo tema. Esse envolvimento alterou substancialmente o enredo do conflito e, publicizando-o, fê-lo aumentar suas dimensões. Dado que as imagens e as informações são a matéria-prima, por excelência, da mídia, as ONGs passaram a fornecê-las em abundância. O fortalecimento político da Coalizão ao longo da campanha resultou, em grande medida, dessa relação.

O acesso à mídia, no entanto, não foi repentino. Ele foi ocorrendo à medida em que as posições das ONGs iam se tornando mais explícitas, consistentes e legítimas diante da opinião pública. Um elemento importante nesse processo e decisivo ao fortalecimento interno e externo da Coalizão foi a produção científica independente. A decisão das ONGs de elaborar estudos científicos com o propósito de avaliar a cientificidade dos relatórios elaborados pela Internave Engenharia e pelos consórcios HLBE e TGCC elevou a qualidade dos argumentos dos atores da sociedade civil. A partir da publicação dos estudos científicos elaborados pelas entidades Humedales para las Americas e WWF/CEBRAC/ ICV, intitulados respectivamente de *"Hidrovia: Uma análise inicial da via fluvial Paraguai-Paraná"* e *"Quem Paga a Conta"*, as posições das ONGs, além de tornarem-se mais consistentes, ganharam uma outra fonte de legitimação. O que até então se limitava a ser uma suposição ou um simples conjunto de denúncias, ganha o "status" de saber científico e, com ele, a autorização para propor-se como um saber objetivo e verdadeiro. Os estudos científicos independentes demonstraram que a preocupação das ONGs com os impactos tinha razão de ser. Esse aporte científico teve uma

importância decisiva à criação da Coalizão Rios Vivos e a seu fortalecimento enquanto uma dinâmica nova de articulação entre as entidades.

Ao longo do período analisado, as ONGs elaboraram cinco trabalhos científicos com o propósito de avaliar o projeto HPP proposto pelos Governos. Os dois primeiros acima referidos, analisaram os prováveis impactos ambientais e a viabilidade econômica do projeto HPP esboçado pelo Relatório Internave. Os dois seguintes, desenvolvidos por dois pesquisadores americanos não diretamente ligados à Coalizão, avaliaram os impactos hidrológicos sobre as bacias dos rios Paraguai e Paraná, especialmente sobre o Pantanal. O último envolveu onze especialistas de diferentes campos de pesquisa e ocupou-se em avaliar os relatórios apresentados pelos consórcios HLBE e TGCC.

De olho na credibilidade da informação produzida, as ONGs empenharam-se em produzir informação com base científica e, sobretudo, gerada por pesquisadores de diferentes nacionalidades, não diretamente ligados à Coalizão e de reconhecida competência em seus campos de pesquisa. A imagem do especialista de renome e independente foi mobilizada com o propósito de avaliar a qualidade do diagnóstico sugerido.

Conforme descrevemos no capítulo anterior, as pesquisas elaboradas sob a iniciativa das ONGs submeteram os estudos patrocinados pelos Governos a uma rigorosa avaliação. Mas, tão importante quanto isso, é o fato delas terem se tornado referência importante aos técnicos dos próprios Governos e do BID, assim como uma fonte de informação à mídia, às ONGs e ao público em geral. Por meio do Boletim Rios Vivos, dos Dossiês e pelo correio eletrônico a informação chegava a diferentes países. Como relata Tamara Mohr, ativista da entidade holandesa BOTH ENDS e membro da Coalizão: *"Muitos estudantes e pessoas dos Governos vinham nos procurar. Eles próprios diziam que nada conheciam da Hidrovia e gostariam de conhecer mais"* (Relato de entrevista concedida em 14/08/1999, na cidade de Nazaré Paulista - SP). Comentando a parceria com os cientistas, Sérgio Guimarães, também membro da Coordenação de Rios Vivos, é mais enfático:

"Os governos sempre acusaram as ONGs de não terem conteúdo nas suas denúncias. No caso da hidrovia, as ONGs estavam tão

preparadas que o governo não saiu para discutir nenhuma vez. (...) Em vez de defender o projeto - o Relatório Internave - disse que o projeto não era do governo; era da construtora. O único que defendeu o projeto foi o próprio D'Almeida, que acabou saindo do CIH. Quando nós fizemos o Painel de Especialistas, o governo recuou com o projeto da Taylor. Também não o defendeu. As ONGs tinham muito mais informações que os próprios governos. Não dava para discutir com os governos. Eu falei para o Márcio Lacerda [então Vice-governador do Estado de Mato Grosso]: vocês não têm idéia do que é o projeto. Quando alguém do governo quer saber alguma coisa, telefona para mim" (Relato de entrevista concedida em 23/10/1998, na cidade de Cuiabá - MT).

Os especialistas foram envolvidos num outro conjunto de atividades, também ligadas à produção e socialização de informações. As ONGs organizaram um número considerável de seminários, "workshops" e reuniões, em diferentes países e regiões, com o propósito de avaliar os impactos ambientais e sócio-ambientais do projeto HPP. Embora os seminários tenham variado de tamanho e objetivos, a maioria deles funcionou como fórum de discussões, no qual pesquisadores, representantes dos Governos e do BID, ONGs e representantes das populações tradicionais e indígenas puderam apresentar seus pareceres e preocupações. A bem da verdade, os seminários atenderam a diferentes propósitos. Além dos já mencionados, eles atraíram a atenção da mídia local, algumas vezes, nacional e outras, internacional; mobilizavam as entidades civis locais e introduziram a problemática ambiental e, em particular, a discussão sobre os prováveis impactos do projeto HPP na agenda da sociedade. Em síntese, eles promoveram o que Princen & Finger (1994) chamam de "aprendizado social". Uma ilustração adequada ao que estamos afirmando foi o Seminário Itinerante, organizado pelas ONGs sobre as águas do rio Paraguai, durante a segunda quinzena do mês de julho de 1996. Em 10 dias, as 70 pessoas que participaram do seminário percorreram 1.200 Km; pararam em aproximadamente 30 pequenas cidades, portos, comunidades indígenas e de pescadores; e, em todas elas, levaram informações sobre o projeto e procuraram conscientizar as populações sobre os impactos da Hidrovia sobre a natureza e suas próprias vidas.

Igualmente importante ao funcionamento da Coalizão e para seu fortalecimento enquanto ator político, foi o emprego das novas tecnologias da informação, especialmente o

fax e o correio eletrônico. Em todas as entrevistas que realizamos e, sobretudo, nas respostas sugeridas ao questionário enviado às entidades ligadas à Coalizão, os entrevistados, unanimemente, reforçam essa opinião. Afirmam que o correio eletrônico foi fundamental à articulação das entidades civis porque ofereceu rapidez na troca de informações e baixo custo:

**(I)**- "Minha lista tem 700 endereços eletrônicos, que inclui ONGs que são parte de Rios Vivos; ONGs que não são parte de Rios Vivos, mas que têm alguma conexão; imprensa e governos. Não há como negar que como instrumento facilita muito. Tocando uma tecla, eu mando mensagem para 100, 200 organizações. É muito mais fácil e barato (...) Tem sido o principal meio de comunicação da Rios Vivos. Quase todas as entidades da Coalizão tem Internet. Só as organizações indígenas é que não têm, mas eles acessam as informações através das organizações de apoio. Reduz muito os custos e o tempo despendido" (Relato de Glenn Switkes, do IRN/Rios Vivos em entrevista realizada no dia 29/05/1998, na cidade de Colônia - Uruguai);

**(II)** - "Foi muito importante para a comunicação interna e para difundir informações para uma rede ampla de organizações na Europa, nos USA e no Japão. A Internet chega em todos os lugares (...) Mandamos, assiduamente, informações à imprensa por meio da Internet" (Relato de Silvia Ribeiro, da REDES/Rios Vivos em entrevista realizada no dia 29/05/1998, na cidade de Colônia - Uruguai);

**(III)** - "Na verdade, nós temos uma reunião permanente porque o correio eletrônico facilita a troca de idéias. É o tempo todo. Não há um dia em que não tenha alguém enviando mensagens" (Relato de Alcides Faria, da ECOA/Rios Vivos, em entrevista realizada no dia 14/05/1998, na cidade de Campo Grande);

**(IV)** - "Fundamental. A partir del acceso al correo electronico se puede decir que hubo un punto de inflexion en el trabajo en red. La mayor dificultad de las redes era la escasa comunicaci3n y los altos costos economicos que ello implicaba. El correo electronico permite un contacto permanente con organizaciones con quien se tenian contactos esporadicos. Ademas permite transmision de documentos, llegada a la prensa, con gran ahorro de tiempo y dinero" (Relato de Elba Stancich, da entidade Taller Ecologista/Rios Vivos, em resposta ao questionário).

O emprego do correio eletrônico potencializou o trabalho das organizações, livrando-as do isolamento político e informacional. Como a informação é um bem precioso e indispensável às atividades das ONGs, o acesso rápido e barato fez aumentar a eficiência. É fundamental salientar, ainda, que a Rios Vivos é uma coalizão e, como tal, não possui um centro decisório e, nem tampouco, uma única orientação política ou ideológica. Há uma equipe de coordenação, mas ela não tem o monopólio das decisões. Cada entidade membro é autônoma. Entre os princípios da Coalizão, um deles é o fortalecimento das entidades. Ao socializar informações, o correio eletrônico contribuiu para isso.

As novas tecnologias de comunicação foram fundamentais à existência de Rios Vivos. Elas cumprem o papel de infra-estrutura organizacional. Ilustrativo é o fato de que a Coalizão surgiu no mesmo momento em que a Internet começou a se popularizar. Sem o correio eletrônico, o fax, a televisão, os jornais, etc., as ONGs, provavelmente, não passariam de uma simples seqüência de reações desarticuladas com pouca representatividade e poder de influência e pressão. O conflito tenderia a ser local e isolado.

Além das estratégias das ONGs na área da comunicação já descritas, há uma quarta que, dada sua centralidade, cabe um comentário mais extenso. Trata-se do papel que a mídia exerceu ao longo da campanha e o significado político disso às ONGs.

### **6.3- A Política Simbólica Via Mídia**

Nas últimas décadas e em virtude da revolução tecnológica na área de comunicação, a mídia transformou-se profundamente. Cresceu seu raio de influência e penetração em todos os setores da vida social e íntima dos indivíduos. Por meio dela, transitam idéias, apelos de consumo, estilos de vida, mercadorias, informações, imagens, símbolos, esperanças, etc. É impossível entender as dinâmicas societárias de nossa época sem considerar a influência que os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão e, mais recentemente, a Internet, exercem sobre a consciência e as preferências individuais e coletivas. A chegada da comunicação de massa, como destaca THOMPSON (1995, p.285) "transformou os modos de experiência e os padrões de interação característicos das sociedades modernas". O

conhecimento que temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa percepção das formas simbólicas mediadas pela mídia. O que não se torna notícia, tende a ser esquecido ou considerado inexistente. Ser é ser percebido. A mídia, especialmente a televisão, é um instrumento de criação da realidade. Caminhamos, como diz BOURDIEU (1997, p.29) "rumo a universos em que o mundo social é descrito-prescrito pela televisão. A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política". As informações, os temas e as imagens são produzidas e selecionadas segundo os critérios de seus produtores (Idem, *Ibidem*). A realidade "vem ao mundo" sob essas condições.

Apesar dessa afirmação ser verdadeira, é preciso relativizá-la. As razões para tal sugestão ficariam mais explícitas e consistentes se procedêssemos uma reconstrução dos debates que têm cercado os estudos mais recentes sobre os meios de comunicação de massa. Como consideramos desnecessário tal empreendimento aos propósitos deste capítulo, tomaremos apenas a experiência da Coalizão Rios Vivos e de outras campanhas mobilizadas pelas ONGs, especialmente as ONGs internacionais ambientalistas, para afirmar que a mídia não é, no sentido de Luhmann, um "sistema" fechado, autoreferencial, monológico e independente da opinião pública. O público não é mero destinatário ou consumidor das mensagens e os veículos de comunicação, por mais influentes que sejam, não conseguem homogeneizar integralmente o público (BOURDIEU, 1997). Ao mesmo tempo em que os meios de comunicação de massa influenciam profundamente a opinião pública, eles também e, de forma cada vez mais crescente, precisam considerá-la sob pena de perder a sintonia com o destinatário.

O assentimento do público é uma condição indispensável à mídia e à influência que ela consegue exercer. Embora a valorização dos desejos, expectativas e necessidades dos telespectadores e/ou leitores se imponha por uma razão econômica - porque os níveis de audiência definem os investimentos em publicidade - disso não decorre que os destinatários estejam exclusivamente interessados em ver anúncios de mercadorias. A mídia tende, como sugere Garcia CANCLINI (1995) a transformar o cidadão em um consumidor de produtos e imagens e fazer da política um simulacro; porém, nem toda relação com os destinatários se reduz aos fins mercadológicos. Uma parte do público, ao menos, interessa-se por temas que dizem respeito ao seu "mundo da vida" e a questões de natureza coletiva. Para além do espaço

público transformado em mercado, persistem um leque diversificado de estruturas comunicativas (HABERMAS, 1997b).

A leitura de inspiração luhmanniana, segundo a qual nas sociedades contemporâneas predominadas pela mídia, os cidadãos tendem a ser atomizados, meros receptores e despolitizados, parece ser insuficiente para explicar fenômenos importantes da política atual. Trabalhos recentes, desenvolvidos especialmente por HABERMAS (1997b) e COHEN & ARATO (1992) sobre sociedade civil, esfera pública e movimentos sociais, demonstram que, apesar da mercantilização da comunicação social, há uma dimensão discursiva na esfera pública; há um escoamento para a esfera pública de fluxos comunicativos. Como afirma COHEN & ARATO (1992, p.460):

"While the central political public sphere, constituted by parliaments and the major media, remains rather (but not everywhere equally!) closed and inaccessible, a plurality of alternatives publics, differentiated but interrelated, time and again revives the processes and the quality of political communication. With the emergence of new types of political organizations, even the public discussion in parliaments and party conventions tends to be affected, as has been the case in West Germany..."

Como no próximo item detalharemos melhor, os movimentos sociais e, mais recentemente as ONGs, vêm servindo-se da mídia para introduzir na esfera pública questões tipicamente coletivas; temas raramente tematizados pelos partidos políticos, parlamentos, sindicatos, etc., e negligenciados pelos atores do mercado. Devido a isso, também, os atores da sociedade civil têm assumido, nos últimos anos, um papel surpreendentemente ativo. Como sugere HABERMAS (1997b, p.115):

"As estruturas comunicacionais da esfera pública estão muito ligadas aos domínios da vida privada, fazendo com que a periferia, ou seja, a sociedade civil, possua uma sensibilidade maior para os novos problemas, conseguindo captá-los e identificá-los antes que os centros da política. Pode-se comprovar isso através dos grandes temas surgidos nas últimas décadas - pensemos na espiral do

rearmamento atômico, nos riscos do emprego pacífico de energia nuclear, nos riscos de outras instalações técnicas de grande porte ou de experimentos genéticos, pensemos nas ameaças ecológicas que colocam em risco o equilíbrio da natureza (morte das florestas, poluição da água, desaparecimento de espécies, etc.), no empobrecimento progressivo e dramático do Terceiro Mundo e nos problemas da ordem econômica mundial, nos temas do feminismo, no aumento da emigração que traz conseqüências para a composição étnica e cultural da população, etc. Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a *iniciativa* de levantar esses problemas".

A penetração desses temas levantados pelos atores da sociedade civil na agenda política nacional e internacional e no âmbito da opinião pública deveu-se, em certa medida, à mídia. Ainda que a mídia não seja um campo aberto e democrático, qualquer tema, assunto, apelo, proposta política, etc., que pretenda atingir o grande público precisa passar pelos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão. A televisão, em especial, desempenha um papel determinante. Os que acreditam que basta se manifestar sem se ocupar da televisão, afirma BOURDIEU (1997, p.30), "correm o risco de errar o tiro: é preciso cada vez mais produzir manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por elas, obterão sua plena eficácia".

A centralidade da mídia é sobremaneira perceptível na esfera política. O conhecimento que temos dos líderes políticos, de suas políticas e de acontecimentos espacial e temporalmente remotos é derivado, quase inteiramente, dos jornais, do rádio e da televisão, e as "maneiras como participamos do sistema institucionalizado do poder político são profundamente afetadas pelo conhecimento que daí deriva" (THOMPSON, 1995, p.285).

As novas tecnologias da informação têm conseqüências diretas sobre o debate político e sobre as estratégias de busca do poder; elas afetam profundamente a essência da política. Não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, como o jornal e a Internet, tornaram-se o espaço privilegiado da política. Sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer o poder. Sem a presença ativa da mídia, as propostas políticas ou os candidatos não



têm qualquer chance de obter uma ampla base de apoio. Está-se diante daquilo que CASTELLS (1999b, p.374), chama de "política informacional":

"A política da mídia não se aplica a todas as formas de fazer política, mas todas as formas de política têm necessariamente de passar pela mídia para influenciar o processo decisório. Deste modo, a política está essencialmente inserida, em termos de substância, organização, processo e liderança, na lógica inerente do sistema dos veículos de comunicação, especialmente na nova mídia eletrônica."

Mesmo as mensagens políticas ou os grupos de atores que não visam conquistar o Estado, eles também precisam da mídia para gerar assentimento. Afinal de contas, a opinião pública, além de estar longe de ser uma mera abstração, é cada vez mais influente (VIGEVANI, 1999, p.47). As campanhas mobilizadas pelas ONGs são um exemplo de política informacional que, ao invés de almejar o poder estatal, visam influenciar a consciência e a vontade dos indivíduos. A utilização da Internet, por exemplo, permitiu ao movimento zapatista disseminar informações e as razões de sua luta a todo o mundo de forma praticamente instantânea, e estabelecer uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. Essas imagens e informações tiveram impactos decisivos sobre a economia e a política mexicanas (CASTELLS, 1999b, p.98-106). A importância da opinião pública internacional é cada vez mais crescente e tem mostrado que, em alguns casos, consegue modificar a opinião dos governos.

As ONGs são os atores "não políticos" mais proeminentes da política informacional (Idem, Ibidem). As ONGs internacionais e, em menor proporção, os grupos ativistas e ONGs locais, servem-se da mídia para mobilizar os indivíduos em prol de suas causas. Normalmente, as campanhas são organizadas em torno de temas públicos, quase nunca alinhados a este ou aquele partido político e assuntos que dispõem de um nível considerável de assentimento da opinião pública. Os apelos variam muito, mas em geral, estimulam as pessoas à solidariedade e à participação cidadã. Conclamam para que exerçam pressão sobre instituições

governamentais, intergovernamentais e empresas que possam ter um papel importante no tratamento das questões defendidas pela mobilização. Em última análise, o objetivo de tais mobilizações é influenciar a gestão da sociedade; é influenciar no processo político por uma via não partidária e, por fim, recuperar a legitimidade e o interesse das pessoas pelas questões públicas. Para obter tais fins, denunciam, dramatizam e mobilizam símbolos, princípios éticos, emoções, etc. Como destaca GUÉHENNO (1994, p.101), os novos militantes do humanitarismo fazem da urgência o princípio motor das suas ações. Mais e mais a ação humanitária substitui a política ao ponto de ser a única arena de ação externa ao Estado que goza do apoio da opinião pública. Situação estranha, salienta o autor, porque:

"A Política recebe o apoio geral renunciando a qualquer ambição política (...) A militância humanitária expressa essa decepção com respeito às instituições políticas e essa nova preocupação em criar solidariedades concretas num mundo por demais abstrato. Os militantes do humanitarismo reencontram, no engajamento e nos perigos da ação, a sensação de pertencer a uma comunidade humana, a qual não resulta unicamente das restrições do mundo funcional. A ação humanitária é um meio de escapar da conversa insuportável entre o indivíduo solitário e uma globalidade de que ele não domina, porém não tem condições doravante de ignorar".

A pesquisa que realizamos sobre a Coalizão Rios Vivos, apesar de não oferecer elementos suficientes para uma teoria ampla acerca das relações entre mídia e os atores da sociedade civil, permite elucidar alguns aspectos dessa relação e, em particular, precisar melhor o papel que a mídia exerceu no decurso da campanha da Hidrovia. Embora o envolvimento da mídia não tenha sido o único fator, nem - isoladamente - o mais importante, ele foi decisivo para o fortalecimento político da Coalizão. O "divisor de águas" ocorreu em agosto de 1995, quando o WWF-Brasil publicou um vídeo intitulado "O Pantanal vai virar sertão?". O prestígio e a credibilidade dessa entidade ambientalista internacional junto à opinião pública, seu fácil acesso à mídia mais influente e sua estrutura organizacional em forma de rede permitiram que as imagens do vídeo chegassem a cerca de 300 redes de televisão de várias partes do mundo. De Londres, as imagens também foram difundidas por

satélite. No Brasil e na presença de um número considerável de jornalistas, o vídeo foi lançado no dia 07 de agosto. À noite, os principais telejornais das televisões brasileiras, exibiram as imagens e as denúncias. No dia seguinte, o vídeo também ganhou destaque em diversos jornais.

Não era, obviamente, a primeira vez que a imprensa fazia referência ao polêmico projeto HPP. Desde 1992, os jornais vinham dedicando pequenas matérias às denúncias das ONGs. Segundo nossa avaliação, o vídeo abriu caminho para uma mudança qualitativa no modo como a mídia vinha lidando com o projeto HPP e, principalmente, na maneira como os Governos vinham se relacionando com as ONGs. Para a mídia, tratava-se de um conjunto de informações sobre os impactos ambientais e sócio-ambientais da Hidrovia, fornecido por uma organização ambientalista de grande credibilidade; para os Governos, mais uma confirmação do crescente poder de mobilização das ONGs e a certeza de que não era possível continuar insistindo com o projeto sem considerar as opiniões desses grupos. Afinal de contas, com esse vídeo há um deslocamento geográfico e político do conflito. Ele se desterritorializa. Os riscos passaram a ser percebidos por um grande e influente público. O conteúdo e os apelos do vídeo fizeram aumentar um movimento da opinião pública internacional que, àquela altura, já se encontrava bastante reticente em relação ao projeto HPP. Por meio da mídia, o conflito é introduzido na política mundial.

Exatos 15 dias após o lançamento do vídeo, o então Presidente de Turno do CIH, Ministro Marcelo A. Moraes Jardins convidou algumas ONGs a participarem de uma reunião em Buenos Aires. Era, de fato, a primeira vez que o CIH se propunha a ouvir os atores da sociedade civil. Há muito tempo e por sucessivas vezes, as ONGs vinham solicitando o direito de participar do processo decisório e convidando os Governos aos seus seminários e reuniões, para que expusessem suas intenções e propostas. Diferentemente do BID e do PNUD, até o dia 22 de agosto, os Governos haviam ignorado inteiramente a mobilização da sociedade civil, suas denúncias e suas solicitações. A única resposta era o silêncio. Nada parecia afetar a firme decisão do CIH de negligenciar as ONGs. A recusa ao diálogo, provavelmente, se apoiava na crença de que as denúncias das ONGs não passavam de ruídos passageiros e com pouca capacidade de convencimento e penetração na opinião pública. No fundo, talvez, uma certeza ainda mais dogmática: a de que os procedimentos democráticos, especialmente em relação aos

atores da sociedade civil, eram desnecessários, porque os Estados nacionais continuam detendo o monopólio absoluto da soberania e, nessa condição, podem tomar as decisões que lhes convém.

A reunião de Buenos Aires marcou o início de uma mudança de postura do CIH em relação às ONGs e ao próprio projeto HPP. Embora não tenha sido o vídeo, isoladamente, o principal responsável por essa mudança, ele foi decisivo justamente porque introduziu as denúncias num meio de comunicação com amplo poder de difusão e influência e, diante do qual, os Governos não tinham condições e nem legitimidade para controlar. Ao criticar o projeto, o vídeo desmoraliza os Governos. Apresenta-os como agenciadores de uma iniciativa que coloca em risco um dos mais belos santuários ecológicos da humanidade - o Pantanal - e a integridade física e cultural das populações indígenas sediadas na região. Nesse e noutros vídeos, assim como em todas as outras formas de comunicação, as ONGs trataram de mostrar à opinião pública que os Governos estavam sendo anti-ecológicos, insensíveis socialmente e autoritários no modo de conduzir o projeto. Sobretudo numa época em que a grande maioria das pessoas se considera ambientalista e que paira uma grande desconfiança em relação às instituições políticas, esse conteúdo encontrou terreno fértil. A aderência da opinião pública internacional foi fundamental à campanha das ONGs e um fator de desequilíbrio político aos Governos.

A mobilização da opinião pública internacional e, particularmente, o envolvimento da mídia foram fundamentais à campanha da Coalizão. Desse fato, entretanto, não se pode deduzir que a aderência da mídia e da opinião pública foi imediata e total. Foi um longo processo, repleto de conflito e contradições. Por inúmeras razões - que não aprofundaremos aqui - os meios de comunicação de massa não aderem facilmente às bandeiras levantadas pelos atores da sociedade civil. A evidência mais cabal disso é o fato de que os grandes veículos da imprensa escrita no Brasil só publicaram matérias favoráveis às posições das ONGs sobre a Hidrovia, cerca de quatro anos após o início da campanha. Apenas em fevereiro de 1997, momento em que havia um consenso bastante amplo quanto à insustentabilidade do projeto e, sobretudo, no mesmo período em que setores importantes do governo brasileiro colocaram-se inteiramente contra a Hidrovia. O jornal *Correio Braziliense* abriu a série no dia 16. A *Revista Veja* publicou uma pequena matéria exatos dez dias depois. Em 14 de março foi

a vez do jornal *A Folha de S. Paulo*. No dia 23 de abril, a *Revista Veja* voltou a escrever sobre o tema, dessa vez com uma reportagem de 12 páginas.

As razões que levaram estes e outros veículos de comunicação a se envolverem no polêmico projeto da Hidrovia, posicionando-se favorável ou desfavoravelmente, são muito diversas e, mesmo que nossa pesquisa tivesse esse objetivo, teria sido muito difícil identificá-las. A explicação mais segura e apropriada para tal envolvimento deve ser buscada nas próprias ONGs. Os espaços obtidos na mídia resultaram de uma estratégia de comunicação devidamente planejada. Uma das comissões de trabalho criadas logo após o surgimento da Coalizão foi a de Monitoramento e Difusão. A partir dos dados levantados ao longo da pesquisa, é possível afirmar que uma das atividades-meio mais valorizada pelas ONGs foi o contato com os jornalistas. O propósito fundamental da maior parte das atividades promovidas foi o de manter a mídia informada e, na medida do possível, envolvê-la na campanha. Em algumas situações, a mídia foi o foco exclusivo.

Os vídeos e seu formato; as imagens e os símbolos selecionados, foram projetados para a televisão. Em todos os lançamentos, os jornalistas foram convidados. Semelhante procedimento foi adotado na ocasião da publicação das pesquisas científicas elaboradas pelas ONGs e pelos pesquisadores independentes. Em quase todos foi organizada uma sessão com a imprensa e distribuídas cópias dos relatórios finais. Além disso, o formato de rede da Coalizão e o fato de estar distribuída em diferentes países, permitia que as ONGs funcionassem como fontes de informação e pesquisa para a imprensa local. Os veículos de comunicação também foram, largamente mobilizados, durante os seminários e "workshops" organizados pelas ONGs nos diferentes países.

Nas Reuniões de Participação Pública, o contato com a imprensa era ainda mais requisitado. Dado o confronto de posições com o CIH, as ONGs buscavam a mídia não apenas para divulgar suas críticas e sugestões; a utilizavam como via indireta de pressão. Os "comunicados à imprensa" foram outra via de acesso à imprensa amplamente utilizados. Regularmente, as ONGs serviram-se desse recurso tanto para prestar esclarecimentos, quanto para formalizar denúncias.

#### 6. 4- A Publicização dos "Déficits" Democráticos e a "Accountability" Global

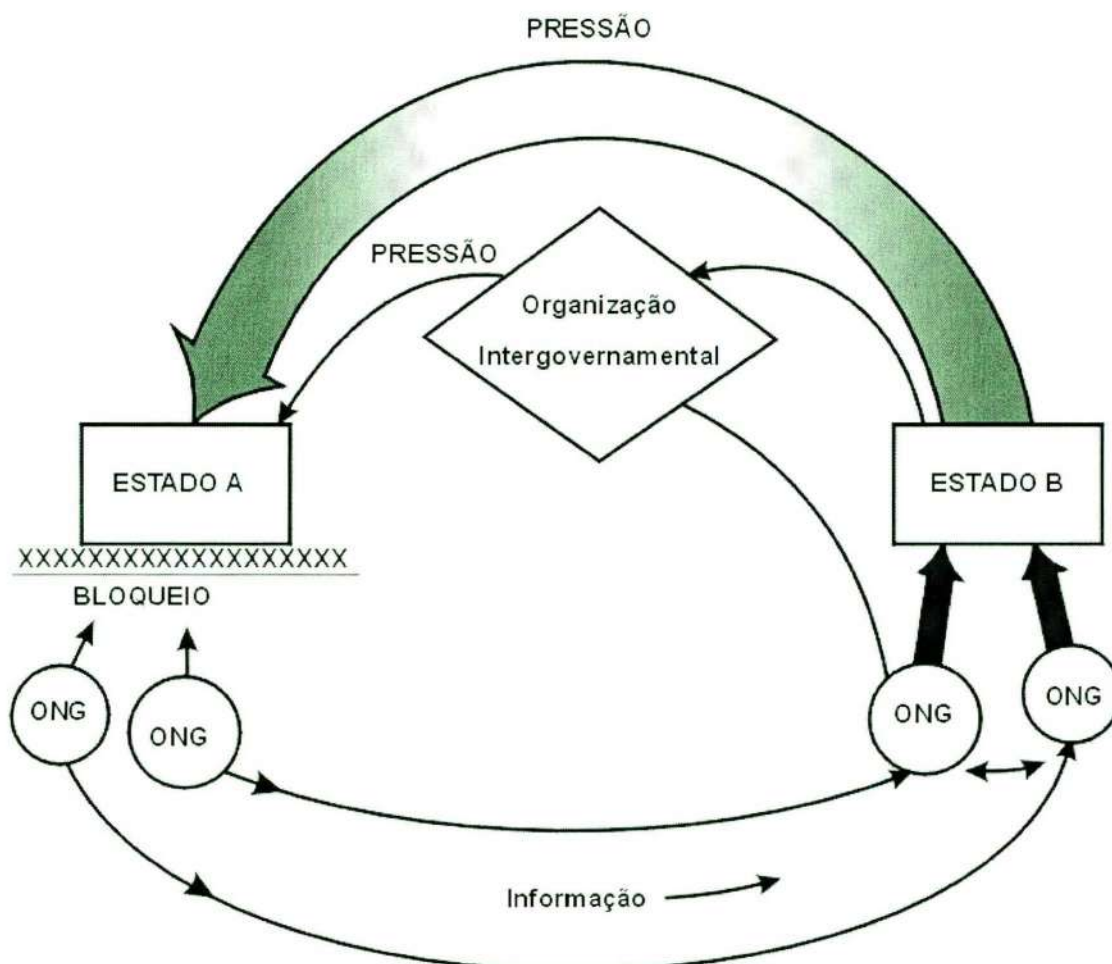
O mecanismo político específico que permitiu à Coalizão inserir-se na campanha da Hidrovia como um conjunto de atores relevantes foi a influência. Embora não haja, na literatura sociológica e na ciência política, um tratamento teórico consistente sobre esse conceito, estamos inserindo-o aqui para caracterizar um exercício particular de poder no qual os recursos mobilizados não foram as armas e nem as leis. Diferentemente dos atores estatais, as ONGs não dispõem de qualquer mecanismo de coerção física e jurídica; não possuem o monopólio da violência e nem o da lei e, por conseguinte, não têm a capacidade de legislar e nem impor o seu cumprimento.

Influenciar a opinião pública e o processo decisório, especialmente no âmbito do CIH, foi o propósito político mais perseguido pelas ONGs. Em termos gramscianos, foi por meio da hegemonia e do consenso - e não pela coerção - que os atores da sociedade civil influenciaram a opinião e a vontade dos indivíduos e dos tomadores legítimos das decisões. Na "guerra de posições", as ONGs buscaram ganhar aliados para suas posições mediante a geração de consensos em torno de temas públicos. As fontes de poder das ONGs, portanto, não decorreram das estruturas formais de autoridade. A ação política esteve orientada no sentido de gerar consensos públicos em torno dos conteúdos de sua ação, provocando uma mudança "intelectual e moral" na sociedade (GRAMSCI, 1976 e 1989). A influência é, nesse sentido, a capacidade de determinar certos resultados independentemente das estruturas políticas formais (VILLA, 1999). Não possuindo o poder político administrativo, os atores da sociedade civil dispõem apenas de uma "forma mediatizada de geração de poder" (COSTA, 1995, p.60), ou seja, a influência sobre a política consubstancializa-se por meio das mensagens que, percorrendo os mecanismos institucionalizados do Estado constitucional, alcançam as instâncias decisórias".

O Gráfico ( a seguir) sintetiza os mecanismos de influência utilizados pelos atores da sociedade civil, ligados à Coalizão durante a campanha da Hidrovia. Nos momentos em que as pressões exercidas sobre os Estados proponentes do projeto e sobre o CIH não surtiam efeito, as ONGs mobilizavam outros aliados internacionais para, a partir de fora e por meio deles,

exercer influência e pressão sobre o processo decisório. Nas situações de bloqueio, outras redes de ONGs no exterior eram acionadas. Elas, por sua vez, pressionam seus próprios Estados para que se posicionem e também mobilizem seu poder de pressão.

**GRÁFICO 5 - Modelo "Bommerang" de Influência**



**FONTE:** KECK & SIKKINK, 1998. Apud, VIEIRA, 1999, p. 232

Além de não possuir as fontes de autoridade exclusivas dos Estados-nação, as ONGs também não pretendem conquistar espaços no interior dos governos e nem participar oficialmente do processo decisório, no âmbito do CIH. Como afirma Maurício Galinkin, Diretor Técnico da Fundação CEBRAC e membro da Coordenação da Rios Vivos: "Nunca

tivemos interesse em ter um lugar à mesa do CIH. Queríamos influir no processo. Se demandássemos um lugar à mesa, nós seríamos um em cinco. Seria apenas para marcar posição; voto vencido o tempo todo. Não teríamos nenhuma influência efetiva" (Relato de entrevista realizada no dia 06/05/1998, na cidade de Brasília).

Ao invés de conquistar espaços no interior dos Estados nacionais envolvidos no projeto HPP ou demandar benefícios materiais, as ONGs propuseram-se a tarefa de fiscalizar, monitorar e questionar a intenção e a legitimidade dos Governos de proporem algo com tal magnitude e riscos. Rios Vivos é um exemplo típico de "accountability" global. É uma iniciativa civil transnacional heterogênea e descentralizada, composta por entidades de diferentes nacionalidades e campos de atuação (questões indígenas, meio ambiente, pesquisa...). Por tudo isso, trata-se de uma experiência de associativismo civil de estilo novo. É parte de um movimento bem mais amplo, composto especialmente por ONGs humanitárias, ambientalistas, de direitos humanos, feministas, indígenas, etc., e denominado genericamente como "movimento cidadão" (VIEIRA, 1999). A pedra angular desse movimento é construir, reconstruir e fortalecer as iniciativas da sociedade civil e as identidades coletivas a ponto de serem respostas às lógicas hegemônicas dos Estados e do mercado. Em vez de reivindicar o poder político estatal, tais iniciativas buscam introduzir problemáticas coletivas novas nas agendas dos Estados, do mercado e da própria sociedade civil (ROSSIAUD, 1997).

Desde o início da campanha da Hidrovia, as ONGs não apenas indagaram sobre os riscos do projeto; também questionaram, radicalmente, o modo como ele vinha sendo proposto e conduzido pelo CIH e o BID. A Coalizão se propôs a representar os "interesses" do meio ambiente e das populações da região diretamente afetadas, especialmente as comunidades indígenas e as populações tradicionais. As ONGs acusaram o projeto de autoritário e tecnocrático. Segundo elas, o projeto HPP era uma reedição de inúmeros outros megaprojetos implementados no Cone Sul e em outras partes do mundo que foram decididos a "portas fechadas", sem qualquer participação dos atores da sociedade civil e inteiramente negligentes em relação aos impactos ambientais. Além disso, desenvolveram algumas pesquisas e análises para demonstrar que o projeto, ao invés de trazer benefícios a toda a população, beneficiaria apenas alguns setores da economia, especialmente as grandes empreiteiras, os especuladores



imobiliários, os grandes produtores de grãos, os produtores de equipamentos, a tecnocracia e os bancos nacionais (RATTNER, 1997).

Além de questionar o caráter tecnocrático do projeto e a legitimidade dos Governos para o proporem, as ONGs procuraram converter a consulta às populações afetadas numa condição essencial à realização ou não do empreendimento. O que, no início, era marginal, foi se convertendo em condição básica. O CIH e o BID foram sendo obrigados a prestar explicações à sociedade civil e à opinião pública em geral sobre suas intenções, o modo de executar o projeto e o volume de recursos públicos demandados para tal. Ao longo do processo, a Coalizão foi se tornando uma interlocutora indispensável do projeto.

A primeira tarefa que a Coalizão se colocou em relação ao CIH foi cobrar acesso às informações. Insistentemente exigiu acesso aos Termos de Referência e aos estudos do projeto. Concomitante a isso, demandou a abertura de um processo de participação pública, no qual o CIH e os atores da sociedade civil pudessem avaliar conjuntamente o projeto. E, tanto numa quanto noutra, as ONGs obtiveram algumas conquistas.

A descrição do conflito que fizemos nos capítulos anteriores deixa claro tais conquistas, mas revela, também, que elas sempre foram parciais e limitadas. De uma situação de transparência inexistente, as ONGs conseguiram abrir o projeto HPP. O CIH foi obrigado a fornecer informações e a tornar público os relatórios dos estudos. Esses relatórios, todavia, só foram entregues em 1996 e, além disso, incompletos. O CIH inaugurou um processo de participação pública em dezembro de 1995, mas as ONGs sempre reclamaram o descumprimento dos acordos firmados. Em muitas situações, de fato, as declarações e as práticas do CIH revelaram isso; demonstraram a pouca importância atribuída à participação dos atores da sociedade no processo decisório. Ao longo de todo o conflito, ficou nítida a resistência dos governos em admitir a participação ativa dos atores civis e a dificuldade de relacionar-se com eles. O CIH deu mostras suficientes de que não estava interessado em democratizar o processo decisório. Os espaços obtidos pelas ONGs foram conquistados à base de muita pressão, "lobby" e influência. Aliás, o CIH nunca demonstrou ter um plano para inserir os atores da sociedade civil nas decisões. Apenas em março de 1998 e depois que a maioria dos Governos havia reduzido o interesse em construir a Hidrovia, o CIH sugeriu a

criação de um Fórum Consultivo com o "objetivo de manter permanente diálogo com todos os atores da sociedade interessada no projeto" (4).

Várias oportunidades de poder foram abertas pela Coalizão. A maior parte delas já descrevemos e é justamente no embate com o CIH onde elas ficam mais explícitas. Os limites, por outro lado, também são evidentes. As conquistas obtidas ao longo da campanha são inegáveis, mas elas não permitem juízos apologéticos ou deduções romantizadas sobre as experiências de sociedade civil global. Há limitações externas e internas. Externamente, a dificuldade maior é, sem dúvida nenhuma, mobilizar os escassos recursos (econômicos, políticos e humanos) disponíveis para influenciar as decisões e as mudanças de comportamento dos Estados, dos agentes do mercado e dos próprios indivíduos. Trata-se de uma tarefa de longo prazo, raramente quantificável e sempre sujeita a "vitórias" e "derrotas". Dado que as ONGs não possuem capacidade para legislar e nem as estruturas formais de autoridade para exigir o cumprimento das leis, o que resta a elas é a possibilidade de influenciar a opinião e a vontade das pessoas e converter a opinião pública numa fonte de pressão sobre as instituições políticas e os atores do mercado. Em muitas campanhas, as ONGs não conseguem mobilizar a opinião pública e, por conseguinte, a capacidade de exercer influência fica muito reduzida.

Rios Vivos têm algumas limitações internas. Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção ao perfil institucional dessa iniciativa civil transnacional. Trata-se de uma coalizão e não de uma única entidade. Os membros são muito heterogêneos, sediados em diferentes países, com cultura organizacional, tamanho, volume de recursos e campos de atuação muito distintos. Algumas têm fácil acesso a recursos, são mais profissionalizadas e mantêm programas regulares de atividades. Outras, são pequenas entidades e que sobrevivem graças ao trabalho voluntário.

A estrutura da coalizão é, portanto, bastante descentralizada. O poder de decisão fica concentrado na Equipe de Coordenação, composta por representantes de diversos países. Há uma secretaria executiva, mas ela não pode decidir isoladamente. Em si mesma, a

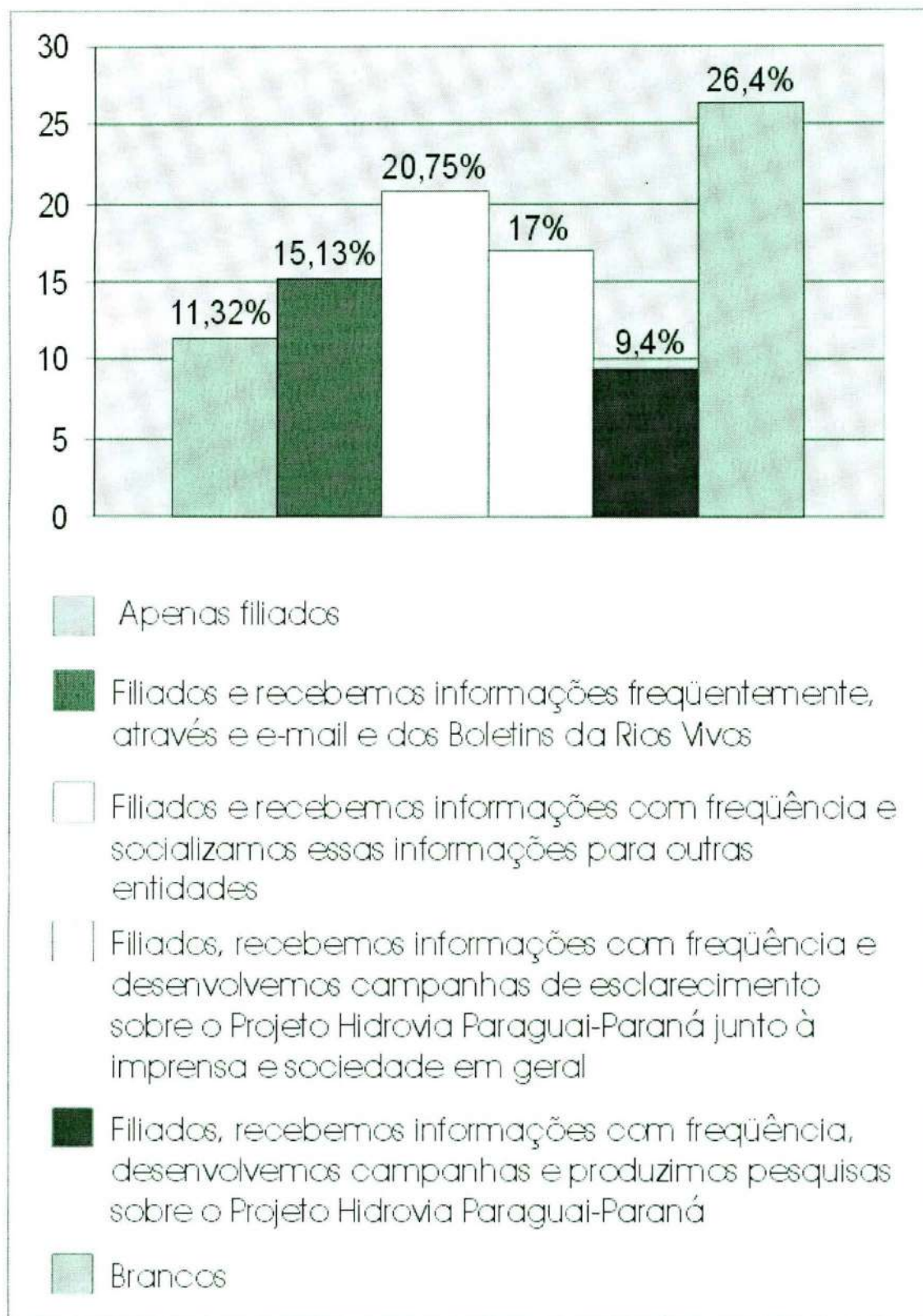
---

<sup>4</sup> - Ver Anexo VIII do Informe Final de la XXVI Reunión del Comitê Intergubernamental de la Hidrovia Paraguai-Paraná. Ascunción, marzo de 1998.

descentralização política não pode ser apontada como um limite. A limitação maior, ao nosso entender, está na relação entre a Equipe de Coordenação e o conjunto das entidades filiadas. Há deficiências de comunicação entre ambas. Com a criação da Equipe, as discussões ficaram mais concentradas nela. Uma parte das entidades nunca se envolveu na campanha; outra, nem sequer sentiu-se membro da Coalizão. Das 300 entidades que, em tese, fazem parte da Coalizão, cerca de 50 delas participaram ativamente da campanha da Hidrovia e contribuíram ao fortalecimento da Rios Vivos.

Enviamos um questionário semi-tabulado a 200 entidades e obtivemos 53 devoluções. Uma das perguntas solicitava o ano em que a entidade havia se filiado à Coalizão. Do total, 24 (45,28%) não responderam ou colocaram um ponto de interrogação. Noutra pergunta, procuramos descobrir qual o grau de envolvimento da entidade na Coalizão. Perguntamos: *De que maneira sua Entidade participa da Coalizão Rios Vivos?* e obtivemos as seguintes respostas:

#### **GRÁFICO 6: Grau de Envolvimento dos Membros nas Campanhas da Coalizão**



Embora o número dos que responderam em branco à primeira questão (24) não corresponda ao da segunda (14), as duas respostas, tomadas no conjunto, revelam a fragilidade institucional da Rios Vivos. As entidades não têm o mesmo envolvimento na Coalizão. Trata-se de uma iniciativa civil transnacional bastante heterogênea, plural e fragmentada. Surgiu como uma tentativa de construir uma agenda comum de trabalho e troca de experiências entre os atores da sociedade civil do Cone Sul, mas, a despeito dos esforços, permanece deficitária. A dimensão "institucional" da Coalizão revelou-se menos densa que o "movimento". Essa experiência evidencia os limites institucionais da sociedade civil global; aponta as dificuldades para se construir articulações transnacionais consistentes e duradouras entre os atores civis. A capacidade de influência dessas experiências civis não pode ser superestimado.

### **1.5 - A Ativação da Esfera Pública Transnacional e o Fortalecimento da Sociedade Civil**

As dificuldades são reais e os limites da Rios Vivos são inegáveis. É preciso destacar, no entanto, que a Coalizão foi criada também com o propósito de enfrentar a maioria dessas dificuldades. O isolamento e a fragilidade institucional e política das entidades da sociedade civil, especialmente no Cone Sul, são historicamente conhecidos. Aproximar esses atores e fortalecê-los foi um dos pilares fundamentais que deu origem a essa experiência. Realizar esse propósito é parte importante da normatividade política que a Coalizão se propôs a construir. Rios Vivos não é apenas uma experiência civil transnacional; ela é mais um somatório de esforços com o objetivo de ampliar as dimensões e o poder político da sociedade civil global. Indiscutivelmente, o trabalho das ONGs esteve muito mais voltado à sociedade civil e a esfera pública que ao CIH.

A Coalizão conseguiu aproximar pequenas e historicamente isoladas organizações civis dos diferentes países do Cone Sul, estruturar uma agenda comum de trabalho e de ação política. Dado que a maior parte das entidades civis atua de forma isolada e com poucos recursos financeiros e humanos, esse fato é relevante. A Coalizão criou espaços públicos independentes das instituições políticas, do sistema partidário e das estruturas dos Estados nacionais. O espaço público opera, nesse sentido, como um ponto de conexão entre as

instituições políticas e as demandas coletivas formuladas no "mundo da vida" (HABEMAS, 1992b e 1997b).

O conceito de esfera pública é indispensável para entender a Coalizão Rios Vivos e a emergente sociedade civil global, tanto nos seus aspectos institucionais, quanto no de mobilização. Por meio dele, os limites e as possibilidades inauguradas pelos atores da sociedade civil ficam mais evidentes; é possível ampliar a análise sobre as dimensões políticas da Rios Vivos. Além disso, os diferentes itens desenvolvidos acima para demonstrar o modo como as ONGs foram construindo e universalizando sua normatividade política ganham uma unidade de análise. Bem observado, todos os recursos mobilizados pelas ONGs durante a campanha partiram da esfera pública ou a ela se destinaram. O empenho em publicizar os riscos, produzir e socializar informações, fazer denúncias e exigir participação no processo decisório buscou ativar os sensores da esfera pública e mobilizar e/ou envolver outras instâncias do espaço público - especialmente a mídia e os diferentes pesquisadores da Universidade - que dispõem de capacidade de convencimento. O prestígio, portanto, de outras instituições, grupos e pessoas não diretamente ligadas às ONGs, foi mobilizado com o propósito de gerar influência. Aliás, a influência que a Coalizão exerceu foi inteiramente formada no espaço público e o poder, nos termos de HABERMAS (1997b), foi gerado e exercido de forma comunicativa no âmbito da sociedade civil e da esfera pública.

Tendo em vista a história do conceito de espaço público e as diferentes apropriações a que ele tem se servido (<sup>5</sup>), é fundamental deixar claro o sentido de nossa apropriação. Tomaremos de empréstimo as análises sobre esfera pública desenvolvidas, mais recentemente, por Jürgen Habermas. Embora fosse pertinente uma reconstrução detalhada das reflexões desse autor nas suas diferentes fases e sobre os inúmeros temas de seu pensamento,

---

<sup>5</sup> - O debate teórico sobre espaço público, além de ser extenso, orienta-se por matrizes teóricas bastante variadas. Para efeito de síntese e, também, por considerá-lo desnecessário aos propósitos deste capítulo, optamos em não mapear minuciosamente esse debate. A partir de uma síntese elaborada por Seyla BENHABIB (1994) destacamos, apenas, as três concepções teóricas de esfera pública mais paradigmáticas: a) o modelo agonístico de esfera pública, proposto por Hannah Arendt em diversos de seus trabalhos, especialmente em *A Condição Humana*; b) o modelo liberal, inaugurado por Kant, retomado por Rawls e recentemente aprofundado por Bruce Ackerman e, c) o modelo discursivo desenvolvido, na última década, por Habermas. Para um contato mais detalhado com essas diferentes matrizes teóricas, ver: BENHABIB (1994); HABERMAS (1997b) e (1994); ARENDT (1981); VIEIRA (1999: I Parte) e TELLES (1990).

especialmente as idéias apresentadas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1994) <sup>(6)</sup> e em *Teoría de la Acción Comunicativa* (1992), preferimos primar pela síntese e concentrar nossa atenção em *Direito e Democracia. Entre facticidade e validade* (1997). Nessa obra, especialmente no segundo volume (1997b), HABERMAS reintroduz a noção de discurso para, dessa vez, pensar a democracia, a esfera pública e a sociedade civil num outro paradigma e relativamente distinto tanto da tradição teórica liberal quanto da republicana. A partir de uma reconstrução comparada desses dois modelos - liberal e republicano - o autor extrai de cada um deles os aspectos que considera relevantes para propor aquilo que denomina como "política deliberativa", "democracia discursiva" e "esfera pública discursiva". Ao introduzir o paradigma discursivo, Habermas recoloca inteiramente o debate sobre política, direito, democracia, esfera pública e sociedade civil <sup>(7)</sup>.

Embora fosse pertinente detalhar os aspectos em que Habermas se distancia de outras matrizes teóricas na tematização de cada um desses campos, limitamo-nos a um breve prelúdio sobre os pontos em que o autor diverge da concepção liberal-funcionalista da esfera pública. Em primeiro lugar, Habermas questiona as leituras que concebem o espaço público como um "mercado de opiniões" no qual os diferentes atores sociais (grupos de interesse, partidos, sindicatos, parlamentos, igrejas, movimentos sociais, ONGs...) concorrem entre si em busca da atenção pública, do assentimento e, sobretudo, da simples viabilização de seus interesses particulares. Embora haja a intenção de alguns grupos de apoderarem-se da esfera pública, ela não é - especialmente em sociedades democráticas - inteiramente manipulada. Tomados em sua totalidade, os fluxos comunicacionais "formam um complexo 'selvagem' que não se deixa organizar completamente" (HABERMAS, 1997b, p.33). Se, por um lado, há o uso

---

<sup>6</sup> - As reflexões de Habermas sobre esfera pública que utilizaremos nesse item para analisar a Coalizão Rios Vivos não são aquelas desenvolvidas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984). Tomaremos como referência, as análises desenvolvidas em *Direito e Democracia* (1997) porque, além dos trinta e um anos que as separam, não há uma relação de continuidade entre ambas. A primeira, publicada em 1961 e ainda considerado um estudo clássico sobre a esfera pública, descreve a decadência da "esfera pública burguesa" e expressa um certo pessimismo quanto à capacidade dos fluxos comunicativos do espaço público influírem nas decisões políticas. Em 1992, o diagnóstico é diferente. Embora também considere as limitações da esfera pública e da sociedade civil, o autor reconhece o poder de influência dessas instâncias sobre os subsistemas Estado e mercado. Um detalhamento dos principais pontos que separam esses dois estudos, ver uma comparação desenvolvida pelo próprio HABERMAS, intitulada: *Further Reflections on the Public Sphere* (1994b). Um comentário atento sobre a análise habermasiana da esfera pública pode ser encontrado em: CALHOUN (1994).

manipulativo da mídia para a obtenção da lealdade das massas, por outro, há a geração "comunicativa de poder legítimo" (Ibid, p.24).

A esfera pública, nesse sentido, não é um simples palco onde os diferentes atores fazem uso da mídia para manipular as opiniões. Ela não é constituída apenas por discursos que simplesmente ocultam o anseio de poder de grupos econômicos e políticos particulares. À esfera pública dirigem-se também fluxos comunicativos que emergem da vida cotidiana e que encerram questões relevantes ao conjunto da sociedade. Na esfera pública estão as tentativas de coordenação sistêmicas, assim como, aquelas interessadas na formação da vontade política de pessoas físicas emancipadas (COSTA, 1995 e 1997).

As fronteiras reais, sociais e temporais da esfera pública são fluidas (HABERMAS, 1997b, p.32). O espaço público, diz Habermas, é um fenômeno social elementar, mas não pode ser entendido como uma instituição, nem como uma organização - "ele não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização" - e nem, tampouco, constitui um sistema, "pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis" (Ibid, p.92). Prosseguindo nos termos de HABERMAS (Ibid, p.92 e 107):

"A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (...) Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e o sistema de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, etc., assumindo a forma de esferas públicas mais

---

<sup>7</sup> - Para um aprofundamento mais detalhado desses conceitos e de como eles se complementam no conjunto da obra de HABERMAS, ver, especialmente, os capítulos VII e VIII do livro *Direito e Democracia. Entre Facticidade e Validade* (1997b) e o artigo intitulado "Three Normative Models of Democracy" (1994).



ou menos especializadas, porém, ainda acessíveis a um público de leigos..."

A esfera pública é difusa, porosa e é nela que a maioria das opiniões se formam. Um complexo muito amplo de esferas públicas alternativas, atores, mensagens e interesses disputam a atenção pública, o assentimento e a legitimidade. Nem todos, obviamente, participam do espaço público da mesma forma e nem almejam os mesmos fins. Essa é uma segunda observação importante de Habermas que ajuda a compreender a Coalizão Rios Vivos e diferenciá-la de tantos outros grupos e atores. Segundo ele, os atores da sociedade civil não são meros "grupos de interesse" que atuam na esfera pública em busca de vantagens e/ou ganhos para si próprios. Há uma diferença normativa e o que a constitui é, sobretudo, o fato dos atores civis não serem parte e não representarem interesses de campos funcionais específicos, como partidos políticos, sindicatos, associações profissionais e científicas, etc. São iniciativas que não atuam em causa própria, não visam lucro e nem o poder político. Elas têm um vínculo com as situações-problemas da vida cotidiana e, na maior parte das vezes, tematizam questões que dizem respeito a toda a sociedade. A sociedade civil, diz HABERMAS (1997b, p.99) "compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política".

O vínculo com o "mundo da vida" faz com que os atores da sociedade civil atuem no interior da esfera pública de uma forma bem específica. Ao invés da manipulação, buscam o convencimento. Procuram transformar a esfera pública numa arena de argumentação discursiva e de convencimento do conjunto da sociedade sobre a justiça de seus propósitos (COSTA, 1995). Os fluxos comunicativos gerados na vida cotidiana são, desse modo, introduzidos no espaço público, convertendo-o numa "caixa de ressonância onde os problemas a serem elaborados pelo sistema político encontram eco" (HABERMAS, 1997b, p.91). Quando isso ocorre, a esfera pública atua como uma instância intermediadora entre os impulsos comunicativos gerados no "mundo da vida" e as instâncias deliberativas da sociedade política, especialmente os parlamentos. Ela opera, então, como um sistema de

alarme dotado de sensores não especializados que capta os problemas, dramatiza-os de modo convincente e os remete ao complexo parlamentar (Idem, Ibidem).

Ao introduzirem no espaço público as situações-problemas do cotidiano, os atores da sociedade civil estimulam o debate, a troca de idéias e a livre discussão das opiniões. Temas que, antes, eram inteiramente negligenciados ou limitavam-se à esfera privada, são inseridos na agenda das sociedades como questões de relevância e interesse de todos. Nos termos de Habermas, é instaurado um processo de formação discursiva da opinião e da vontade. Quando os temas conquistam o assentimento e a aderência da opinião pública, os fluxos comunicativos oriundos do "mundo da vida" e processados pela sociedade civil revestem-se de poder legítimo. A opinião pública se transforma em poder comunicativo, capaz de expandir-se pela sociedade, conquistar mais assentimento e influir nas instâncias decisórias das instituições políticas.

O poder comunicativo é um agregado de "comunicações destituídas de sujeito" (HABERMAS, 1997b, p.22) e sem qualquer intenção de dominar e/ou conquistar o poder administrativo. Não se trata de um "sitiamento" ao Estado, mas de um sistema de "eclusas" entre o Estado e a sociedade. Ao transpor as eclusas, os fluxos comunicativos da sociedade civil pressionam e influenciam as instâncias decisórias (HABERMAS, 1997c, p.88).

O paradigma discursivo de esfera pública, em parte descrito acima, é marcadamente normativo e contém um grau de prescrição dificilmente realizável, inclusive nas democracias consideradas mais avançadas. A Coalizão Rios Vivos também não é uma experiência civil que preenche todos os aspectos e dimensões da esfera pública discursiva. Teoria e realidade, de fato, não são idênticas, mas uma serve para iluminar a outra. O modelo habermasiano ajuda a localizar a Coalizão Rios Vivos, tanto no seu aspecto sociológico, quanto político. Afinal, trata-se de uma articulação civil transnacional que emergiu vocacionada a captar e processar um conjunto amplo de problemas, com dimensões locais e globais. A possibilidade real de impactos ambientais e sociais - especialmente sobre as comunidades indígenas - decorrentes do projeto HPP, mobilizou os atores da sociedade civil e fê-los atuar na esfera pública enquanto atores de protesto, denúncia, pressão e, sobretudo, como agentes de conscientização. Atuaram ofensivamente na medida em que lançaram temas de relevância coletiva, aportaram

contribuições para a solução de problemas, produziram e socializaram novas informações, mobilizaram bons argumentos e denunciaram os ruins, interpretaram valores de modo diferente e exerceram pressão sobre as instituições responsáveis pelo projeto HPP.

Enquanto uma coalizão da sociedade civil transnacional, Rios Vivos não apenas acionou a esfera pública como buscou ampliá-la e fortalecê-la. As conquistas da Rios Vivos na campanha da Hidrovia derivaram, sobretudo, do fato das ONGs terem atuado e conseguido sensibilizar a esfera pública transnacional. O poder da Rios Vivos foi gerado e exercido no interior da esfera pública. A partir dela, os raios de influência se espalharam tanto vertical, quanto horizontalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Nuestra vida es ante todo toparse con el futuro. He aquí otra paradoja. No es el presente o el pasado lo primero que vivimos, no: la vida es una actividad que se ejecuta hacia adelante y el presente y el pasado se descubren después, en relación con el futuro. La vida es futurición, es lo que aún no es" (Ortega y Gasset).*

As principais conclusões dessa pesquisa já explicitamos no capítulo anterior e, por esta razão, é desnecessário repeti-las. As considerações que faremos aqui visam destacar uma dimensão que foi tratada apenas superficialmente e que é fundamental para compreender a Coalizão Rios Vivos e a emergente sociedade civil global. Trata-se da dimensão normativa dessa experiência civil transnacional.

Os atores da sociedade civil e, com mais propriedade, aqueles ligados à Coalizão, não são "grupos de interesse" que atuam na esfera pública e/ou pressionam as instituições políticas com o exclusivo propósito de viabilizar seus interesses particulares. Embora adotem estratégias na mesma proporção que outros grupos e orientem uma parte de suas ações de maneira instrumental, esses atores não perseguem fins setoriais. Os objetivos visados são públicos. As conquistas, quando obtidas, estendem-se para além dos membros daquele grupo de entidades que mobilizou aquela ação. São atores, enfim, que não militam em causa própria e nem instrumentalizam o espaço público, ou seja, atuam na esfera pública e procuram ampliá-la independentemente de haverem ou não conseguido modificar o comportamento dos governos, das empresas ou das pessoas. Nada mais ilustrativo que a própria Coalizão Rios

Vivos. Uma campanha em defesa do meio ambiente e das populações indígenas e tradicionais afetadas pelo projeto HPP. Uma defesa dos direitos comuns da humanidade.

Rios Vivos buscou influir e modificar a posição do CIH e dos Governos em relação ao projeto HPP, mas esse não foi o único de seus objetivos. Além desse - considerado pelas lideranças entrevistadas como de "curto prazo" - a Coalizão se colocou, desde o início, propósitos menos imediatos e mais afinados com o fortalecimento das organizações civis, a ampliação dos espaços públicos, a promoção da cidadania, a constituição de uma agenda de trabalho comum entre as entidades civis do Cone Sul e a elaboração de alternativas sustentáveis para a região da Bacia do Prata. Os "interesses" desses atores civis não são privados e setoriais. Um conjunto muito variado de princípios, ideais e apostas motivam o trabalho - a maioria dele voluntário - das pessoas que atuam nas entidades civis. Este "dever ser" é imprescindível para entender a emergência dessas iniciativas. É ele quem alimenta as lideranças e os militantes e os fazem enfrentar e responder às dificuldades e limitações.

Na gênese das experiências de sociedade civil global e na prática dos atores civis envolvidos há uma normatividade latente e muito mais ampla que influenciar as decisões no interior das instituições políticas. Na hipótese de visarem a apenas isso, poderiam ser tomadas como "grupos de interesse" e analisadas sob uma perspectiva liberal-pluralista. O "dever ser" nunca se realiza plenamente. Mas, apesar e também por isso, ele é parte constitutiva da realidade, está presente em toda a ação social e é reinventado constantemente. Como afirma Durkheim em *"As Formas Elementares da Vida Religiosa"* (1978), a sociedade é, ao mesmo tempo, real e ideal. Os ideais não são a parte externa da sociedade real; são parte dela e também participam de sua constituição.

Quando se trata de uma ação essencialmente política, a normatividade é ainda mais evidente e central. Além de oferecer as razões que dão sentido e motivam essas ações e/ou iniciativas, os ideais também funcionam como guias para a definição dos discursos, objetivos e estratégias a serem assumidos pelos atores. A Coalizão Rios Vivos ilustra isso claramente. É impossível entender essa experiência civil transnacional e a própria sociedade civil global sem considerar as dimensões normativas. Tão importante quanto investigar como os atores civis atuam na esfera pública, como se relacionam com os demais atores no mundo político

policêntrico e as oportunidades de poder que inauguram é perceber para onde essas ações todas estão apontando. O que elas estão procurando construir? Para o que estão alertando? Que problemas novos estão levantando?

A embrionária sociedade civil global não é composta apenas pelas redes entre as entidades ou pelas trocas de informações, recursos e apoios técnicos e políticos. Há ideais sendo perseguidos. O futuro idealizado alimenta a ação presente e a orienta. As ONGs, em particular, não são apenas novos atores do mundo globalizado e com crescente poder de pressão e de influência. Elas estão procurando fundar a política em novas bases. Constituir um tipo novo e diferente de política. Trata-se de uma política cívica mundial menos interessada em gerar lucros e conquistar o poder político e mais preocupada em promover a cidadania, a justiça social, a sustentabilidade ecológica, a democracia e a preservação da diversidade cultural. Nesse particular, os atores da sociedade civil participam da globalização de uma forma distinta daquela dos Estados, das corporações, dos bancos, das empresas, etc.

Os ideais, as demandas e os apelos levantados pelas iniciativas civis que compõem a emergente sociedade civil global nunca se efetivam plenamente. Apesar disso e, quase sempre, envoltos por uma série de limitações, os atores civis prosseguem levantando novos temas, problemas e necessidades, a maioria delas desconhecidas ou ignoradas pelos governos e pelos agentes do mercado. A globalização que esses atores preconizam e procuram construir não é a do mercado. Buscam universalizar valores e práticas contra-hegemônicas e, na medida do possível, oferecem respostas àqueles dilemas que as racionalidades do lucro (mercado) e do poder (Estados) tendem a negligenciar. As iniciativas civis transnacionais objetivam construir uma globalização alternativa, de "baixo para cima" e eticamente distinta.

Embora já salientamos isso indiretamente, a normatividade política presente nas experiências de sociedade civil global, em particular, na Coalizão Rios Vivos, não é uma pura construção mental ou emocional. Ela orienta as práticas e, sobretudo, emerge delas. Fazendo uso de um conceito amplamente utilizado por Anthony Giddens e Ulrich Beck, a normatividade brota do exercício contínuo de *reflexividade* que os atores civis desenvolvem sobre o cotidiano. Eles são expressões típicas de uma época que se tornou problema para si mesma. São manifestações de auto-consciência histórica e, ao a tornarem pública, criam as

condições para que os governos, a opinião pública e as pessoas em geral também elevem seu grau de reflexividade sobre sua época e suas práticas. Ainda que embrionária, a sociedade civil global coloca a humanidade diante do espelho, e fá-la perceber-se enquanto humanidade e indaga-a sobre seus problemas, suas necessidades e seu destino.

Tomando a Rios Vivos como referência, a emergente sociedade civil global está levantando, ao menos, cinco grandes questões e/ou necessidades normativas fundamentais:

1- Revela a existência de problemas que transcendem as fronteiras dos Estados nacionais. Embora suas manifestações sejam sempre locais, eles têm dimensões globais, afetam a todos e precisam ser tratados enquanto tais. O meio ambiente, a pobreza, o crime organizado, o armamento nuclear, a violência, as epidemias, etc., são alguns desses problemas. Algumas vezes por negligência e, noutras, devido a seus limites estruturais, o sistema de Estados não consegue enfrentá-los de forma apropriada. As unidades políticas nacionais revelam-se insuficientes. As iniciativas civis transnacionais expõem essas fragilidades e tratam de aprofundá-las ainda mais.

2- Os atores civis expõem a crise que cerca o Estado-nação e denunciam as principais causas que as produz, em particular, o gigantesco poder que os agentes do capitalismo global exercem sobre os governos nacionais. Denunciam a retração dos direitos de cidadania e a submissão da política à economia, do Estado aos ditames do mercado global. Reagem à globalização econômica que tende a submeter os interesses públicos à lógica do privado e a solapar, gradativamente, a cidadania e os direitos coletivos.

3- As experiências de sociedade civil global denunciam a ausência de um sistema de regulação internacional. Há um vácuo de regulação e ele decorre do fato das interações transnacionais terem crescido muito nas últimas décadas e nenhuma instituição e/ou mecanismo intergovernamental ter sido criado para normatizar os fluxos globais. Na ausência de regulação, os atores do mercado constroem a sua e a

propõem como a única possível. A sociedade global não veio acompanhada de democracia cosmopolita e nem de direitos de cidadania pós-nacional. O capital emancipa-se dos lugares e pressiona os governos para que reduzam as barreiras e os encargos fiscais.

4- Há um "déficit" democrático nas relações internacionais e os atores civis o denunciam. Questionam o monopólio das decisões e a ausência de espaços democráticos de participação. A emergente sociedade civil global aponta para a criação de novas instituições e entidades políticas que correspondam à amplitude transnacional dos desafios atuais, enquanto atendem às demandas dos cidadãos por governos democráticos responsáveis. Propõe aquilo que, genericamente, podemos denominar como democracia cosmopolita. Para essas forças civis, é preciso livrar a democracia e a cidadania do gueto em que elas se encontram. É preciso ampliá-las e, dado que os Estados-nação isoladamente, não conseguem mais responder a esses desafios, eles precisam dividir a soberania com outros atores e, sobretudo, liderar o processo de constituição de espaços democráticos nos quais os problemas globais possam ser discutidos e enfrentados. As diferentes experiências que compõem a emergente sociedade civil global reclamam pela ampliação dos espaços de governança global.

5- Os atores civis levantam a existência dos direitos comuns e/ou públicos da humanidade e exigem seu reconhecimento. A idéia de um direito cosmopolita, complementar ao direito civil e internacional, foi proposta por Kant em *À Paz Perpétua*, mas, até bem pouco tempo, era tida como extravagante e excessivamente idealista. Hoje, essa idéia é um dos fundamentos filosóficos e/ou, uma das fontes de legitimação das experiências de sociedade civil global. Esses direitos não têm titularidade individual e, também, não são de propriedade do Estado. O titular é um sujeito coletivo e difuso. São direitos da humanidade, mas não se referem ao ser humano, exclusivamente. Os campos mais fortes onde os direitos comuns da humanidade são reivindicados são na área ambiental, no campo dos direitos humanos e da diversidade cultural, particularmente os direitos à integridade física e cultural das populações indígenas. O proprietário de tais direitos é a própria



humanidade e o patrimônio que eles se propõem a preservar pertence a todos. O patrimônio é uma herança comum que pertence à humanidade. Por isso, esses direitos são transtemporais e assentam-se sobre a idéia de responsabilidade intergeracional. Eles são proclamados em nome da continuidade sustentável da vida humana, do próprio planeta e dos milhões de seres vivos que nele habitam.

6- As iniciativas civis transnacionais são expressões de sociedades pluralistas e multiculturais. Além disso, elas mesmas são altamente plurais. Expressam a diversidade e exigem seu reconhecimento. Questionam a pretensão do Estado-nação de construir identidades nacionais a qualquer custo. Constroem identidades alternativas, transnacionais e fundadas em eixos integradores como gênero, etnia, meio ambiente, raça, preferência sexual, direitos humanos, etc. A identidade nacional figura, então, como uma entre tantas outras. O ativismo transnacional mobiliza solidariedades políticas que transcendem os limites territoriais, desafiam as estruturas existentes de poder nacional e internacional, e perseguem políticas de emancipação para além das fronteiras nacionais. São iniciativas que buscam tornar responsáveis os Estados, o sistema internacional de Estados e o mercado por suas ações e omissões. Apesar de serem espaços institucionais rudimentares de ação e lealdades, essas práticas civis dão início e, sobretudo, chamam a atenção à necessidade de se construir a cidadania pós-nacional, a democracia cosmopolita e a esfera pública transnacional.

A emergente sociedade civil global é composta por "vozes" muito polissêmicas. Não há um único projeto político e os diferentes projetos e ideais não estão integrados. Há divergências substantivas entre as diferentes experiências e entidades civis transnacionais e, principalmente, entre elas nem tudo é cooperação. Os conflitos são reais e há concorrência por recursos, espaços na mídia e assento nas instâncias decisórias. Além disso e a tomar pela análise do conflito entre o CIH e a Coalizão Rios Vivos, os espaços onde os atores civis possam participar são limitados e as possibilidades reais de influir no processo decisório também não podem ser superestimadas. O poder de pressão e influência das iniciativas civis transnacionais depende, sobretudo, da capacidade de conquistar a opinião pública e de

mobilizá-la a favor de suas questões. Quando isso não ocorre, o poder desses atores torna-se ínfimo.

Por essas razões, não é possível romantizar a sociedade civil global e nem atribuir-lhe poder e vocações que ela não tem. Está longe de ser a solução definitiva aos problemas que ela própria levanta. De qualquer modo e considerando as evidências que apresentamos ao longo deste trabalho, a sociedade civil global é um movimento embrionário, em ritmo de crescimento e cheio de apostas e imaginação política.

## BIBLIOGRAFIA

### 1- Livros

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 1997.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Mercosul no Contexto Regional e Internacional. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

ALVES, Lindgren. A agenda social da ONU contra a desrazão pós-moderna. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 11, n. 30, 1996.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs). Pós-neoliberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade. Notas sobre uma geografia pós-nacional. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 49, 1997.

ARATO, Andrew. Uma teoria hegeliana da sociedade civil. In: AVRITZER, Leonardo (Org.) Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

\_\_\_\_\_. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil. Orientações para novas pesquisas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 27, ano 10, n 27. 1995.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. São Paulo: Forense, 1981.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. São Paulo: Unesp/Contraponto, 1996.

ARON, Raimond. A Paz e a Guerra. Brasília: UNB, 1979.

ASEO/BOTH ENDS/EOA/SOBREVIVÊNCIA. Bases para la evaluación del Proyecto Hidrovia Paraguai-Paraná. Compilación y sistematización socio-ambiental básica sobre la cuenca del rio Paraguay. Relatório Final. Volume III, 1997.

- AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado/ Mercado. Habermas, Cohen e Arato. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 36, 1993.
- \_\_\_\_\_. Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: \_\_\_\_ (Org). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- \_\_\_\_\_. Um desenho institucional para o novo associativismo civil. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 39, 1997.
- BARBOSA, Rubens Antonio. A integração Regional e o Mercosul. Revista Política Externa, São Paulo, v. 1 n.2, 1992.
- BATISTA Jr, Paulo Nogueira. O Círculo de giz da "globalização". Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 49, 1997.
- BECK, Ulrich. Risk Society. Towards a new modernity. London: Sage Publications, 1992.
- \_\_\_\_\_. The reinvention of politics. Rethinking modernity in the global social order. Cambridge: Polity Press, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Qué és la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós, 1998.
- \_\_\_\_\_. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A., BECK, U., & LASH, S. Modernização reflexiva. São Paulo: Unesp, 1997b.
- \_\_\_\_\_. Teoría de la sociedad del riesgo. In: BERIAN, J (Org.). Las consecuencias perversas de la modernidad. Barcelona: Antrophos, 1996.
- BECKERMEN, Wilfred. Global Warming and International Action: An economic perspective. In: HURREL, Andrew & KINGSBURY, Benedict (Eds.). The international politics of the environmental. Oxford: Clarendon Pres, 1992.
- BECK, Margaret & SIKKINK, Kathryn. Activists beyond borders. Advocacy networks in international politics. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. Transnational advocacy networks in international and regional politics. In: International Social Science Journal. Social and culture aspects of regional integration. Blackwell Publishers/Unesco, N. 159, mar. 1999.
- BENHABIB, Seyla. Models of Public Sphere: Hannah Arendt, the Liberal Tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, Craig (Ed). Habermas and the Public Sphere. Cambridge, MIT Press, 1994.
- BEAUD, Michel. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. Lisboa: Teorema s/d.

- BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOBBIO, Norberto. O Conceito de Sociedade Civil. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BOSCHI, Renato. A arte da associação. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV - XVIII. v.II. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. A dinâmica do capitalismo. 3 ed. Lisboa: Teorema, 1989.
- BUCHER, Enrique et all. Hidrovia. Uma análise Ambiental Inicial da Via Fluvial Paraguai-Paraná. São Paulo: Humedales para las Américas / NUPAUB, 1994.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e Cidadãos. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1995.
- CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- \_\_\_\_\_. O poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- CEBRAC/ICV/WWF. Hidrovia Paraguai-Paraná. Quem Paga a Conta? Análise da viabilidade econômico-financeira do Projeto da HPP. (Texto para discussão). Brasília, 1994.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1986.
- \_\_\_\_\_. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 52, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1994.
- CLARK, Margaret. The Antarctic Environmental Protocol: NGOs in the protection of Antarctica. In: PRINCEN, T. & FINGER, M. (Eds). Environmental NGOs in world politics. Linking the local and the global. New York: Routledge, 1994.
- CLARK, Ann M. FRIEDMAN, Elisabeth & HOCHSTETLER, Kathryn. The sovereign limits of global civil society. A comparison of NGO participation in UN world conferences on the environment, human rights, and women. World Politics. A Quarterly Journal of International Relations. John Hopkins University Press, v. 51, n. 1, 1998.
- CONSÓRCIO HLBE. Estudios de Ingeniería y Viabilidad Técnica y Económica del Mejoramiento de las Condiciones de Navegación de la Hidrovia Paraguai-Paraná. Informe Final, 1996.
- CONSÓRCIO TGCC. Evaluación de Impactos Ambientales Hidrovia. Introdução. 1997.
- CONSÓRCIO TGCC. Evaluación del Impacto Ambiental en el Desarrollo de la Hidrovia Paraguai-Paraná. Resumen Ejecutivo. 1997.

- COATE, Roger, ALGER, Chadwick & LIPSCHUTZ, Ronnie. The United Nations and Civil Society: Creative Partnerships for sustainable development. In: Alternatives. Social Transformation and Human Governance. Nova Dehli. n. 21-1, 1996.
- COHEN, Jean. Interpreting the notion of civil society. In: WALZER, Michael (Ed.) Toward global civil society. Oxford: Berghahn Books, 1998.
- COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew. Civil Society and Political Theory. Cambridge: MIT Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo. (Org). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- COSTA, Sérgio. Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 38, 1994.
- \_\_\_\_\_. A democracia e a dinâmica da esfera pública. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 36, 1995.
- \_\_\_\_\_. Categoria analítica ou passe-portout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. São Paulo, BIB, n.43,1997a.
- \_\_\_\_\_. Contextos da construção do Espaço Público no Brasil. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 47, 1997b.
- DAIMOND, Larry. Rethinking civil society. Toward democratic consolidation. Journal of Democracy, New York, v. 5, n. 3, 1995.
- DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.
- DOBB, Maurice. Estudios sobre el Desarrollo del Capitalismo. 18 ed. México: Siglo Veintiuno,1985.
- DORATIOTO, Francisco F. M. Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz & RAPOPORT, Mario (Orgs.). História do Cone Sul. Brasília: Editora UNB/ Renan, 1998.
- DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. In: Durkheim. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- EDF/CEBRAC. O Projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Relatório de uma análise independente. Brasília,1997.
- EVANS, Tony. Democratization and human rights. In: McGREW, Anthony (Ed). The Transformation of democracy? Cambridge: Polity Press, 1997.

- FALK, Richard. Explorations at the edge of time. The prospects for world order. Philadelphia: Temple University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. The making fo global citizenship. In: BRECHER, Jeremy, BROWN, John & CUTLER, Jill (Eds.) Global visions: beyond the new world order. Boston: South End Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. The world order between inter-stat law and the law of humanity: the role fo civil society institutions. In: ARCHIBUGI, D & HELD, D. (Eds). Cosmopolitan democracy. An agenda for a new world order. Cambridge, Polity Press: Cambridge, 1995.
- FERNANDES, Rubem César. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. Elos de um cidadania planetária. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ano 10, n. 28, 1995.
- \_\_\_\_\_. O que é o terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn (Org.). Terceiro setor: Desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Gife/Paz e Terra, 1997.
- FERNANDES, Rubem Cesar & CARNEIRO, Leandro Piquet. ONGs anos 90. A opinião dos dirigentes brasileiros. Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro: ISER, 1991.
- FERRER, Aldo. Historia de la globalización. México: Fondo de Cultura, 1995
- FINGER, Mathias. Environmental NGOs in the UNCED process. In: PRINCEN, T. & FINGER, M. Environmental NGOs in world politics. London: Routledge, 1994a.
- \_\_\_\_\_. NGOs and transformation beyond social movements theory. In: PRINCEN, T. & FINGER, M. Environmental NGOs in world politics. London: Routledge, 1994b.
- FIORI, José Luis. Os moedeiros falsos. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Globalização, Estados Nacionais e políticas públicas. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 16, n. 96, 1993.
- \_\_\_\_\_. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.43, 1995.
- FISHER, Julie. The road from Rio. Sustainable Development and the Nongovernmental Movement in the Third World. Westport: Praeger, 1993.
- FLORÊNCIO, Sérgio Abreu & ARAÚJO, Ernesto Henrique. Mercosul Hoje. São Paulo: Alfa Ômega, 1996.

- FONSECA JÚNIOR, Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco. Temas de Política Externa Brasileira II v. 1, São Paulo: IPRI/Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GALVÃO, Marcos B. A. Globalização: arautos, céticos e críticos. Revista Política Externa. São Paulo, v. 6, n. 4, 1998.
- GALINKIN, Maurício. Uma Hidrovia desnecessária. Jornal Correio Braziliense, Brasília, 11 jun.1997. p. 12.
- GHILS, Paul. International non-governmental organizations in the international system. International Social Science Journal, Londres, n. 133, 1992.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.
- \_\_\_\_\_. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- \_\_\_\_\_. The Nation-State and Violence. Cambridge: Polity Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. A terceira via. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GOLDBLATT, David. Liberal democracy and the globalization of environmental risks. In: MCGREW, Anthony (Ed.). The transformation of democracy? Globalization and territorial democracy. Cambridge: Polity Press, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOMES, Laurentino & VILLELA, Ricardo. A descoberta do Paraíso. Revista VEJA. São Paulo, ano 32, n. 22, 02 jul.1999.
- GUÉHENNO, Jean-Marie. O Fim da Democracia. Um ensaio profundo e visionário sobre o próximo milênio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- GUTMANN, Amy. A desarmonia da democracia. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 36, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. Teoría de la Acción Comunicativa I. Madrid: Taurus Humanidades, 1992a.
- \_\_\_\_\_. Teoría de la Acción Comunicativa II. Madrid: Taurus Humanidades, 1992b.



- \_\_\_\_\_. Direito e Democracia. Entre facticidade e validade. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Direito e Democracia. Entre facticidade e validade. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.
- \_\_\_\_\_. Más allá del Estado Nacional. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- \_\_\_\_\_. The Inclusion of the Other: Studies in Political Theory. Cambridge: MIT Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. O Estado-nação europeu e os desafios da globalização. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 43, 1995.
- \_\_\_\_\_. Uma conversa sobre questões da teoria política. Entrevista concedida a M. Carlehedem e R. Gabriels. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 47, 1997c.
- \_\_\_\_\_. Three Normative Models of Democracy. Constellations, Oxford, Blackwell Publishers, v. I, n.1, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, Craig (Ed). Habermas and the Public Sphere. Cambridge, MIT Press, 1994b.
- \_\_\_\_\_. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. New Social Movements. Telos, New York, n. 49, 1981.
- HAMILTON, Stephen. Aspectos Hidrológicos del Estudio de Impacto Ambiental para la Hidrovia Paraguai-Paraná. Un crítica com énfase en la región del Pantanal. 1995 (mimeo).
- HARVEY, David. A condição pós-moderna. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- HEGEL, G. Friederich. Princípios da Filosofia do Direito. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.
- HEIN, Wolfgang. El fin del Estado-Nacion y el nuevo ordem mundial. Las instituciones políticas en perspectiva. Revista Nueva Sociedad. Caracas, n. 132, 1994.
- HELD, David. Democracy and the global order. From the modern state to cosmopolitan governance. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 23, 1991.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. Globalização em Questão. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOBBS, Thomas. Leviatã. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

- HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda. A democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- KANT, Emmanuel. À Paz Perpétua. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- KAHN, Tulio. Apatia política e credo democrático. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 39, 1997.
- KEANE, John. Democracy and Civil Society. On the Predicaments of European Socialism, the Prospects for Democracy, and the Problem of controlling Social and Political Power. London: Verso, 1988a.
- \_\_\_\_\_. (Org.) Civil Society and the State. New European Perspectives. London: Verso, 1988b.
- KENNEDY, Paul. Preparando para o século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- KUNTZ, Rolf. Os direitos sociais em xeque. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 36, 1995.
- KURZ, Robert. Os últimos combates. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JAMES, Estelle. Introduction. In: JAMES, Estelle (Org.) The nonprofit sector in international perspective. Studies in comparative culture & policy. New York: Oxford University Press, 1989.
- IANNI, Octávio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- \_\_\_\_\_. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- \_\_\_\_\_. A era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JELIN, Elizabeth. Dialogues, understandings and misunderstandings: social movements in Mercosur. In: International Social Science Journal. Social and culture aspects of regional integration. Blackwell Publishers/Unesco, N. 159, mar. 1999.
- LAFER, Celso. Sentido Estratégico do Mercosul. In: \_\_\_\_\_. Mercosul: Desafios a vencer. Conselho Brasileiro de Relações Internacionais. São Paulo, 1994.
- LAFER, Celso & FONSECA JÚNIOR, Gelson. Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (notas analíticas e algumas sugestões). In: FONSECA JÚNIOR, Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique. Temas de Política Externa Brasileira II, v. 1. São Paulo: IPRI/Paz e Terra, 1996.
- LANDIN, Leilah (Org.). Sem fins lucrativos: As Organizações Não-Governamentais do Brasil. Rio de Janeiro, ISER, 1988.

- \_\_\_\_\_. Para além do Estado e do mercado. Filantropia e cidadania no Brasil. Série Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro: ISER, 1993a.
- \_\_\_\_\_. A invenção das ONGs. Do serviço invisível à profissão sem nome. Rio de Janeiro, 1993b. Tese de Doutorado em Antropologia Social - Museu Nacional.
- LANDIM, Leilah & COTRIM, Leticia. ONGs: um perfil. Cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGs (ABONG). São Paulo: ABONG - ISER, 1996.
- LEIS, Héctor. O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia/Furb, 1996.
- LIPSCHULTZ, Ronnie. Global civil society & global environmental governance. The politics of nature from place to planet. New York: SUNY, 1996.
- \_\_\_\_\_. Restructuring world politics. The emergence of global civil society. Millennium. Journal of International Studies, Londres, v. 21, n. 3, 1992.
- MACDONALD, Laura. Globalising civil society: Interpreting International NGOs in Central America. Millennium. Journal of International Studies, Londres, v. 23, n. 2, 1994.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederic. A Ideologia Alemã. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. Obras Escolhidas. Tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1982.
- MARX, Karl. O Capital. Vol. I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. Para a Crítica da Economia Política. V. I. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MCLUHAN, Marshall & POWERS, Bruce. The Global village. Transformation in world life and media in the 21<sup>st</sup>. Century. New York: Oxford University Press, 1989.
- McCORMICK, J. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MARTINS, Luciano. Ordem Internacional, interdependência assimétrica e recursos de poder. In: \_\_\_\_\_. A nova ordem internacional em questão. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.
- MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros. Rio de Janeiro: Fórum das ONGs Brasileiras, 1992.
- MELLO, Alex Fiuza de. Marx e a globalização. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

- MELUCCI, Alberto. Um objeto para os movimentos sociais. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 17, 1989.
- MELIÁ, Bartolomeu. Avaliação dos Impactos da Hidrovia Paraguai-Paraná sobre comunidades indígenas. In: EDF/CEBRAC. O Projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Relatório de uma Análise Independente. Brasília, 1997.
- MESSNER, Dik. La transformación del Estado y la política en el proceso de globalización. Revista Nueva Sociedad. Caracas, n. 163, 1999.
- MUZZIO, A globalização como estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: NEDIC/FAPESP/VOZES, 1999.
- NOSSO FUTURO COMUM. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991
- OFFE, Claus. New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. Social Research, New York, 52 (4) 1985.
- OLIVEIRA, Francisco. O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 22, 1988.
- \_\_\_\_\_. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: NEDIC/FAPESP/VOZES, 1999.
- OLIVEIRA, Dante. Dêem chance à sustentabilidade. Jornal Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 jul. 1997, p. 13.
- ORTIZ, Renato. ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OHMAE, Kenichi. O Fim do Estado-Nação. A ascensão das economias regionais. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- OXHORN, Philip. Organizing civil society. The popular sectors and the struggle for democracy in Chile. Pennsylvania: Penn State University Press, 1995.
- PADILHA, Eliseu. O Brasil redescobre suas hidrovias. Jornal Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 set.1997. p. 1-3.
- PIETERSE, Jan Nederveen. Globalization as Hybridization. In: In: FEATHERSTONE, Mike, LASH, Scott & ROBERTSON, Roland (Eds.) Global Modernities. London: Sage Publications, 1997.
- PLATÃO. Fedro. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

- PRINCEN, Thomas & FINGER, Mathias. Environmental NGOs in world politics. Linking the local and global. London: Routledge, 1994.
- PRINCEN, Thomas. NGOs: creating a niche in environmental diplomacy. In: PRINCEN, T. & FINGER, M. Environmental NGOs in world politics. Linking the local and global. London: Routledge, 1994.
- PORTER, Greth & BROWN, Janet. Global environment politics . Dilemmas in world politics. São Francisco: Westview Press, 1991.
- RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RAUSTIALA, Kal. States, NGOs, and International Environmental Institutions. International Studies Quarterly, Oxford, n. 41, 1997.
- RATTNER, Henrique. Globalização: em direção a "um mundo só?". Revista Estudos Avançados. São Paulo, v. 9, n. 25, 1995.
- \_\_\_\_\_. Considerações sócio-econômicas e políticas sobre o projeto Hidrovia Paraguai-Paraná. In: EDF/CEBRAC. O Projeto de Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Relatório de uma análise independente. Brasília, 1997.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. I Encontro Internacional para o desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná. Ministério dos Transportes. Campo Grande, 1998.
- ROBERTSON, Roland. Globalization. Social theory and global culture. London: Sage Publications, 1992.
- \_\_\_\_\_. Mapeamento da condição global: globalização como conceito central. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.) Cultura Global. Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. Globalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. In: FEATHERSTONE, Mike, LASH, Scott & ROBERTSON, Roland (Eds.) Global Modernities. London: Sage Publications, 1997.
- ROSENAU, James. Turbulence in world politics. A theory of change and continuity. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. Citizenship in a changing global order. In: ROSENAU, J. & CZEMPIEL (Eds). Governance without government: order and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ROSSIAUD, Jean. Modernisation et subjectivation: Eléments pour la sociologie des mouvements sociaux. Florianópolis, 1997 (Mimeo).

- RUNYAN, Curtis. Ação na linha de frente. In: ONG. A terceira força. World-Watch Institute V. 12, n.6, 1999.
- SADER, Emir. Prefácio. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (Org). Organizações Não-Governamentais: solução ou problema. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de Souza. Toward a new common sense. New York: Routledge, 1995.
- \_\_\_\_\_. Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995b.
- \_\_\_\_\_. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 39, 1997a.
- \_\_\_\_\_. A queda do angelus novus. Para além da equação moderna entre raízes e opções. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.47, 1997b.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. Nação Ativa, nação passiva. Jornal Folha de S. Paulo, São Paulo, Caderno Mais, 21 nov.1999. p. 5-3.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Razões da desordem. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SERBIN, Andrés. Globalización y sociedad civil en los procesos de integración. Revista Nueva Sociedad. Caracas, n, 147, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola/ Centro João XXIII, 1993
- \_\_\_\_\_. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. Florianópolis, UFSC, 1994a (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil Revista da Fundação SEADE. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 8, n. 3,1994b.
- \_\_\_\_\_. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E. et al. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania. Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez/ Editora UFSC, 1995.
- \_\_\_\_\_. ONGs: os novos atores da "Aldeia Global". Paper Apresentado no GT 01. ANPOCS, 1996a.

- \_\_\_\_\_. Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização. Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. XI, n. 1, 1996b.
- SHAW, Martin. Civil society and global politics: beyond a social movements approach. Millennium. Journal of International Studies. Oxford, v. 23, n. 3, 1994.
- SILVA, Ana Amélia. Cidadania, conflitos e agendas sociais. Das favelas urbanizadas aos fóruns internacionais. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo.
- SILVA, Carolina Joana da. Pantanal Mato-Grossense: Bases ecológicas para a análise e discussão dos impactos ambientais do Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná. In: Gestion Participativa de la Cuenca Hidrográfica Paraguai-Paraná. Tomo 2, IDRC/ICV 1998.
- SIKKINK, Kathryn. Human rights, principled issue-networks, and sovereignty in Latin America. International Organization, Massachusetts, v. 47, n. 3, 1993.
- SKLAIR, Leslie. Sociologia do sistema global. Petrópolis, Vozes, 1995.
- STAIRS, Kevin & TAYLOR, Peter. Non-Governmental Organizations and the Legal Protection of the Oceans: a case study. HURRELL, Andrew & KINGSBURY, Benedict (Org). The International Politics of the Environmental. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- SPIRO, Peter. New global communities: Nongovernmental organizations in international decision-making institutions. The Washington Quarterly, Washington, 18:1, 1995.
- SOROS, George. A Crise do Capitalismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- TAYLOR, Charles. Models of civil society. Public Culture. v. 3 n. 1, 1990.
- TELLES, Vera da Silva. Espaço Público e Espaço Privado na construção do social: notas sobre o pensamento de H. Arendt. Revista Tempo Social. São Paulo, n. 2 (1), 1990.
- \_\_\_\_\_. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org). Anos 90. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. A experiência do autoritarismo e práticas instituintes. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- TERMINOS DE REFERENCIA. Mejoramiento de las condiciones de navegacion en la Hidrovia Paraguai/Paraná desde el Puerto de Santa Fe a Corumba/Puerto Quijarro e señalizacion desde el Puerto de Nueva Palmira a Corumba/Puerto Quijarro. Anexo Ia (Módulo A).
- \_\_\_\_\_. Para la evaluacion del impacto ambiental en el desarrollo de la Hidrovia Paraguai/Paraná. Anexo A (B - 2).

- \_\_\_\_\_. Para los estudios de ingeniería y factibilidad económica de la Hidrovia Paraguai-Paraná (Puerto Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) y señalización desde Corumba a Puerto Cáceres). Anexo Ib (Módulo B - 1).
- THIELE, Leslie Paul. Making Democracy safe for the world: social movements and global politics. Alternatives 18, 1993.
- TOCQUEVILLE, Alexis. A Democracia na América. São Paulo: Itatiaia, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. An Introduction to the Study of Social Movements. Social Research, New York, 52 (4), 1985.
- \_\_\_\_\_. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal entendidos. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 17, 1989.
- TREVISOL, Joviles. O imaginário social da democracia. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- \_\_\_\_\_. O fenômeno da globalização: a face e sua interface. Série Interdisciplinar. Chapecó, n. 28, 1996.
- \_\_\_\_\_. Globalização e Cidadania. Uma resposta antiga a um problema igualmente antigo. Revista Grifos. Chapecó, n. 05, 1998a.
- \_\_\_\_\_. A emergência das ONGs no contexto da "nova ordem" mundial: razões e significados. Revista Roteiro, Joaçaba, v. XXI, n. 39, 1998b.
- THUROW, Lester. O futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- THOMPSON, John. Ideologia e Cultura Moderna. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VALENTE, Virginia Vargas. Disputando el espacio global. El movimiento de mujeres y la IV conferencia mundial de Beijing. Revista Nueva Sociedad. Caracas, n. 141, 1996.
- VIEIRA, Liszt. Globalização e cidadania. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- \_\_\_\_\_. Os argonautas da cidadania. A sociedade civil no espaço global. Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).
- VILLA, Rafael Duarte. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. Revista de Sociologia e Política. Dossiê Política Internacional. Curitiba, n. 12, 1999.



- VIGEVANI, Tullo. Ciclos Longos e cenários contemporâneos da sociedade internacional. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 46, 1999.
- VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil (1989-1995). In: FERREIRA, Leila & VIOLA, Eduardo (Org). Incertezas de sustentabilidade na globalização. São Paulo: Unicamp, 1996.
- VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio - 92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA et all. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez: Florianópolis, 1995.
- \_\_\_\_\_. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: LEIS, Héctor. O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo/Blumenau: Gaia/Furb, 1996.
- \_\_\_\_\_. A agenda 21 diante dos desafios da governabilidade, das políticas públicas e do papel das organizações não-governamentais. In: CORDANI, Umberto, MARCOVITCH, Jacques e SELATI, Eneas. Rio 92. Cinco anos depois. São Paulo: Alphagraphe, 1997.
- VIOLA, Eduardo & BOEIRA, Sérgio. A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na região de Florianópolis) nos anos 80. In: IBAMA. Universidade e Sociedade face à política ambiental brasileira. Brasília: 1990.
- ZACHER, Mark. The decaying pillars of the Westphalian temple: implications for international order and governance. In: ROSENAU, J. & CZEMPIEL (Eds.). Governance without government: order and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- WALZER, Michael. The concept of civil society. In: \_\_\_\_\_. Toward a global civil society. Oxford: Berghahn Books, 1998.
- WAHL, Peter. Tendencias globales y sociedad civil internacional. Revista Nueva Sociedad. Caracas, n.43, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The capitalist world-economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. El Moderno Sistema Mundial I. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. 6. Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1991.
- \_\_\_\_\_. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FESTHERSTONE Mike (Org.) Cultura global. Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

- \_\_\_\_\_. El Moderno Sistema Mundial II. El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea (1600-1750). México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- \_\_\_\_\_. O capitalismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WAPNER, Paul. Environmental activism and world civic politics. New York: SUNY, 1996.
- \_\_\_\_\_. Politics Beyond the State. Enviromental Activism and World Civic Politics. World Politics. v. 47, n. 3, 1995.
- WATERMAN, Peter. Global civil solidario. Revista Nueva Sociedad. Caracas, n. 132, 1994.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade. v. I. Brasília: UNB, 1991.
- WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil. In: WOLFE, A. et al. Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs. Rio de Janeiro: Ibase/ PNUD, 1992.
- WWF. Realidade ou Ficção: Uma revisão dos Estudos Oficiais da Hdrovia Paraguai-Paraná. Sumário Executivo. Toronto: WWF, 2000.

## 2- Artigos de Jornais e Revistas

- 1- Globalização. Entenda o que está acontecendo no mundo. Folha de S. Paulo, São Paulo, Caderno Especial, 02 nov. 1997.
- 2- Ambientalistas protestam contra hidrovia. Folha de S. Paulo São Paulo, 9 dez.1994. p. 03.
- 3- Hidrovia pode secar áreas do Pantanal. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 ago.1997. p. 3-7.
- 4- Estudo vai definir obras em Hidrovia. Correio do Estado, São Paulo, 31 out.1994. p. 10.
- 5- Contratada empresa para RIMA da hidrovia. Entidade ambiental WWF afirma que o projeto que corta os rios Paraguai e Paraná é inviável. Correio do Estado, Campo Grande, 15 out. 1994, p. 05.
- 6- WWF questiona hidrovia Paraguai-Paraná. Correio do Estado, Campo Grande, 17 out.1994. p. 08.
- 7- Estudos sobre hidrovia iniciam em fevereiro. Correio do Estado, Campo Grande, 30 jan. 1995. p. 06.
- 8- Hidrovia Paraguai-Paraná ameaça Pantanal. Entidades não governamentais denunciam que o projeto exige retificação das curvas do rio Paraguai. Correio do Estado, Campo Grande, 29 ago.1994. p. 08.

- 9- Estudado impacto ambiental em hidrovia. Correio do Estado, Campo Grande, 23 mai. 1995.p. 08.
- 10- Justiça embarga obras da Hidrovia Paraná-Paraguai. Correio do Estado, Campo Grande, 23 jan.1998. s/p.
- 11- Carta aberta aos Governadores. Correio do Estado. Campo Grande, 24 jan. 1998. s/p.
- 12- Hidrovia parada gera grandes prejuízos. Correio do Estado. Campo Grande, 28 jan.1998. s/p.
- 13- Codesp quer derrubar a liminar da hidrovia. Correio do Estado, Campo Grande, 02 fev.1998. s/p.
- 14- Hidrovia pode secar a região pantaneira. Correio do Estado, Campo Grande, 08 mai. 1995. s/p.
- 15- Ambientalistas tentam inviabilizar a hidrovia. A Gazeta, Cuibá, 28 ago.1994.p. 31.
- 16- Hidrovia é defendida pelo vice-governador. A Gazeta, Cuibá, 19 jan. 1995. p. 05.
- 17- SBPC é contrária à Hidrovia Paraguai-Paraná. A Gazeta. Cuibá, 23 abr. 1995.s/p.
- 18- SBPC. Polêmica. A Gazeta. Cuibá, 24 abr. 1995. s/p.
- 19- A Viagem. Reportagem Especial. 10 dias na Hidrovia do Mercosul. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 06 abr.1997. p . D2.
- 20- Área inundada do Pantanal diminui com Paraguai-Paraná. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 14 dez. 1994. p . 07.
- 21- Hidrovia coloca Pantanal em risco. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 29 ago.1994. s/p.
- 22- Hidrovias. Área inundada do Pantanal diminui com Paraguai-Paraná. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 dez.1994. p. 07.
- 23- Hidrovia Paraná-Paraguai preocupa EUA. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 abr. 1997. p. A - 24.
- 24- Argentina começa dragagem da hidrovia Paraguai-Paraná. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 fev.1997. p. B7.
- 25- ONGs convocam manifestação diante de embaixada em Paris. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 16 abr.1997. p. A - 15.
- 26- Paraná-Paraguai. Relatório do BID alerta sobre os impactos da construção da hidrovia. Gazeta Mercantil, 26 set. 1984, s/p.
- 27- Ambientalistas analisam o projeto. Gazeta Mercantil, São Paulo, 26 set.1994. s/p.

- 28- Criada comissão para fiscalizar projeto. Gazeta Mercantil. São Paulo, 13 dez.1994. p. 12.
- 29- Meio Ambiente é prioridade para EUA. A Gazeta Mercantil. São Paulo, 23 abr.1997.p.A-6.
- 30- Ambiente em estado de sítio. Jornal Correio Braziliense. Brasília, 17 fev. 1997. p . 17.
- 31- Grupo de cientistas condena hidrovia. Correio Braziliense, Brasília, 17 ago.1997. p. 17.
- 32- Ambientalistas combatem hidrovia do Mercosul. Correio Braziliense, Brasília, 22 jan. 1995. p. 20.
- 33- Hidrovia do Paraná terá US\$ 1 bilhão. Correio Braziliense, Brasília, 12 fev.1997. p. 10.
- 34- Hell's Highway. Plans to turn one of South America's major waterways into a grand shipping canal have provoked a storm of environmental protests. New Scientist. Nova York, 02 jun.1995. p. 22-25.
- 35- A 2.000 Mile Highway of water for commerce. The New York Times International. Nova York, 27 mai. 1995. s/p.
- 36- Até ecologistas dizem não a hidrovia. Jornal da Tarde. São Paulo, 14 ago. 1995. p .13.
- 37- Hidrovia Paraguai-Paraná causa polêmica. Jornal da Tarde. São Paulo, 09 dez/12 1994. p. 9-B.
- 38- Ecologistas contra a Hidrovia. Discussão no Parlatino. Jornal da Tarde. São Paulo, 10 dez.1994. p. 16.
- 39- Hidrovia. Segundo professor, sistema de navegação ameaça a vida no Pantanal de Mato Grosso. Jornal da Tarde, 08 nov. 1995. p . 8B.
- 40- ONGs discutem impacto de hidrovia sobre Pantanal. Diário Popular. São Paulo, 09 dez.1994. p . 03.
- 41- Hidrovia Paraguai-Paraná. Governo não admitirá obra que afete o Pantanal. Diário de Cuibá. Cuibá, 22 mar.1997. s/p.
- 42- Interesses de armadores não porão em risco o Pantanal, diz Ministro. Diário de Cuibá, Cuibá, 22 ago.1997. p. B-1.
- 43- Hidrovia Paraguai-Paraná ameaça pantanal. Diário de Cuibá, Cuibá, 28 ago.1994. p. 13.
- 44- Justiça Federal concede liminar suspendendo hidrovia do Mercosul. Diário de Cuibá, Cuibá, 20 jan.1998. p. B1.

- 45- Hidrovia não tem mega-projeto. Folha do Estado, Cuibá, 30 jun.1997. s/p
- 46- Hidrovia. Audiência Pública será polêmica. Folha do Estado, Cuibá, 20 ago.1997. p. 23.
- 47- Cuibá vai discutir rumos da hidrovia. Folha do Estado. Cuibá, 01 jul. 1997. p. 10.
- 48- ONGs prometem barulho na reunião pública. Folha do Estado. Cuibá, 24 jul.1996. s/p.
- 49- Apenas 8 ONGs participaram. Previsão confirmada. Folha do Estado. Cuibá, 25 jul. 1996. s/p.
- 50- Informação publicada em: Apenas 8 ONGs participaram. Previsão confirmada. Folha do Estado. Cuibá, 25 jul.1996 s/p.
- 51- Hidrovia em debate. Questão ambiental é prioridade. Folha do Estado, Cuibá, 24 jun.1996. s/p.
- 52- Hidrovia Paraguai-Paraná discutida na USP. Correio do Estado, Campo Grande, 07 nov. 1995. s/p.
- 53- Marinha barra superdraga boliviana. Correio do Estado, Campo Grande, 07 mar. 1997. s/p.
- 54- Obra de hidrovia pode contaminar água. Correio do Estado. Campo Grande, 17 mar.1997. p. 06.
- 55- Rios do Pantanal não vão sofrer alterações. Correio do Estado, Campo Grande, 16 jun. 1997. p. 05.
- 56- Vídeo-Denúncia. ONG diz que hidrovia vais destruir Pantanal. O Globo. Rio de Janeiro, 08 ago. 1995. p. 15.
- 57- Vídeo-Denúncia. ONG diz que hidrovia vai destruir Pantanal". O Globo, 08 ago.1995. p . 15.
- 58- El BID no respaldaría proyecto de la hidrovia. Jornal HOY, Asunción, 12 ago.1995. s/p.
- 59- Impacto ambiental es relevante para proyecto Hidrovía. Jornal HOY, Asunción, 11 ago. 1995. p .10.
- 60- El BID no respaldaría proyecto de la hidrovia. Jornal HOY, Asunción, 12 ago. 1995. s/p.
- 61- Ecologistas destacan coherencia del DIB sobre Hidrovía Paraguay-Paraná. Jornal EL DEBER, Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), 12 ago.1995. s/p.

- 62- Argentina licita 1722 Km del Alto Paraná y del Río Paraguay. Semanario Búsqueda. Montivideo, 28 dez.1995. s/p.
- 63- Grupo Privado construirá porto em Mato Grosso. A Gazeta, Cuibá, 11 fev.1996. s/p.
- 64- Trechos de depoimentos publicados em: Comitê descarta impacto ao meio ambiente. A Gazeta, Cuibá, 04 jul.1997. p. 18.
- 65- En junio, trabajos en la hidrovía terán inicio. Jornal ABC Color, Asunción, 25 jan. 1996. s/p.
- 66- Concluyó la X Cumbre del Mercosur. Presidentes definieron las estrategias hasta el 2000. Jornal El País. Montevideo, 08 dez.1995. p . 10.
- 67- Subrayan importancia de la Hidrovía en la integración. Jornal La Nacion, Buenos Aires, 08 dez.1995. p. 7.
- 68- Ambientalistas denuncian confuso manejo en la información del proyecto de Hidrovía. Jornal La Juventud. Montevideo, 31 jul.1996 p. 10.
- 69- ONG denuncia obra boliviana. Diário da Serra. Campo Grande, 24 dez.1996. s/p.
- 70- Paraguay's Head Hears Ecology Message on Tour. Jornal The Washington Post, Washington, 22 abr.1997. p. A - 15.
- 71- Paraguai-Paraná. Hidrovía pode ser desgraça para o Pantanal, alerta estudo técnico. Diário de Cuibá, Cuibá, 21 ago.1997. p. B1.
- 72- Interesses de armadores não porão em risco o Pantanal, diz Ministro. Diário de Cuibá, Cuibá, 22 ago.1997. p. B1.
- 73- Painel de Especialistas "joga no lixo" estudo sobre Paraguai-Paraná. Diário de Cuibá, Cuibá, 24 ago.1997. p. B1.
- 74- Uma Hidrovía com muitos problemas. Ainda no papel, Hidrovía Paraguai-Paraná gera polêmica. Gazeta Mercantil Latino-Americana, São Paulo, 25 a 31 ago.1997. p . 3,5 e 7.
- 75- Procuradoria pede embargo da hidrovía. A Gazeta, Cuibá, 06 nov.1997. p. 1C.
- 76- Paraíso Ameaçado. A construção de uma hidrovía para transportar soja coloca em risco o Pantanal. Revista VEJA, São Paulo, 26 fev. 1997. p. 77.
- 77- O santuário ameaçado. Uma hidrovía põe em perigo riquezas e maravilhas do Pantanal. Revista VEJA. São Paulo, 23 abr.1997.

78- Números Fajutos. Cientistas dizem que empresas manipulam estudos sobre riscos da hidrovia do Pantanal. Revista VEJA, São Paulo, 27 ago. 1997. p. 44.

### 3- Documentos Oficiais

- 1- Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira). In: Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Hidrovia Paraguai-Paraná. Documentos Básicos. Coleção de Atos Internacionais N. 633. Brasília, 1998.
- 2- Tratado da Bacia do Prata. In: Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Hidrovia Paraguai-Paraná. Documentos Básicos. Coleção de Atos Internacionais N. 633. Brasília, 1998.
- 3- Tratado de Assunção. In: FLOÊNCIO, Sérgio Abreu & ARAÚJO, Ernesto Henrique. Mercosul Hoje. São Paulo: Alfa Ômega, 1996.
- 4- Informe Final da Iª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Buenos Aires, 07 mai. 1990. (mimeo).
- 5- Informe Final da IIª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Buenos Aires, 17 ago. 1990. (mimeo).
- 6- Informe Final da IIIª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Rosário, 23 nov. 1990. (mimeo).
- 7- Informe Final da Reunião Extraordinária dos Chefes da Delegação do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Buenos Aires, 22 ago. 1995. (mimeo).
- 8- Ata Final da XIXª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, São Paulo, 28 jul. 1995. (mimeo).
- 9- Informe Final da XXª Reunião do Comitê Intergubernamental da Hidrovia Paraguay-Paraná. Punta del Leste, 08 dez. 1995. (mimeo).
- 10- Informe Final da Reunião Extraordinária dos Chefes da Delegação do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Buenos Aires, 29 fev. 1996. (mimeo).
- 11- Informe Final da XXIª Reunião do Comitê Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná. Asunción, 12 abr. 1996. (mimeo).
- 12- Ata Final da XXIVª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Cuiabá, 04 jul. 1997. (mimeo).

- 13- Informe Final da XXVIª Reunião do Comitê Intergubernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Assunção, março de 1998. (mimeo).
- 14- Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Secretaria de Imprensa. Comunicado à Imprensa. INFOCRED, N. 417, 30 ago. 1995. (mimeo).
- 15- Jefatura de Gabinete de Ministros. Comisión de Coordinación Interjurisdiccional del Programa Hidrovia Paraguay-Paraná. Buenos Aires. NOTA CCIPHPP N. 006/1997. (mimeo).
- 16- NOTA SEHPP/326/96. Secretaria Executiva do CIH, Buenos Aires, 8 nov. 1996. (mimeo).

#### **4- Dossiês e Boletins**

- 1- Dossiê Rios Vivos. Hidrovia, nº 1. Campo Grande, 1995.
- 2- Dossiê Rios Vivos. Coletânea de Documentos. Campo Grande, s/d.
- 3- Dossiê Rios Vivos, n. 2. Secretaria Executiva da Rios Vivos, Campo Grande, 1995.
- 4- Dossiê Rios Vivos. Reunião de Rosário, nº. 3. Secretaria Executiva da Rios Vivos, Campo Grande, 1996.
- 5- Dossiê Rios Vivos. Reunião de Corumbá. Secretaria Executiva da Rios Vivos, Campo Grande, 1996.
- 6- Dossiê Rios Vivos. Reunião de Colônia. Secretaria Executiva da Rios Vivos. Campo Grande, 1998.
- 7- Dossier Taller Ecologista/Coalición Ríos Vivos. Proyecto Hidrovía Paraná-Paraguay. nº.2, Rosário,1996.
- 8- Dossier Taller Ecologista/Coalición Ríos Vivos. Proyecto Hidrovía Paraná-Paraguay. nº.3, Rosário,1997.
- 9- Dossier Taller Ecologista/Coalición Ríos Vivos. Proyecto Hidrovía Paraná-Paraguay. nº.4, Rosário,1997.
- 10- Hidrovia Campaign. Dossier 3. International Rivers Network/Rios Vivos. Berkley, april, 1996.
- 11- Hidrovia Campaign. Dossier 4. International Rivers Network/Rios Vivos. Berkley, september, 1996.



- 12- Hidrovia Campaign. Dossier 5. International Rivers Network/Rios Vivos. Berkley, may, 1997.
- 13- Hidrovia Campaign. Dossier 6. International Rivers Network/Rios Vivos. Berkley, december, 1997.
- 14- Boletín de Comunicación Rios Vivos. n° 1, Montevideo, febrero, 1996.
- 15- Boletín de Comunicación Rios Vivos. n° 2, Montevideo, agosto, 1996.
- 16- Boletín de Comunicación Rios Vivos. n° 3, Montevideo, enero, 1997.
- 17- Boletín de Comunicación Rios Vivos. n° 4, Montevideo, agosto, 1997.
- 18- Boletín de Comunicación Rios Vivos. n° 5, Montevideo, diciembre, 1997.
- 19- Boletín de Comunicación Rios Vivos. n° 6, Montevideo, junio, 1997.
- 20- Rios Vivos Coalition Paraguay-Paraná-Prata. Anuual Report, Campo Grande, 1996.
- 21- Rios Vivos Coalition Paraguay-Paraná-Prata. Anuual Report, Campo Grande, 1997.
- 22- Clipping SBPC-Cuibá. Hidrovia Paraguai-Paraná. Instituto Centro de Vida, Cuibá, 1995.
- 23- Clipping Pantanal de Viva Voz. A novela da Hidrovia. Consevation International. Campo Grande, december, 1995.
- 24- Acordo de Cooperação Técnico-financeira WWF/CEBRAC/ICV. No. 2, Brasília, 1994 (mimeo).

## 5- Vídeos

- 1- O Pantanal vai virar sertão. Vídeo. Fundo Mundial para a Natureza (WWF - Brasil), 1995.
- 2- Pantanal de viva voz: A novela da Hidrovia. Vídeo. Conservation Internacional, 1996.
- 3- Pantanal. As Águas da Vida. Vídeo. Imagenes/ Rios Vivos, 1997.

## 6- Entrevistas

- 1- FARIA, Alcides. Entrevista concedida pelo Secretário Executivo da Coalizão Rios Vivos. Campo Grande, 14 abr.1998.
- 2- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida pelo Secretário Executivo da Coalizão Rios Vivos. Campo Grande, 27 out.1998.
- 3- FARINA, Juan Manuel. Funcionário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Washington, 07 dez.1998.

- 4- GALINKIN, Maurício. Entrevista concedida pelo Diretor Científico da Fundação CEBRAC e Membro da Coalizão Rios Vivos. Brasília, 06 mai.1998.
- 5- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida pelo Diretor Científico da Fundação CEBRAC e Membro da Coalizão Rios Vivos. Brasília, 27 nov.1998.
- 6- GUIMARÃES, Sérgio. Entrevista concedida pelo Diretor do Instituto Centro e Vida e Membro da Coalizão Rios Vivos. Colônia (Uruguai), 28 mai.1998.
- 7- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida pelo Diretor do Instituto Centro e Vida e Membro da Coalizão Rios Vivos. Cuibá, 23 out.1998.
- 8- LACAVA, Ulisses. Entrevista concedida pelo Diretor de Comunicação do WWF - Brasil. Brasília, 07 mai.1998.
- 9- MOHR, Tamara. Entrevista concedida pel representante da entidade holandesa BOTH ENDS e Membro da Coalizão Rios Vivos. Colônia (Uruguai), 29 mai. 1998.
- 10- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida pel representante da entidade holandesa BOTH ENDS e Membro da Coalizão Rios Vivos. Nazaré Paulista, 14 ago.1999.
- 11- RIVAS, Oscar. Entrevista concedida pelo Diretor da entidade paraguaia SOBREVIVÊNCIA/Amigos de la Tierra e Membro da Coalizão Rios Vivos. Nazaré Paulista (SP), 14 ago. 1999.
- 12- RIBEIRO, Silvia. Entrevista concedida pela representante da entidade uruguaia Red de Ecologia Social e Membro da Coalizão Rios Vivos. Colônia (Uruguai), 29 mai.1998.
- 13- STANCICH, Elba. Entrevista concedida pela Diretora da Taller Ecologista e Membro da Coordenação da Coalizão Rios Vivos. Colônia (Uruguai), 30 mai.1998.
- 14- SWITKES, Glenn. Entrevista concedida pelo representante do International Rivers Network/ e Membro da Coordenação da Rios Vivos. Colônia (Uruguai), 29 mai.1998.
- 15- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida pelo representante do International Rivers Network/ e Membro da Coordenação da Rios Vivos. Chapada dos Guimarães, 16 nov.1998.
- 16- TERENA, Enir. Entrevista concedida pelo Presidente do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena (ITC) e Membro da Coordenação da Rios Vivos. Campo Grande, 15 mai.1998.
- 17- VIOTTI, Maria Luíza. Entrevista concedida pela Ministra do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília, 25 nov.1998.

## **7- Principais Sites Consultados**

[http:// www.irn.org/basics/](http://www.irn.org/basics/)

[http:// www.riosvivos.org](http://www.riosvivos.org)

[http:// www.mre.org](http://www.mre.org)

[http:// www.ibd.org](http://www.ibd.org)

[http:// www.web.amnesty.org](http://www.web.amnesty.org)

[http:// www.msf.org/msf/charter.htm](http://www.msf.org/msf/charter.htm)

[http:// www.ifrc.org/about.htm](http://www.ifrc.org/about.htm)

[http:// www.savethechildren.org.br](http://www.savethechildren.org.br)

**P. S - Todos os anexos referidos nesta tese (questionários, entrevistas, reportagens, documentos, atas, vídeos ...) encontram-se com o autor.**